

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ECONOMIA

RELATÓRIO

SOBRE O

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA
SOBRE A PROPOSTA DE PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2025

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA
SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL DO ORÇAMENTO DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2025

NOVEMBRO DE 2024



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Economia reuniu no dia 19 de novembro de 2024, na Delegação de Ponta Delgada da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e por meios telemáticos, com o objetivo de dar parecer final sobre a Proposta de Plano para 2025 e sobre o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025, dando assim cumprimento ao disposto no n.º 4, do artigo 164.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Assim sendo, cumpre referir resumidamente as áreas sobre as quais as Comissões Especializadas da Assembleia Legislativa emitiram parecer, bem como a votação em cada uma delas.

Compete à **Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**, a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025, nas seguintes matérias:

- Alterações climáticas;
- Ambiente;
- Bem-estar animal e recursos cinegéticos;
- Comunicação social;
- Energia;
- Ordenamento do espaço marítimo;
- Ordenamento do território;
- Orla costeira;
- Política de ocupação dos solos;
- Recursos hídricos;
- Reservas naturais e ecológicas.

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou:

- 1) Com os votos a favor do **PSD** e do **PPM**, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do **PS**, emitir por maioria **parecer favorável** à Proposta de **Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2025”**;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

- 2) Com os votos a favor do **PSD** e do **PPM**, e com a abstenção com reserva de posição para Plenário do **PS**, emitir por maioria parecer **favorável** à Proposta de **Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2025”**.

Compete à **Comissão de Política Geral** a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025, nas seguintes matérias:

- Administração Pública, regional e local;
- Arrendamento urbano;
- Comunidades açorianas;
- Concertação social e mecanismos de resolução alternativa de conflitos;
- Construção europeia, sem prejuízo da competência, em razão da matéria, de outras comissões;
- Cooperação regional;
- Habitação e equipamentos;
- Ordem e segurança públicas e proteção civil;
- Organização administrativa da Região;
- Prevenção e segurança rodoviárias;
- Trabalho e formação profissional;
- Tratados e acordos internacionais;
- Urbanismo.

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Especializada Permanente de Política Geral deliberou:

- 1) Com os votos a favor do **PSD** e do **CDS-PP**, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do **PS**, **CHEGA** e do **IL**, emitir por maioria **parecer favorável** à Proposta de **Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2025”**;
- 2) Com os votos a favor do **PSD** e do **CDS-PP**, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do **PS**, **CHEGA** e do **IL**, emitir por maioria **parecer favorável** à Proposta de **Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2025”**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Compete à **Comissão de Assuntos Sociais**, a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025, nas seguintes matérias:

- Apoio a cidadãos com necessidades especiais;
- Apoio à família e às migrações;
- Apoio a idosos;
- Atividade desportiva profissional e não profissional;
- Atividade privada de saúde no seu relacionamento com o Serviço Regional de Saúde;
- Ciência, investigação e inovação tecnológica;
- Cultura;
- Educação;
- Igualdade de género e combate à discriminação;
- Juventude;
- Pobreza e exclusão social;
- Prevenção e combate às dependências;
- Promoção da infância;
- Promoção de estilos de vida saudáveis;
- Saúde e desporto escolar;
- Saúde pública e comunitária;
- Serviço Regional de Saúde;
- Solidariedade e segurança social.

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais deliberou:

- 1) Com os votos a favor do **PSD** e **CDS-PP**, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do **PS** e **CHEGA**, emitir por maioria **parecer favorável** à Proposta de **Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2025”**;
- 2) Com os votos a favor do **PSD** e **CDS-PP**, com e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do **PS** e do **CHEGA**, emitir por maioria **parecer favorável** à Proposta de **Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2025”**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A **Comissão de Economia** emitiu parecer sobre os documentos em análise, tendo apreciado os seguintes programas e sua cobertura orçamental:

- Agricultura e pecuária;
- Arrendamento rural;
- Artesanato;
- Comércio e indústria;
- Competitividade e inovação empresarial;
- Defesa do consumidor e da concorrência;
- Desenvolvimento rural;
- Finanças e sistema fiscal;
- Florestas e produção florestal;
- Marketing e publicidade;
- Orçamento e contabilidade;
- Parcerias público-privadas;
- Património próprio e autonomia patrimonial da Região;
- Pescas e aquicultura;
- Planeamento e estatística;
- Privatizações;
- Remuneração complementar dos trabalhadores da administração regional;
- Segurança alimentar;
- Setor público empresarial regional;
- Sistema de incentivos;
- Transportes e comunicações;
- Turismo.

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Especializada Permanente de Economia deliberou:

- 1) Com os votos a favor do **PSD**, com os votos contra do **BE** e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do **PS** e do **CHEGA**, emitir por maioria **parecer favorável** à Proposta de **Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2025”**;
- 2) Com os votos a favor do **PSD**, com os votos contra do **BE** e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do **PS** e do **CHEGA**, emitir por maioria **parecer favorável** à



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2025”.

Anexam-se a este documento os relatórios e pareceres das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, bem como os pareceres recebidos na Assembleia e emitidos pelas seguintes entidades:

- Pareceres solicitados e recebidos pela Comissão Permanente de Economia:
 - Conselho de Ilha de Santa Maria
 - Conselho de Ilha da Graciosa
 - Conselho de Ilha de São Jorge
 - Conselho de Ilha do Faial
 - Conselho de Ilha das Flores
 - Conselho de Ilha do Corvo

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 5 do artigo 54.º e na alínea a) do n.º 2 do artigo 56.º da Constituição da República Portuguesa, no artigo 124.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 15/2003/A, de 26 de novembro, conjugado com o disposto no artigo 16.º do anexo da Lei n.º 35/20014, de 20 de junho, na sua redação atual, a Comissão Especializada Permanente de Economia, colocou em apreciação pública, a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025”, no âmbito da participação das comissões de trabalhadores e associações sindicais no processo de elaboração da legislação de trabalho.



CAPÍTULO I

APRECIÇÃO E PARECERES SOBRE O PLANO REGIONAL PARA 2025

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As propostas em análise têm enquadramento jurídico na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa que confere à Região Autónoma dos Açores o poder de aprovar o Plano e Orçamento Regional.

Assim, de acordo com as alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova o Plano e Orçamento Regional e as Orientações de Médio Prazo no âmbito das competências definidas.

1. ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA DE PLANO REGIONAL PARA 2025 NO PROGRAMA DO XIV GOVERNO REGIONAL

A estratégia de desenvolvimento para a Região, definida a partir do Programa do XIV Governo Regional, consubstancia-se, no âmbito das Orientações de Médio Prazo para 2024-2028, na identificação de quatro Grandes Objetivos que enquadram a sua operacionalização através de 11 Programas de investimento, que por sua vez integram 122 projetos e 702 ações, para o ano de 2025.

As opções estratégicas regionais para o período desta legislatura, 2024-2028, são fixadas em função das prioridades, políticas e ações consubstanciadas no Programa do XIV Governo Regional, aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e que, a seu tempo, sob a forma de Agenda para a Década, recolheram o apoio dos Açorianos.

É neste enquadramento, e tendo por base um Diagnóstico prospetivo (Capítulo I) claro e indutor de linhas de orientação relativamente consensuais para as políticas públicas, que o XVI Governo assenta a sua governação num conjunto de 5 premissas:

- (i). Uma governação que prioriza as pessoas e as famílias, em todas as ilhas e concelhos da Região;
- (ii). Uma governação reformista e consistente, prosseguida com efetividade;
- (iii). Uma governação baseada no diálogo, capaz de construir consensos conducentes à implementação eficiente das políticas públicas;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

(iv). Uma governação que promove a qualificação como elevador social, enquanto meio para a construção de uma sociedade onde prevaleça a igualdade de oportunidades;

(v). Uma governação que fortalece o tecido empresarial, enquanto via de geração de riqueza, criação de emprego e consolidação da estabilidade social.

Estas premissas, transversais a todos os domínios de intervenção governativa, são princípios norteadores para políticas que produzam resultados positivos mensuráveis para a economia e para a sociedade açoriana e que construam e consolidem:

1. Por uma Região com identidade institucional e cultural

Garantir, por meio das suas instituições, valores e características distintivas, a identidade institucional e cultural dos Açores, tornando a Região única e reconhecível, construindo uma cidadania cultural para o desenvolvimento sustentável numa sociedade inclusiva

2. Por uma Região solidária e capaz de vencer os desafios sociais

Promover a coesão social e territorial, aperfeiçoar as condições de acesso das pessoas aos equipamentos e serviços essenciais que garantam mais elevadas condições de vida, promovam a igualdade de oportunidades e combatam as desigualdades sociais

3. Por uma Região resiliente, próspera e competitiva

Oferecer respostas à competitividade, por aumento da produtividade, promoção de uma economia baseada no valor, na qualidade e na inovação

4. Por uma Região sustentável e coesa territorialmente

Preservar e valorizar o ambiente e os recursos, proteger o património natural, adaptar às alterações climáticas e assegurar a continuidade territorial

5. Por uma Região prestigiada na Europa e no Mundo

Promover a colaboração no interior e no exterior da Região, fomentar a cooperação e diplomacia económica para a criação de mais valor interno



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Opções Estratégicas (Objetivos)	Políticas e domínios de intervenção
Por uma Região com identidade institucional e cultural	Governação Assuntos Parlamentares Cultura Desporto Informação e Comunicação Social
Por uma Região solidária e capaz de vencer os desafios sociais	Saúde Dependências Solidariedade Social: Igualdade, Inclusão, Combate à Pobreza Educação Juventude Trabalho e Empregabilidade Modernização e valorização da Administração Pública Regional Transparência: Prevenção e Combate à Corrupção
Por uma Região resiliente, próspera e competitiva	Competitividade e Empreendedorismo Ciência, Investigação e Inovação Transição Digital, Comunicações e Cibersegurança Energia Finanças Públicas Infraestruturas
Por uma Região sustentável e coesa territorialmente	Ambiente e Ação Climática Agricultura Habitação Mar e Pescas Transportes Turismo Poder Local Proteção Civil e Bombeiros
Por uma Região prestigiada na Europa e no Mundo	Cooperação e Diplomacia Económica Comunidades Açorianas, Emigração e Imigração Espaço

A dotação financeira afeta ao objetivo “Por uma Região sustentável e coesa territorialmente” situa-se nos 407,3 milhões de euros, absorvendo 42,2% do valor global do Investimento Público.

As áreas de intervenção que integram o objetivo “Por uma Região resiliente, próspera e competitiva” representam 29,1%, correspondendo a uma despesa prevista de 280,5 milhões de euros.

O objetivo “Por uma Região solidária e capaz de vencer os desafios sociais”, dotado com 243,8 milhões de euros, representa 25,3% do valor global do Investimento Público.

Às áreas de intervenção do objetivo “Por uma Região com identidade institucional e cultural” está consagrada uma dotação de 23,7 milhões de euros, ou seja, 2,5% do valor global.

As políticas setoriais e domínios de intervenção do objetivo “Por uma Região prestigiada na Europa e no Mundo” representam 9,1 milhões de euros, 0,9% do investimento.



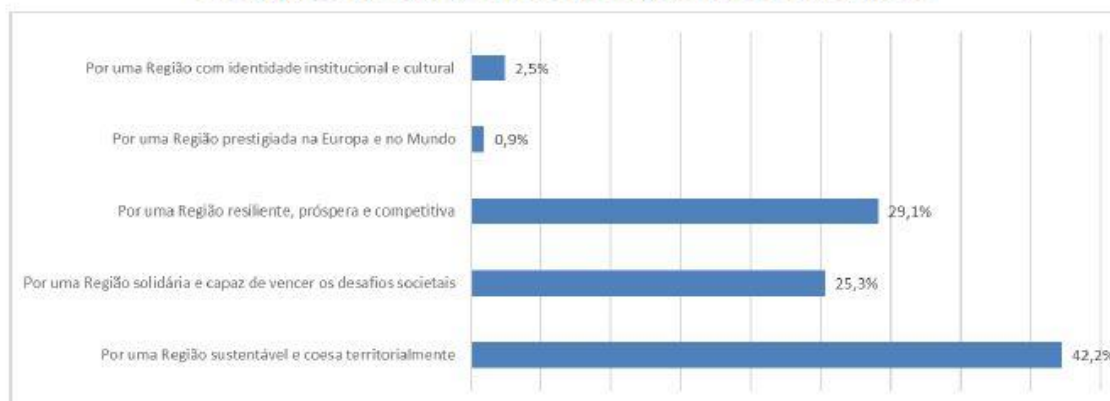
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Investimento Público 2025 - Desagregação por Objetivo

Unidade: Euro

Objetivo/Programas	Investimento Público	Capítulo 50	Outros Fundos
TOTAL	964 472 460	818 786 608	145 685 852
Por uma Região com identidade institucional e cultural	23 702 247	23 702 247	
1 - Coesão e representação	1 230 000	1 230 000	
4 - Diáspora e media	2 220 000	2 220 000	
5 - Educação, dinâmica cultural e desporto	20 252 247	20 252 247	
Por uma Região solidária e capaz de vencer os desafios sociais	243 837 093	180 355 794	63 481 299
3 - Finanças, planeamento e competitividade	11 223 041	11 223 041	
5 - Educação, dinâmica cultural e desporto	40 747 753	40 747 753	
6 - Promoção da saúde e economia social	113 000 000	113 000 000	
10 - Juventude, habitação e empregabilidade	78 866 299	15 385 000	63 481 299
Por uma Região resiliente, próspera e competitiva	280 532 425	280 532 425	
2 - Relações externas, ciência e comunicações	24 247 250	24 247 250	
3 - Finanças, planeamento e competitividade	77 804 282	77 804 282	
9 - Desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas	177 480 893	177 480 893	
10 - Juventude, habitação e empregabilidade	1 000 000	1 000 000	
Por uma Região sustentável e coesa territorialmente	407 267 945	325 063 392	82 204 553
1 - Coesão e representação	7 769 993	7 769 993	
3 - Finanças, planeamento e competitividade	300 000	300 000	
7 - Economia rural e alimentação	126 217 375	77 050 000	49 167 375
8 - Economia do mar	45 000 000	45 000 000	
9 - Desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas	161 280 577	128 243 399	33 037 178
10 - Juventude, habitação e empregabilidade	33 700 000	33 700 000	
11 - Sustentabilidade, ação climática e gestão de riscos	33 000 000	33 000 000	
Por uma Região prestigiada na Europa e no Mundo	9 132 750	9 132 750	
2 - Relações externas, ciência e comunicações	5 902 750	5 902 750	
4 - Diáspora e media	2 280 000	2 280 000	
7 - Economia rural e alimentação	950 000	950 000	

Repartição do Investimento Público por Objetivos de Desenvolvimento



Em 2025 o investimento público previsto ascende a 964,5 milhões de euros, dos quais 818,8 milhões correspondem a despesas executadas diretamente pelo Governo Regional dos Açores (Capítulo 50) e os restantes 145,7 milhões de euros a despesas executadas por outras entidades públicas ou organismos pagadores de fundos comunitários (Outros Fundos).



3. ENQUADRAMENTO DO PLANO DE 2025 NOS PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS DISPONÍVEIS PARA A REGIÃO

O rigoroso aproveitamento e utilização dos fundos europeus alocados à Região e a procura de outros financiamentos comunitários mantêm-se como prioridades estratégicas do Governo Regional dos Açores, na certeza da indispensabilidade dos fundos europeus para o crescimento, o desenvolvimento e a convergência dos Açores.

Pretende-se, assim, dar continuidade à boa execução registada nos anteriores períodos de programação, nomeadamente 2014-2020, não descurar o envolvimento da Região na preparação de um próximo período de programação, sob a égide de renovadas instituições europeias, e tornar mais acessível e transparente a informação sobre a execução de fundos na RAA através da plataforma fundoseuropeus.azores.gov.pt.

3.1 PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA 2021-2026

Pelo respetivo impacto no desenvolvimento regional e pela aproximação do prazo de elegibilidade, assume particular relevância e premência no Plano Regional Anual de 2025 a execução dos 18 investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência a realizar na Região Autónoma dos Açores, aos quais está associado um envelope financeiro superior a 725 milhões de euros.

A este envelope financeiro, acresce a possibilidade de as entidades regionais se candidatarem a avisos nacionais, sendo que, a 30 de setembro de 2024, tinham sido submetidas 2 105 candidaturas de famílias, empresas, autarquias, entidades públicas, instituições do sistema científico e tecnológico da RAA e Universidade dos Açores. Destas, 587 já se encontravam aprovadas e a elas corresponde um investimento aprovado, também à data de referência de 30 de setembro de 2024, superior a 103,7 milhões de euros e um valor pago de aproximadamente 25 milhões de euros.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A 30 de setembro de 2024, a execução financeira dos investimentos do PRR-Açores era a seguinte:

Investimento	Dotação	2021	2022	2023	2024		Total	
		Adiantamento	Pagamento	Pagamento	Adiantamento	Pagamento	Valor	%
Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores	30 000 000 €	3 900 000 €	2 363 737 €	4 413 115 €	2 100 000 €	-	12 776 852 €	42,59%
Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores	43 718 926 €	7 800 000 €	3 411 631 €	1 344 023 €	943 785 €	-	13 499 439 €	30,88%
Infraestruturas para parcelas de terreno destinadas à habitação	4 300 000 €	-	-	-	860 000 €	-	860 000 €	20,00%
Reforço do parque habitacional social	19 481 074 €	-	-	-	3 896 215 €	-	3 896 215 €	20,00%
Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social	39 699 947 €	4 550 000 €	332 394 €	3 615 934 €	5 374 987 €	2 173 681 €	16 046 996 €	40,42%
Modernização e expansão da rede de estruturas residenciais para pessoas idosas (ERPI)	11 200 000 €	-	-	-	2 800 000 €	-	2 800 000 €	25,00%
Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores	125 000 000 €	16 250 000 €	-	14 137 500 €	-	-	30 387 500 €	24,31%
Relançamento Económico da Agricultura Açoriana	34 300 000 €	3 900 000 €	114 705 €	479 718 €	3 989 000 €	-	8 483 423 €	24,73%
Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida	29 000 000 €	3 770 000 €	-	-	2 030 000 €	152 680 €	5 952 680 €	20,53%
Circuitos Logísticos - Rede Viária Regional dos Açores	92 490 981 €	7 800 000 €	1 216 219 €	4 408 564 €	15 322 745 €	3 999 098 €	32 746 626 €	35,41%
Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores"	48 100 000 €	4 160 000 €	1 164 182 €	3 447 758 €	7 865 000 €	1 912 324 €	18 549 264 €	38,56%
Transição energética, digitalização e redução do impacto ambiental no setor das pescas e da aquicultura	5 000 000 €	-	-	-	650 000 €	-	650 000 €	13,00%
Transição Energética nos Açores	116 000 000 €	15 080 000 €	-	12 269 406 €	11 600 000 €	3 735 420 €	42 684 826 €	36,80%
Capacitação digital e transformação das empresas	22 000 000 €	-	-	-	8 800 000 €	-	8 800 000 €	40,00%
Modernização e digitalização da Administração Pública	30 600 000 €	3 250 000 €	1 264 088 €	1 816 569 €	2 870 000 €	2 141 903 €	11 342 560 €	37,07%
Educação digital	43 200 000 €	4 940 000 €	4 666 211 €	4 973 006 €	5 860 000 €	814 023 €	21 253 240 €	49,20%
Sistema de incentivos à aquisição e instalação de sistemas de armazenamento de energias renováveis nos Açores	6 000 000 €	-	-	-	780 000 €	-	780 000 €	13,00%
Aquisição de dois ferries elétricos	25 000 000 €	-	-	-	-	-	-	0,00%
Totais	725 090 928 €	75 400 000 €	14 533 167 €	50 905 592 €	75 741 732 €	14 929 129 €	231 509 621 €	31,93%

Notas:

(i) Adiantamento: Transferido da EMRP para o Beneficiário Intermediário e deste para os Beneficiários Finais

(ii) Pagamento: Pagamentos efetuados pelo Beneficiário Intermediário à RAA, a título de reembolso de despesa efetuada pelos Beneficiários Finais. Despesa elegível, sem IVA, deduzida proporcionalmente do montante do adiantamento. O IVA é suportado pelo Orçamento Regional

A execução material destes mesmos investimentos, medida pelo cumprimento dos Marcos e Metas contratualizados encontra-se expressa na tabela seguinte.

Marcos e Metas	Contratualizado	Completo	Dentro do Prazo	Não Completo	Atrasado	% de Execução
Grupo A	47	10	1	2	0	21,28%
Grupo B	169	98	17	24	11	57,99%
Grupo C	20	12	1	7	0	60,00%
Total	236	120	19	33	11	50,85%



3.2 PO AÇORES 2030

O Açores 2030 é um programa financiado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) FEDER e FSE+, para o período de programação 2021-2027, assumindo-se como um importante instrumento de intervenção e financiamento europeu na Região Autónoma dos Açores.

O Açores 2030 encontra-se alinhado com as prioridades/objetivos políticos da União Europeia, nas quais a RAA se revê: uma Europa mais inteligente; mais verde, mais conectada, mais social e mais próxima dos cidadãos. Encontra-se, assim, estruturado em 5 objetivos políticos, que se desagregam em 11 prioridades de intervenção, que enquadram um conjunto alargado de intervenções nos domínios do crescimento económico inteligente; do fomento do emprego qualificado; da coesão social; da mobilidade, enquanto pilar da coesão económica e social; da sustentabilidade ambiental e resiliência às alterações climáticas; e da digitalização e proximidade da administração pública.

Com uma dotação total de 1 140 milhões de euros, o programa concentra a quase totalidade das intervenções com cofinanciamento do FEDER e do FSE+ na Região.

Unidade: Euros

Objetivo Político		Prioridade	Dotação
Uma Europa Mais Inteligente	1A	Competitividade, Investigação, Desenvolvimento e Inovação	234 300 000
	1B	Conetividade Digital	7 000 000
Uma Europa Mais Verde	2A	Energia, Ação Climática e Sustentabilidade	185 400 000
	2B	Mobilidade Urbana Sustentável	11 000 000
Uma Europa Mais Conectada	3A	Acessibilidades	35 000 000
	3R	Região Ultraperiférica	58 104 369
Uma Europa Mais Social	4A	Educação, Qualificação e Emprego	280 027 537
	4B	Saúde e Inclusão Social	196 168 094
	4C	Combate à Privação Material	14 000 000
	4D	Apoio aos Jovens	72 000 000
Uma Europa Mais Próxima dos Cidadãos	5A	Valorização Económica e Social do Território	37 000 000

Acresce uma dotação, de 10 milhões de euros, designada por Assistência Técnica, destinada à gestão, monitorização e avaliação do Programa.

O Açores 2030 contava, a 30 de setembro de 2024, com taxas de compromisso e execução de, respetivamente, 5,67% e 5,10%, tendo já sidos colocados a concurso mais de 337,7 milhões de euros por via dos 23 avisos publicados.



Prioridade	Operações (n.º)	Investimento aprovado	Fundo aprovado	Fundo executado	Pagamentos
Região Ultraperiférica	1	139 999 590 €	58 104 369 €	58 104 369 €	39 915 289 €
Competitividade, Investigação, Desenvolvimento e Inovação	17	1 989 968 €	1 519 685 €	7 796 €	-
Energia, Ação Climática e Sustentabilidade	2	5 843 047 €	4 966 590 €	-	-
Total	20	147 832 605 €	64 590 644 €	58 112 165 €	39 915 289 €

3.3 PEPAC 2023-2027

Em agosto de 2022 foi aprovado, pela Comissão Europeia, o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal no período 2023-2027 (PEPAC), que integra as medidas de apoio para se alcançarem os objetivos específicos da UE para a Política Agrícola Comum (PAC) e assenta nas seguintes prioridades:

- Atividade produtiva suportada no princípio de uma gestão ativa do território;
- Solo como principal ativo dos agricultores e produtores florestais e associado ao uso dos restantes recursos naturais;
- Sustentabilidade económica, social e ambiental permitindo assegurar a resiliência e a vitalidade das zonas rurais;
- Desenvolvimento do setor baseado no conhecimento.

O PEPAC é um programa nacional que materializa os instrumentos da Política Agrícola Comum (PAC) financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), através de pagamentos diretos (com exceção do POSEI), de medidas setoriais (frutas e hortícolas, vinha e apicultura) e de instrumentos de desenvolvimento rural.

O Eixo E do PEPAC integra as intervenções de desenvolvimento rural da Região Autónoma dos Açores e beneficia de um montante total de contribuição do FEADER de cerca de 196,7 milhões de euros, correspondendo a uma despesa pública indicativa de 231, 4 milhões de euros.

A 30 de setembro de 2024, registava-se a aprovação de 6 798 operações, às quais se encontra associado um valor de fundo aprovado e executado de 15 milhões de euros. A 30 de setembro de



2024, já tinham sido rececionadas 10 734 candidaturas, com um valor de fundo associado de cerca de 36 milhões de euros.

Projetos aprovados (nº)	Investimento Elegível aprovado	Fundo aprovado	Fundo executado	Pagamentos
6 798	15 500 000 €	15 500 000 €	15 000 520 €	15 000 520 €

3.4 POSEI

No âmbito dos apoios ao setor agrícola releva-se, no quadro das diversas intervenções financiadas pelo FEAGA, o Subprograma do POSEI para a RAA, aprovado anualmente ao abrigo do Regulamento (UE) n.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013, que estabelece medidas específicas no domínio agrícola a favor das regiões ultraperiféricas da União Europeia.

Aquelas medidas encontram-se enquadradas em dois grupos, de acordo com a sua finalidade: “Regime Específico de Abastecimento” (REA) e “Medidas a Favor das Produções Agrícolas Locais” (MAPL).

Compete aos Estados-Membro a elaboração de um programa global de apoio, ao abrigo da dotação financeira anual prevista no mencionado regulamento, para submissão à aprovação anual da Comissão Europeia. Em Portugal, o programa POSEI é dividido em dois subprogramas, um para a Região Autónoma dos Açores (RAA) e outro para a Região Autónoma da Madeira.

O orçamento anual do Subprograma do POSEI para a RAA proveniente do orçamento comunitário, que não é alterado desde 2009, é de 76,755 milhões de euros, dos quais 70,475 para o financiamento das MAPL e 6,3 milhões de euros para o financiamento do REA. As execuções anuais ou por campanha do orçamento comunitário são sempre iguais ou muito próximas dos 100%, o que, obrigando a rateios no pagamento das ajudas, levou, a partir de 2020, à respetiva compensação através do Orçamento Regional.

A Região Autónoma dos Açores, em articulação com as autoridades nacionais e as restantes Regiões Ultraperiféricas, prosseguirá os seus esforços junto das entidades europeias com vista ao reforço financeiro e à adaptação do POSEI.

O financiamento das MAPL pode ser complementado com auxílios estatais nacionais previamente aprovados pela Comissão Europeia. A partir de 2020 os limites daqueles auxílios foram



substancialmente aumentados por forma a evitar a penalização dos rendimentos dos agricultores, decorrente da aplicação de rateios no pagamento das ajudas. Nos períodos 2018-2020 e 2021-2023, e 2024 (até 30 de setembro) foram pagos auxílios estatais complementares no valor médio anual de, respetivamente, 5,5, 15,3 e 7,9 milhões de euros.

3.5 – MAR 2030

O Programa Mar 2030, cofinanciado pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquicultura (FEAMPA), é um instrumento decisivo na garantia da sustentabilidade e do cumprimento de uma estratégia que promova a competitividade e a resiliência do setor das pescas, da aquicultura e da indústria transformadora, por forma a corresponder às necessidades de abastecimento e segurança alimentar. É, igualmente, determinante no incentivo à inovação e na atratividade de novos e capacitação dos profissionais do setor.

O Programa Mar 2030 na Região Autónoma dos Açores conta com uma dotação financeira para o período de programação 2021-2027 de 75,0 milhões de euros, estando estruturado em 3 prioridades:

- Fomento de pescas sustentáveis e da restauração e conservação dos recursos biológicos aquáticos, com 59,2 milhões de euros;
- Fomento de atividades de aquicultura sustentáveis e da transformação e comercialização de produtos da pesca e da aquicultura, contribuindo assim para a segurança alimentar da União, com 12,1 milhões de euros;
- Promoção de uma economia azul sustentável nas regiões costeiras, insulares e interiores e fomento do desenvolvimento de comunidades piscatórias e de aquicultura, com 3,5 milhões de euros;

Acresce uma dotação dedicada à gestão, monitorização e avaliação do programa, designada de Assistência Técnica com 0,2 milhões de euros.

A visão do programa no horizonte 2030 é de um setor das pescas cada vez mais competitivo, mais inovador e mais sustentável. Este programa contribui para o alcance dos objetivos específicos e metas, definidos na Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030.

Até 30 de setembro de 2024 foram aprovadas 1 424 candidaturas enquadradas na Prioridade 1 - Fomento de pescas sustentáveis e da restauração e conservação dos recursos biológicos aquáticos, correspondendo a um custo total elegível de 11,9 milhões de euros a que corresponde a uma taxa de compromisso de 16%.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A execução financeira, também a 30 de setembro de 2024, atingiu os 7,3 milhões de euros de apoio comunitário, representando uma taxa de execução de 10%.

Fundo/Prioridade	Projetos aprovados (n.º)	Investimento Elegível aprovado	Fundo aprovado	Fundo executado	Pagamentos
P1 - Fomentar a pesca sustentável e a restauração e conservação dos recursos biológicos aquáticos	1 424	11 873 033 €	11 873 033 €	7 252 527 €	7 252 527 €
Total	1 424	11 873 033 €	11 873 033 €	7 252 527 €	7 252 527 €

3.6 – MAC 2021-2027

No âmbito da Cooperação Territorial, a Região Autónoma dos Açores é, no período de programação 2021-2027, beneficiária do programa de cooperação Interreg VI-D Madeira-Açores-Canárias (MAC).

Este programa, com apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), a título de Cooperação Territorial Europeia (Interreg) em Espanha e Portugal, conta com a participação dos países vizinhos Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Mauritânia, Senegal e São Tomé e Príncipe.

Aprovado pela Decisão da Comissão C(2022) 6877, de 21 de setembro de 2022, o programa tem uma dotação global de 169,9 milhões de euros, cerca de 16,4 milhões de euros dos quais destinados à Região Autónoma dos Açores.

A primeira reunião do Comité Diretor, realizada a 6 de junho de 2024, no Funchal, tomou as decisões de aprovação dos projetos apresentados à primeira convocatória, as quais foram ratificadas pelo Comité de Acompanhamento. Foram, assim, aprovados 34 projetos, dos quais 22 contam com parceiros da RAA.

Na mesma data foi realizada a terceira reunião do Comité de Acompanhamento do programa, que ratificou a decisão de aprovação dos mesmos projetos e, adicionalmente, aprovou o projeto estratégico “Atlante”, no qual participa um parceiro da RAA.

Projetos aprovados (n.º)	Investimento Elegível aprovado	Fundo aprovado	Fundo executado	Pagamentos
23	9.643.367,69 €	8.196.862,54 €	-	-



3.7 – SUSTENTÁVEL 2030

O Programa Ação Climática e Sustentabilidade, denominado Sustentável 2030, financiado pelo Fundo de Coesão (FC), assume-se como um instrumento de promoção da transição energética e climática, através, entre outros, do reforço da mobilidade urbana sustentável. De âmbito nacional, apoiará o desenvolvimento do sistema de mobilidade regional, reforçando a sua integração, intermodalidade e sustentabilidade.

Com a mobilização de 136 milhões de euros no Sustentável 2030, a Região irá procurar aumentar a eficiência, sustentabilidade e a segurança da mobilidade regional e reforçar a acessibilidade externa aos Açores, contribuindo para o reforço da coesão territorial, para o alargamento da base económica regional e para a resiliência às alterações climáticas, enquanto pilares estratégicos para o desenvolvimento da Região.

No âmbito do transporte aéreo pretende-se ampliar e requalificar infraestruturas e reforçar/modernizar equipamentos aeroportuários, estando previstas intervenções relacionadas com condições básicas de operacionalidade e segurança e com uma modernização das infraestruturas e equipamentos.

Ao nível do transporte marítimo uma das prioridades de investimento será a modernização do setor, ao nível das infraestruturas e equipamentos, de modo a permitir maiores índices de produtividade e torná-lo mais competitivo, atrativo e resiliente às alterações climáticas.

A 30 de setembro de 2024, não se verificava ainda registo da execução de operações deste programa na Região.

Capítulo II

CONCLUSÕES E PARECER FINAL SOBRE O PLANO ANUAL REGIONAL PARA 2025

O investimento global previsto para 2025 na Região Autónoma dos Açores considera, para além das despesas do plano financiadas pelo Orçamento da Região, os financiamentos que advêm de outros fundos regionais, nacionais e comunitários.

O Plano Regional Anual para 2025 compreendem um total de 5 Objetivos, 11 Programas de investimento, que por sua vez integram 122 Projetos e 702 Ações.

O Plano Regional Anual para 2025 prevê um total de investimento público de 964,5 milhões de euros, sendo 818,8 milhões do Plano e 145,7 milhões de Outros Fundos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Plano de 2025 prevê um investimento afeto ao objetivo “Por uma Região sustentável e coesa territorialmente” que se situa nos 407,27 milhões de euros, absorvendo 42,2% do valor global do Investimento Público.

As áreas de intervenção que integram o objetivo “Por uma Região resiliente, próspera e competitiva” representam 29,1%, correspondendo a uma despesa prevista de 280,53 milhões de euros.

O objetivo “Por uma Região solidária e capaz de vencer os desafios sociais”, dotado com 243,84 milhões de euros, representa 25,3% do valor global do Investimento Público.

Às áreas de intervenção do objetivo “Por uma Região com identidade institucional e cultural” está consagrada uma dotação de 23,70 milhões de euros, ou seja, 2,5% do valor global.

As políticas setoriais e domínios de intervenção do objetivo “Por uma Região prestigiada na Europa e no Mundo” representam 9,13 milhões de euros, 0,9% do investimento.

O Plano para 2025 integra os investimentos a realizar pelo Governo Regional definidos no Programa do XIV Governo Regional.

Após a análise da proposta do Plano Regional Anual para 2025, tendo em conta as audições do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, do Secretário da Agricultura e Alimentação, da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, do Secretário Regional do Mar e das Pescas, da Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego, do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática e os relatórios e pareceres das restantes Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Economia **deliberou aprovar, por maioria**, com os votos a favor do **PSD**, contra do **BE** e a abstenção com reserva de posição para o Plenário do **PS** e do **CHEGA**, a presente proposta.

CAPÍTULO III

APRECIACÃO E PARECER SOBRE O ORÇAMENTO REGIONAL PARA 2025

A previsão orçamental consolidada para 2025 tem um valor de 2.258,6 milhões de euros.

A Receita Total prevista para 2025 atinge o valor de 2.258,6 milhões de euros.

A Receita Efetiva prevista é de 1.854,2 milhões de euros, sendo que as Receitas Correntes podem atingir 1.265,8 milhões de euros e as Receitas de Capital poderão atingir 913,2 milhões de euros,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

das quais 35,2 milhões de euros de Ativos Financeiros e 293,8 milhões de euros de Passivos Financeiros.

Estão previstas, ainda, Outras Receitas, no valor de 79,7 milhões de euros, das quais 75,5 milhões de euros provêm do Saldo de Gerência anterior.

As Transferências do Orçamento do Estado estão previstas em 346,4 milhões de euros, representando assim 20,5% da receita global.

As Transferências da União Europeia, que em 2025 ascendem a um valor previsto global de 400,0 milhões de euros, no âmbito de cofinanciamentos de projetos de investimento diretamente executados pelo Governo dos Açores.

As necessidades de Financiamento Líquido atingem os 150,0 milhões de euros, a que acrescem 75 milhões de euros que a proposta destina à conversão de dívida comercial em dívida financeira.

Quanto ao valor consolidado da Despesa Total prevista para o ano de 2025, atinge os 2.258,6 milhões de euros, sendo a Despesa Efetiva no valor de 2.058,7 milhões de euros.

As Despesas Correntes poderão atingir 1.514,6 milhões de euros, das quais 74,6 milhões de euros refere-se a Juros e Outros Encargos.

Nas Despesas de Capital o valor previsto é de 744,0 milhões de euros, dos quais 82,5 milhões de euros reportam-se a Ativos Financeiros e 117,4 milhões de euros a Passivos Financeiros.

A proposta de Orçamento para 2025 contempla um saldo efetivo negativo de 204,5 milhões de euros e um saldo primário, correspondente ao saldo efetivo subtraído de juros e outros encargos, negativo de 129,9 milhões de euros, conforme resulta do quadro 12 - Síntese ORAA, da proposta de relatório.

O Governo dos Açores, com esta proposta de Orçamento, dá cobertura aos Grandes Objetivos de Desenvolvimento definidos para o segundo ano de execução das Orientações de Médio Prazo 2024-2028 para fazer face a este período difícil decorrente da conjuntura económica adversa que abalou o Mundo e a Europa.

Pelo exposto, após a análise dos documentos a Comissão Especializada Permanente de Economia deliberou por maioria, dar **parecer favorável** à Proposta de Orçamento para 2025, com os votos a favor do **PSD**, contra do **BE** e abstenção com reserva para plenário do **PS** e do **CHEGA**.



CAPÍTULO IV

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL DO ORÇAMENTO
PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2025**

1. PRINCÍPIOS GERAIS

As regras referentes ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores, os procedimentos para a sua elaboração, discussão, aprovação, alteração e fiscalização e a responsabilidade orçamental obedecem ao disposto na Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, alterada pelas Leis n.ºs 62/2008, de 31 de outubro, e 115/2015, de 28 de agosto, Lei do Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

O conteúdo do articulado da proposta de decreto legislativo regional deve, conforme dispõe o artigo 11.º da citada lei, conter:

1. As condições de aprovação dos mapas orçamentais e as normas necessárias para orientar a execução orçamental;
2. A indicação do montante das transferências provenientes do Estado ou de fundos comunitários, com a exceção de eventuais vinculações a que estejam sujeitos;
3. O montante e as condições gerais de recursos ao crédito público;
4. A indicação do limite dos avales a conceder pelo Governo Regional durante o exercício orçamental;
5. O montante de empréstimos a conceder e de outras operações ativas a realizar pela Região, incluindo os fundos e serviços autónomos;
6. Todas as outras medidas que se revelem indispensáveis à correta gestão orçamental da Região para o ano económico a que o orçamento se destina

2. ANÁLISE DA PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

O articulado da Proposta de Orçamento da Região para o ano 2025 cumpre o disposto no artigo 11.º (Conteúdo do articulado da proposta de decreto legislativo regional) da Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, que aprovou a Lei do Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

A Proposta de Orçamento para o ano de 2025 não observa o princípio do equilíbrio orçamental, tal como se encontra definido no artigo 4.º da Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, na sua redação atual, e no artigo 16.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro, que aprovou a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, ou seja, as receitas efetivas não cobrem a totalidade das despesas efetivas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Por último, refere-se que Proposta de Orçamento foi elaborada no âmbito do disposto no Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

A Comissão de Economia deliberou dar **parecer favorável** à Proposta de Decreto Legislativo Regional do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025, com os votos favoráveis do **PSD**, contra do **BE** e abstenção com reserva para plenário do **PS** e do **CHEGA**.

Velas, 19 de novembro de 2024.

O Relator

Paulo Silveira

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A RP do PPM, sem direito a voto na Comissão, manifestou concordância ao presente Relatório.

A RP da IL, sem direito a voto na Comissão, não se manifestou em relação ao presente Relatório.

O Presidente

Paulo Simões

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

N.º 20/XIII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2025” E N.º 21/XIII –
“ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2025”

NOVEMBRO DE 2024



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 06 de novembro de 2024, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às **propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2025” e n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025”**.

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no dia 29 de outubro de 2024, com data limite para emissão de parecer sectorial e envio deste à Comissão de Economia até ao dia 11 de novembro de 2024.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio, na sua redação atual.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, as matérias abaixo elencadas são da competência da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

CAPÍTULO II

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ambas para o ano de 2025, nas seguintes matérias:

- Alterações climáticas;
- Ambiente;
- Bem-estar animal e recursos cinegéticos;
- Comunicação social;
- Energia;
- Ordenamento do espaço marítimo;
- Ordenamento do território;
- Orla costeira;
- Política de ocupação dos solos;
- Recursos hídricos;
- Reservas naturais e ecológicas.

O parecer sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ações que foram acompanhadas da devida audição aos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



CAPÍTULO III

APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

A programação anual contida nos documentos em análise estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o ano de 2025.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2025, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Quadro

Plano Anual para 2025

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 - Coesão e representação	8.999.993	8.999.993	0
1.1 - Coordenação da atividade governativa	1.230.000	1.230.000	0
1.1.2 - Plataforma eletrónica de Comunicação com o Cidadão	200.000	200.000	0
1.1.3 - Jornal oficial, estudos e bases de dados jurídicos	100.000	100.000	0
4 - Diáspora e media	4.500.000	4.500.000	0
4.1 - Apoio aos Media	2.200.000	2.200.000	0
4.1.1 - Programa de Apoio à Comunicação Social	2.000.000	2.000.000	0



4.1.2 - Financiamento de obrigações específicas do serviço público de notícias e de televisão	200.000	200.000	0
7 – Economia rural e alimentação	127.167.375	78.000.000	49.167.375
7.2 – Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade e Alterações Climáticas	44.110.639	13.810.846	30.299.793
7.2.1 - Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica	11.399.161	1.719.650	9.679.511
7.2.3 - Melhoramento Genético e Bem-estar animal	970.000	970.000	0
7.2.4 - Bem-estar de animais de companhia e errantes	259.289	259.289	0
7.2.14 - Life IP Climaz	393.270	393.270	0
7.2.21 - Gestão de recursos cinegéticos e piscícolas	90.015	90.015	0
7.2.31 - Melhoramento genético – Aquisição de equipamentos	200.000	200.000	0
7.2.32 - Programa de identificação e esterilização de animais de companhia: Centros de Recolha / Câmaras Municipais	200.000	200.000	0



7.4 - Ordenamento e gestão do território	150.000	150.000	0
8 – Economia do Mar	45.000.000	45.000.000	0
8.6 – Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha	2.404.802	2.404.802	0
8.9 - Gestão e requalificação da orla costeira	672.500	672.500	0
9 – Desenvolvimento Turístico, mobilidade e Infraestruturas	338.761.470	305.724.292	33.037.178
9.1 – Eficiência Energética e Energias Renováveis	20.100.449	20.100.449	0
9.2 – Serviços Energéticos	1.600.000	1.600.000	0
9.3 – Mobilidade Elétrica	1.100.000	1.100.000	0
9.4 – Política Energética	650.000	650.000	0
11 - Sustentabilidade, ação climática e gestão de riscos	33.000.000	33.000.000	0
11.1 - Planeamento, inspeção e promoção ambiental	8.336.889	8.336.889	0
11.2 - Qualidade ambiental e alterações climáticas	3.651.918	3.651.918	0
11.3 - Conservação da natureza e biodiversidade	3.113.780	3.113.780	0
11.4 - Recursos hídricos e rede hidrográfica	2.242.336	2.242.336	0



11.9 - Gestão de Riscos, Cartografia e Cadastro	1.675.768	1.675.768	0
--	-----------	-----------	---

De referir que não foram incluídas no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das obras públicas (Programa 9), mas que dizem respeito a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Projeto 9.32 – SRMP – Gestão e requalificação da orla costeira;
- b) Projeto 9.35 – SRAAC – Planeamento, inspeção, e promoção ambiental
- c) Projeto 9.36 – SRAAC – Conservação da natureza e biodiversidade
- d) Projeto 9.37 – SRAAC – Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica

Audição do Senhor Secretário Regional do Mar e das Pescas, disponível em [Parlamento Online - Audição do Senhor Secretário Regional do Mar e das Pescas - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

O Senhor Secretário Regional do Mar e das Pescas, Doutor Mário Rui Pinho, iniciou a sua intervenção com a apresentação das propostas que esta Secretaria Regional contempla para o setor do mar.

Referiu que a totalidade do investimento da Secretaria Regional do Mar e das Pescas, acende 45 milhões de euros (quarenta e cinco milhões de euros), dos quais 28 milhões de euros (vinte e oito milhões de euros) correspondem ao desenvolvimento do *cluster* do mar. Este é um projeto que se afirma como absolutamente estruturante para a Região e até para o País, onde se inclui a construção e equipamento do novo navio de investigação e a construção de um centro experimental de investigação e desenvolvimento ligado ao mar, no âmbito do PRR. Estes dois instrumentos, estão intimamente ligados com as restantes ações do Plano, no que diz respeito a dar respostas às necessidades de investigação e desenvolvimento do conhecimento e da valorização do mar dos Açores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Neste âmbito, começou por destacar, um grande conjunto de projetos e trabalhos de investigação, como o *LIFE IP Açores Natura* ou o *LIFE IP CLIMAZ*, entre outros, já em execução na Direção Regional de Políticas Marítimas, que visam, dar resposta, sobretudo, à Diretiva Quadro de Estratégia Marinha, tendo alertado para o volume de projetos que a Direção Regional de Políticas Marítimas tem neste momento, mas também para a capacidade que a mesma tem de captar investimento externo para responder a determinados compromissos do Estado.

Salientou que muitos dos projetos visam mitigar o impacto da poluição luminosa, um importante projeto estruturante para a orla costeira, sobretudo, ligado à parte da conservação e implementação de melhores práticas para a redução do *bycatch* ou ainda realizar novas atividades de ecoturismo marinho que promovam a sustentabilidade do ambiente costeiro e a economia circular. É importante conhecer o nosso mar, nomeadamente o mar profundo, como forma de afirmar a nossa autonomia regional e revelar a importância do Parque Marinho dos Açores no restabelecimento dos ecossistemas marinhos.

O apoio à Escola do Mar continua a ser uma aposta do XIV Governo Regional, na medida em que esta escola tem vindo a afirmar-se na excelência da formação, promovendo um aumento da formação disponível, captando mais alunos, mais projetos e mais investimento.

No que diz respeito à gestão e licenciamento marítimo, à digitalização de processos, à disponibilização de equipamentos de apoio ao mergulho e à promoção de ações de sensibilização e formação à participação e organização de reuniões de trabalho, é também importante dar nota do investimento realizado por este Governo neste projeto.

Finalmente, no âmbito da gestão e requalificação costeira, mantêm preocupações com a gestão das zonas balneares, que estão sob a responsabilidade do Governo Regional, a saber a zona balnear de Porto Pim, da Ferraria, da Maia e a zona balnear de São Lourenço.

Terminarão também o estudo sobre a alga invasora, que está a ser desenvolvido pela Universidade dos Açores e cuja conclusão prevemos que ocorra, no prazo fixado em junho do próximo ano.

Ainda no âmbito desta problemática da gestão e da requalificação costeira, existe um conjunto de obras que se encontram sob a gestão da Secretaria Regional da Mobilidade, Turismo e Infraestruturas, no âmbito do projeto ou da ação 9.32, que denotam bem a preocupação deste Governo Regional com a cada vez maior erosão da costa, por força das alterações climáticas, cujo impacto não devemos nem queremos ignorar. Deste modo, regista-se um aumento de cerca de 300 mil euros (trezentos mil euros) nesta ação, em que revelamos a proteção e a estabilização



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

costeira do Porto de Santa Iria em São Miguel, bem como o contínuo reforço da proteção costeira na zona das Calhetas, também em São Miguel, a proteção da orla costeira e a reabilitação urbana da Praia Formosa em Santa Maria, ou o reforço da proteção da zona costeira do Reduto da Patrulha e do Castelo de São Sebastião na Ilha do Faial.

Assim, relativamente ao mar, o XIV Governo Regional dos Açores pretende investir 9.379.000 € (nove milhões, trezentos e setenta e nove mil euros), ficando evidente aquele que tem sido o desígnio deste Governo, ao afirmar o mar como uma economia de futuro e de extrema importância para a região autónoma dos Açores.

Aberta a primeira ronda de questões pediu a palavra a Deputada Joana Pombo Tavares (PS) onde pediu esclarecimento na descrição da ação, nomeadamente no que diz respeito à amarração de boias em áreas marinhas, sobre quantas boias serão adquiridas nesta rubrica, onde é que vão ser colocadas e quem será responsável por realizar essa amarração.

Como grande parte das intervenções da orla costeira estará a cargo da Secretaria do Turismo, da Mobilidade e Infraestruturas, questionou o que é que será desenvolvido diretamente pela Secretaria Regional do Mar e das Pescas, na área da gestão e de requalificação das zonas costeiras.

Para responder às questões colocadas pela Deputada, o Secretário Regional esclareceu que em relação às boias, a Direção de Serviços de Gestão Marítima da Direção Regional de Políticas Marítimas tem várias rubricas, uma delas é na área *do LIFE*, que apoia, objetivamente, as áreas marinhas protegidas de Santa Maria. Há um outro projeto que é um pouco mais ambicioso e que pretende estudar a colocação de amarrações em algumas das áreas marinhas protegidas para o apoio ao mergulho e ao ecoturismo. Há uma explosão muito grande de empresas na área do ecoturismo que exploram não só o mergulho, mas um conjunto de outras atividades e os empresários têm solicitado à Direção Regional algum investimento para a colocação de amarrações.

No âmbito de vários projetos, estudando, nomeadamente com as Canárias, que têm alguma experiência, a Direção Regional de Políticas Marítimas tem vindo a absorver um conjunto de conhecimentos de qual é o sistema que é utilizado para a utilização de amarrações. Têm tido uma experiência em Santa Maria, nomeadamente com as marítimas turísticas e com a gestão das boias da Baixa do Ambrósio para a observação das jamantas. Sendo um processo de gestão adaptativa, têm vindo a aprender e conversar com o sector de como se deve explorar este processo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No âmbito da economia azul, estão a estimular os empresários para que sejam eles a gerir o sistema, porque no passado, foram colocadas boias e amarrações e tendo a Direção Regional uma fraca presença no terreno, obriga a processos de contratação pública, que não permitem ter uma resposta adequada à gestão das mesmas.

Em Santa Maria o processo está muito desenvolvido devido às áreas marinhas criadas e os parceiros têm pedido que seja colocada as amarrações porque facilita a área do mergulho e a segurança.

No âmbito da gestão da requalificação das zonas costeiras, é uma área muito abrangente, onde têm várias áreas de intervenção, quer no Faial, quer em São Miguel. Nesta área a Direção Regional e a Secretaria Regional o que faz, quando são notificadas de um problema na orla costeira, é solicitar ao pessoal de infraestruturas da Secretaria que desloque o local, verifique e identifique qual é a situação. Neste momento, estão, inclusive, a solicitar que os técnicos façam uma primeira avaliação do grau de prioridade, por exemplo, há problema da salvaguarda da vida humana, a não intervenção tem impactos noutras infraestruturas que podem pôr em perigo as populações ou a economia da área. A seguir, os engenheiros civis, apresentam uma primeira solução para o problema e, em seguida, vem todo o processo de fazer o estudo prévio, fazer o projeto e depois avançar para a execução do projeto, para o processo de contratação pública, em função do orçamento disponível.

Neste momento, existem registadas cerca de 13 ações que estão no Plano, que têm intervenção para 2025. Têm, também, uma pequena verba para as intervenções que vão ocorrendo.

As grandes intervenções, muitas vezes os projetos demoram, as soluções às vezes são complicadas, por vezes têm a solução, mas depois implicam alterações a posteriori e, portanto, por vezes tem tudo pronto e temos dificuldades orçamentais para a execução ou não tem dificuldades orçamentais, mas não têm quem executa a obra porque os concursos ficam em branco.

A Orla Costeira é uma preocupação grande, o Secretário Regional referiu que temos de aumentar e organizar um pouco melhor as nossas prioridades para a Orla Costeira. Sobretudo, tendo em atenção aquilo que pode ser previsível em termos de alterações climáticas. Tendo ainda algumas incertezas, era muito bom existir estudos. O Secretário Regional espera que na área costeira possa haver alguns indícios sobre modelos preditivos de potenciais consequências para a Região Autónoma dos Açores, como resultado dos cenários de alterações climáticas. Isso poderá



identificar prioridades de atenção e de investimento também numa perspetiva de mitigação que que poderá vir.

Neste momento, existem registadas cerca de 13 ações que estão no Plano, com intervenção prevista para 2025. Existe também uma pequena verba para as intervenções que vão ocorrendo. As grandes intervenções, muitas vezes, demoram, as soluções às vezes são complicadas, por vezes têm a solução, mas depois implicam alterações a posteriori e, portanto, por vezes está tudo pronto e temos dificuldades orçamentais para a execução ou não temos dificuldades orçamentais, mas não temos quem execute a obra porque os concursos ficam em branco.

A orla costeira é uma grande preocupação. O Secretário Regional referiu que temos de aumentar e organizar um pouco melhor as nossas prioridades para a orla costeira, sobretudo, tendo em atenção aquilo que pode ser previsível em termos de alterações climáticas. Tendo ainda algumas incertezas, seria muito bom existirem estudos. O Secretário Regional espera que, na área costeira, possa haver alguns indícios sobre modelos preditivos de potenciais consequências para a Região Autónoma dos Açores, como resultado dos cenários de alterações climáticas. Isso poderá identificar prioridades de atenção e de investimento também numa perspetiva de mitigação que poderá vir.

Audição Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, disponível em [Parlamento Online - Audição do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

O Senhor Secretário do Ambiente e Ação Climática, Doutor Alonso Miguel, iniciou a sua intervenção centrando-se nas questões do domínio ambiental, tendo referido que o plano de investimentos da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática para 2025 continua a refletir aquelas que são as opções vertidas no Programa do XIV Governo Regional dos Açores. Neste sentido, o plano de investimentos ascende a 33 milhões de euros, o que reflete um aumento de investimento de cerca de 4% em relação a 2024 e desagrega-se em 19 milhões de euros, sensivelmente, para o domínio do ambiente e cerca de 14 milhões de euros para o investimento na proteção civil e bombeiros dos Açores. A este montante somam-se ainda cerca de 2,5 milhões de euros que correspondem a investimentos em obras públicas em matéria ambiental, que serão executados pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Como tal, na prática, o investimento da competência desta secretaria perfaz um total de cerca de 35,5 milhões de euros.



Para os investimentos previstos para a componente ambiental, o Senhor Secretário Regional referiu que:

“O combate às alterações climáticas, a mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas continua a ser uma das prioridades máximas do Governo Regional dos Açores, com investimentos distribuídos pelos vários departamentos do Governo com competência nesta matéria, com vista à implementação do Programa Regional para as Alterações Climáticas, cujo processo de revisão já teve início.

Neste capítulo, destaca-se o investimento previsto no âmbito do Projeto LIFE IP CLIMAZ, um investimento superior a 3,1 milhões de euros previstos para 2025, o que representa um aumento de cerca de 44% em relação ao ano anterior, dos quais 2 milhões de euros a executar pela Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática e os restantes 1,1 milhões de euros a executar pela Secretaria Regional do Mar e Pescas e também pela Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação.

De referir que os cerca de 2 milhões de euros a executar no âmbito do Projeto LIFE IP CLIMAZ pela Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática refletem um aumento de investimento em relação a 2024 de cerca de 80%. Para este aumento significativo no investimento contribuem, de forma clara, a aquisição de 9 viaturas pick-up elétricas, no valor de 675 mil euros, a aquisição de serviços de monitorização das massas de água interior e de transição, orçado em cerca de 220 mil euros, a aquisição de 9 estações meteorológicas, no valor de aproximadamente 130 mil euros, e ainda a transferência das verbas para os parceiros do projeto, de cerca de 122 mil euros para a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo e cerca de 90 mil euros para a Cooperativa União Agrícola.

Estão previstas diversas medidas para reforçar este combate às alterações climáticas, distribuídas um pouco por todas as áreas de atuação da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática, destacando-se desde logo o início da execução do projeto para capacitação dos serviços operacionais da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática com meios e equipamentos próprios para assegurar uma limpeza e uma manutenção preventiva das linhas de água, das ribeiras, estando prevista a execução em 2025 de 400 mil euros, de um total estimado de cerca de 3,5 milhões de euros a executar até 2026 no âmbito do PO2030.

Terá também início em 2025 um novo projeto, no âmbito de um protocolo que será estabelecido com o IVAR, em novembro deste ano, para a modernização do Observatório da Montanha do Pico, no valor de cerca de 260 mil euros. Daremos também início, em colaboração com o Instituto



Português do Mar e da Atmosfera, à implementação do Observatório Climático do Atlântico na Ilha Terceira, com um investimento de 233 mil euros, de um total de cerca de 1 milhão de euros.

Verifica-se também um ligeiro reforço de cerca de 2% em relação às verbas adstritas ao regime jurídico financeiro de apoio à emergência climática, que ascende agora a 488 mil euros. Teremos também em 2025 o início de dois novos projetos no âmbito da adaptação às alterações climáticas, designadamente o Plano Climac 2, que é, no fundo, uma segunda edição de um projeto no âmbito do qual já participamos anteriormente, para desenvolvimento e monitorização de ações relativamente ao risco e ameaças das alterações climáticas, que tem um valor global a investir pela Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática de 277 mil euros até 2028. Terá também início o projeto Implacost, que tem por objetivo avaliar os impactos ambientais nas zonas costeiras devido às alterações climáticas, e que tem um investimento previsto por parte da Secretaria de 450 mil euros até 2028.

Ao nível da promoção da qualidade ambiental e da gestão de resíduos, destaca-se desde logo a manutenção do investimento no âmbito do programa Eco Freguesias, com uma verba de 1 milhão de euros, o maior valor de sempre no investimento no âmbito deste programa, uma medida que tem sido reconhecida pelas juntas de freguesia como um importante contributo para a manutenção de espaços públicos limpos, incluindo as ribeiras e a orla costeira.

Após a adjudicação este ano, como estava previsto, de 3 envolvidoras semiautomáticas para o envolvimento dos fardos de refugo para os Centros de Processamento de Resíduos das Flores, Graciosa e Santa Maria, no âmbito do projeto para a modernização dos processos de reciclagem dos Centros de Processamento de Resíduos, em 2025 vamos dar continuidade a este projeto, com o apetrechamento das linhas de triagem, com a dotação prevista de cerca de 892 mil euros, de um total de investimento previsto de 3 milhões de euros.

Será dada continuidade também ao projeto piloto do Sistema de Depósito de Embalagens Não Reutilizáveis de Bebidas dos Açores, com um investimento estimado de cerca de 590 mil euros, que será destinado apenas ao primeiro semestre deste ano. Este era um projeto piloto com a duração de um ano, que foi sendo prorrogado, no entanto, atendendo à comunicação da APA, previsível a entrada em vigor do Sistema Nacional de Depósito de Embalagens em 2025, a ideia é integrar este sistema piloto no sistema nacional.

Em 2025 terão também início outros dois novos projetos Interreg, no âmbito dos resíduos, da gestão de resíduos e da economia circular, mais concretamente o projeto Têxtil, com vista a melhorar a gestão de têxteis na Região, e que tem uma verba de cerca de 163 mil euros para



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

executar até 2028, e também o projeto Circular Ocean, com a verba de cerca de 100 mil euros a executar também neste período temporal, até 2028, em busca de soluções eficientes para a reciclagem de lixo marinho.

Realçar também a continuidade da monitorização ambiental da radioatividade, designadamente quanto à elaboração do Plano Regional do Radão, e que tem uma verba inscrita de 160 mil euros.

Ao nível da conservação da natureza, o destaque para os 4 Projetos LIFE que estão em curso na Região, com a dotação para este ano de 2025 de cerca de 3,4 milhões de euros, que reflete um aumento de 4,3% em relação ao ano anterior.

Destaca-se também o investimento no âmbito da manutenção das paisagens tradicionais da cultura da vinha e dos pomares de espécies tradicionais, com investimento muito significativo de 2 milhões de euros.

Estão previstos investimentos superiores a 1,5 milhões de euros na rede regional de centros ambientais e na promoção de práticas ambientais, e aqui evidentemente incluem-se as despesas inerentes ao funcionamento dos 19 centros de interpretação ambiental que constituem a rede de centros da Região.

Está prevista uma quantia de cerca de 525 mil euros para a monitorização e gestão do património natural e da biodiversidade, o que pressupõe os instrumentos necessários à gestão da rede de áreas protegidas dos Açores, e que representa também um aumento de 64% em relação a 2024.

No que se refere à gestão dos parques naturais de ilha, dar nota da dotação de 564 mil euros, mais 4% que em 2024, e este reforço permitirá também reforçar as intervenções nos trilhos da Região que se inserem dentro dos parques naturais de ilha, que por essa razão são competência da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática.

Destacar também a implementação do Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria, que tem uma dotação prevista de 42 mil euros, e um total de 481 mil euros de investimento global previsto para a implementação deste paleoparque.

Em 2025 terá também início um novo projeto, o Reinforce 2, que é também um projeto Interreg, para a reflorestação de áreas públicas com espécies mais adaptadas às alterações climáticas, prevê-se em 2025 um investimento de 140 mil euros, de um total aprovado de 267 mil euros.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Ao nível dos recursos hídricos e da rede hidrográfica, novamente um instrumento avultado, cerca de 2,2 milhões de euros, para a monitorização, manutenção e requalificação da rede hidrográfica da Região, também para a rede de monitorização do ciclo hidrológico e para a implementação dos instrumentos de planeamento dos recursos hídricos.

Finalmente, no que se refere aos investimentos em obras públicas a executar pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, está previsto um valor de cerca de 2,5 milhões de euros, e aqui destaca-se a intervenção de construção do novo Centro de Implementação Ambiental do Algar do Carvão, cuja obra teve início muito recentemente, e que tem um prazo de execução de 18 meses, e no âmbito do qual se prevê investir em 2025, 1 milhão de euros, de um total de 2,7 milhões de euros.

Destacar ainda a intervenção de requalificação da zona de lazer das Sete Cidades, com investimento previsto para 2025 de 575 mil euros, e também a intervenção de requalificação do acesso à Furna do Enxofre na Ilha Graciosa, com investimento previsto de 435 mil euros.

Teremos também um conjunto de intervenções de requalificação da rede hidrográfica, com valor estimado de investimento em 2025 na ordem dos 440 mil euros.”

Aberta a primeira ronda de questões, pediu a palavra a Deputada Joana Pombo Tavares (PS), que questionou qual é a estratégia que prevê para o combate e controle da infestação por térmitas nos Açores para 2025.

Questionou, também, o que a Secretaria Regional prevê investir e em que medida para a implementação do SiRGIC. A deputada acrescentou que um ponto que foi falado nos últimos meses foi sobre os sistemas de alertas, questionando quem está a fazer o levantamento da localização das gateways, atendendo que o prazo de 3 meses previsto para esse levantamento já foi ultrapassado.

O Secretário Regional lembrou, relativamente à primeira questão, sobre a monitorização e controle de infestação por térmitas, que o XIII e XIV Governo Regional dos Açores optou por fazer esta monitorização usando os recursos humanos da casa, que são técnicos habilitados, optando-se por fazer a monitorização a todas as espécies de térmitas em todos os concelhos da Região. Esta foi uma inovação implementada por este Governo. Deu nota que estão a terminar um panfleto informativo sobre as térmitas que faz a distinção em relação a outras espécies para sensibilização ambiental e que será distribuído pelas câmaras municipais e juntas de freguesia. Também foi concluído, muito recentemente, um guia sobre as térmitas, que permite elencar um



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

conjunto de características sobre estas espécies que são importantes para a sensibilização ambiental. Deu nota que no ano de 2025 serão efetuadas nas diversas ilhas várias ações de sensibilização sobre as térmitas direcionadas à população. Em 2024, dando continuidade ao trabalho que havia sido feito, foram colocadas 924 armadilhas, estando recentemente a ser efetuada a sua análise, e em 2025 dar-se-á seguimento a estes trabalhos em todas as ilhas.

Relativamente ao SiRGIC, existiu uma fase de atividade muito intensa no início da sua implementação, mas neste momento já não há uma adesão tão grande como houve no início, o que é natural, porque todos, no início, quiseram inscrever os seus prédios. Darão continuidade ao trabalho a esse serviço, sendo certo que de futuro terão de decidir se este serviço passará a ser pago, porque houve um período de gratuidade e esse período de gratuidade foi útil porque levou a que as pessoas aderissem a este mecanismo. Haverá eventualmente a possibilidade de prorrogar o período de gratuidade, mas estão a analisar também a possibilidade de aderir aos balcões UBI, como existem a nível nacional, sendo uma questão que está a ser neste momento analisada. Caso seja para manter no sistema que tem atualmente, provavelmente irão fazer uma prorrogação, como já tinham anunciado publicamente, do prazo de gratuidade e eventualmente até o alargamento dos balcões aos postos da RIAC, no sentido de poder acolher mais inscrições e agendamentos para este serviço.

Relativamente ao sistema de alerta, está a ser desenvolvido o levantamento dos gateways, esse levantamento está a ser feito pela Global EDA, e quando estiver concluído, darão início. Inicialmente este projeto era para ter sido desenvolvido no âmbito do REACT-EU, mas devido a um conjunto de constrangimentos, infelizmente, não permitiu concluir dentro dos prazos, que era o final de 2023. Os constrangimentos são conhecidos, houve um incumprimento por parte do CIVISA na entrega dos levantamentos que tinham ficado definidos, e portanto houve a necessidade de reestruturar e passar este projeto para o âmbito do PO2030. Terminado esse levantamento dos gateways e também juntando com toda a informação que já tinham feito através dos serviços de ambiente e ação climática, irão lançar o procedimento para a aquisição e instalação dos equipamentos.

O Senhor Secretário Regional aproveitou para informar que o levantamento aerofotogramétrico que foi feito com varrimento LiDAR em todas as ilhas, neste momento está concluído, um investimento que ronda os 700 mil euros, que permitirá fazer cartografia temática de elevadíssima resolução como a Região nunca teve. Estando este processo concluído, darão início, agora, às próximas fases deste projeto.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No âmbito da primeira ronda, pediu a palavra a deputada Ana Jorge (PSD), que referiu ser claro no Programa do Governo que as alterações climáticas são uma prioridade máxima do Governo, solicitando ao Secretário Regional para este pormenorizar e reforçar quais as medidas e ações mais concretas, até porque fez parecer que existe um valor acrescido ao nível, por exemplo, do Projeto LIFE IP CLIMAZ, e portanto, a deputada gostaria de compreender melhor que medidas são essas e de que forma é que estão contempladas e que valor lhe está alocado.

Para responder à questão, o Senhor Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática mencionou que efetivamente a mitigação dos efeitos das alterações climáticas e a adaptação da Região a esta nova realidade foi sempre, desde o início das funções do XIII Governo Regional dos Açores, uma prioridade máxima. Foi percorrido um caminho muito importante com a implementação do Programa Regional para as Alterações Climáticas, que agora será revisto e que tem como programa operacional de implementação extraordinário o Projeto LIFE IP CLIMAZ. Além disso, foi desenvolvido o roteiro para a neutralidade carbónica dos Açores, fizeram um conjunto de investimentos muito significativos para minimizar riscos inerentes às alterações climáticas, como obras de estabilização costeira, obras de requalificação das linhas de água, intervenções de desobstrução e desassoreamento. Revimos um conjunto muito vasto de legislação em relação a esta matéria, aprovamos o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, aprovamos o Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região, foi criado também o Regime Jurídico Financeiro de Apoio à Emergência Climática, que é um instrumento extraordinário de solidariedade para, quando os restantes sistemas de apoio após uma intempérie estão esgotados, poder apoiar as famílias que de um momento para o outro veem a sua vida dificultada, com estragos que têm sido cada vez mais frequentes. Há problemas nos Açores de ordenamento do território, aquilo que já está construído está construído, agora há que também apostar num novo ordenamento do território e afastar cada vez mais as pessoas das zonas de risco. Essa é uma das medidas fundamentais, para além de um conjunto de intervenções que têm de ser feitas ao nível da requalificação do ordenamento agrário e florestal, no sentido de criar condições de infiltração da água, de impedir o escoamento das águas de forma livre, porque isso resulta normalmente numa quantidade de água que as nossas linhas de água não estão preparadas para escorrer, não têm secção de vazão suficiente, havendo um conjunto de investimentos que têm que ser feitos.

O projeto LIFE IP CLIMAZ é importantíssimo porque é a ferramenta operacional que temos para implementar grande parte das medidas que estão no Programa Regional para as Alterações Climáticas. Neste caso em concreto, é normal que existam aumentos de investimento porque é um projeto que ainda está em fase de capacitação, é um projeto para 10 anos que se iniciou em



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

2021, portanto ainda está em fase de capacitação. Só a aquisição das 9 viaturas elétricas, pick-up, ascende a um valor aproximado de 600 mil euros, e, portanto, é normal que haja de um ano para o outro aumentos de investimento, ao contrário dos projetos que já estão no fim de vida, como sejam o Projeto LIFE BEETLES ou mesmo o Projeto LIFE IP AZORES NATURA, que já está numa fase mais avançada, grande parte da capacitação já foi feita e, portanto, os investimentos são para a implementação de gestão corrente e das medidas que faltam implementar. Para além destes 675 mil euros nas viaturas pick-up, há um conjunto de aquisições de serviços de monitorização de águas interiores e de transição, da aquisição de 9 estações meteorológicas e também das transferências de verbas que estão destinadas a alguns dos parceiros deste projeto. É um valor muito significativo, mas que se justifica pelo facto de se estar numa fase de capacitação dos serviços para a implementação do projeto e, com isso, trazer uma dotação mais elevada.

Para concluir a sua audição, o Secretário Regional deu nota que o projeto para capacitação dos serviços operacionais da Secretaria com meios próprios para fazer uma manutenção preventiva é também um projeto muito importante. A extensão da rede hidrográfica dos Açores é de mais de 7 mil quilómetros, com 727 bacias hidrográficas. A responsabilidade de intervenção está dividida: é dos privados quando se fala de linhas de água privadas, mas dentro dos aglomerados populacionais a responsabilidade é dos municípios, e fora é do Governo Regional. São necessários meios para fazer essa manutenção. Através do relatório de estado das ribeiras, anualmente fazem uma monitorização e hierarquização das intervenções mais urgentes, mas não podem estar dependentes das prestações de serviços, até porque, por vezes, não estão disponíveis, sendo necessário fazer uma ação preventiva e ter capacidade de resposta na sequência de intempéries.

Há um conjunto de projetos que são importantes, como a criação do Observatório Climático do Atlântico, a modernização da estação da Montanha do Pico, e os radares meteorológicos, que não são um investimento do Governo Regional dos Açores, mas que são uma pretensão da Região há muitos anos. A rede regional de radares meteorológicos, que neste momento já está numa fase bastante avançada, estará concluída e a transmitir dados até o final do ano, ainda que numa fase experimental. Todos estes mecanismos que têm sido criados dotam a Região de uma capacidade de monitorização e avaliação enorme, mas também de intervenção, quer preventiva, quer reativa na sequência de acontecimentos que, infelizmente, têm sido cada vez mais frequentes. O que se espera é que haja um contínuo agravamento, tanto ao nível da frequência quanto da intensidade, desse tipo de fenómenos meteorológicos.



Audição do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, disponível em [Parlamento Online - Audição do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

O Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, Dr. Paulo Estevão, iniciou a sua intervenção referindo:

“Apresento aqui aquele que é o programa para a comunicação social, para os media. Temos aqui previsto um programa de apoio à comunicação social no valor de 2 milhões de euros e, depois, temos também o financiamento de obrigações específicas do serviço público de notícias e televisão, ou seja, da RTP Açores, de 220 mil euros, o que soma 2,2 milhões de euros de apoio aos media.

O que é que se pretende fazer? Vou explicar muito sucintamente. O que pretendemos é implementar um plano para os media açorianos que será apresentado ainda este mês de novembro e que tem quatro vertentes. O primeiro é SIM, o nome do programa, é a primeira vez que eu estou a dizer publicamente, será o Sistema de Incentivo aos Media e que irá substituir o PROMEDIA. É um sistema com base tradicional dentro daquilo que eram o conjunto de apoios que têm vindo a ser promovidos quer pelo atual Governo, quer pelos governos anteriores, mas com uma majoração de muitos dos itens que estavam a ser apoiados. Depois terá uma segunda vertente, que é a vertente da publicidade institucional, em que vamos ter, de facto, uma publicidade institucional que será centralizada, organizada e implementada por parte da Secretaria dos Assuntos Parlamentares e Comunidades e que irá promover e executar um programa de publicidade institucional. Sabemos que o programa de publicidade institucional vai ter que ser gerido com um grande rigor para que nunca se confunda em nenhum momento com qualquer género de propaganda. Portanto, serão mesmo assuntos que serão definidos como institucionais e absolutamente neutros do ponto de vista político e ideológico.

Depois vamos ter um programa de assinaturas, que é a terceira vertente, de assinaturas para as escolas e IPSS, que vai ser também um programa que nós queremos que tenha abrangência regional e, portanto, que também permitirá uma utilização muito maior e uma grande divulgação dos diversos jornais de âmbito regional e de ilha, que serão distribuídos quer na ilha, quer também em algumas outras ilhas, conforme a tradição. Por exemplo, o Diário Insular tem uma tradição muito grande em São Jorge, portanto, não será distribuído apenas na Terceira, mas também na ilha de São Jorge, e estes e outros exemplos que vos poderia dar a este nível.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Depois vamos ter um quarto pilar deste plano para os media açorianos, que é a formação para jornalistas, que será contratualizada com o CENJOR e cujo protocolo será elaborado ainda no mês de novembro. Este programa de formação para jornalistas prevê duas formações por ano, se for necessário, com várias secções, ou seja, porque o número máximo será de 20 jornalistas. Portanto, se uma formação tiver uma grande adesão por parte dos jornalistas, teremos uma segunda inscrição para essa mesma formação. Vamos fazer uma durante o primeiro semestre, podendo ser desdobrada conforme o interesse que despertar junto dos jornalistas, e um segundo momento de formação no segundo semestre do ano. Isto será já implementado, obviamente, em 2025.

Como é que serão escolhidas as temáticas? O que se pretende, e é o desafio que se vai lançar, é que o CENJOR e o Sindicato dos Jornalistas da Região Autónoma dos Açores possam chegar a acordo sobre as matérias que têm interesse. Ou seja, o governo não terá qualquer tipo de intervenção na escolha das temáticas e, obviamente, também não estará presente nos momentos de formação e na seleção que irá ser feita, porque isto será feito a este nível com estas entidades. Portanto, o governo não terá qualquer tipo de intervenção nesta matéria, a não ser de facto criar as condições, quer em termos de infraestruturas que possam ser utilizadas, quer em termos do pagamento das ações de formação e também das deslocações, obviamente, dos jornalistas e do alojamento e refeições, porque estas ações de formação terão dois momentos: uma formação à distância online, mas terão sempre todas elas uma formação presencial.

Prevê-se um modelo de inscrições que permita que participem jornalistas de todas as ilhas em que existem órgãos de comunicação social a funcionar e também da diáspora. Ou seja, terão estas condições. Vamos ter jornalistas da Região Autónoma dos Açores.

Vamos garantir que os diversos jornalistas de várias ilhas estejam presentes e também que estarão jornalistas das diversas zonas da diáspora, como Nova Inglaterra, Califórnia, Bermuda e Brasil. Evidentemente, não será proporcional, haverá mais jornalistas da Região Autónoma dos Açores, mas vamos garantir que os jornalistas da diáspora possam também estar presentes nestes momentos de formação. O objetivo é não só que obtenham essa formação, mas que também, através desta participação conjunta com jornalistas da Região Autónoma dos Açores, possam estabelecer sinergias e um conjunto de interações que acreditamos serem muito benéficas para a circulação da informação entre a Região Autónoma dos Açores e os vários órgãos presentes na diáspora. Portanto, tem estas vertentes, este plano para os media açorianos.

Quero também referir que já garantimos junto do Governo da República que este plano será executado em simultâneo com a aplicação no território da Região Autónoma dos Açores do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

próprio programa nacional. Tive a oportunidade de me reunir com o Senhor Ministro para garantir que este plano será aplicado e que o conjunto de incentivos e apoios financeiros permitirá que ambos possam ser aplicados em simultâneo na Região Autónoma dos Açores. Posso-vos dizer, por exemplo, que há um conjunto de medidas e, além de termos articulado com o Governo da República a execução do programa também no território da Região Autónoma dos Açores, vamos garantir, através da nossa Secretaria dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, nomeadamente pela área da comunicação social, que os órgãos de comunicação social da Região Autónoma dos Açores terão todo o apoio logístico e jurídico necessário para que se possam candidatar, recebam toda a informação e possam aceder aos programas nacionais. Ou seja, vamos funcionar com um conjunto de meios que temos, facilitando a execução do programa na Região Autónoma dos Açores, colocando-os à disposição dos órgãos de comunicação social regionais para todas as dúvidas e apoio logístico que necessitarem para executar o programa nacional.

Vale a pena referenciar alguns pontos em que vamos apoiar. Dou-vos aqui alguns exemplos: prevemos apoiar a oferta de assinaturas digitais aos alunos do ensino secundário. Durante dois anos, os alunos podem escolher um órgão de comunicação social do qual serão assinantes e não pagarão nada durante esse tempo. Isso é bastante positivo. Já fizemos um levantamento dos alunos do ensino secundário que temos na região. Vamos fazer chegar essa informação a nível nacional, ou seja, queremos ser proativos, não vamos esperar que nos perguntem nada. Já fizemos o levantamento, temos 4485 alunos em condições de poder aceder a este programa. Vamos também publicitar nas nossas escolas, transmitir que existe esta possibilidade e preparar logisticamente as escolas e os nossos alunos para poderem aceder e não perderem esta oportunidade de ter assinaturas de jornais durante dois anos. Portanto, vamos ser proativos, remetendo informação a nível nacional e nas nossas escolas, ajudando à concretização do Programa Nacional.

Outro exemplo é o incentivo à contratação de jornalistas e à retenção de talento, que é uma medida muito positiva. Vamos divulgar junto dos jornalistas um programa de apoio ou incentivo à contratação do primeiro jornalista. Temos órgãos de comunicação social que não têm jornalistas. Só para terem uma ideia, a contratação de um jornalista com os apoios previstos significa o pagamento total de uma retribuição mínima obrigatória, igual ou superior ao nível remuneratório nível seis do quadro Nacional de Qualificações, que é 1120 €, totalmente paga durante o primeiro semestre, a 100% no segundo semestre, a 75% no terceiro semestre e 50% no quarto semestre. Ou seja, durante dois anos, uma despesa com um jornalista, o primeiro jornalista, atingirá quase 20000€ de apoio, um apoio muito significativo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Também vamos apoiar a distribuição de publicações periódicas para as zonas de baixa densidade populacional. Temos várias ilhas onde não chegam os jornais, e estamos a ser proativos. Vamos reunir com as entidades e empresas responsáveis pela distribuição para encontrar uma solução para os Açores, nem que tenha que ser o Governo dos Açores a contribuir para que essa solução chegue a todos os territórios periféricos e que haja distribuição de jornais em todos os concelhos dos Açores. Vamos participar neste programa para que ele tenha êxito no conjunto do país.

Há um grande conjunto de apoios de âmbito nacional. Há também um grande esforço de formação a nível nacional para jornalistas, no âmbito da inteligência artificial. O que vamos fazer para que os programas sejam complementares é prever nas nossas ações de formação o conjunto de formações que o sindicato dos jornalistas considerar adequado e que os seus sócios e jornalistas reivindicam. Não vamos ter formação regional sobre inteligência artificial, uma vez que queremos que se aproveitem os momentos de formação e oportunidades de formação a nível nacional. Vamos complementar, portanto, os jornalistas terão a formação regional, que será de diferentes âmbitos a definir pelo sindicato, e depois terão acesso também a essa formação em inteligência artificial, que será realizada na região. O mesmo se aplica a um conjunto de apoios de diversa índole que estamos a garantir.

Em relação à RTP Açores, há uma preocupação legítima junto da opinião pública, tendo em conta que se vão diminuir as receitas que o grupo RTP terá acesso devido à extinção da publicidade. Obviamente, isso irá provocar uma diminuição de receita no Grupo RTP, e também nos preocupou se isso poderia ter qualquer tipo de impacto, quer em relação aos meios que serão afetos à RTP Açores, quer em relação à própria autonomia e sobrevivência da RTP. Foi-nos garantido que se manterão os atuais níveis de autonomia e que o princípio que o Governo da República pensa aplicar é “menos Lisboa, mais Portugal” nas diversas componentes, quer no interior do país, quer no que diz respeito às ilhas. Esse fantasma está, por assim dizer, afastado, mas obviamente, é nosso dever, do Governo dos Açores e do Parlamento dos Açores, estar atentos, fiscalizar as ações e verificar se as palavras depois correspondem aos atos.

Abertas as inscrições, o Deputado Pedro Pinto pediu a palavra, referindo:

“Eu gostaria, em relação a tudo o que disse, de me centrar naquilo que diz respeito à distribuição ou ao acesso que os jovens estudantes terão à comunicação social. É importante, se queremos ter uma sociedade desenvolvida, que as camadas mais jovens da sociedade percebam onde podem procurar informação credível. Nos dias que correm, se perguntarmos a um jovem em idade escolar sobre um determinado tema, onde obtive a informação, um número significativo responderá que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

a fonte de informação provém de uma rede social. A nossa sociedade ocidental e, conseqüentemente, a nossa sociedade açoriana corre esse risco. Se não tivermos uma ação firme junto das camadas mais jovens, de modo a orientá-los na pesquisa de fontes de informação que sejam credíveis, os órgãos de comunicação social têm um papel muito preponderante e responsável no nível de democracia que temos nos Açores, no nosso país e na Europa Ocidental, onde nos inserimos. Sob esse ponto de vista, o que eu gostaria de esclarecer junto de Vossa Excelência é se esta assinatura gratuita que os jovens estudantes terão acesso será de órgãos de comunicação social regional ou se eles poderão optar por algum órgão de comunicação social digital de âmbito nacional?”

Às questões levantadas, o Senhor Secretário Regional respondeu:

“De facto, é uma preocupação combater a desinformação, que afeta gravemente o sistema democrático. É preciso garantir que as pessoas têm acesso à informação independente, com critérios éticos e de verificação, e responsabilidade de quem a produz. É muito importante na sociedade atual ter órgãos de comunicação social funcionando, exatamente porque eles, tendo toda a proteção constitucional, também têm um conjunto de exigências legais que garantem que a informação fornecida é credível. Só podemos ter sociedades democráticas se as pessoas decidirem com base em informação correta. Há quem não esteja interessado nisso e espalhe desinformação, desvalorizando o papel dos órgãos de comunicação social. Cabe-nos criar mecanismos para impedir que isso aconteça. Esta oferta de assinaturas é uma medida de âmbito nacional. O que posso dizer é ler o que está previsto para ser o mais exato possível. Na medida número 29 do plano nacional, a oferta de assinaturas digitais a alunos do ensino secundário diz: ‘a oferta de assinaturas de jornais digitais generalistas a todos os alunos do ensino secundário, público e privado’. Nos Açores, são 4485 alunos e, no conjunto do país, são 400.000, com duração de dois anos. Portanto, a expressão é ‘jornais digitais generalistas’.”

Seguidamente, o Deputado Paulo Simões usou da palavra, referindo:

“Começo por salientar e parabenizar o governo regional por olhar para os apoios à comunicação social e alterar um apoio que já vinha de há uns anos, tendo sido útil e cumprido o seu serviço, mas carecia de uma revisão aprofundada. Desde logo, esta questão que o senhor deputado Pedro Pinto também já referiu de apoiar a leitura dos mais novos, porque se temos problemas de informação e desinformação, esses problemas começam nas escolas. O que não invalida que noutras matérias as próprias escolas se possam pronunciar sobre a aprendizagem da leitura crítica das notícias, e isso é muito importante. Mas é tão importante quanto as escolas terem acesso aos



jornais. Esta é uma medida que me parece adequada. Coloco agora uma questão que tem a ver com o apoio à publicidade. Uma das lacunas do PROMEDIA foi a de ser um apoio mais direcionado para a imprensa escrita, em detrimento das rádios, que sempre foram um parente um pouco mais pobre dos apoios dados ao longo dos anos. A minha pergunta é muito direta: este apoio à publicidade vai contemplar as rádios regionais? Já está pensado como vai funcionar para que as rádios não continuem a ser o parente pobre dos apoios à comunicação social nos Açores? Só uma chamada também, Senhor Secretário, os 2 milhões que a RTP vai perder em publicidade, creio eu que essa verba nunca foi transferida para a RTP. Se for uma parte dessa verba, são verbas que ficam na casa mãe em Portugal continental.”

O Senhor Secretário Regional respondeu:

“Sim, efetivamente o governo reconhece que as rádios têm sido o parente pobre dos apoios institucionais concedidos pela autonomia açoriana. Pretendemos reverter essa matéria. Compreendemos que o anterior governo da coligação e os governos anteriores tinham uma limitação legal, pois estes programas não podiam contemplar publicidade institucional por questões legais. A publicidade institucional nunca esteve nos programas porque não podia estar, e por isso foi criada agora esta vertente. É difícil, sabemos que é um terreno perigoso, por isso estes apoios não podem ser governamentalizados. A construção destes programas tem de ser uma questão de sistema automático do nosso sistema político autonómico, não pode ser de forma nenhuma instrumentalizado pelo Governo ou qualquer outra força política, porque estamos a falar na comunicação social, uma área sensível.

Nós compreendemos que seja agitado esse fantasma de controlar a comunicação social. As pessoas que fazem este tipo de crítica estão, na verdade, criticando a independência e o carácter dos jornalistas, porque os jornalistas dos órgãos públicos são financiados pelo Estado e isso não coloca em causa a sua independência. O mesmo se aplica aos órgãos de comunicação social, aos agricultores, aos pescadores e às várias atividades que são apoiadas, sem que isso coloque em causa a independência das pessoas. Por isso, temos consciência de que estes programas só funcionam se tiverem um amplo apoio dentro do sistema político, que tem de ser suprapartidário e não governamentalizado. Estes programas terão essa vertente de consulta permanente às diversas forças políticas, de forma que o programa seja controlado pelo conjunto do sistema e fiscalizado pelo sistema político açoriano. A questão da publicidade institucional permitirá dar, pela primeira vez, uma resposta efetiva às rádios, porque a publicidade será feita na televisão, nos jornais e também nas rádios. As rádios terão essa possibilidade, e isso é uma fórmula para ultrapassar os condicionalismos e o desequilíbrio nos apoios que privilegiaram os jornais e



significaram um apoio muito menos significativo para as rádios. Reconhecemos esse problema e que, de facto, foi isso que sucedeu.

De seguida, o Deputado Berto Messias pediu a palavra para referir:

“Eu não tenho propriamente uma questão direta para lhe colocar, tenho sim um comentário mais genérico, tendo em conta aquela que foi a sua apresentação inicial. A verdade é que é difícil para nós podermos apreciar em concreto aquilo que será a estratégia do Governo a implementar no próximo ano nos apoios diretos aos órgãos de comunicação social, tendo em conta que o programa que acaba de anunciar será consubstanciado em letra de lei, através de um decreto legislativo regional que todos teremos oportunidade de apreciar aqui na respetiva comissão parlamentar e no Parlamento. Portanto, aquilo que o senhor Secretário aqui traz é a declaração de intenções em nome do Governo relativamente àquela que é a estratégia do Governo sobre esta matéria. Ficamos a saber que a intenção é utilizar como base central do novo programa de apoio aquilo que consta atualmente no PROMEDIA, com um conjunto de majorações e especificações. Relativamente a isso, teremos que aguardar que esse diploma aqui chegue para que o possamos apreciar e dar nota das nossas exposições e contributos relativamente a essa matéria. No que se refere à publicidade institucional, essa é, de facto, uma matéria importante e relevante, mas que não deve ser confundida com o seu principal conceito. A atribuição de publicidade institucional, na nossa perspetiva, não deve ser vista como a concessão de um apoio, mas sim como a prestação de um serviço por parte do órgão de comunicação social à região. E julgo que dessa forma deve ser a abordagem correta, até porque existe já atualmente na região um quadro legal relativamente a essa matéria, que exige que seja publicitado periodicamente o relatório sobre a publicidade institucional que todos os departamentos do governo e até as autarquias locais utilizam. Relatório esse que tem que ser remetido periodicamente ao Parlamento, cumprindo todos os pressupostos de escrutínio fundamentais nessa matéria. Relativamente aos apoios, verificamos o valor que o governo consagra no plano de investimentos para esses apoios, cerca de dois milhões de euros. Cá estaremos para apreciar o diploma apresentado a este Parlamento em breve. Disse o Senhor Secretário que em novembro seria tornado público aquilo que constará nesse diploma, e cá estaremos para apreciá-lo e ver de que forma e em que medidas o Governo pretende aplicar e implementar esses apoios.

Partilhando também as perspetivas do Governo relativamente a essa matéria, dizer-lhe, Senhor Secretário, que o senhor refere um conjunto de medidas e de apoios nacionais que também serão aplicados aqui na nossa região. Permita-me dizer-lhe, para terminar nesta primeira intervenção, que não se deve comover com a bonomia do Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares



relativamente à RTP Açores. É certo que as questões relacionadas com a RTP Açores não têm impacto direto no plano de investimentos, e nós certamente teremos outras oportunidades de discutir RTP Açores no Parlamento e na Comissão, que terá também a obrigação de apreciar o relatório anual dos membros do Conselho de Opinião da RTP e do plano de atividades do próprio Centro de Produção Regional da RTP Açores. Todos nós nos lembramos das afirmações e vontades muito infelizes de antigos governos do PSD que queriam fazer da RTP Açores uma mera janela de transmissão de 4 horas, o que suscitou um movimento cívico muito relevante e importante na nossa região, com o envolvimento dos vários partidos políticos com assento neste Parlamento, que impediram essa ideia simplista de fazer da RTP Açores uma mera janela de transmissão. Isso seria uma machadada tremenda na coesão territorial e no papel histórico que a RTP Açores tem e que é comumente conhecido e entendido por todos. É certo que há uma estratégia nova para a RTP, e pode dizer-se que a estimativa dos 2 milhões de euros de receita que eventualmente deixarão de existir seria receita publicitária nacional. Mas a verdade é que abdicar dessa receita pode implicar um conjunto de reestruturações que tenham impactos também nos centros de produção regionais e no caso da RTP.”

Portanto, aquilo que posso dizer em nome do Grupo Parlamentar do PS, e espero e acredito que teremos também essa perspetiva da parte do governo regional, é que não baixemos a guarda e que nos mantenhamos atentos relativamente a este processo de reestruturação da RTP, que, na nossa perspetiva, numa primeira abordagem, não faz qualquer sentido e que pode ter, de facto, impactos na nossa região. Porque volto a dizer, nós não nos esquecemos da agenda que existia no anterior governo do então Ministro da Presidência, Miguel Relvas, que queria fazer da RTP Açores uma janela de transmissão muito reduzida, comparativamente àquilo que temos hoje. Portanto, o movimento cívico que na altura se gerou e se criou, Unidos pela RTP, teve os seus frutos, felizmente. Devemos, pelo menos, mantermo-nos atentos e não nos comovermos com a bonomia do Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares numa reunião consigo. Resumindo, relativamente aos apoios para o próximo ano, temos aqui a intenção do governo regional e o valor que está definido no plano de investimento. Mas a verdade é que teremos de aguardar por aquilo que será consubstanciado em letra de lei no diploma, no caso do decreto legislativo regional, que vai materializar esses apoios. Cá estaremos para, no âmbito das nossas competências enquanto grupo parlamentar, conversarmos e darmos os contributos que acharmos por bem.”

O Senhor Secretário Regional respondeu:

“Agradeço a reflexão que o senhor deputado Berto Messias partilhou connosco, que é uma reflexão muito válida, obviamente, porque além de toda a experiência parlamentar que tem,



também tutelou este setor e, portanto, tem um conjunto de experiências acumuladas que são importantes para o Governo e que o Governo ouve com atenção.

Da nossa parte, obviamente, valorizamos o facto de o Partido Socialista ter apoiado o programa de apoio extraordinário à comunicação social, que foi aqui aprovado, com um apoio de 480000€, tendo inclusivamente introduzido alterações ao diploma que nós consideramos que enriqueceram o diploma. Portanto, é a forma de trabalho que continuamos a querer manter no âmbito do programa que vamos apresentar, que será discutido em Comissão e que estamos absolutamente disponíveis para recolher contributos por parte de todos os partidos e, neste caso, do Partido Socialista. Sabemos que o Partido Socialista privilegia o apoio à comunicação social e a manutenção da comunicação social como um fator muito importante para a vitalidade da democracia. Sabemos que partilhamos estes valores, partilhamos esta visão e agora é criar o instrumento que possa corresponder de forma eficaz ao que pretendemos atingir. O que pretendemos atingir é que a sobrevivência dos órgãos de comunicação social e o serviço extraordinário que prestam à democracia nos Açores e no conjunto do país sejam garantidos. Portanto, vamos manter esta forma de trabalhar.

Em relação àquela que é a visão do senhor deputado Berto Messias sobre o que deve ser a publicidade institucional, que deve ser sobretudo considerada, em primeiro lugar, como uma prestação de um serviço, concordamos em absoluto. Também concordará comigo, Senhor Deputado, que esta prestação do serviço deve ser paga, e é isso que pretendemos fazer, ou seja, contratar a prestação de um serviço e garantir que o mesmo seja devidamente pago.

Em relação à questão da RTP Açores, que levantou sobre a sua autonomia, manutenção da sua integridade em termos de funcionamento e também em relação ao seu financiamento, eu tive o cuidado, na minha primeira intervenção, de dizer que estarei vigilante. Ou seja, o governo regional estará vigilante em relação a estas temáticas. Sabemos que depois criam-se várias circunstâncias, às vezes há esquecimentos. Percebemos isso, portanto, nada melhor do que estar muito atento a tudo o que se passa e estar permanentemente fiscalizando aquilo que acontece. Fiscalizando não é a terminologia adequada, mas estar atento àquilo que vai acontecendo e de que forma estes programas de apoio nacional estão a ser executados.

Como lhe disse, Senhor Deputado, nós temos uma postura proativa. Não estamos à espera que o Ministério nos pergunte quantos alunos do ensino secundário temos e onde estão. Nós vamos dizer-lhes quantos alunos do ensino secundário temos e onde estão. Ninguém nos perguntou ainda, mas já estamos a fazer, já estamos a produzir essa informação e também estamos a



sensibilizar as nossas escolas e os nossos alunos. Vamos fazer esse trabalho para que este programa seja aproveitado, porque o problema dos programas nacionais é que existem, mas a queixa que tive a oportunidade de recolher junto da comunicação social é que são muito complexos. O seu acesso até ao momento tem sido muito complexo e muita gente desiste devido ao intrincado burocrático. Portanto, a primeira coisa que nos lembramos de fazer foi dar o apoio logístico para aceder aos programas nacionais e, em segundo lugar, dar o nosso próprio contributo no sentido de permitir que o programa seja devidamente divulgado e aproveitado. Não podemos desperdiçar o conjunto de meios nacionais que podem ser utilizados pela Região Autónoma dos Açores, pelas nossas escolas, pelos nossos alunos e outras entidades, como os órgãos de comunicação social. Por exemplo, há uma medida em relação à formação dos gestores dos órgãos de comunicação social, no sentido de melhorar a gestão desses órgãos. Acho essa medida importante também para nós. Temos a certeza de que as medidas vão ser aplicadas aqui, mas vamos também divulgá-las. Vamos fazer tudo para que os diversos agentes interessados possam utilizá-las. Realmente, existir uma formação específica para os gestores dos órgãos de comunicação social, no sentido de melhorar a forma como gerem esses órgãos, é importante, tendo em conta a situação em que se encontram. Todos nós temos muito a aprender, todos nós temos muito a melhorar nas práticas de gestão. Portanto, essa formação não é só para os jornalistas, mas também para os gestores.

É mais uma novidade que o programa nacional tem e que queremos que seja implementado. Mais uma vez, não vamos ficar à espera, vamos publicitá-lo, vamos sensibilizar os órgãos de comunicação social para que possam aproveitar esses recursos nacionais. Muitas vezes, o que tenho reparado em várias áreas é que os apoios nacionais, por inércia, por estarem distantes ou por distração, não são devidamente aproveitados. Vamos tentar que este programa seja devidamente aproveitado na região, em complemento ao nosso. Para terminar, dizer que tivemos que redesenhar o nosso programa porque há alguns apoios em que há um apoio, imaginem, de 20 ou 30% em relação a determinado item. Então, o que fizemos foi colocar mais 50 ou 60% para que o apoio possa ser complementar. Se tínhamos um apoio, imaginem, de 80%, era uma parte, pelo menos 10%, que se iria desperdiçar do apoio nacional. O que queremos é aproveitar integralmente o apoio nacional. Portanto, os nossos apoios foram redesenhados para que, em complemento com o programa nacional, possam atingir o grau máximo de extensão e o apoio nacional possa ser aproveitado a 100%.”

No uso do seu direito de réplica, o Deputado Berto Messias mencionou que:



“Quero referir duas das últimas questões que o Senhor Secretário referiu. Em primeiro lugar, reiterar, e vejo que estamos alinhados nesse propósito, que é fundamental que nos mantenhamos atentos e que possamos usar todos os instrumentos e parcerias institucionais à nossa disposição, desde logo com os nossos representantes na Assembleia da República do Partido Socialista, do PSD, da Coligação e também do Chega.

Relativamente à questão da RTP, acho e entendo que essa é uma matéria sobre a qual devemos ter grande atenção, porque a agenda subjacente à reestruturação que se pretende fazer na RTP SA pode ter, de facto, impactos e contornos negativos para uma região como a nossa, tendo em conta o papel que tem uma instituição como a RTP. Não nos devemos deixar embarcar naquelas teorias e narrativas de café, que dizem que cada vez se vê menos a RTP Açores e que as pessoas já não veem. Tudo isso ajuda a construir uma narrativa prejudicial para a instituição RTP e aquilo que ela representa para uma região como a nossa e que tanto nos tem dado. A história contemporânea dos Açores confunde-se com a história da RTP Açores, e ainda bem que assim é. Tudo aquilo que tem permitido aos açorianos, nós não podemos, nem devemos, baixar a guarda relativamente a essa matéria. Vejo que estamos alinhados nessa preocupação, e é importante que isso possa ser cada vez mais formalizado do ponto de vista institucional. Aconteça o que acontecer na reestruturação nacional da RTP, o centro de produção regional da RTP Açores não deve ser beliscado e deve, pelo contrário, ter os seus meios reforçados, quer do ponto de vista de equipamentos, quer do ponto de vista de recursos humanos. Essa deve ser uma preocupação permanente de todos nós.

A segunda questão tem que ver com aquilo que referiu relativamente aos apoios nacionais. De facto, porque tive responsabilidades diretas, permito-me uma referência pessoal sobre essa matéria. Na altura, quando tínhamos os incentivos de Estado, apoios nacionais que eram cumulativos com os apoios regionais, tivemos que afetar uma pessoa que lidava com a comunicação social permanentemente, precisamente para ajudar a decifrar e a construir as candidaturas aos incentivos de Estado, que eram extremamente burocráticas e complexas. Em órgãos de comunicação social ou empresas de comunicação social de menor dimensão, com poucos meios, era difícil conseguir decifrar todas aquelas candidaturas. Houve várias empresas de comunicação social regional que concorreram a esses incentivos de Estado, e ainda bem que assim foi. Portanto, realçar que é importante que haja essa disponibilidade do Governo de apoiar as empresas de comunicação social nesta perspetiva logística e administrativa, que, parecendo que não, tem a sua complexidade e pode fazer muita diferença, sobretudo nas empresas mais



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

pequenas das ilhas mais pequenas, que vêm aqui boas fontes de apoio para o desenvolvimento da sua atividade.

Para terminar, Senhor Presidente, Senhor Secretário, dizer que cá estaremos aguardando o diploma que será entregue em breve a este Parlamento para que possamos fazer a apreciação e dar os contributos que entendermos necessários sobre aquilo que passará a consubstanciar os apoios públicos à comunicação social privada na nossa região. Obrigado.”

Em resposta às questões levantadas pelo Deputado Berto Messias, o Senhor Secretário Regional respondeu que concorda com a intervenção que foi feita e, portanto, subscreve.

Na segunda ronda, o Deputado Paulo Simões pediu a palavra para voltar a deixar algumas questões, referindo:

“Senhor Secretário Regional, também vou exercer aqui a figura de estilo do senhor deputado Berto Messias de fazer mais um comentário do que uma questão. Eu percebo a questão da narrativa de que a RTP não é vista. A perceção de quem anda na rua é o contrário, de facto a RTP é vista, há momentos que são muito vistos, o que reforça o papel que a RTP Açores deve e pode ter. Isto vai entroncar na questão dos meios humanos e materiais que são necessários. O PSD comunga da preocupação de que temos que ter um centro de produção regional da RTP sólido e com os meios necessários para fazer mais e melhor, não esquecendo também a questão da legalização dos trabalhadores da RTP Açores, que devem estar todos conforme as regras laborais. A RTP Açores, de facto, é vista. Há momentos, e quando falo em momentos, falo em programas específicos, para além do telejornal, que sem qualquer registo de audiência, mas de forma empírica, a opinião pública, a Vox Populi, é de que a RTP, de facto, tem muita audiência nos Açores e continua a ser um fator determinante na união dos açorianos. O PSD está ao lado da importância da RTP Açores e do esforço que possa ser feito para que o serviço público de rádio e televisão, não apenas de televisão, mas rádio e televisão, seja mantido. Em questões de catástrofes e tragédias, mais até do que a televisão, é a rádio que mantém os Açores informados e os açorianos informados. Daí a importância de nunca esquecermos também a rádio. Desculpe estar a insistir na rádio, mas a rádio tem sido por vezes esquecida.”

O Senhor Secretário Regional respondeu:

“Bem, eu concordo com a intervenção. Da parte do governo, temos essa visão. Aliás, noutras funções bati-me muito para que os plenários do Parlamento fossem transmitidos, e tenho essa informação de que é o programa mais visto neste tempo. Portanto, só por aí podem ver o impacto



que tem. Esta semana de plenários é vista por muita gente, mas não só nos Açores. Já tinha essa percepção como deputado quando me desloquei junto da diáspora e agora como governante. Há um conjunto enorme de açorianos na nossa diáspora que às vezes ficam até horas, até à meia-noite, para poderem ver o telejornal e os trabalhos do parlamento. Veem muito a RTP Açores, é de facto muito vista não só na Região Autónoma dos Açores, mas também em toda a nossa diáspora. É incrível. Se tiverem essa experiência, quem vá à Califórnia, à Nova Inglaterra, os políticos açorianos são conhecidos no meio da América, são reconhecidos. As pessoas conhecem, obviamente, porque veem RTP Açores. Portanto, tem um grande impacto, muito mais que nesta região, não é com os 39000 habitantes, muito mais também em todo o mundo açoriano. Muita gente vê a RTP Açores, vê um grande conjunto de programas. Tenho esta informação: interessam-se por política, veem política e gostam de ver os trabalhos dos plenários e os posicionamentos dos diversos partidos políticos.

Dizer também que da parte do Governo existe essa preocupação. Vejam que o apoio é de 220 mil euros por parte do Governo. Mas este apoio tem de ter um limite porque não podemos substituir-nos ao Estado. Isto é uma responsabilidade do Estado, não podemos substituir-nos ao Estado em nenhum setor porque seria um erro para a região.

O Estado central ficaria muito contente se nós substituíssemos o seu papel no âmbito do financiamento da Universidade dos Açores, no âmbito do financiamento da RTP Açores, tudo o que nós pudéssemos financiar, ficariam contentíssimos por não terem de fazer a sua parte, seja qual for o Estado central. Portanto, também não podemos cair no erro de nos substituir ao Estado central e aquilo que são as suas obrigações do ponto de vista constitucional e dos setores que eles devem pagar e que são da responsabilidade do Estado.

O que nós podemos fazer é aquilo que estamos a fazer, que é ser complementares. Este apoio de 220 mil euros significa que nos preocupamos também com a RTP Açores e que estamos a contribuir com um programa complementar, mas a obrigação continua a ser do Estado. Como disse, vamos estar muito atentos a tudo o que diga respeito à RTP Açores, vamos acompanhar de perto e vamos estar sempre em diálogo com o Governo da República para que a autonomia da RTP Açores seja absolutamente respeitada e para que exista não uma diminuição, mas sim um reforço de meios.



Audição do Senhor Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, disponível em [Parlamento Online - Audição do Senhor Secretário Regional da Agricultura e Alimentação - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

O Senhor Secretário Regional da Agricultura e Alimentação iniciou a sua intervenção referindo que:

“É sempre uma satisfação vir aqui à Comissão para prestar contas e esclarecimentos sobre os instrumentos de planeamento para 2025, ou seja, o plano e o orçamento para a agricultura e alimentação. Em concreto, falamos das políticas agroambientais e, em especial, do bem-estar animal. Serão essas as duas temáticas às quais me cingirei.

Uma apreciação global sobre o Plano e Orçamento para 2025: este plano contempla a maior dotação orçamental de sempre para as diversas áreas de agricultura, alimentação e bem-estar animal. São 78 milhões de euros, mais 9,2 milhões de euros do que em 2024, o que perfaz um acréscimo de 14,3%. Estamos, portanto, perante a maior dotação orçamental de sempre na história dos Açores.

No que diz respeito às questões ambientais, as nossas políticas para o agroambiente contemplam um conjunto de objetivos que, se me permitem, irei numerar para depois passar à materialização e aos resultados dessas mesmas políticas públicas.

Por um lado, pugnamos pela sustentabilidade agroprodutiva, por uma agricultura de baixa produção de carbono e incentivo à sua retenção, pela promoção da economia circular na agricultura, pela bioeconomia aplicada, pela formação para a naturalidade dos alimentos, pelo acompanhamento e conservação dos solos, pelos pagamentos compensatórios agroambientais e pelo investimento em recursos hídricos. Pugnamos ainda por mais qualificações comunitárias, ajustadas às condições edafoclimáticas dos nossos nove territórios, pelo combate ao desperdício alimentar, por uma agricultura de precisão dedicada, sem desperdício dos meios e recursos endógenos, e também pela melhoria do rendimento dos açorianos que se dedicam à produção de agroalimentos, tendo na sua ação e no seu planeamento as questões agroambientais.

Que políticas públicas e que resultados temos vindo a ter no âmbito da Secretaria da Agricultura e Alimentação? Desde logo, uma agricultura biológica, com um crescimento de 3.000 hectares em 3 anos, um POSEI com majorações para a pecuária biológica, nomeadamente nos apoios referentes ao abate de bovinos, ao prémio à vaca leiteira, ao litro de leite produzido, um POSEI com majorações no âmbito da produção vegetal biológica, com majorações, nomeadamente na



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

horticultura, na fruticultura e na produção de banana. Reabrimos a novos produtores as candidaturas às medidas agroambientais e agricultura biológica e repusemos os montantes diminuídos nas ajudas compensatórias. Apoiamos em 70% as despesas com a certificação dos sistemas produtivos em modo de produção biológico, incentivamos a existência de pastagens biodiversas, com o apoio de 50% na compra de sementes de trevo, principalmente de trevo, mas a abrangência é leguminosa, que tem sido contemplada e abrangida em mais de 1.000 hectares de pastagem nos Açores. Apoiamos em 80% a compra de sementes de milho e de sorgo e, como tal, batemos o novo recorde na nossa área de produção de milho, são mais de 14.000 hectares, o que significa uma diminuição da importação de energia alimentar animal, com ganhos ao nível do ambiente.

Foi implementado um programa para a naturalidade dos alimentos, que vai na sua 3ª edição e este ano já percorreu cinco ilhas, com mais de 1.000 participantes, mais de 50 ações de formação, não só para produtores, mas também para consumidores, fechando assim o ciclo completo desde a produção ao consumo.

Melhoramos o programa de análise de solos. Disponibilizamos uma política de reconversão da bovinocultura de leite para a bovinocultura de carne em quatro ilhas (São Miguel, Graciosa, Terceira e Flores) onde foram abrangidas mais de 1.101 explorações em 3 anos, com a atribuição de 5.719 direitos de vacas aleitantes.

Foi ainda criada uma medida para a diminuição voluntária da produção de leite para as ilhas de São Miguel, Graciosa e Terceira, contemplando 528 produtores em 2022 e 460 produtores em 2023, ou seja, uma reconversão de leite para carne, havendo menos pressão sobre os nossos recursos endógenos. Estamos a construir novas medidas de cariz agroambiental, como a agricultura regenerativa, isentrópica e outras práticas de naturalidade no programa PEPAC. Existem mais qualificações comunitárias, como a carne Ramo Grande DOP, o alho da Graciosa IGP, a manteiga DOP e estamos a preparar o caderno de certificações para o Borrego de Santa Maria e o nabo da terra de Santa Maria. A produção de carne IGP aumentou 11% em 2023 comparativamente a 2020. Aumentamos o apoio por animal à raça autóctone Ramo Grande em 25% e criamos apoios à raça autóctone da Catrina, uma vez que as raças autóctones têm um ajustamento ao território e às condições edafoclimáticas históricas.

Estamos a realizar a experimentação de pastagens leguminosas na Graciosa. Incentivamos a recuperação dos olivais na ilha Terceira e de figueiras na ilha do Pico, que são espécies adaptadas, e temos neste plano uma ação específica sobre as perdas de desperdício alimentar, ou seja,



queremos sistemas alimentares que sejam nutricionais, sustentáveis, saudáveis, inclusivos e resilientes.

No que diz respeito às questões de bem-estar animal, saliento algumas ações. Desde logo, a ação 7.1.25 referente ao Provedor Regional do Animal, cujo Decreto Regulamentar Regional está já para publicação. Depois, a ação 7.2.1 que se refere ao Agroalimentação, Clima e Agricultura Biológica, com uma dotação de 11 milhões de euros. A ação 7.2.4 que se refere ao bem-estar de animais de companhia, errantes e sua etologia. Acrescentamos aqui etologia porque nem todas as raças têm o mesmo comportamento e o bem-estar animal deve estar ajustado aos comportamentos das raças. A ação 7.2.32 refere-se ao programa de identificação e esterilização de animais de companhia, com os centros de recolha, com uma dotação de 200 mil euros. A ação 7.2.33 refere-se aos cuidados médico-veterinários para animais de companhia. A ação 7.2.3 refere-se ao melhoramento genético e ao bem-estar animal, que tem um reforço de 200 mil euros e que está relacionado com o selo de bem-estar animal para as explorações agropecuárias. A ação 7.2.7 refere-se à GeoBio Ocidental, que se dedica especificamente à agricultura biológica no grupo ocidental, e a GeoBio Graciosa, na ação 7.2.17, que também tem uma componente de tornar toda a agricultura na ilha Graciosa em modo de produção biológica. A ação 7.2.8 refere-se à economia circular. A ação 7.1.12 refere-se às infraestruturas de apoio à segurança alimentar e à saúde animal, que têm a ver com políticas ambientais e de prevenção, tanto do ambiente como da saúde humana. A ação 7.3.6 refere-se às estruturas de apoio à agricultura, em especial ao bem-estar animal a serem construídos em algumas ilhas. Ainda, a ação 7.2.5, no âmbito da sanidade e proteção das culturas. A ação 7.2.24 refere-se ao acompanhamento e monitorização do controle de pragas agrícolas, que sofre um acréscimo de 150%, ou seja, mais 300 mil euros para o combate das pragas e, portanto, também no âmbito da prevenção ambiental. A segurança alimentar e sanidade animal, com um acréscimo de 3%, são 2,9 milhões de euros para os planos de controle e erradicação.”

Seguidamente, a Senhora Deputada Patrícia Miranda pediu a palavra para intervir, referindo que “quando analisamos um plano de investimentos para um setor tão importante como a agricultura, há determinados aspetos que nós temos de ter sempre em consideração e ter muito presentes no nosso discurso. O Senhor Secretário falou em alguns dados que são de facto muito importantes, alguns valores e ações que são determinantes para o sucesso do nosso setor. Uma das medidas que mencionou diz respeito ao apoio e à aquisição de sementes e falou na questão dos hectares. É de facto uma glória para os Açores ter neste momento mais de 14 mil hectares em produção de milho, mas eu gostava de lhe lembrar que em 2020, a produção de milho nos Açores já era de



13.739,5 hectares. O que o Senhor Secretário está a dizer é que em 4 anos, aquilo que este Governo, com as suas políticas, conseguiu aumentar na produção de milho foi 300 hectares de terra, o que representa cerca de metade de um campo de futebol.”

Continuou referindo que “o facto é que não basta só anunciar as medidas para o sucesso de uma prática, é também preciso salvaguardar todos os seus constrangimentos e um deles, um dos constrangimentos à produção de milho, são as pragas, nomeadamente o aumento de ratos, quer na altura da sua sementeira, quer na altura da sua colheita. Nós todos sabemos que o aumento de pragas nos Açores é visível, o aumento de ratos tem tido relevância importante, desde 2022 que o problema vem assumindo dimensões deveras preocupantes. Isto também tem um impacto na saúde pública, nomeadamente nos casos de leptospirose, e aqui também aproveitava para lhe perguntar se o Senhor Secretário tem em mente o aumento da incidência do número de casos de leptospirose no último ano. Outra questão que também gostava de colocar era quais foram as medidas de proteção das culturas e de controlo de pragas implementadas em 2024 e quais são aquelas que serão implementadas em 2025. Perguntar-lhe também que ações foram desenvolvidas para apoiar os agricultores pelos prejuízos que estas pragas causaram em 2024 e que apoios estão desenhados para colmatar estas questões em 2025. Perguntar-lhe também, em que fase está a desratização rua a rua, que o Senhor Secretário referiu na apresentação do último plano e orçamento e que, de facto, é relevante para nós percebermos como é que 2025 vai arrancar com este plano, porque de facto, aqui o essencial é uma ação concertada entre todos. Não são só os agricultores que têm de fazer a sua parte, porque já a fazem mesmo com todos os custos e dificuldades que lhes acrescem, é também responsabilidade nossa, do público em geral, do governo, das autarquias e de todos aqueles que podem colaborar. Outra questão que também lhe gostava de colocar diz respeito à Comissão de Gestão Integrada de pragas e Roedores, perguntar-lhe, neste momento, quem é o novo Coordenador desta Comissão.”

O Senhor Secretário Regional respondeu que “a área de produção de milho tem vindo a aumentar e foi mais de mil hectares, comparativamente a 2018. Eu nunca esperei ver o PS, que não conseguia aumentar a área de produção de milho regional, dizer que a nossa área de produção, que aumentou, é pouco. Ora, chegamos ao ponto em que a crítica é dizer que é pouco, quando se fez menos nas governações do PS, mas também quando se cortava no apoio à área de milho, com um corte de 50% no apoio. Anunciava-se 50 euros por alqueire e pagava-se 25 euros, ou seja, cortava-se metade do apoio que se anunciava à produção da área de milho.

Referiu ainda que, o PS cortava, por ano, 16 milhões de euros aos apoios aos agricultores e 50% do apoio que cortava era na área da produção de milho. Portanto, estamos perante um PS que,



para além de não ter feito melhor do que nós, cortava e ainda diz que o que aumentamos é pouco. Peço desculpa, mas criticar por estarmos a fazer melhor quando se fez pior, quando se cortou nos apoios, quando se produziu menos, é politicamente hilariante. É preciso não ter hipocrisia política e, de algum modo, ter alguma moralidade política no sentido de criticar quando se fez pior. As governações do PS fizeram o pior, não apoiavam a produção de milho, cortavam metade daquilo que era o apoio, enganavam os agricultores quando anunciavam 500 euros por hectare e pagavam apenas 250 euros. O agricultor, quando fazia a candidatura, pensava que ia receber 500 euros e afinal recebia 250 euros. Isso é enganar os agricultores.

Relativamente à questão das pragas para o próximo ano, de facto, um aumento de 150% para o combate às pragas é algo que tem vindo a preocupar. Recordo que foi o PSD que apresentou nesta casa uma resolução, da qual fui o primeiro subscritor, para que se criasse um plano de gestão de pragas. Foi a partir daí que se criou um plano de gestão de pragas nos Açores, porque antes não havia, e foi aprovado e criado o plano de gestão pelo Governo do PS, mas fomos nós que demos o primeiro passo relativamente a essa questão.

O aumento daquilo que são as disponibilidades, em toneladas de rodenticida, aumentou este ano. Neste momento, dependendo da ilha, como a Graciosa e São Jorge, que estão a fazer uma desratização local a local, São Miguel são as juntas de freguesia e nas outras ilhas são os Serviços de Desenvolvimento Agrário, não há falta de rodenticida em nenhuma ilha. Em colaboração com as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia, não há falta de rodenticida em nenhuma ilha e está a ser disponibilizado rodenticida para todos os agricultores. E é a segunda vez no ano que está a ser disponibilizado.

Foi criada uma aplicação, divulgada nas redes sociais, RDP e RTP, de responsabilização ao combate das pragas, porque o combate das pragas faz-se com a responsabilização de todos e basta um falhar para não conseguirmos, de facto, o combate na íntegra e na totalidade. As associações agrícolas estão a participar, a Federação Agrícola está a participar, estamos todos a participar naquilo que é um combate de facto, rua a rua.

Com este aumento de verba estão previstas ações, de facto, nas ilhas onde não existe uma desratização rua a rua para que aconteça este inverno. Qualquer ação de desratização tem de ter determinados cuidados ambientais e de proteção das aves. Não podemos fazer como se fazia nos anos 80, que era só distribuir rodenticida em qualquer sítio. Portanto, é esta precaução, essa estratégia que está a ser preparada com todos: juntas de freguesia, Câmaras Municipais, departamentos do Governo Regional, associações agrícolas, Federação Agrícola, para que



possamos fazer rua a rua. Iniciámos uma sensibilização nos meios de comunicação social, nas redes sociais, aumentamos a disponibilidade de rodenticida. Não há falta de rodenticida como aconteceu no passado e estão abertas as entregas de rodenticida. Portanto, agora passamos a uma fase seguinte porque a primeira responsabilização é nossa, enquanto cidadãos açorianos, levantarmos o rodenticida e, a seguir, se não for necessário fazer uma desratização porque a intervenção individual de cada um teve o resultado esperado. Mas, naturalmente, vamos fazer em determinadas zonas, em determinadas ilhas e em outras ilhas por completo se for necessário.

Relativamente aos casos de leptospirose, eu não tenho conhecimento de casos de leptospirose, não estou a dizer que não existam, mas não me têm transmitido esses casos. Acho que isso é melhor perguntar ao Departamento da Saúde sobre essa questão. Obviamente, é algo que nos preocupa e que já houve, no passado, vários casos de leptospirose.

Tendo em conta esta preocupação, criamos uma Comissão, da qual faz parte também o Departamento da Saúde, e já tivemos algumas reuniões para preparar essa estratégia para 2025, da qual se incluem um conjunto de ações no terreno, no âmbito da disponibilização do rodenticida e da sensibilização, mas também numa estratégia rua a rua para algumas ilhas, que será na totalidade, mas outras que serão por fases, uma vez que pela sua dimensão e por não haver recursos humanos suficientes, não é possível fazer-se tudo ao mesmo tempo.

A Senhora Deputada Patrícia Miranda, no seu direito de réplica, lamentou que o Governo Regional continue sempre no mesmo discurso sobre hipocrisia política e falta de moralidade. Continuou referindo que “não é o PS que tem hipocrisia política porque limitei-me a constatar um facto. É um facto, e não usei dados de 2018, eu usei os dados de 2020. Seja sério também quando apresenta os dados e, em 2020, ainda era o Partido Socialista que governava. Portanto, nos dados do SREA, que são públicos, em 2020, a área de produção de milho era 13.795 hectares. Se o Senhor Secretário diz que hoje são mais de 14.000 hectares, é só fazer as contas. Portanto, hipocrisia política e falta de moralidade não é o PS que a tem e ainda digo mais, não lhe estou a criticar por aumentarem, muito pelo contrário, se realmente houve um aumento de 300 hectares, ainda bem, é sinal que os agricultores, apesar das dificuldades que têm tido, continuam nas suas práticas e continuam a dar aos Açores aquilo que de melhor fazem, que é produzir. Portanto, nesse aspeto, se o Senhor Secretário Regional entendeu que é uma crítica, é porque, de facto, sabe que eu sei que era possível fazer muito mais.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Não respondeu à questão do Coordenador da Comissão. Portanto, eu perguntei-lhe quem é o novo coordenador da Comissão de Gestão Integrada de Pragas e Roedores e, também, já agora, questiono-lhe quando vai estar pronta a estratégia que o Senhor Secretário anunciou.”

O Senhor Secretário Regional respondeu que “a Senhora Deputada Patrícia Miranda fez uma crítica quando diz que é pouco o crescimento atual, comparado com 2020. Obviamente que é uma crítica e eu limitei-me, de facto, a suportar os dados e a retribuir o que era uma crítica, em termos de moralidade e consciencialização daquilo que eram as vossas políticas públicas para a produção fiscal, que era de enganar os agricultores relativamente aos apoios.

Os dados do SREA são completamente diferentes dos dados das candidaturas. A área que aumentou relativamente a 2018 são mais de mil hectares e, portanto, quando critica o pouco crescimento, o que está a fazer é criticar a vossa política de cortes nos apoios comunitários. Cortaram deliberadamente e durante anos, quando incentivavam de maneira enganosa aquilo que era a produção de milho nos Açores.

Relativamente ao Coordenador da Comissão de Gestão Integrada de Pragas e Roedores, tenho a informar que será indicado um novo coordenador, apesar de ainda não ter o nome, mas estamos a trabalhar nisso. Quanto à estratégia, será apresentada até ao final do ano, embora já tenha dito vários componentes dessa estratégia que já estão em atuação, nomeadamente a sensibilização nos meios de comunicação social (RDP e RTP), nas redes sociais e a disponibilização como nunca de rodenticida em todas as ilhas. Levando a uma responsabilização individual também de cada um. Se tudo isto for paulatinamente seguido, mais facilmente conseguiremos ter uma desratização rua a rua, mas já foram avançadas etapas fundamentais, como o Plano de Gestão de Pragas.

Com o plano para 2025, que é o maior plano de sempre em agricultura, são 78 milhões de euros. Não há comparação igual em agricultura, são mais 9,2 milhões de euros para 2025, com um acréscimo nesta área de 150% na verba para a gestão das pragas.”

Seguidamente, interveio o Senhor Deputado Paulo Chaves referindo que “estava à espera de que o Partido Socialista, antes de vir com essas questões todas, congratulasse o Governo Regional sobre o total de seis matadouros certificados em bem-estar animal *Welfare*. Estava, portanto, à espera de algum voto de congratulação por parte do Partido Socialista, mas infelizmente não existe. Ações de bem-estar a animais é aqui nos Açores, no âmbito do PRR, tendo em conta o Programa de Capacitação dos Agricultores e de Promoção da Literacia em Produção e Consumo Sustentáveis, a Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação andou a promover ações de informação no âmbito do bem-estar animal e estas ações decorreram, pelo menos, uma vez por



ano em 2024 e estão perspetivadas para 2025 em todas as ilhas dos Açores, sendo necessário atingir o número mínimo estimado de pessoas. Nas ilhas onde a dispersão geográfica é maior, têm sido realizadas ações de informação nos vários concelhos, permitindo assim aos operadores económicos participar nas mesmas. Nestas ações são abordadas temáticas como a legislação nacional e comunitária, sistema de certificação e bem-estar animal e vantagens do mesmo e pretende-se que os operadores económicos fiquem dotados de conhecimento que lhes permita otimizar a sua exploração, transmitindo a mensagem de que a implementação de práticas que promovam o bem-estar animal respondam a um lucro económico. Quero perguntar se, depois do PRR terminar, no âmbito da ajuda desses programas, a intenção do Governo Regional é continuar com esta estratégia de forma pedagógica em relação ao bem-estar animal.”

O Senhor Secretário Regional respondeu que “a certificação dos matadouros para o bem-estar animal não é um processo fácil, é um processo muito exigente. É um processo internacional com regras que têm a ver com o número de abates, a insensibilização dos animais, determinados critérios, desde a entrega do animal até ao seu abate, e que temos de cumprir rigorosos critérios e somos testados durante um ano nesses mesmos critérios até à obtenção do certificado. Portanto, é um processo longo e exigente, com auditores nacionais e internacionais. Em 2021, certificamos os matadouros das ilhas Terceira e São Miguel e, recentemente, certificamos os matadouros das ilhas do Faial, São Jorge, Pico e Santa Maria.

Ora, isto é um ganho no âmbito do bem-estar animal para toda a Região, um orgulho para todos os açorianos. Os Açores estão a ser conhecidos como a Região do bem-estar animal, mas também nas questões do abate de animais, dos nossos matadouros. Até ao final do ano pretendemos também certificar os matadouros das ilhas Graciosa e Flores. Não foram certificados ao mesmo tempo que os restantes porque não houve um número de abates suficiente para essa mesma certificação. Portanto, os critérios são mesmo muito exigentes, é uma certificação internacional e que deve ser um orgulho para todos porque representa vantagem para a economia dos Açores e para as novas preocupações de públicos de consumidores muito mais exigentes.

Relativamente às questões da formação no âmbito do bem-estar animal, foi entregue o segundo relatório nesta Assembleia, no âmbito da segunda alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016-A, de 8 de julho, a 30 de agosto de 2024, o relatório sobre as questões de bem-estar animal que refere as campanhas para as questões do bem-estar animal e tudo o que foi feito em 2024, dados da campanha de bem-estar animal, dados relativos aos assistentes de recolha, à divulgação e sensibilização efetuadas pelo Governo Regional, aos microchips, os leitores de microchips, às vacinas antirrábicas, às alas de contenção, entre outros aspetos. Dou nota que a



Região foi inédita quanto à formação para tratadores que acompanham o transporte marítimo, o que significa que há mais abate local, há mais ganhos económicos que ficam localmente.”

De seguida, inscreveu-se a Senhora Deputada Joana Pombo Tavares para pedir esclarecimentos à rubrica 7.4.1 para que pudesse clarificar quais são os IGTs que vão ser atualizados e quais os que vão ser avaliados.

O Senhor Secretário Regional respondeu que em 2025 pretende, no âmbito daquilo que é a revisão dos Planos de Ordenamento do Território, promover a avaliação dos planos de ordenamento da orla costeira das ilhas Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo. Disse ainda que é intenção do Governo Regional rever o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial dos Açores e adaptar o regime jurídico da reserva ecológica nacional à Região. Relembrou que, no âmbito da mesma rubrica, estão em apreciação os PDMs de todos os concelhos dos Açores, uma vez que é obrigatória que essa revisão aconteça até 2025. Deu nota que, neste momento, estão publicadas as revisões dos PDMs dos concelhos de Nordeste e de Velas.

Audição da Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, disponível em [Parlamento Online - Audição da Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

A Senhora Secretária Regional iniciou a sua intervenção, centrando-se nas questões da Energia referindo que:

“Em 2025 será um ano decisivo para o sucesso da execução do plano de recuperação e resiliência nos Açores, uma grande prioridade em todas as áreas, mas particularmente no setor da energia onde é bastante relevante.

Perspetivamos um investimento de cerca de 23,5 milhões de euros neste setor, no setor da energia, em que mais de 73%, ou seja, 17,2 milhões de euros resultam da aplicação direta do PRR.

Concluiremos a execução do programa *Solenerge*, o mais bem-sucedido sistema de incentivos já mais criado nos Açores, que esgotou a dotação orçamental disponível e ultrapassou todos os marcos e metas contratualizados muito antes dos prazos fixados. Recebemos mais de 5.300 candidaturas e já temos aprovado uma potência de 13,7 MW, quando a meta era 11,2 MW de potência instalada no final do Programa e, portanto, contratualizada com o PRR. O incentivo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

aprovado é, neste momento, de 18.488 milhões de euros. É, de facto, um exemplo de políticas públicas criadoras, de valor e impulsionadoras de progresso, de mudança de paradigma e de coerência com o modelo de desenvolvimento socioeconómico vocacionado para assegurar o futuro com sustentabilidade. O seu sucesso foi de tal ordem que temos hoje um overbooking significativo de candidaturas, com muitas pendentes, o que nos impele a procurar novas oportunidades para tentar viabilizar a sua continuidade.

Estamos há já algum tempo a trabalhar junto de diversas instâncias regionais e nacionais com o intuito de identificar e adotar a melhor solução para continuar a estimular a aquisição e instalação de sistemas solares fotovoltaicos para autoconsumo.

Por outro lado, manteremos também a execução do Programa Pro Energia, onde está incluído o apoio à aquisição de baterias complementares aos painéis fotovoltaicos apoiados pelo *Solenerge*, com o financiamento, do Pro Energia, do *REPowerEU*.

Está inscrito no Programa do XIV Governo dos Açores, a descarbonização da economia, o que é determinante e que serão privilegiados nesta área investimentos no aproveitamento de fontes de energia renováveis, energias alternativas.

É uma orientação política que mantemos de forma decidida, assegurando através da Empresa de Eletricidade dos Açores e ainda no âmbito PRR, investimentos críticos no desenvolvimento da capacidade produtiva da geotermia.

Os investimentos planeados para 2025 no setor da energia visam garantir uma resposta duradoura para o futuro energético, de acordo com o definido na estratégia açoriana para a Energia 2030. A eficiência energética é um fator crítico neste processo e no qual estamos a investir de forma gradual e integrada, com uma maior consciencialização da nossa sociedade.

Pretendemos no próximo ano criar apoios do PO2030, um apoio para famílias em situação de pobreza energética, com o intuito de possibilitar intervenções estruturais em habitações, visando a melhoria do seu desempenho energético. É um apoio que pretendemos que se estenda também a IPSS e às empresas, potenciando o incremento da eficiência energética de todo o edificado regional. Mantemos, igualmente, o incentivo à mobilidade elétrica, quer na aquisição de veículos elétricos, quer na instalação de pontos de carregamento para este tipo de veículos, de forma a promover a sustentabilidade e a eficiência no setor dos transportes terrestres.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Faço notar que em setembro deste ano, em Portugal, a venda de veículos elétricos ultrapassou para a primeira vez na história a venda de veículos de gasolina, colocando o nosso país na vanguarda da mobilidade elétrica e demonstrando que este é efetivamente o caminho para um futuro sustentável. Do mesmo modo, reforçaremos as medidas de combate à pobreza energética através de mecanismos de sensibilização e pedagogia, implementando ainda um vale de eficiência energética para a aquisição de equipamentos mais eficientes pelas famílias instaladas em edifícios de habitação social.

A proposta do Plano Regional para 2025 espelha de forma inequívoca o compromisso do Governo dos Açores com uma política integrada para o setor da energia, com os objetivos fundamentais de assegurar a segurança no crescimento da Região, diminuir os custos energéticos e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa nos Açores.

Este é um caminho que trilhamos de forma consciente, perante as evidências dos desafios internacionais, em alinhamento com as grandes políticas da União Europeia, em particular o pacote *Fit for 55* e também de acordo com os grandes desígnios dos objetivos para o desenvolvimento sustentável 2030.

É, aliás, relevante destacar aqui que, na semana passada, fomos formalmente distinguidos pela *EarthCheck* com o nível ouro na certificação de destino sustentável. Não só somos a primeira região arqueológica no mundo a atingir este patamar, como conseguimos melhorar os nossos indicadores e colocar mais um indicador, que foi o indicador de emissões de gases com efeito de estufa, acima da referência internacional.

É com este sentido de responsabilidade e com o constante dinamismo e inovação que seguimos empenhados nos investimentos necessários à transição energética e à descarbonização da economia, por forma a garantir uma mudança de paradigma e o caminho para melhores índices possíveis de segurança e autossuficiência energética na Região.

Aberta a primeira ronda de questões o Deputado Russell Sousa (PS) questionou que atendendo que já foi atingido o plafom máximo do *Solenerge*, ou seja, os 19 milhões, previstos no sistema de incentivo, se existem possíveis candidaturas que poderão ficar de fora ou, se todas as candidaturas feitas, que estejam de acordo com o regulamento, passíveis de serem aprovadas, serão contabilizadas para o final do projeto.

Para responder à questão colocada, Dra. Berta Cabral, referiu que já aprovaram candidaturas no valor de mais de 18 milhões de euros, estando a atingir os 19 milhões, que era a verba do PRR



afeta a este programa. Todas as candidaturas neste momento já estão em overbooking. Estão continuando a receber candidaturas porque não queriam que elas perdessem a sua função hierárquica, ou seja, no *pipeline* das candidaturas. Mas neste momento já suspenderam o programa, porque mesmo que haja uma reprogramação em duplicado, têm candidaturas para o dobro daquelas que já foram aprovadas. Portanto, todas essas estão em overbooking, todas essas estão a aguardar, para uma possível reprogramação do PRR que possa afetar mais verbas ao programa *Solenerge*.

Em réplica o Deputado Russell Sousa (PS) pediu esclarecimento da sua interpretação em relação às afirmações da Sra. Secretária, se em relação às candidaturas que já estão em overbooking, se não houver uma reprogramação do PRR, neste caso, para esta temática em específico, não poderão ser contabilizadas para a conclusão do projeto em si.

A senhora Secretária Regional, para responder, ao pedido de esclarecimento, referiu que as pessoas que estão em overbooking foram informadas disso. Continuam a receber candidaturas precisamente para não perderem a prioridade. Aguardam que haja uma reprogramação, se houver, quem entregou candidatura serão contempladas, se não houver, também já estão avisadas de que, a partir de um determinado número de candidaturas, já não eram abrangidas pelo plafond inicial.

CAPÍTULO IV

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de abstenção com reserva para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CH não emitiu parecer, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do PPM emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.



A **Representação Parlamentar do PAN** não emitiu parecer, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O **Grupo Parlamentar do CDS-PP**, sem direito a voto, não emitiu parecer, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e do PPM, com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, emitir por maioria **parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2025”**;
- 2) Com os votos a favor do PSD e do PPM, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, emitir por maioria **parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2025”**.

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento da devida tramitação processual, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Angra do Heroísmo, 11 de novembro de 2024.

O Relator

(Luís Carlos Cota Soares)

O Presidente

(Flávio da Silva Soares)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
POLÍTICA GERAL

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

N.º 20/XIII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2025” E N.º 21/XIII –
“ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2025”

NOVEMBRO DE 2024



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Política Geral reuniu no dia 06 de novembro de 2024, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às **propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2025” e n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025”**.

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão Permanente de Política Geral, no dia 29 de outubro de 2024, com data limite para emissão de parecer sectorial e envio deste à Comissão de Economia até ao dia 11 de novembro de 2024.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio, na sua redação atual.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, as matérias inframencionadas são competência da Comissão Permanente de Política Geral.

CAPÍTULO II

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão Permanente de Política Geral a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ambos para o ano de 2025, nas seguintes matérias:

- Administração Pública, regional e local;
- Arrendamento urbano;
- Comunidades açorianas;
- Concertação social e mecanismos de resolução alternativa de conflitos;
- Construção europeia, sem prejuízo da competência, em razão da matéria, de outras comissões;
- Cooperação regional;
- Habitação e equipamentos;
- Ordem e segurança públicas e proteção civil;
- Organização administrativa da Região;
- Prevenção e segurança rodoviárias;
- Trabalho e formação profissional;
- Tratados e acordos internacionais;
- Urbanismo.

O parecer sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



CAPÍTULO III

APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

A programação anual vertida neste documento estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o ano de 2025.

A análise da presente proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre a análise dos Projetos, Ações e correspondentes Programas e na audição dos Membros do Governo Regional que os tutelam.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2025.

Quadro

Plano Regional Anual para 2025

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão Permanente de Política Geral)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 – Coesão e representação	8.999.993	8.999.993	0
1.1 - Coordenação da atividade governativa	1.230.000	1.230.000	0
1.1.1 - Relações com entidades governamentais externas e com outras entidades	830.000	830.000	0
1.1.4 - Gestão de imóveis da Presidência do Governo Regional	100.000	100.000	0
1.2 - Cooperação com os Municípios	1.228.713	1.228.713	0
1.3 - Cooperação com as Freguesias	6.475.280	6.475.280	0
1.4 - Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo - Infraestruturas e equipamentos municipais	66.000	66.000	0
2 – Relações externas, ciência e comunicações	30.150.000	30.150.000	0
2.1 - Relações com o Atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores	293.750	293.750	0



2.2 - Os Açores no Espaço Europeu	299.000	299.000	0
2.7 - Cooperação Institucional	410.000	410.000	0
3 – Finanças, Planeamento e Competitividade	89.327.323	89.327.323	0
3.3 - Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional	9.433.041	9.433.041	0
4 – Diáspora e Media	4.500.000	4.500.000	0
4.2 - Emigrado e Regressado	101.794	101.794	0
4.3 - Identidade cultural e Açorianidade	734.750	734.750	0
4.4 - Imigrado e interculturalidade	89.957	89.957	0
9 – Desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas	338.761.470	305.724.292	33.037.178
10 – Juventude, qualificação e estabilidade laboral	113.566.299	50.085.000	63.481.299
10.2 Qualificação Profissional e Emprego	73.566.299	10.085.000	63.481.299
10.6 Habitação	36.200.000	36.200.000	0
11 – Sustentabilidade, ação climática e gestão de riscos	33.000.000	33.000.000	0
11.5 - Equipamentos e comunicações	3.850.170	3.850.170	0
11.6 - Infraestruturas do SRPCBA	310.000	310.000	0
11.7 - Protocolos e apoios	9.454.640	9.454.640	0
11.8 – Formação	364.499	364.499	0

DA AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL:

[Parlamento online - Audição do Vice-Presidente do Governo Regional - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

O vice-presidente, Artur Lima, iniciou a sua intervenção referindo que, ia fazer um resumo das áreas que estão na alçada da Vice-Presidência e que se enquadram na Comissão de Política Geral:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

- *“O Plano e Orçamento 2025 da Região, relativamente aos Assuntos Europeus e Cooperação Externa, manter a organização e estrutura, que está centrado em dois projetos, as Relações com o Atlântico e os Territórios de Interesse Estratégico para os Açores e a presença dos Açores no Espaço Europeu.*

Os objetivos para 2025, são, no entanto, mais desafiantes, pois, como sabem a conjuntura internacional densifica-se e neste âmbito, a dinâmica de trabalho e de atuação do governo manter-se-á nessa dupla vertente: Europa e Relação Transatlântica.

Nas relações com o Atlântico e Territórios de Interesse Estratégico teremos um investimento de cerca de 300 mil euros e neste âmbito procuraremos desenvolver a nossa relação com os Estados Unidos, e com todos os territórios estratégicos para a nossa Região Autónoma, como é o caso do Canadá, do Brasil e das Bermudas como temos vindo a fazer.

Ao nível da cooperação externa, enalteçemos, o papel do INTERREG MAC 2021-2027, como sabem e temos designadamente este ano agora a começar o Projeto ATLANTE, que foi aprovado no dia 6 de junho de 2024, no Funchal, que visa a promoção da cooperação entre os espaços europeus da Madeira, Canárias e não europeus, nomeadamente Cabo Verde, Senegal, Mauritânia, S. Tomé e Príncipe, Gana, Gâmbia e a Costa do Marfim.

É um projeto com um orçamento para a região de cerca de quinhentos e trinta e oito mil euros. Salienta-se, neste âmbito, que a região foi incumbida da tarefa de dinamização de um grupo de trabalho centrado na dimensão arquipelágica, ou seja, entre os nossos arquipélagos o que é muito vantajoso para nós, que visa aprofundar a cooperação entre os cinco arquipélagos que integram a área geográfica desta cooperação: a Madeira, as Canárias, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e naturalmente nós– Região Autónoma dos Açores.

Temos um outro projeto que foi aprovado e vai começar, todos estes projetos vão começar com um atraso significativo, devido às eleições europeias e, tudo isso está atrasado, com um orçamento global de dois milhões e duzentos mil euros e da região cerca de duzentos e vinte mil euros.

É o projeto DIGITAL ISLANDS tem como objetivo aumentar as capacidades das regiões insulares na troca de práticas no domínio de soluções digitais.

Manteremos a nossa participação ativa, como é o caso neste momento, que estou a participar numa dessas reuniões, e, também vai decorrer hoje uma reunião em simultâneo do projeto ATLANTE com a cimeira, um bocadinho à margem, vai decorrer em Lanzarote, e manteremos a nossa participação ativa nos organismos de cooperação inter-regional de que a região faz parte,



e, naturalmente a Conferência de Presidentes das RUPs, e toda a estrutura de cooperação entre os órgãos executivos das RUPs e o respetivo Comité de Acompanhamento.

Relativamente ao Aeroporto das Lajes, ao longo dos últimos três anos vem cimentando a sua posição como uma das principais infraestruturas de apoio ao desenvolvimento económico da Região Autónoma dos Açores.

Depois da pandemia que restringiu a mobilidade global, temos a rápida recuperação do Aeroporto das Lajes, a inauguração do terminal de carga, que já vinha feito do anterior governo, e, portanto, temos superado o tráfego em 2022 e 2023 ao nível pré-pandémico e tem corrido bem.

Assim, e tendo como objetivo a melhoria constante da infraestrutura e da sua operacionalidade, o plano de investimentos para 2025 é de cerca de quatro milhões e novecentos mil euros, que inclui, naturalmente, a conservação, manutenção e apetrechamento.

O valor de três milhões engloba todas as despesas essenciais a um Aeroporto, nomeadamente desde a segurança, a limpeza e a prestação de todos os serviços, e como sabem a PSP deixou de prestar serviço de segurança no Aeroporto das Lajes por iniciativa própria e tivemos de contratar uma empresa de segurança a ICTS, que neste momento faz a segurança privada no Aeroporto das Lajes.

Vamos proceder à substituição do revestimento da cobertura, em 2025, num investimento de duzentos e vinte mil euros, um projeto muito interessante da manutenção da estrutura que já necessita de manutençã já à bastante tempo, e a primeira fase vai ser adjudicada brevemente.

No que concerne aos equipamentos de rastreio de segurança aeroportuária verificamos um aumento substancial de quatrocentos mil euros, passamos de seiscentos mil para um milhão de euros, porque os equipamentos encarecem e a inflação.

A promoção de novos fluxos turísticos, também tem corrido bem, nas nossas expetativas e para a capacidade do aeroporto, temos uma verba de duzentos mil euros, que visa aumentar a notoriedade do Aeroporto das Lajes, e também a participação em eventos internacionais, de captação de fluxo turístico, embora estamos agora a começar a participar nessas feiras, o que antes não se fazia e que eu acho muito importante estarmos presentes, pese embora em competição com a ANA que é uma empresa privada e com outro músculo que a aerogare não tem, mas temos participado e tem corrido bem.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Já adquirimos a nova estação meteorológica automática, que é um aparelho de navegação muito importante para apoio e, sobretudo, nesta altura que temos muita alteração de ventos e climáticas, a estação meteorológica automática é um investimento estruturante para a Aerogare das Lajes e para a aviação nos Açores.

O projeto como sabem já foi apresentado, o estudo prévio, para ampliação da aerogare, esse já foi apresentado, foi concluído e agora estamos a fazer o seu projeto de ampliação, que também vamos agora tratar disso para se proceder depois a ampliação da aerogare civil.”

De seguida o presidente da comissão abriu as inscrições para uma primeira ronda, para perguntas e esclarecimentos, inscreveu-se o deputado José Eduardo (PS).

No uso da palavra o deputado José Eduardo questionou o governante no sentido de nos dar algumas explicações sobre aquilo que tem sido o trabalho, e aquilo que eventualmente poderão vir a ser outros trabalhos feitos pelo gabinete de representação da região em Bruxelas.

Em relação à Base das Lajes, perguntou e tendo em conta a audição no último Plano e Orçamento, que não foi há muitos meses, em que ponto está a questão salarial dos trabalhadores da Base das Lajes, e, se aquilo que respondeu na altura já foi tudo resolvido, se a questão do pagamento do suplemento, que não sabemos bem se é o suplemento, ou se não é, mas, saber se esse suplemento engloba, ou não as diuturnidades, no fundo questionar sobre todos os desenvolvimentos relacionados com a questão salarial dos trabalhadores da Base das Lajes.

O vice-presidente em resposta disse que o gabinete sempre teve duas pessoas e apenas fazem o apoio ao governo quando lá vão, e que também articulam com a REPER, com a comissão europeia e com os organismos europeus e dão todo o apoio na preparação das reuniões. Quanto a outro papel que eventualmente deva ter entende que poderia ter, mas que ainda nunca assim foi decidido alterar e que tem mantido o tipo de apoio ao Governo Regional.

Em relação à questão da Base das Lajes, disse que isto é um problema que foi criado quando se acabou o inquérito salarial, que foi acabado pelos anteriores governos do PS, e que a partir deste momento o que vão fazendo é mitigando a questão, e que o funcionário fica acima do ordenado mínimo, mas à custa da sua diuturnidade, aliás vem numa resposta que já deram a um requerimento, presumo que do CH sobre essa matéria. E, continuou dizendo que, desde que acabou o inquérito salarial nunca mais teve concerto, e que não lhe parece que neste momento a parte americana queira voltar a isso, mas que vão insistindo com os Governos da República.



Também disse que vão ver o que conseguem na próxima Bilateral, e, também considera que já deram um passo na melhoria deste problema com o suplemento que é dado.

Referiu também, que estão a tentar que se faça a negociação dos aumentos não em maio, mas em janeiro, mas, os americanos justificam que na função pública americana os aumentos são feitos em maio, o que não coincide com os nossos aumentos.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO:

[Parlamento online - Audição da Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

A Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego, Maria João Carreiro, iniciou a sua intervenção referindo que participa nesta reunião para apresentar, em termos gerais, a Proposta de Plano e Orçamento para o ano de 2025 nas áreas da Qualificação Profissional, Emprego e Habitação.

“O investimento previsto para o próximo nas áreas da Qualificação Profissional e Emprego totaliza 73,5 milhões de euros, dos quais 10 milhões de euros provenientes do Orçamento da Região e 63,4 milhões de euros de outros fundos, como é o caso do Fundo Social Europeu, para o financiamento de medidas no âmbito da formação profissional, dos programas de estágios profissionais e dos programas de emprego.

Trata-se de uma proposta de investimento:

- Realista, porque está programado no quadro da entrada em vigor do novo quadro comunitário e do investimento a ser executado no próximo ano no âmbito do financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência;

- Responsável, porque permite aprofundar as respostas públicas aos desafios que ainda enfrentámos, sobretudo, no que respeita ao reforço das qualificações de jovens e adultos e à promoção da empregabilidade dos desempregados mais vulneráveis perante o mercado de trabalho;

- Reformista, porque assegura as condições para que o Governo dos Açores possa dar continuidade à execução de medidas inéditas na região, como as medidas de apoio à melhoria do rendimento dos trabalhadores, à estabilidade laboral, enfim, à dignificação das profissões e à qualidade do emprego, essenciais para atrair e fixar população nos Açores e para que as empresas possam ter trabalhadores produtivos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Em 2024, o investimento nas políticas de qualificação e emprego permitiu aprofundar uma trajetória francamente positiva para trabalhadores e empresas.

A região mantém-se em pleno emprego (4.447 desempregados em setembro); o número de desempregados em programas ocupacionais é o mais baixo dos últimos 10 anos; a população empregada regista máximos históricos; o desemprego jovem continua a baixar, ao mesmo tempo em que estão mais jovens nos Açores empregados, desde o final de 2021 (fim da pandemia), e em que a taxa dos jovens NEET está também a baixar.

Portanto, estes são bons resultados que redobram a nossa responsabilidade em manter e aprofundar as políticas públicas em favor e em benefício dos açorianos.

Em 2025, e conforme documenta a proposta de Plano de Investimentos, o nosso objetivo assenta na continuidade e consolidação de uma estratégia que visa a valorização do capital humano e a promoção da empregabilidade.

Estamos a falar em investimento, que se traduz:

- Na dignificação das profissões, promovendo a valorização social e económica de todas as profissões, combatendo a precariedade e a desvalorização salarial em determinados setores de atividade.*
- Na promoção da estabilidade laboral, incentivando a criação de postos de trabalho estáveis e a longo prazo, através dos apoios à contratação.*
- Na adequação salarial, promovendo uma justa remuneração dos trabalhadores, através de políticas que estimulem a negociação coletiva e que garantam salários justos e adequados ao custo de vida e às qualificações profissionais.*
- Nos estímulos aos estágios profissionais como via de aproximação ao mercado de trabalho e como instrumento de qualificação de jovens e desempregados com competências específicas exigidas pelo mercado.*
- Nos estímulos à qualificação e formação de jovens e adultos, empregados e desempregados, incentivando uma abordagem e intervenção concertada entre Escolas Profissionais, Entidades Formadoras Certificadas e Entidades Empregadoras na oferta e na procura por formação que deve estar atualizada aos desafios da nossa economia e alinhada com as exigências do mercado de trabalho regional.*
- Nos incentivos ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego, numa perspetiva, inclusive, de incentivo ao desenvolvimento empresarial local e à fixação de jovens e adultos nas freguesias, concelhos e ilhas.*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O combate ao desemprego jovem e de longa duração é um imperativo.

O investimento na atração e, sobretudo, na retenção de jovens qualificados em cada uma das ilhas é uma necessidade, reconhecendo o papel crucial dos jovens na modernização e na sustentabilidade do desenvolvimento da região.

O investimento para 2025 permite responder a um e a outro objetivo estratégico.

No próximo ano, vão também ser aprofundadas as respostas públicas para os desempregados mais vulneráveis perante o mercado de trabalho, através do novo Mercado Social de Emprego, que está em fase final de regulamentação.

Este novo regulamento do Mercado Social de Emprego vai incluir um conjunto de medidas mais eficientes e direcionadas para quem efetivamente precisa, ao mesmo tempo em que cria as condições para a afirmação de uma efetiva parceria entre Administração Pública, entidades sem fins lucrativos e o setor empresarial da região, para que dessa relação tripartida possa resultar uma estratégia duradoura para a superação laboral e a inclusão social dos beneficiários do Mercado Social de Emprego.

No que respeita à Habitação, o caminho feito desde 2021 reflete a aposta dos XIII e XIV governos em matéria de habitação.

As sucessivas execuções dos planos de investimento apoiaram em mais de 50 milhões de euros as famílias açorianas e, até ao final do ano, esse valor irá aproximar-se dos 60 milhões de euros, que representa apenas o investimento da Região Autónoma dos Açores com receitas próprias.

Este investimento permitiu apoiar diretamente mais de 9.000 famílias e indiretamente 1115 agregados familiares por via dos contratos ARAAL celebrados entre a RAA e os Municípios.

Deste modo, destacou os seguintes apoios:

Através do Programa de Apoio “Famílias com Futuro, a região apoia 2329 agregados familiares – 439 referentes a imóveis arrendados para subarrendar e 1890 relativos a imóveis património da região.

Em matéria de apoio ao pagamento das rendas para habitação própria e permanente - através do programa Incentivo ao Arrendamento - apoiámos 2004 famílias em 2024, o maior número de sempre e que se estima superar em 2025. Desde 2021 que o valor global anual atribuído é sempre superior a 3 milhões de euros, valor que nunca foi atingido até 2020.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No que respeita aos apoios à construção – modalidade conhecida por autoconstrução – nesse mesmo período de referência, este número de candidaturas aprovadas e valores atribuídos têm vindo a aumentar. Este programa de apoio mereceu melhorias, como sabem, na sequência da aprovação do Plano de investimentos para 2024, que já se encontram em vigor, o que contribuiu para a melhoria das condições de acesso, abrangendo mais famílias e garantindo um reforço financeiro, em termos gerais, na ordem dos 25%.

Contudo, é preciso mais.

Por essa razão, o Plano para 2025 totaliza um investimento de 36,2 milhões de euros, dos quais 24,8 milhões de euros provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência para a Habitação, o que se traduz num reforço do investimento de mais de 23% em relação a 2024.

O Plano para 2025 inclui, naturalmente, uma forte componente do PRR – que está refletido na ação – “Promoção de Habitação” – mais 8 milhões de euros, o que nos permite continuar a executar investimento na recuperação do edificado e na construção de novas habitações, sem esquecer a atribuição de 145 lotes infraestruturados.

Este é o maior orçamento para a Habitação dos últimos 10 anos.

Efetivamente, estão a ser dados passos determinantes no sentido de aproveitar os recursos financeiros disponibilizados pelo PRR para aumentar e reequilibrar a oferta pública de habitação no mercado, por via da disponibilização de novos fogos e lotes para autoconstrução, o que, associado à revisão legislativa em curso, vai permitir o acesso dos jovens e das famílias de classe média a habitação acessível – esta é mesmo a prioridade.

E por ser esta a nossa prioridade, colocamos em “letra de lei”, o mesmo é dizer, vamos regulamentar a promoção de habitação em regime de arrendamento com opção de compra, para poder disponibilizar as habitações construídas e reabilitadas no âmbito do PRR e do ORAA aos jovens e famílias de classe média, não descurando naturalmente as mais desfavorecidas.

Por essa via, reforçaremos a oferta de habitação a preços compatíveis com o rendimento dos açorianos.

O aumento da oferta, a criação de habitação a preços acessíveis, as melhorias dos programas de apoio, a confiança no setor da construção civil como parceiro essencial para a concretização destes objetivos, a conjugação de esforços com cooperativas de habitação, autarquias locais e IPSS



garantem uma perspetiva de resolução de um problema que se arrasta há demasiado tempo, pelo que o Governo dos Açores apresenta a este Parlamento uma proposta ambiciosa e abrangente.”

O presidente abriu inscrições para pedidos de esclarecimentos por parte dos deputados, tendo-se inscrito o deputado João Vasco Costa (PS) e o deputado Luís Raposo (PSD).

O deputado João Vasco Costa começou por dizer que tem uma rúbrica para a promoção de habitação no valor de 5 milhões de euros. Nessa sequência, e visto que na altura em que o vice-presidente tinha a tutela da habitação, o mesmo tinha referido que havia 7 milhões de euros, para a recuperação do parque habitacional do aeroporto em Santa Maria. Perguntou, se esses 7 milhões de euros que foram ditos em 2021, repetidos em 2022 e por aí a fora, se estão dentro desses 8,5 milhões de euros de promoção à habitação.

A secretária regional disse que não ia dar nota daquilo que o anterior titular da pasta tinha referido, que o que podia dizer da rúbrica associada à promoção da habitação é para reabilitação e conversão no âmbito do PRR. Sendo certo que este investimento é feito de forma gradual, e que a obra está a ser feita, não se iniciou agora, já se iniciou há muito, e, esta obra que só agora está a ser feita envolve precisamente um conjunto de procedimentos que foram desencadeados para chegar até ao lançamento da primeira pedra. E, que o Bairro de Santa Maria não é uma exceção, que receberam onze bairros a integrar o parque habitacional de Santa Maria e, que apenas seis estavam loteados, que foi necessário lotear os outros cinco, e que estiveram a lotear já os três bairros, o Bairro de São Lourenço, o Bairro de Santa Bárbara e o Bairro de Santo Espírito, e, que agora estão na fase de adjudicação do projeto das infraestruturas, que é isso que pode adiantar relativamente ao bairro do aeroporto de Santa Maria.

Acrescentou, que temos um Plano para 2023, 2024 e 2025, e que este montante que está afeto à promoção da habitação é um reforço do já existente, que são as verbas contempláveis do Plano 2023, 2024 e 2025, e disponíveis para executar obra do PRR da construção e da reabilitação.

No uso da réplica o deputado João Vasco Costa disse que tinha percebido a resposta, e pediu um esclarecimento adicional, se a governante podia quantificar o valor que vai ser usado nesse parque habitacional.

Em resposta a governante referiu, que só depois de terminada esta fase de adjudicação do projeto das infraestruturas é que pode dar nota pública de qual o valor que está em causa, que neste



momento ainda é prematuro dizer, porque estamos em fase de análise das candidaturas que foram apresentadas.

No uso da palavra o deputado Luís Raposo começou por fazer várias referências ao trabalho na área da habitação, que com este governo passaram efetivamente da propaganda à ação. Referiu-se assim ao loteamento das Candeias nos Fenais da Luz, à construção dos apartamentos multifamiliares na Freguesia da Maia, ao loteamento na Achadinha, com a construção de quinze novas moradias, ao empreendimento de Trás dos Mosteiros, na cidade da Ribeira Grande, que reforçará a oferta pública em 52 novos apartamentos. E, neste seguimento, questionou a secretária regional sobre o que se prevê mais para além disso no futuro.

Mencionou que o PS, através do deputado Francisco César, tem vindo a público dizer que não há habitação para jovens nem para a classe média, e questionou a secretária, em relação à promoção de habitação em regime de arrendamento com opção de compra, para explicar o artigo 51.º e o artigo 50.º, pois poderá haver algum desconhecimento da oposição ou até mesmo um fingimento de desconhecimento.

A finalizar solicitou esclarecimento à secretária regional sobre aquilo que foi o anúncio do CESA, no passado dia 22 de outubro, que anunciou e citou: *“no que concerne ao PRR em habitação neste momento no que toca aos marcos e metas está tudo em dia”*, e acabei de verificar que a taxa de execução nos Açores fixa-se nos 36% enquanto a nível nacional fixa-se nos 20%, pelo que entende que nesta matéria de habitação a oposição possa não querer elogiar o governo, que não o faça, mas também seria preferível que não tecessem críticas sem razão.

A secretária regional em resposta disse que, tem sido feito um forte investimento por este governo em termos de políticas de habitação, e em relação ao que o deputado mencionou, referiu que só nos últimos três meses conseguiram lançar um conjunto de procedimentos de forma a permitir a execução de obra em termos de construção e reabilitação de cento e oitenta e seis habitações.

Disse também, lembrando que para construir uma habitação é necessário um conjunto de procedimentos, tendo elencado os mesmos, desde o registo de propriedade em nome da região, possuir alvará de loteamento, projetos de arquitetura, projetos de especialidades, projetos de revisão, e que todos estes procedimentos atrasam o lançamento da obra ou os autos de consignação ou de adjudicação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Quanto a isto, aludiu a que nos primeiros anos tiveram de regularizar um conjunto de habitações e terrenos que não estavam em nome da região e fruto desse trabalho que envolveu diversas entidades é que permitiu estar hoje em condições de alavancar um conjunto de procedimentos que permitem estar a falar da construção e reabilitação de 186 habitações.

Salientou que em breve irão consignar as quatro habitações do loteamento dos Casteletes em São Jorge, bem como os nove lotes infraestruturados da Galega, duas reabilitações de imóveis na Ribeira Grande, dezoito reabilitações na Covoada e sete na Canada das Maricas, em São Roque, Ponta Delgada, cinco reabilitações em São Pedro e dezoito em Ponta Garça. Em breve também irão lançar concurso para três habitações na Graciosa. E, quando fala em seguir num curto espaço de tempo, que fala em atos temporais de concurso que vão ser lançados até dezembro. Relativamente à interpretação do artigo 50.º e do artigo 51.º na proposta de orçamento da região, referiu que estes dois artigos refletem bem a opção deste Governo Regional na aposta para as novas gerações, que o artigo 51.º envolve arrendamento com opção de compra, que permite tornar a habitação mais acessível aos jovens e à classe média fruto da atual dinâmica do mercado, que são por vezes preços que não são compatíveis com os seus rendimentos, e ao potenciar toda a habitação que é construída e reabilitada por via do PRR, vamos disponibilizar esta oportunidade esta modalidade de arrendamento com opção de compra em regulamentação própria e que o Governo Regional entende que para promover esta modalidade, a mesma tem de estar devidamente regulamentada e prevista, e que por via do orçamento da região introduziram esta norma que irá ser regulamentada em sede própria por resolução do Conselho de Governo.

Relativamente ao artigo 50.º, este vai ao encontro daquilo que sentem perante a atual dinâmica do mercado, e que num primeiro ponto querem majorar em 50% ao nível do arrendamento para subarrendamento, e no segundo ponto 20% no apoio concedido na vertente ao arrendamento.

E explicou que pretendem, num primeiro ponto, garantir que o valor pago aos proprietários se aproxime das rendas praticadas no mercado livre, que querem manter as habitações que estão arrendadas, e também incentivar a novos potenciais candidatos e, que se aproximarem o valor da renda ao valor que se pratica no mercado, que será mais apetecível um proprietário arrendar a habitação à região, para que a região depois subarrende. Num segundo ponto, dos 20%, no âmbito do incentivo ao arrendamento, e que permitirá também majorar em 20% os valores atribuídos anualmente, para compensar a subida também do valor do mercado das rendas aplicáveis, que são estas duas majorações que estão inscritas no artigo 50.º do plano e orçamento.

Sobre o relatório do CESA destacou que já foi finalizada a meta 2.16, e que cumpriram com as metas contratualizadas.



E sobre isto adiantou que têm disponibilizado cento e quarenta e cinco lotes infraestruturados às famílias, e que adquiriram no mês de outubro seis no Nordeste, seis em Santana, seis na Nossa Senhora da Piedade, e, que também já adquiriram dezasseis lotes para enquadrarem e poderem brevemente disponibilizar às famílias.

Acrescentou, que já lançaram concurso para a aquisição de serviços para a revisão dos projetos para a execução de infraestruturas do loteamento do Biscoito que envolve vinte e dois lotes, e que também já foi autorizada a adjudicação para elaboração do projeto de construção e infraestrutura de loteamento na Nossa Senhora do Rosário nas Capelas, que envolve sessenta e cinco lotes, e, que em maio de 2024 adquiriram dezoito lotes na Freguesia da Ribeirinha, permitindo disponibilizar estes lotes por via também do PRR. E, que no que diz respeito à outra componente do PRR, que é o reforço do parque habitacional social, estão em curso os procedimentos que irão também disponibilizar mais lotes até ao final de 2025.

Não havendo mais inscrições nesta primeira ronda, o presidente da comissão passou para a segunda ronda, tendo-se inscrito o deputado Mário Tomé (PS).

O deputado Mário Tomé disse que a habitação tem um problema que não é só de agora, e que tem a ver com as térmitas que é um problema grave que infelizmente afeta muitas das nossas ilhas, das nossas freguesias e dos nossos concelhos. Questionou a governante sobre a estratégia deste governo para combater esta praga silenciosa, e qual é o valor alocado. E, a segunda questão tem a ver com as candidaturas, se as candidaturas deste ano já foram respondidas, se as pessoas já foram participadas nesses apoios, e, acima de tudo as que estão para trás como é que está o ponto de situação dessas candidaturas.

Em resposta ao deputado a secretária regional disse, que as térmitas é um assunto que não está esquecido, e que têm um bom programa de apoio ao combate à infestação por térmitas, deu nota que em 2023 deram entrada quinze candidaturas, e que no ano de 2024, já deram entrada vinte processos. Acontece, que as candidaturas dão entrada no ano anterior para aplicação no ano subsequente, e, que em relação ao ano de 2023 tiveram trinta e cinco processos cuja execução se traduziu num valor superior a 318 mil euros, que em 2024 têm 28 processos, cuja execução ascende os 221 mil euros. No âmbito do programa de apoio ao combate à infestação por térmitas o mesmo está devidamente regulamentado com legislação própria, e que é com base nessa legislação que atribuem os apoios.



O presidente passou à terceira ronda de inscrições, perguntando se havia inscrições, inscreveu-se o deputado José Eduardo (PS).

O deputado José Eduardo, referiu que na apresentação do plano para 2024, a secretária regional tinha anunciado que as alterações propostas ao Casa Renovada, Casa Habitada e Autoconstrução garantiriam melhores condições de acesso à habitação a preços compatíveis com os rendimentos dos jovens, neste sentido perguntou, quantos jovens foram apoiados no decurso dessas alterações por estes programas.

A secretária regional disse, que ao nível de número de candidaturas de autoconstrução em 2024 tiveram dezoito candidaturas apresentadas, a nível da Casa Renovada, Casa Habitada que tiveram duzentos e vinte e seis e acrescentou que no âmbito da alteração legislativa da Casa Renovada, Casa Habitada para construção, que não só tornaram mais abrangente, alargando o público alvo elegível às medidas, e, que também reforçaram o apoio na média em 25%.

O presidente passou à quarta ronda de inscrições, perguntando se havia inscrições, nesta ronda são colocadas todas as questões e depois os esclarecimentos às mesmas, inscreveu-se o deputado José Eduardo (PS), a deputada Isabel Teixeira (PS) e o deputado Flávio Soares (PSD).

O deputado José Eduardo começou por referir que estão estudados e são conhecidos os impactos da qualificação a nível do rendimento das famílias, e que vê com muita reserva as execuções do plano de 2024 e do PRR nesta área da qualificação, que é uma área para a qual está destinada uma grande parte do montante deste suporte financeiro que nos chegou, o PRR. Perguntou assim, que medidas pretende a governante adotar no sentido de contrariar a incapacidade dos recursos financeiros disponíveis nesta área de qualificação, no sentido de contrariar esta incapacidade que verifica no terreno na aplicação das verbas destinadas à qualificação.

A deputada Isabel Teixeira no uso da palavra solicitou um esclarecimento em relação ao que foi referido pela secretária regional em relação ao loteamento dos Casteletes, porque em abril de 2024 a mesma tinha dito que se previa o lançamento desta empreitada no início do segundo semestre de 2024, e pelo que percebeu agora é que vão consignar estas quatro habitações. No entanto, quando tinha sido designado para São Jorge através do PRR a construção de habitações, havia quatro para o Concelho das Velas e uma para o Concelho da Calheta, neste momento já não se fala nem que seja só uma, é pouco, mas uma faz a diferença, já não se fala nessa construção através do PRR para o Concelho da Calheta.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O deputado Flávio Soares referiu algumas informações sobre a situação atual, nomeadamente quanto aos últimos dados, e disse que herdaram um ensino profissional na região completamente abandonado, completamente fora daquela que era a estratégia definida pelo Governo Regional para a gestão da região naqueles anos, e que felizmente este governo tem tido um olhar e uma preocupação diferente e, que os resultados demonstram exatamente isso e que estão à vista de todos. Temos escolas profissionais mais satisfeitas e com mais cursos e mais alunos.

Questionou a secretária regional em termos de qualificação de adultos, se a mesma podia definir ou detalhar um pouco mais a estratégia definida pelo Governo Regional nesta matéria, porque é importante, e que não nos podemos esquecer como é que a escola profissional das Capelas estava e como é que está agora, como centro de qualificação dos Açores que está a funcionar e a funcionar em pleno.

A secretária regional começou por responder à deputada Isabel Teixeira, dizendo que é importante esclarecer, quando falamos nos Casteletes, que falamos da construção de quatro novas habitações do loteamento, cujo anúncio foi publicado a 1 de julho, que estão em fase avançada, e, que vão fazer ainda este mês o lançamento da primeira pedra a que chamam de consignação.

Relativamente à tramitação de cinco habitações, este concurso que foi publicado a 14 de setembro de 2023 ficou deserto, não recebeu qualquer resposta, que vão novamente rever o preço base para lançar um novo concurso. Naturalmente, têm os dez lotes, também, que vão ser disponibilizados por via de cada componente do PRR, e que era isso que gostaria de dar nota e esclarecer relativamente a São Jorge.

Em resposta ao deputado José Eduardo, relativamente às considerações feitas disse que não comunga das referidas considerações, dando vários esclarecimentos, entre eles os pagamentos do FRE. Referiu também o relatório do INE em relação à taxa de desemprego, fez referências aos jovens NEET e aos programas ocupacionais.

Acrescentou que ao terem menos desempregados, menos ocupados que canalizam o investimento para outras áreas de intervenção, especificando as mesmas e respondendo também ao deputado Flávio Soares.

Disse também que tinha sido referido o CQA, que o mesmo tinha sido criado por este governo fazendo referências pontuais ao mesmo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Fez também menções aos modelos/cursos de formação e aos valores que disponibilizam para os mesmos: 1.2M€ para a FORM.AÇORES, 1.225 M€ para o QUALIFICA.IN, 3M€ para o VALE + FORMAÇÃO.

Concluindo deu nota que, não cabe ao governo substituir as escolas profissionais, nem o centro de qualificação dos Açores, que cabe ao governo é delinear uma estratégia no âmbito da qualificação profissional e emprego, que permita disponibilizar um conjunto de instrumentos e medidas, para que as escolas profissionais, as entidades formadoras certificadas e empresas se sentem todos no mesmo plano e possam desenhar formação à medida, e, que isto o governo está a fazer, por isso de modo algum poderá comungar que há uma incapacidade atual, e que haja falta de credibilidade desta ação, se em função do investimento já feito conseguimos alcançar resultados históricos.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

[PARLAMENTO ONLINE - AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROPOSTAS DO PLANO REGIONAL ANUAL E DO ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2025](#)

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Duarte Freitas, iniciou a sua intervenção referindo que em relação às matérias que estão incluídas na área competência da Comissão de Política Geral e que se cruzam com as competências também da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, deu nota de alguns destaques incluídos nos documentos orçamentais para 2025, nomeadamente as negociações com os sindicatos da área da função pública, confirmando que foram duas rondas negociais, tal como tinham feito para 2023 e 2024, cumprindo o que está previsto em termos de legislação, avançando com uma proposta de um acréscimo de 3% à remuneração complementar, que é acima da inflação prevista para 2025 e também o alargamento da abrangência dos escalões passando de 1.701 euros para 2.000 euros.

Informou que com este alargamento dos escalões, mais 755 trabalhadores ficam a beneficiar da remuneração complementar.

Acrescentou, ainda, que nos documentos orçamentais também está previsto um artigo mais programático que refere o estudo para a implementação do projeto piloto da flexibilização laboral, nomeadamente o artigo 17.º, da proposta do Decreto Legislativo Regional do Orçamento, onde consta essa norma.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Disse que hoje mesmo (6 de novembro) saiu o despacho no Jornal Oficial, com a constituição de dois grupos de trabalho, embora o artigo 17.º fale na flexibilização laboral, a semana dos 4 dias.

Mas, que há um outro grupo de trabalho também para o planeamento do rejuvenescimento da administração pública, acrescentando que no caso da flexibilização laboral do projeto piloto da semana de 4 dias, é coordenador o Dr. Délio Borges, que é o Diretor Regional da Organização, Planeamento e Emprego Público, e, que o mesmo tem 90 dias para apresentação das conclusões dos seus trabalhos.

Disse esperar também obter um desenho do que poderão ser os projetos pilotos em 2025.

Referiu-se ao outro grupo de trabalho, que tem a ver com o rejuvenescimento da administração pública e que dá uma forma de dar sentido, inclusivamente, à nova dominação da DROAP, era DROAP, agora é DROPEP, que fala de Planeamento e Emprego Público, não sendo por acaso que foi redenominada esta direção regional, porque de facto, como já é sabido, a região vai ter quase 50% dos trabalhadores de função pública em idade pré-reforma até 2030.

Disse que era tempo para fazer uma abordagem de planeamento do emprego público, acrescentando que, na verdade, na década de 80 do século passado, quando houve um crescimento muito acentuado da administração pública regional, não havia sequer esta perceção, não havia sequer tempo para fazer esse planeamento, concluindo que, pela primeira vez na história, existirá a oportunidade para planear o emprego público e não só planeá-lo em relação à modernização administrativa e aos novos conceitos, mas também planeá-lo em termos das grandes áreas formativas necessárias.

É por isso que neste grupo de trabalho em relação ao investimento, que o governo vai tentar entregar contributos, quer seja do ecossistema de formação profissional dos Açores, quer seja também da própria Universidade dos Açores que já os contactou, no seguimento, aliás, da reunião que tiveram, e, que, entretanto, já contactou o governo pelo facto de já estar a preparar pelo menos um curso para responder a estas necessidades.

Acrescentou que, na terça-feira teve um outro contacto de outro departamento da Universidade, que também já está a preparar e a credenciar outro curso, dando, assim, resposta ao que foi politicamente discutido há alguns meses e que agora será também consubstanciado neste grupo de trabalho.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

De referir, também, que nos documentos orçamentais, nomeadamente no artigo 9.º, mantém-se a possibilidade de realização das mobilidades intercarreiras e, que no artigo 20.º, também prevê esta mobilidade intercarreiras para os hospitais da região, que aconteceu também no orçamento para 2024 e está também, naturalmente, previsto no orçamento de 2025.

De resto, deu algumas notas em relação às regularizações nos vários momentos. *“Temos nas empresas públicas com 263 mil pessoas, da regularização extraordinária em 2021, 465, e em relação aos contratos COVID estamos a falar de 515, global, de 243 regularizações, sendo que estes 515 estão em fase final de regularização. Já estão quase todos despachados no âmbito da DROPEP e da secretaria das finanças. Penso que há só uma entidade que há relativamente pouco tempo é que enviou a documentação para a DROPEP, mas isso está tudo a ser finalizado para podermos fazer essa regularização.”*

De seguida o presidente da comissão abriu o período de inscrições para uma primeira ronda aos deputados, para perguntas e esclarecimentos, inscreveu-se o deputado João Vasco Costa (PS) e a deputada Sabrina Furtado (PSD).

O deputado João Vasco Costa perguntou se as reuniões negociais referidas envolveram todos os sindicatos. Depois, perguntou quem chefiaria ou coordenaria o grupo de trabalho do rejuvenescimento da administração pública, para perceber se seria com prata da casa ou se implica um engordamento da despesa pública por via de nomeações ou concursos de pessoas para esse cargo.

E finalmente, pediu para o secretário regional repetir as regularizações, por categorias e, inclusive, os números e saber se, de facto, estão todas executadas.

O governante começou, exatamente, com o pedido de desculpa porque de facto tinha referido um grupo de trabalho da flexibilização laboral, liderado pelo Dr. Délio Borges, que é o diretor da DROPEP, esquecendo de dizer que o outro grupo de trabalho, o do rejuvenescimento da administração pública, é liderado pela Dra. Alexandra Viveiros, que é técnica especialista no seu gabinete.

Referiu, ainda, que estes grupos de trabalho não implicam nenhum acréscimo nem nomeações e desenvolvem o seu trabalho, dentro do que são as suas funções e remunerações atuais.

Deu nota que estes grupos de trabalho não são exatamente as mesmas entidades. No grupo de trabalho da flexibilidade laboral, está o Dr. Simão, que foi cooptado para o Conselho Consultivo da Administração Pública, e no grupo de trabalho do rejuvenescimento, está o dr. Carlos Farinha, que



também foi cooptado para o conselho consultivo e indicado pelo próprio secretário regional, informando que, tanto um como o outro, fazem parte da Comissão Consultiva da Administração Pública.

Dentro da administração tem a estrutura para a modernização administrativa, a direção regional das comunicações e, portanto, para agregar, também, a componente da formação, da juventude, do digital e da modernização nestes grupos.

Em relação às reuniões com os sindicatos, informou que tiveram as reuniões habituais com os sindicatos, que são o Sindicato dos Técnicos do Estado, o SINTAP e o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas.

Em relação às regularizações, nomeadamente os do Covide, disse não os ter consigo, mas pensa que da última vez que esteve nesta comissão trouxe esses documentos, mas que, naturalmente, os fará chegar ao presidente da comissão.

No uso da réplica o deputado João Vasco Costa insistiu na questão dos números das regularizações, e pediu a composição em relação ao grupo de trabalho da flexibilidade laboral.

O governante disse que tinha os despachos e, que por isso, podia dar nota de todas as pessoas que estão em cada um dos grupos. Em relação ao grupo de trabalho da flexibilização dos 4 dias, afirmou que o Dr. Délio Borges coordenava, o Dr. Pedro Batista vinha das Comunicações e Transição Digital, a Dra. Ana Laranjeira da Estrutura de Missão de Modernização e Reforma da Administração Pública, a Dra. Diana Simões da RIAC e o Dr. Simão Barbosa como membro do Conselho Consultivo da Administração Pública.

No outro grupo de trabalho, a Dra. Alexandra Viveiros é a coordenadora, o Dr. Renato Medeiros é o diretor regional da Qualificação, o Dr. Eládio Braga é o diretor regional da Juventude, a Dra. Ana Laranjeira é da Estrutura de Administração Administrativa, o Dr. Alexandre Medeiros é técnico especialista do gabinete do secretário regional, especialista na área do digital e o Dr. Carlos Farinha é membro do conselho consultivo.

Em relação às regularizações, referiu que os números são 263 de empresas públicas, 465 da administração pública, regularizados em 2021, e 515 dos contratos Covide. Acrescentou que estes 515 podem variar em função de algumas das pessoas já terem acedido a outros concursos, mas que o objetivo é abrangê-los todos, e, também fazer um esforço porque havia situações que podiam ser delicadas para algumas pessoas, que não tinham as competências, não tinham a



escolaridade suficiente para poder entrar, acrescentando que, através da rede Valorizar, estão a providenciar para que essas pessoas possam ter acesso aos níveis necessários, para poderem ser regularizados e para que ninguém fique de fora.

A deputada Sabrina Furtado disse que, por acaso, trouxe os documentos que foram distribuídos a esta comissão aquando das audições do orçamento de 2024, começando por referir que o aumento da remuneração complementar de 3% teve um impacto orçamental para 2024 de cerca de 2 milhões de euros.

Perguntou qual, então, o impacto orçamental para 2025, do aumento desses 3%, sendo que em 2024 foram 2 milhões de euros.

Depois, naturalmente, com os dados que o secretário tinha disponibilizado ainda em maio a esta comissão, a deputada, apenas para refrescar a memória, segundo a própria, referiu que no diz respeito aos 515 trabalhadores abrangidos e integrados no âmbito dos contratos COVID-19, estavam 4 médicos, 121 enfermeiros, 22 técnicos de saúde, 51 técnicos superiores, 100 assistentes técnicos, 213 assistentes operacionais e 4 informáticos.

Depois deu os parabéns ao secretário regional, por ainda hoje (6 de novembro) ter sido publicado em Jornal Oficial a criação de dois grupos de trabalho, um para o projeto piloto de flexibilização do trabalho e do processo de rejuvenescimento da administração pública regional, porque os dados trazidos vão no sentido que 30% da administração pública regional, entrará numa fase de pré-reforma, ou mesmo de reforma, e, portanto, obviamente, estas matérias devem ser, como estão a ser, acauteladas com antecedência suficiente.

Relativamente à precariedade na administração pública regional, disse saber que desde 2020 este governo tem tentado, como pode, e muitas vezes mais do que pode, combater a precariedade nos Açores e perguntou se, em termos comparativos, podia adiantar, embora admitindo que o governante não tenha vindo propriamente com estes números todos para a audição, mas que depois se pudesse também fazer chegar a esta comissão os números das integrações e regularizações de precários entre 2020 e 2024, quantas prestações de serviços precários existiam em 2020, e existem neste momento e em termos de regularizações efetivamente na administração pública e de uma forma geral, mostrando, assim, a evolução no combate à precariedade laboral.

A deputada, por fim, deixou uma consideração relativamente à precariedade laboral, afirmando que naquele próprio dia (6 de novembro) tinha sido publicado no SREA a informação de que a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

população empregada dos Açores tinha aumentado 6,22% e que a taxa de desemprego tinha diminuído 1,1%, considerando serem números animadores.

O secretário regional deu nota da estimativa para 2024, com um dispêndio com a uma remuneração complementar de 11.717.900 euros, e, que para 2025 com este aumento de 3% significa 12.527.151 euros, portanto, mais 809.251 mil euros com o alargamento dos escalões até aos 2.000 euros.

Em relação à precariedade da administração pública regional, informou que que em 31 de dezembro de 2019, ano antes do Covide, havia 19.491 trabalhadores na administração pública, direta e indireta, e nos hospitais. À data de hoje (6 de novembro) existem 21.018, portanto, são mais 1.527 trabalhadores, dos quais 1.243 referem-se a regularizações.

Em relação à precariedade, disse que era algo que preocupa o governo e que tem sido feito um esforço grande, quer seja na administração pública, quer seja na privada, e há dados extraordinários relativamente a essas matérias, nomeadamente do programa Contratar e de outros que são consequência das reformas políticas de emprego que o XIII governo empreendeu e que estão ainda hoje, felizmente, estão a produzir bons efeitos.

Adiantou, ainda, que na administração pública regional, a 31 de dezembro de 2019, existiam 317 prestações de serviço, enquanto à data de hoje são apenas 199, portanto, menos 118 prestações de serviço. “Não é ainda perfeito e ainda há caminho naturalmente a fazer-se, mas de facto diminuiu de 317 para 199”, referiu o governante.

E em relação aos programas ocupacionais, a 31 de dezembro de 2019 referiu que eram 1.063 e agora são 358, menos 705, menos de 118 prestações de serviço, mais 1.527 funcionários públicos, dos quais 1.253 provêm de regularização extraordinária.

Em relação aos dados que foram publicados esta manhã (6 de novembro) pelo INE e também pelo SREA, confirmou que eram dados muito interessantes para todos os açorianos, reafirmando que a região regista a maior população ativa de sempre, a maior população empregada de sempre e uma taxa de desemprego abaixo da taxa nacional e isto naturalmente tem a ver não especialmente com a Administração Pública Regional, mas com a economia dos Açores, que está numa fase muito robusta, que cresce há mais de 40 meses consecutivos, que está a criar emprego, havendo, neste momento, uma grande dificuldade com a falta de mão de obra, assumindo que as reformas políticas que foram feitas, tiveram este efeito, ou seja, colocaram mais pessoas no mercado de trabalho.



Referiu, ainda, que a comparação com 2020 não era justa, mas verifica-se que ao comparar com todos os anos passados, já que há aqui um enorme crescimento da população ativa, mais pessoas disponíveis para trabalhar e deu nota de que no momento que teve essas responsabilidades (emprego), uma das grandes alterações que teve de fazer foi nos próprios quadros da administração regional que trabalham nas áreas de emprego, porque estavam formatados para quando aparecia um desempregado colocá-lo num programa de emprego.

“E o chip que se tentou mudar, que foi a forma das políticas de emprego, foi quando apareceu um desempregado, onde é que o vamos colocar, numa empresa e não num programa de emprego, isso teve efeitos e é por isso que a população ativa está em valores recorde, mas ainda assim, e se repararmos relativamente ao 3.º trimestre de 2023, a população ativa cresce de 121.500 para 126.400”, referiu o governante, acrescentando que há mais pessoas disponíveis para trabalhar.

Acrescentou que ainda existem muitas posições no mercado laboral que não se estão a conseguir preencher, nomeadamente na área da hotelaria e também da construção civil. Justificando que isso é consequência não só das reformas políticas de emprego, mas em particular dos privados, das empresas e de uma economia que, como disse, está numa fase robusta.

Referiu que os números da precariedade da administração pública de 2019 para 2024 são substancialmente melhores, no sentido que há muito menos precariedade agora do que havia até 31 de dezembro de 2019, mas assinalou que isso não os deixa completamente satisfeitos, naturalmente, porque apesar de 317 terem passado para 199 nas prestações de serviço e de 1.163 terem passado para 358 nos programas ocupacionais, estas quase menos mil pessoas que estão nesta precariedade em comparação com o que estava em 2012 e 2019, ainda assim não deixa o governo satisfeito, acrescentando, que ainda há mais trabalho para fazer no combate à precariedade, quer seja a nível das prestações de serviço, quer seja a nível dos programas ocupacionais.

Não havendo mais inscrições nesta primeira ronda, o presidente da comissão passou para a segunda ronda, tendo-se inscrito o deputado José Eduardo (PS).

O deputado José Eduardo relativamente à nova semana de trabalho, e, ao que foi dito nas audições do orçamento para 2024, perguntou se esse desenho do projeto piloto já se encontra definido, para que este grupo de trabalho agora criado, possa ser analisado no prazo de 90 dias. Também perguntou se na sequência da informação da altura, em que ponto está o calendário previsto para



a transformação do Serviço Regional de Estatística dos Açores em instituto e se é, realmente, para concretizar ainda em 2024.

O secretário regional, em relação ao projeto piloto da flexibilidade laboral ou dos quatro dias, afirmou que o calendário que foi definido foi o seguinte: foi reinstalado o Conselho Consultivo da Administração Pública, onde isto foi apresentado, discutido, refletido e, aliás, acrescentou que fez menção de dizer nessa reunião, que se não fosse por mais nada, só a reflexão feita naquele conselho consultivo já teria valido a pena pela sua reinstalação, porque, como é sabido, esteve sem funcionar durante muitos anos e foi no seguimento desse conselho consultivo que foi, depois, desenhado os grupos de trabalho para a flexibilidade laboral e para o rejuvenescimento, sendo que este grupo de trabalho, no caso em relação à flexibilidade laboral, tem 90 dias, para apresentar o desenho do projeto piloto, mas avisou que isso tem de ser feito com um certo cuidado, porque, para já, é preciso saber que departamentos do governo estão disponíveis para avançar com a solução, porque isso não é algo que se possa impor.

Depois, numa segunda análise, é preciso ver que departamentos do governo têm perfil, e, que isso implica encontrar também diferentes departamentos com diferentes orgânicas de maneira a poder testar, afirmando que existem departamentos do governo que trabalham só numa ilha e existem outros que têm trabalhadores em várias ilhas e, naturalmente, não vai ser apenas um projeto piloto, vão tentar desenhar dois ou três projetos piloto para poder tirar conclusões.

“Portanto, vamos tentar saber quais são os departamentos que estão disponíveis, até porque já há alguns que têm experiências em abordagens das flexibilidades e sabemos já as pessoas que estão, por exemplo, em casa de teletrabalho, e, há departamentos que têm mais vocação, mais propensão”, referiu.

Deu o exemplo de algumas chefias mais disponíveis para isso do que outras e, portanto, na sua opinião isso tem de ser aferido fazendo com o projeto piloto, tentando obter conclusões de áreas que possam ser diferentes e que possam, então, criar depois as condições para poder passar para algo mais efetivo.

Em relação à questão do Serviço Regional de Estatística (SREA) informou que o próprio serviço está a trabalhar no desenho do que será um *draft* do instituto, e, reconheceu que já devia estar mais avançado do que está acrescentando, que a ideia era, que ainda em 2024 a proposta pudesse entrar no parlamento.



Referiu não ter sido possível por várias razões, nomeadamente a mudança de legislatura, mas que de facto, confirma ser este um processo que é preciso acelerar para que a breve trecho esteja concluído, sem se comprometer com datas, mas assegurando que continua com o objetivo.

Disse haver algumas questões que é preciso ter cuidado porque o SREA trabalha, em algumas áreas, como uma espécie de agente do Instituto Nacional de Estatística (INE), e por isso há que compatibilizar e discutir com o próprio INE.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA:

[Parlamento online - Audição do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

O Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, Alonso Miguel, iniciou a sua intervenção referindo que o Plano de Investimentos da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática ascende para 2025 a dotação de 33 milhões, sendo que desse valor aproximadamente 14 milhões de euros estão reservados ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

“A Proteção Civil de facto tem se afirmado como um pilar fundamental para a segurança e o bem-estar das nossas populações e, por isso, tem sido uma área prioritária a intervenção do Governo Regional e, dou nota de que só nos últimos 4 anos, foram direcionados mais de 46 milhões de euros para o sistema de proteção civil da região, incluindo aqui, obviamente, as nossas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.

Para 2025, nós reforçamos esse compromisso. O orçamento como disse destinado à Proteção Civil e Bombeiros ascende a cerca de 14 milhões de euros, representando um acréscimo de cerca de 15% em relação a 2024, e representa também o maior investimento de sempre na Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

No que diz respeito aos equipamentos e telecomunicações, está previsto uma verba de 3,8 milhões de euros. Um montante que irá permitir dar continuidade à renovação dos veículos dos nossos bombeiros, nomeadamente da frota vermelha, com a aquisição de nove ambulâncias de socorro, um valor de um milhão de euros, e com, a conclusão da aquisição das 9 viaturas da frota vermelha, que já tinham sido adjudicadas, designadamente as cinco que estão neste momento ainda em falta, num investimento estimado em cerca de 2 milhões de euros.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Como sabem as três primeiras viaturas vermelhas adquiridas, já foram entregues, uma na Graciosa, na Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Ilha Graciosa, e duas em S. Miguel, uma na Ribeira Grande e outra em Ponta Delgada, ao que tudo indica, até ao final do ano iremos receber a quarta viatura a entregar à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória. Portanto, para o próximo ano contamos adquirir as cinco restantes viaturas, no tal montante de 2 milhões de euros.

Em complemento, serão investidos 370 mil euros para aquisição de kits de emergência e equipamentos de proteção civil, que são evidentemente fundamentais para a operação dos nossos corpos de bombeiros.

Também ao nível das comunicações, iremos investir 400 mil euros, para assegurar o funcionamento da Rede Integrada de Telecomunicações de Emergência da Região Autónoma dos Açores e também do Sistema de Gestão de Ocorrências da Região.

Ao nível das infraestruturas está previsto uma verba de 310 mil euros, destinada às manutenções das instalações das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, também para o projeto do novo quartel de bombeiros de Vila Franca do Campo, para o programa preliminar do novo quartel do Nordeste e um reforço significativo no Centro de Formação do SRPCBA, para a construção de uma torre de treino para combate a incêndios em altura.

No campo dos protocolos e apoios, está prevista uma dotação de 9,5 milhões de euros, um aumento de 6,9% em relação a 2024.

Dentro deste investimento, destaca-se o reforço em Emergência Médica Pré-Hospitalar, com 8 milhões de euros para transporte de emergência e manutenção das SIV, aqui há também um aumento muito significativo de cerca de 21% face a 2024, que permitirá consolidar o dispositivo que já existe e reforçar ainda o dispositivo, designadamente nos concelhos de Ponta Delgada e da Ribeira Grande.

Iremos dar continuidade ao projeto-piloto da SIV com recurso a ambulância na Praia da Vitória.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O financiamento do CIVISA, será mantido nos 600 mil euros, valor que irá permitir continuar a desenvolver as redes de monitorização de riscos naturais, designadamente no campo da atividade sísmica e vulcânica.

Paralelamente, vamos também concretizar o modelo de financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, que recentemente foi aprovado, com uma verba alocada de 500 mil euros, e proceder à implementação do estatuto social do bombeiro voluntário na Região Autónoma dos Açores, que também foi recentemente aprovado no parlamento regional, com um investimento previsto de 350 mil euros.

Na área de formação, o plano destina cerca de 465 mil euros para a qualificação dos nossos bombeiros e para a sensibilização da nossa população, designadamente ao nível dos riscos naturais e mais concretamente ao nível dos riscos sísmicos e vulcânicos.

O departamento de formação do SRPCBA desempenha um papel central nesse esforço, sendo que em 2024 tivemos a oportunidade de capacitar todos os alunos do 9.º ano da região com formação em suporte básico de vida, e queremos agora reforçar o projeto “Aprender a Socorrer”, juntando a esta disciplina também a de primeiros socorros.

Queremos também aumentar o número de bombeiros especializados em estruturas colapsadas, de forma a consolidar a posição de vanguarda que temos nesta área no país.

E, portanto, com este conjunto robusto de investimentos e medidas, temos o objetivo de poder reforçar as condições humanas e materiais para o excelente desempenho operacional dos nossos corpos de bombeiros da região e aumentar a capacidade de resposta em situações de emergências em prol da segurança das nossas populações.”

Após esta explanação o presidente da comissão, abriu o período de esclarecimentos ou de questões aos deputados, inscreveu-se o deputado João Vasco Costa (PS), o deputado Flávio Soares (PSD) e o deputado Pedro Pinto (CDS-PP).

O deputado João Vasco Costa, questionou o governante sobre os aumentos salariais dos bombeiros e os constrangimentos que isso vai provocar em algumas associações humanitárias,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

nomeadamente, aquelas que prestam serviços em aeroportos, que são tutelados e administrados pela VINCI. Nem todas as que operam nos aeroportos da VINCI têm o mesmo tipo de problemas, porque umas já estão com novos contratos, e a VINCI compromete-se a suportar o aumento que foi decidido pela Assembleia Legislativa, mas existem outras, que têm protocolo, que só cessa em 2025, e, que por via desse aumento tem de ser suportado pela associação, dando o exemplo da Associação da ilha de Santa Maria.

Esta questão, envolverá, até ao fim do protocolo, um custo que terá de ser suportado pela associação humanitária da ilha de Santa Maria, de 150.000 euros, sendo que a associação não tem como fazer face a este custo e a VINCI está a ser intransigente, e, que não cobre este valor, porque não foi o que estava contratualizado. Este problema é sério e real, questionando o secretário regional, se dos 14 milhões de euros, que representam um aumento de 15% em relação a 2024, se o Governo Regional pondera, ou terá possibilidade de fazer face a essa situação, porque se uma associação humanitária não tiver esta ajuda, o caminho será o despedimento de bombeiros, representando um problema sério para uma ilha pequena, como Santa Maria.

Realça ainda que, também envolvida na questão, está a sensibilização ao secretário para a situação reportada.

Em resposta, o secretário regional realçou que, a situação que reporta é ainda mais grave, não se baseando apenas na manutenção de postos de trabalho, mas de uma prestação de um serviço que tem capacidade de imobilizar uma ilha, causando constrangimentos muito graves na mobilidade dos açorianos, mas também causando graves constrangimentos ao desenvolvimento socioeconómico dos Açores. Destacou que os contratos, são contratos de prestação de serviços entre as associações humanitárias, que apesar de prestarem serviço público, são de direito privado e a ANA também é uma entidade privada, sendo que o Governo Regional sente a responsabilidade de acompanhar esta questão com muita proximidade, e têm feitos contactos com a administração da ANA no sentido de sensibilizar para a solução deste problema.

Considera que, a ANA deve ter um sentido de responsabilidade, e, compreender, que a retirada de bombeiros dos aeroportos mencionados, e com contratos deficitários, causam um impacto muito grande. Destaca ainda, ter a certeza de que a ANA terá a capacidade de compreender, que não pode ter uma prestação de serviços, que seja deficitária para as associações humanitárias de bombeiros voluntários, e, que dará passos para se aproximar das pretensões das associações, no sentido de cobrir as despesas que essa prestação de serviço envolve.



O governante realçou ainda que ficará sempre a garantia que o Governo Regional está empenhado na resolução do problema, mesmo que esta prestação de serviços seja entre duas entidades privadas, mas que condiciona a mobilidade dos açorianos, e, se necessário for, o governo está disponível para o reforço de prestações de serviços com as Associações, para tentar equilibrar financeiramente.

No seu direito a réplica, o deputado João Vasco Costa reforçou a dificuldade e o perigo de uma ilha ficar isolada, e acontecerá se não for resolvida a questão colocada.

Reconhece o empenho do secretário, e, verificada a intransigência da VINCI, fica apreensivo, destacando que fica mais tranquilo uma vez que o secretário regional diz estar desperto e atento ao problema.

O secretário regional destacou não ser possível que o Governo Regional suporte o custo de uma prestação de serviços de uma entidade privada, mas reforça que acompanhará de muito perto, reforçando as diligências para além das que já efetuou, para a resolução do problema, sendo certo que terá a capacidade de apoiar as associações, como tem sido prática, dando-lhes estabilidade e sustentabilidade financeira, não podendo é ser através de uma prestação do financiamento de uma prestação de serviços de outra entidade privada.

Referiu também que a solução lógica é a ANA/VINCI compreender, que não pode usufruir de prestações de serviço que sejam deficitárias e que não cubram as despesas do serviço que é prestado, que essa é que é a solução e reconhecendo esse problema dar passos justos no sentido de acompanhar as pretensões da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários.

No uso da palavra o deputado Flávio Soares, disse que efetivamente este é o maior investimento de sempre na área da proteção civil, penso que é de se notar esta preocupação e esta estratégia que foi definida por este Governo Regional, mas também que vem dar seguimento aos investimentos que foram feitos nos últimos dois, três anos, e que tem a ver com atribuir maiores e melhores condições, não só aos nossos bombeiros, mas a todos aqueles que prestam de alguma forma serviço no âmbito da proteção civil na nossa região.

Existem muitos exemplos, e que já falou em alguns, o aumento salarial, o novo modelo de financiamento das associações, a aquisição de diversos equipamentos para os nossos bombeiros, os protocolos que estão previstos no plano e orçamento e que se mantêm.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Referiu também que há uma necessidade urgente a ter para com determinados quartéis de bombeiros, esse levantamento está feito, está plasmado no plano e orçamento, e, que é preciso que se olhe para estas necessidades urgentes, como este governo tem vindo a olhar.

Questionou o secretário regional no sentido de perceber como é que decorre o processo de aquisição das nove ambulâncias que o mesmo já referiu, se está no bom caminho, se há alguma previsão de entrega desses mesmos equipamentos.

O governante respondeu que partilha da preocupação do deputado, em relação à necessidade de intervenção, requalificação e de construção de novos quartéis, que há um plano em marcha que está plasmado neste plano e orçamento, desde logo com a contratação do projeto para o quartel de Vila Franca do Campo e também da aquisição do programa preliminar do quartel do Nordeste, que estão a dar início a procedimentos, para que numa próxima fase possam avançar com a construção do quartel na Calheta, na ilha de São Jorge, que neste momento estão em conversação com a Câmara Municipal no sentido de identificar e definir concretamente o terreno para a construção do quartel, que o mesmo será cedido pela Câmara Municipal da Calheta, para depois poderem avançar para o programa preliminar.

Relativamente às nove ambulâncias, que as mesmas já foram adjudicadas, e, que a previsão que têm é que até ao final deste ano de 2024, as mesmas já estejam na região, independentemente de as conseguirem faturar este ano ou não, a previsão de chegada é ainda durante este ano, ou quando muito no início do ano que vem.

Em relação às viaturas da frota vermelha, informou que já entregaram um autotanque pesado na Graciosa, um autotanque pesado em Ponta Delgada e outro na Ribeira Grande, e que até ao final do ano contam entregar um pronto-socorro pequeno na Praia Vitória e durante o ano de 2025 irão entregar também um pronto-socorro médio na Povoação, um autotanque pesado em Angra do Heroísmo, outro em São Roque do Pico, outro para Vila Franca do Campo e um autossalvamento médio na Horta. Também deu nota que irão lançar já um novo procedimento para mais cinco viaturas vermelhas, dando assim continuidade à renovação da frota, e mantendo aqui uma cadência que permita de facto ter uma renovação eficaz de toda esta frota, que contam lançar ao longo de 2025 para 2026 outro concurso para mais nove ambulâncias de transporte para os Açores. E, que, há aqui de facto um investimento muito significativo na renovação destas duas frotas de ambulâncias e de viaturas vermelhas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No uso da réplica o deputado Flávio Soares felicitou o Governo Regional e o secretário regional por todo este trabalho e todo este esforço.

O deputado Pedro Pinto após algumas considerações iniciais centrou-se naquilo que é a autoproteção dos cidadãos, e, que para que os mesmos estejam capacitados para a sua autoproteção e estejam despertos para a necessidade da sua autoproteção, que é necessário sensibilizar e dar formação aos açorianos.

Fez referência ao programa mencionado pelo secretário regional, cujo nome disse não ter percebido, que tinha a ver com socorrer, e que era um programa para jovens alunos, e gostaria de perceber melhor este programa que o governo está a empreender nas escolas, para dar formação aos nossos jovens, e, para formar a sociedade, as gerações futuras, pois o grupo parlamentar do CDS acha que é por esta via que se consegue uma maior consciencialização dos cidadãos para os perigos que nos rodeiam, e, crê que este programa empreendido pelo governo é muito importante e que gostaria de perceber os contornos do que já está feito e o que está planeado para o futuro.

O governante em resposta ao deputado entre outros esclarecimentos voltou a referir que têm 465.000 mil euros de investimento previsto na formação, e, que parte deste investimento é para a qualificação dos bombeiros, mas, que também parte significativa é para sensibilização da população com relação a determinados riscos naturais designadamente sísmicos e vulcânicos.

O Governo Regional através do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores tem desenvolvido um conjunto muito vasto de formações, recentemente fizeram um *Mass Training* em suporte básico de vida, que teve uma adesão muito significativa na ilha Terceira, em São Bento, nas comemorações do Dia Mundial do Coração e que tiveram também o exercício Basalto na ilha Terceira, que permitiu simular a evacuação de uma freguesia.

Disse que têm o projeto de “Aprender a socorrer” que é um projeto pioneiro, os Açores foram a primeira região do país a conseguir implementar um projeto desta natureza direcionada a todos os alunos do 9º ano de escolaridade da região, realizado em todas as escolas de todas as ilhas, num total de 138 ações de formação que abrangeram 2500 alunos, é um projeto inovador, é um projeto muito importante para quem tem um contexto geográfico e de vivência como os Açores.

Acrescentou que gostariam de reforçar esse programa, juntando ao suporte básico de vida a formação em primeiros socorros, que este é o plano que têm para reforço e, que lhes parece que é verdadeiramente fundamental para os Açores e para os açorianos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Não havendo mais inscrições, o presidente da comissão passou a palavra ao secretário regional que se referiu à abertura da sessão do “World Rescue Challenge” campeonato do mundo de trauma e desencarceramento 2024, destacando o orgulho do mesmo ter sido desenvolvido nos Açores, mais concretamente na ilha Terceira, que foi um momento de prestígio para a região e que permitiu concentrar nos Açores cerca de 600 bombeiros, 72 equipas de trauma e desencarceramento, de 23 países distintos, e, que isso para além do prestígio permitiu também uma partilha de conhecimentos, de experiências e de competências desses especialistas mundiais com os nossos profissionais ligados a este setor, que se pode capacitá-los ainda mais para se prestar um socorro eficaz às nossas populações, que foi um momento de reconhecimento Internacional.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E COMUNIDADES:

[Parlamento online - Audição do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

O Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, Paulo Estevão, iniciou a sua intervenção referindo que as comunidades é uma área de grande interesse para este governo e para todos os que nos antecederam, que a cooperação com as comunidades e com a diáspora tem uma grande importância e, que por isso vão continuar a desenvolver aqueles que eram os programas tradicionais que têm vindo a ser desenvolvidos ao longo de todos estes anos pelos diferentes governos dos Açores e que vão continuar a apoiar aqueles que são os pontos de identidade fundamentais.

Referiu, que têm protocolos de cooperação no âmbito da identidade cultural, que têm também o apoio ao Conselho Mundial das Casas dos Açores e, que como se sabe também estão a aumentar significativamente o número de casas.

Mencionou também o Conselho da Diáspora Açoriana, que também era um organismo preexistente, e que continuam com os projetos que estavam a ser desenvolvidos também a este nível, que continuam a dar apoios ao nível de seminários e de eventos.

Aludiu à questão do fórum do Espírito Santo, que o mesmo já tinha sido feito à cerca de catorze anos, com outra designação, mas que o espírito era o mesmo, ou seja, que consideram que o Espírito Santo é um elemento de identidade que une o conjunto dos açorianos e também a nossa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

diáspora e, que o que pretendem fazer não é uma cerimónia religiosa, mas que se trata apenas de estudar o fenómeno em si e, que permite o intercâmbio de experiências.

Disse também, que vão inovar no sentido dos jogos das comunidades, que estão a ser selecionados os desportos que vão realizar, as provas que vão unir a Região Autónoma dos Açores e o conjunto da diáspora, e que permitirá depois ter um campeão do conjunto do povo açoriano, ou seja, da nossa diáspora e também daqueles que são residentes na Região Autónoma dos Açores.

Consideram que estes tipos de projetos são muito interessantes e que estão a ter uma boa adesão por parte dos jovens que já mostraram entusiasmo por realizar esta atividade.

Disse, que no âmbito daquela que é a orgânica da secretaria que foi criado um gabinete de estudos e de projetos que pretende sobretudo mapear o conjunto da diáspora açoriana, identificando a mesma, e, sobretudo os pontos em que elas se encontram. Considerou que as mesmas estão a sofrer modificações significativas, com um conjunto de deslocações que fizeram por exemplo para o Texas e para a Flórida, que não eram locais da emigração açoriana, mas que eles acompanham também o resto da população americana que se desloca para novos locais, e, portanto, existem novas comunidades em locais geograficamente diferentes daquilo que era o destino final da emigração açoriana. Acrescentou, que vão conhecer bem o conjunto da diáspora, que vão tentar proteger o seu património, tentar identificar e mapear tudo no sentido de preservar e digitalizar todos os documentos que têm a ver com a diáspora, para não se perder essa riqueza cultural, essa história de tantas centenas de comunidades açorianas espalhadas pelo mundo, num âmbito geográfico muito alargado, que inclui a quase totalidade do continente americano desde o Uruguai até ao Havai.

Relativamente ao total da dotação prevista no plano regional anual para a cooperação com o poder local é de 7 milhões e 769 mil euros.

“Em reforços e diminuições em algumas rúbricas, como a seguir passamos a identificar, verifica-se, no global em relação ao ano de 2024, uma diminuição de 1 milhão e 750 mil euros, muito à custa da regularização do designado IVA turístico e do pagamento da última prestação da participação do IRS nos anos de 2009 e 2010, que constavam do plano para 2024. Digamos que se trata de uma diminuição por boas razões pois regularizamos dívidas.”



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Assim, em 2024, e no que diz respeito ao IRS 2009 e 2010, o Governo Regional concluiu o pagamento, num valor de 5 milhões 489 mil euros, na sequência do protocolo celebrado, a 10 de setembro de 2021, entre a Região Autónoma dos Açores e a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

Quanto ao IVA turístico, foi celebrado, também com a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, a 17 de setembro do corrente ano, o protocolo que prevê transferir, para todos os Municípios da Região, o valor de 3 milhões 350 mil euros, referentes à participação municipal na receita do IVA nos anos de 2020, 2021 e 2022, conforme foi deliberado por este Parlamento.

O plano regional anual para 2025 prevê o pagamento do IVA turístico, referente ao ano de 2023, no montante de 1 milhão 136 mil euros.

Quanto ao montante do IVA turístico de 2024, calculados de acordo com o decreto legislativo regional n.º 40/2023/A, de 27 de novembro, convém salientar que está inscrito, no orçamento de Estado para 2025, um valor de 1 milhão 240 mil euros.

Assim, no ano de 2025, os Municípios da Região, irão ver processados o valor de 2 milhões 376 mil euros do designado IVA turístico, quer por via do plano regional anual, quer por via do orçamento de estado, se o orçamento de estado for aprovado.

Contemplamos ainda, no plano da Direção Regional da Cooperação do Poder Local, transferências de capital para os Municípios, no valor de 491 mil euros, assegurando contratos ARAAL no âmbito do decreto legislativo regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, destinado à construção e grandes reparações das sedes das Juntas de Freguesia.

Ainda no âmbito dos municípios, estão previstos montantes de 50 mil euros destinado às senhas dos Conselhos de Ilha, 42 mil euros para assegurar a cooperação técnica, dos quais 50% deste montante serão afetos à formação de técnicos e autarcas.

Em relação à cooperação com as freguesias, o plano regional anual prevê o valor de 5 milhões 984 mil euros, excluindo o montante de 490 mil euros, que são também os beneficiários com a celebração dos contratos ARAAL com os municípios.

Destaca-se as seguintes rúbricas:

- 30 mil euros de cooperação com a Delegação Regional dos Açores da ANAFRE.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

- Em termos de cooperação técnica, o valor 36 mil euros, sendo que cerca de 74% destina-se à formação de autarcas.

- O fundo para o desenvolvimento para as Freguesias está dotado do valor de 5 milhões 417 mil euros.”

Continuando, o governante deu algumas informações relevantes, em relação às Freguesias: - *“No ano de 2024, foram 121 freguesias que apresentaram candidaturas no âmbito do decreto legislativo regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, ou seja, no âmbito do antigo regime de cooperação financeira;*

O montante de investimento proposto foi de 1 milhão 152 mil euros, sendo o valor considerado elegível de 1 milhão e 34 mil euros;

O valor de apoio que está a ser processado e transferido para as Juntas de Freguesia corresponde a 848 mil euros, tratando-se do valor mais elevado atribuído em termos de cooperação, desde 1983;

Daquele valor, salientamos 504 mil euros, para a conservação e reparação das sedes de Juntas de Freguesia e 344 mil euros, em mobiliário, equipamento e software informático;

Decorreu até 4 de novembro, o período de candidaturas do novo regime de cooperação com as freguesias;

De acordo com os dados disponíveis, à data de 31 de outubro, 44 Freguesias apresentaram 78 candidaturas, com um valor aproximado de investimento de 3 milhões 639 mil euros;

Decorre neste momento as devidas análises do enquadramento das candidaturas, nos vários domínios de investimento, quer em termos de cooperação, colaboração e coordenação.”

Em relação aos Municípios disse que: *“O Governo Regional irá acelerar a revisão do estatuto das vias terrestres, naturalmente em articulação com a Associação de Municípios e com a ANAFRE e, que o governo participará neste processo, através da DRCPL, a Presidência do Governo;*

Em relação aos planos diretores municipais referenciar que são determinantes em áreas como a habitação, proteção e conservação de recursos naturais e até culturais e que os mesmos se encontram a ser devidamente analisados, processados e colocar o conjunto de dados que foram solicitados e que estão a ser tratados.”



Referiu, que também a nível dos Municípios vão ser promovidas um conjunto de ações de formação em diversos níveis e, que esta é uma novidade importante, que deixa na Comissão, sendo que têm um novo regime de Cooperação Técnica e Financeira da Administração Regional com as Freguesias e Associações de Freguesias, e que é intenção do governo fazer a mesma coisa em relação à criação de um novo regime de cooperação com os Municípios e, claro, também atribuir um fundo bastante significativo, permitindo assim, que sejam as Freguesias, e, agora, também os Municípios a utilizar uma parte daqueles que são os recursos regionais, no sentido em que consideram, e muitos outros intervenientes políticos na região, consideram que é muito importante que o poder local esteja mais próximo dos problemas, visto que os conhece melhor, que muitas vezes tem uma intervenção mais célere, mais direcionada, mais eficaz e, que possa também ter um conjunto de meios que lhes permitam ter essa atuação. Disse também que na perspetiva do governo significará um êxito. Mais disse, que assim os Municípios multiplicam aquele que é o efeito expectável na medida em que os mesmos têm conhecimento mais concreto do terreno, e, até um conhecimento mais concreto daquele que é o desejo, necessidades e expectativas da população.

Após esta explanação o presidente da comissão, abriu o período de esclarecimentos ou de questões aos deputados, inscreveu-se a deputada Isabel Teixeira (PS).

A deputada Isabel Teixeira disse que como conselheira da diáspora felicitava o governante pelo reinício dos fóruns do Espírito Santo, que o Espírito Santo está enraizado em todos nós e mais ainda nos nossos emigrantes.

Referiu, que todos nós sabemos que a falta de mão-de-obra nos Açores tem atraído muitos imigrantes para todas as nossas ilhas, que uns trazem a família e, que alguns têm dificuldade na língua portuguesa, e também em arranjar uma habitação, que existe uma ação no plano e orçamento, que refere: *“protocolo de cooperação para inclusão social dos imigrantes”*, posto isto, solicitou ao governante uma explicação mais pormenorizada no que vai consistir estes protocolos para estes imigrantes que estão neste momento na nossa região.

Acrescentou, que muitos deles poderão ficar nas nossas ilhas, sendo uma mais-valia ao combate demográfico.

O secretário regional disse que o Governo dos Açores tem uma perspetiva favorável à emigração e de valorização da imigração e dos emigrantes, que nós somos um povo de emigrantes e queremos receber bem como nos receberam a nós.



Referiu, que temos mais de seis mil imigrantes, a maior parte deles de língua oficial portuguesa, e que o governo está a multiplicar o número de cursos de língua portuguesa, que consideram muito importantes para a integração, que a mesma começa logo pelo conhecimento da língua portuguesa, porque também permite depois uma integração do ponto de vista cultural e do ponto de vista das comunidades.

Acrescentou também que vão fazer um protocolo com as associações de emigrantes e de imigrantes no sentido de criarem em conjunto com a secretaria da educação, na educação para a cidadania a inclusão da aprendizagem sobre a emigração e imigração, passando a conhecer o que é a diáspora açoriana, terem conhecimento da sua grandeza, da importância que tem para a região, daquilo que é também o percurso histórico de emigração açoriana. Conhecerem bem a importância e sensibilizarem-se logo na educação cívica, através de protocolos, que serão realizados quer com as entidades emigrantes, quer com quem representa os emigrantes, quer com a secretaria da educação, de forma a valorizarem todo esforço de integração na comunidade.

O presidente abriu inscrições para uma segunda ronda, para pedidos de esclarecimentos por parte dos deputados, tendo-se inscrito o deputado Mário Tomé (PS) e a deputada Sabrina Furtado (PSD).

O deputado Mário Tomé no uso da palavra e, como presidente de junta de freguesia fez algumas considerações iniciais. Questionou o governante em relação ao apoio aos efeitos da Intempérie Lorenzo, e que na discussão do plano e orçamento para 2024, tinha sido levantada uma questão, por outro colega, o deputado José António Soares, questão essa que tinha a ver com a cooperação entre o Governo Regional e os Municípios, e com uma obra no concelho da Madalena, no âmbito do que tinha sido danificado pela passagem do Lorenzo, mais precisamente, com o muro de proteção no caminho de acesso às piscinas, e que gostaria de saber se de facto a situação permanece da mesma forma, se existe falta de pagamento à Câmara Municipal da Madalena, se já está a situação regularizada ou se não sendo nesta Secretaria se tem informação de qual será.

O governante em resposta ao deputado disse que a informação que tem, com exceção de Angra do Heroísmo, que no que diz respeito a outras ilhas não falta pagar nada da parte do governo e, que no caso de Angra do Heroísmo falta pagar 66 mil euros e, que existe um pedido de reforço de verba, ou seja, os 66 mil euros não são suficientes, e que este pedido de reforço está em análise.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O deputado Mário Tomé no uso da réplica voltou a referir que na passagem do Lorenzo, na Madalena do Pico, todo o muro da frente mar entre o passadiço, que é a areia larga e a piscina ficou destruído e, que percebeu que o mesmo não estava incluído nesta Secretaria.

O secretário regional respondeu que não estava.

No uso da palavra a deputada Sabrina Furtado iniciou a sua intervenção fazendo vários considerandos, entre eles sobre o novo regime de cooperação com as freguesias, o IVA turístico, os pagamentos do IRS de 2009/2010 e a preparação de um novo regime de cooperação também com os Municípios.

Relativamente às candidaturas apresentadas pelas Juntas de Freguesia, referiu que se espera uma ação proactiva das próprias, a fazer as suas candidaturas e a definir as suas prioridades para que sejam analisadas e sejam aprovadas. Disse também que as candidaturas estiveram abertas de 16 de outubro a 4 de novembro, tendo entrado 44 até 31 de outubro, por isso solicitou ao secretário regional que pudesse fornecer os dados atualizados a 4 de novembro, enviando à comissão ou então que respondesse aquando da própria discussão do plano e orçamento, sobre quantas freguesias efetivamente fizeram candidaturas.

O secretário regional em resposta à deputada informou que iria remeter os dados atualizados, acrescentando que neste momento já existem candidaturas que rondam os 3.639 mil euros.

Referiu também, que por exemplo São Miguel, já deu entrada de um conjunto bastante grande de freguesias que estão a candidatar-se a estes programas.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS:

[Parlamento online - Audição da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Berta Cabral, iniciou a sua intervenção referindo que: *“para esta secretaria a prioridade fundamental da proposta de plano de investimento público para 2025 é, objetivamente, a execução das obras enquadradas no plano de recuperação e resiliência.*

Só no âmbito das obras públicas isto representa 63 milhões de euros para 2025, dos quais 45,8 milhões de euros estão destinados aos circuitos logísticos em sete das nove ilhas da região.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Até ao fim do próximo ano, até ao final de 2025, teremos um total de 8 circuitos logísticos completos, construídos em apenas quatro anos.

Em 2025, teremos também a continuidade dos investimentos no projeto escolas digitais, no centro de qualificação dos Açores, na segunda fase da construção do TERINOV e, ainda, no laboratório de experimentação da administração pública regional, tudo obras do PRR.

Recordo que os investimentos no âmbito do PRR são considerados pelo Governo dos Açores como estratégicos e estruturantes para o desenvolvimento regional, reconfigurando, por exemplo a nossa rede viária e a capacidade de dinamização das economias locais por via de novas infraestruturas de mobilidade terrestre.

Tudo faremos, como até agora, para garantir o cumprimento de prazos e de projetos, honrando os compromissos assumidos junto do PRR, mas, sobretudo, junto das populações das nossas ilhas.

Em termos gerais, no âmbito direto das competências da Direção Regional das Obras Públicas, perspetivamos um investimento de cerca de 148,6 milhões de euros, onde as obras do PRR representam mais de 42% deste valor.

Outra relevante alocação de recursos está adstrita às SCUT, são 45 milhões de euros, e só existem em S. Miguel, de acordo com o compromisso de longo prazo assumido pela região em 2011.

Não obstante, estamos também a investir na projeção de novas soluções para a modernização e construção de infraestruturas viárias muito necessárias, como seja a ligação Ponta Delgada aos Mosteiros, de Vila Franca a Ponta Garça e Furnas à Povoação.

Sinalizo, especificamente, o projeto da ligação à Ribeira Quente, garantindo as necessárias condições de segurança e a racionalidade dos recursos públicos, com as mais adequadas soluções de engenharia dada a configuração orográfica do terreno, isto significa que estamos a estudar as melhores alternativas, quer eventualmente na continuação da solução atual, quer em outras soluções alternativas, porque, obviamente, que esta também é uma questão que tem se vindo a arrastar de ano para ano, e, portanto, tem que haver este trabalho de estudo das soluções mais adequadas à urografia.

Em termos globais, as nossas estradas regionais serão alvo de um investimento aproximado de 53,5 milhões de euros, onde estão incluídos os valores para reabilitação, beneficiação e pavimentação em vários troços das nove ilhas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Temos mais de 1400 km de estradas regionais, muitos dos quais ficaram largos anos sem qualquer intervenção ou planeamento para a respetiva manutenção, exigindo, agora um esforço muito substancial ao orçamento regional, não só pelo estado de degradação, como também pela quantidade de situações identificadas.

Paulatinamente, nos últimos anos, temos feito essa retificação, com a gestão necessária para equilibrar os recursos públicos disponíveis, e temos de atender às necessidades identificadas, e à prioridade que deve ser atribuída à execução do PRR.

Para referência, é também relevante assinalar o volume de investimentos nas várias obras e equipamentos nos diferentes sectores da governação, incluindo:

- 8,6 milhões de euros na educação cultura e desporto;*
- 8,0 milhões de euros na saúde e solidariedade social;*
- 8,6 milhões de euros no mar e pescas;*
- 10,3 milhões de euros na qualificação profissional;*
- 2,5 milhões de euros no ambiente e ação climática;*
- 2,3 milhões de euros na ciência e tecnologia;*
- 800 mil euros em infraestruturas agrícolas;*
- 5,2 milhões de euros em edifícios públicos.*

Temos 133 ações inscritas na proposta de plano para 2025, algumas das quais contêm mais do que uma obra, o que resulta numa gestão de cerca de 200 intervenções em todas as ilhas da região.

É um desafio exigente face sobretudo aos constrangimentos atuais e à realidade do mercado de trabalho e da construção civil.

Há uma manifesta falta de mão-de-obra, como é público, que tem tido impacto em várias empreitadas, quer seja no seu início quer na evolução normal da sua execução.

Mas há também outras dificuldades no mercado, incluindo a falta de material, dificuldades de fornecimento atempado de matérias-primas e ruturas de stock em fornecedores nacionais e internacionais, em coisas tão básicas como por exemplo há uma semana que houve rotura em todo o país de betume, portanto, só para dizer que não estamos a falar de grandes fornecimentos, é coisas básicas e, é uma coisa extremamente necessária, embora não seja muito significativa no valor das obras.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O nosso planeamento para o próximo ano não é igualmente alheio aos condicionalismos impostos pela tardia entrada em vigor do plano de 2024, isto também tem que ser dito, e, portanto, obviamente, que muita coisa vai ser arrastada para 2025, apenas ficou disponível em agosto de 2024, o que influenciou o normal decurso de procedimentos de contratação pública, incluindo a respetiva cabimentação e inscrição de compromissos orçamentais, sobretudo novas intervenções não puderam ser realizadas ao abrigo dos duodécimos.

Por fim, no que concerne especificamente à prevenção e à segurança rodoviária, perspetivamos a continuidade do protocolo de cooperação com a prevenção rodoviária dos Açores, através do fundo regional dos transportes terrestres, como tem acontecido anualmente, que implica uma transferência de, no máximo, 50% das receitas deste fundo relativas às inspeções e reinspeções de veículos na região, são colocadas no máximo à prevenção rodoviária.

Com a proposta do plano de investimentos para 2025, estamos certos de que mantemos uma orientação pragmática e racional na alocação dos recursos públicos nas nossas infraestruturas, de acordo com as necessidades e complexidades do nosso território, e, obviamente, as prioridades.

Acima de tudo, primamos pelo devido cuidado na segurança e na eficiência da circulação rodoviária promovendo a mobilidade de pessoas e bens, bem como o desenvolvimento das economias locais.”

Após esta explanação o presidente da comissão, abriu o período de esclarecimentos ou de questões aos deputados, inscreveu-se o deputado Mário Tomé (PS).

O deputado Mário Tomé começou por dizer, que a questão das estradas é um problema grave e preocupante para todos nós e, para que possamos diminuir o nosso investimento na parte do orçamento regional, é fundamental existirem fundos europeus, para as manutenções e reparações das mesmas.

Em relação às obras do Furacão Lorenzo, mais precisamente as pequenas obras que ainda faltam concluir em algumas ilhas, solicitou informações mais detalhada sobre as verbas inscritas no plano relativas às obras do Furacão Lorenzo.

A secretária regional relativamente à questão das estradas fez várias considerações, entre elas que seria excelente se nós conseguíssemos ter financiamento comunitário para a reabilitação das estradas, e, também para fazer algumas novas, porque as comunidades vão crescendo a dinâmica do desenvolvimento assim impõe, e, portanto, há coisas para fazer de novo e nós nem de novo,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

nem para manter temos fundos comunitários. O PRR foi até agora a última oportunidade para podermos fazer estradas.

Referiu que os circuitos logísticos, que já vinham englobados no PRR desde os anteriores governos e já estão todos em obra.

Em relação ao furacão Lorenzo disse que neste mesmo dia ia ser adjudicado pela “*Portos dos Açores*” a obra do porto das Lajes das Flores, com fundos comunitários do sustentável 2030, no valor 186 milhões de euros. Em relação às outras obras, que as mesmas estão previstas no plano, na ação 9.18.4 -infraestruturas de pesca, onde constam o fim do porto do Calhau, verba para fechar financeiramente o projeto, o porto das Ribeiras e o Lajido que foi adjudicado no dia 25 da semana passada.

No uso da réplica o deputado Mário Tomé questionou a governante em relação ao assunto que já tinha colocado ao secretário regional dos assuntos parlamentares e comunidades, relacionado com os estragos provocados pelo Lorenzo, um muro de proteção na zona entre a Areia Larga e a piscina da Criação Velha, no concelho da Madalena, que ficou destruído e, que percebeu na audição anterior, que não havia nenhum protocolo nem acordo de cooperação com o município da Madalena para essa obra, que seria com esta secretaria.

Em relação ao porto das Ribeiras questionou a secretaria regional em relação à abertura do concurso para esta obra.

A governante respondeu que o muro que já foi adjudicado é o do Lajido à Criação Velha, que é o que conhece, que foi adjudicado o dia 25 deste mês e que já é o segundo concurso.

Relativamente ao porto das Ribeiras que vão avançar no ano de 2025.

O presidente abriu inscrições para uma segunda ronda, para pedidos de esclarecimentos por parte dos deputados, tendo-se inscrito a deputada Isabel Teixeira (PS), o deputado Paulo Chaves (PSD) e a deputada Patrícia Miranda (PS).

No uso da palavra a deputada Isabel Teixeira questionou a governante em relação ao porto da Calheta, na ilha de S. Jorge, visto ter conhecimento que foi criado um grupo de trabalho, não sabendo em que ponto ficou e, que no plano e orçamento para 2025, volta a constar uma ação – *estudos e projetos com vista ao reordenamento do porto da Calheta*, solicitou um esclarecimento sobre o mesmo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A governante começou por dizer que isso vem mais uma vez e, que é um contrato programa que o governo têm com a Porto dos Açores, e que os mesmos vão encomendar um estudo de reordenamento do porto da Calheta, porque é preciso que se perceba exatamente o que é que se quer fazer ali, querem fazer a parte das pescas, querem fazer a parte de passageiros que já existe, mas tem que se sectorizar aquilo, uma náutica de recreio e, que tudo isso tem que ser devidamente ordenado dentro do porto para se poder perceber. Disse também que já existe um estudo prévio, que este ano na visita estatutária apresentaram o mesmo ao presidente da Câmara da Calheta e, que agora esse estudo prévio é transformado em projeto para se poder ter uma noção mais rigorosa do que está envolvido em termos de investimento para se poder lançar as peças de concurso.

Em réplica a deputada Isabel Teixeira perguntou se nesse estudo estava contemplado a proteção da orla costeira, na envolvente ao Museu Francisco Lacerda.

A governante confirmou que estava incluído nesse estudo o molhe de proteção, que sai do final das rochas da entrada para o Museu Francisco, um contra molhe de proteção para proteger toda aquela bacia e que em princípio será aí a náutica de recreio.

O deputado Paulo Chaves começou com algumas considerações iniciais e questionou a secretária regional em relação à estratégia para o próximo ano, em estradas regionais que estão implícitas no plano e orçamento no valor de 53,5 milhões de euros.

A secretária regional voltou a referir que são 1.400 km de estrada para manter, que o vão fazendo através das suas delegações, visto não ser possível centralizar tudo, que fazem desde o asfalto, à manutenção de toda ordem, sinalização vertical, sinalização horizontal, que vão fazendo estas intervenções e resolvendo os problemas.

O presidente abriu uma terceira ronda de inscrições de pedidos de esclarecimentos por parte dos deputados, tendo-se inscrito a deputada Patrícia Miranda (PS).

No uso da palavra a deputada Patrícia Miranda disse que ia colocar algumas questões em relação à ilha de S. Miguel, começando pela segunda fase da estrada da Povoação, questionando quais as ações que estão previstas para a mesma. Questionou também em relação à localização da nova escola da Povoação e, solicitou a desagregação das verbas associadas às acessibilidades Furnas/Povoação e à variante das Capelas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Em resposta à deputada, a secretária regional começou por dizer que, em relação à segunda fase da Povoação, já tinha referido, que a mesma faz parte de um conjunto de obras de maior fôlego, e, com a falta de fundos comunitários vão tentar montar um novo pacote de *scuts* ou de qualquer outra concessão, que estão a estudar a melhor forma.

São catorze ações e que desde o dois até ao sete são os circuitos que consideram que neste momento precisam de uma intervenção mais profunda e mais estrutural.

Em relação à localização da nova escola da Povoação que ainda não está decidido e, que cabe é à secretaria da educação decidir onde é que se faz a escola e que depois é que irão dar a sua opinião em termos de obras públicas.

Em relação à primeira fase da variante às Furnas, que a verba pode estar desagregada, e, pode não estar, porque depois umas vão avançando com mais velocidade e outras com menos velocidade e, que a disponibilidade orçamental é para ir fazendo com que tudo ande em simultâneo. E terminou dizendo que é quase 100% para as Capelas e apenas uma pequena parte para fechar financeiramente a obra Furnas/Povoação.

CAPÍTULO IV

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de **abstenção com reserva de posição para Plenário**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CH emitiu parecer de **abstenção com reserva de posição para Plenário**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar da IL emitiu parecer de **abstenção com reserva de posição para Plenário**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.



CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Política Geral deliberou:

- 1) Com os votos a favor do **PSD** e do **CDS-PP** e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do **PS**, **CHEGA** e do **IL**, emitir por maioria **parecer favorável**, à **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2025”**;
- 2) Com os votos a favor do **PSD** e do **CDS-PP** e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do **PS**, **CHEGA** e do **IL**, emitir por maioria **parecer favorável**, à **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2025”**.

Conforme despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia.

Velas, 11 de novembro de 2024.

A Relatora

(Maria Isabel Góis Teixeira)

O Presidente

(José Manuel Gregório de Ávila)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

N.º 20/XIII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2025” E N.º 21/XIII –
“ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2025”

NOVEMBRO DE 2024



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 6 de novembro de 2024, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às **propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2025” e n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025”**.

As supramencionadas propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Sociais no dia 29 de outubro de 2024, com data limite para emissão de parecer setorial e envio deste à Comissão Especializada Permanente de Economia até ao dia 11 de novembro de 2024.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, a matéria da presente iniciativa, abaixo identificada, é da competência da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.



CAPÍTULO II

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Sociais a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025, nas seguintes matérias:

- Apoio a cidadãos com necessidades especiais;
- Apoio à família e às migrações;
- Apoio a idosos;
- Atividade desportiva profissional e não profissional;
- Atividade privada de saúde no seu relacionamento com o Serviço Regional de Saúde;
- Ciência, investigação e inovação tecnológica;
- Cultura;
- Educação;
- Igualdade de género e combate à discriminação;
- Juventude;
- Pobreza e exclusão social;
- Prevenção e combate às dependências;
- Promoção da infância;
- Promoção de estilos de vida saudáveis;
- Saúde e desporto escolar;
- Saúde pública e comunitária;
- Serviço Regional de Saúde;
- Solidariedade e segurança social.

O parecer das propostas de decreto legislativo regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.

CAPÍTULO III

APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

A análise da proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento referente a 2025, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre as áreas da sua competência.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2025, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

Quadro

Plano Regional Anual para o ano de 2025

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
2 - Relações externas, ciência e comunicações	30.150.000	30.150.000	0
2.3 - Sistemas de informação e infraestruturas de suporte	7.209.179	7.209.179	0
2.4 - Cibersegurança e segurança da informação	475.319	475.319	0
2.5 - Transição Digital	8.388.252	8.388.252	0
2.8 - Apoiar e Dinamizar a Comunidade Regional de Ciência, Investigação e Inovação	3.909.500	3.909.500	0
2.9 - Alavancar o Desenvolvimento Regional com base na RIS3, em projetos Europeus de I&I e em Fundos Comunitários	1.585.000	1.585.000	0
2.10 - Reforçar a formação avançada e incentivar o Desenvolvimento tripolar e digital da Universidade dos Açores	1.805.000	1.805.000	0
2.11 - Fomentar o Desenvolvimento Regional através da cooperação económica e do investimento externo	875.000	875.000	0
4 – Diáspora e Media	4.500.000	4.500.000	0
4.2 - Emigrado e Regressado	101.794	101.794	0
4.3 - Identidade cultural e Açorianidade	734.750	734.750	0
4.4 - Imigrado e interculturalidade	89.957	89.957	0
4.5 - Iniciativas, projetos e infraestruturas de base tecnológica	1.353.499	1.353.499	0



5 - Educação e dinâmica cultural e Desporto	61.000.000	61.000.000	0
6 - Promoção da saúde e economia social	113.000.000	113.000.000	0
10 – Juventude, qualificação e estabilidade laboral	113.566.299	50.085.000	63.481.299
10.1 - Juventude	2.500.000	2.500.000	0
10.5 - Transição Digital, Energética e Ações de Promoção	150.000	150.000	0

Não foi incluído no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das Obras Públicas (programa 9) mas que são respeitantes a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

- a) 9.25 – SRECD – Construções Escolares;
- b) 9.26 – SRECD – Reparação das Instalações da SREAC;
- c) 9.27 - SRECD – Instalações Desportivas;
- d) 9.28 – SRSSS – Ampliação e Remodelação de Infraestruturas;
- e) 9.29 – SRSSS – Beneficiação de Infraestruturas;
- f) 9.33 – VPGR – Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia;
- g) 9.34 - SRECD – Defesa e valorização do Património Arquitetónico e Cultural;

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

A Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto iniciou a sua intervenção referindo um aumento significativo no investimento nas áreas de educação, cultura e desporto nos últimos cinco anos. Segundo a SRECD, o Governo de coligação aumentou o investimento nestes setores em cerca de 66%. Explicou que, em 2020, o investimento feito nestas três áreas rondava os 36.713.000 euros, mas, com o novo plano de 2025, este montante ascende agora a 61.000.000 euros. Este aumento de 66% reflete, nas palavras da Sra. Secretária, o empenho do Governo em reforçar o apoio a estes setores fundamentais para o desenvolvimento regional.

Ao apresentar o plano e orçamento para 2025, destacou que o Governo planeia um reforço adicional de 29.000.000 euros em despesas nos setores da educação, cultura e desporto. Neste âmbito, referiu que a maior parte deste reforço é destinada à área da educação, que constitui o maior empregador entre os três setores. Sublinhou, ainda, que o orçamento prevê, além disso, fundos para as atualizações de carreira do pessoal docente e não docente e para as progressões



dentro da administração pública, em conformidade com as normas e regras de progressão estabelecidas para os funcionários.

A Senhora Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto salientou também os investimentos específicos para a educação, nomeadamente o projeto das escolas digitais, que quase duplicou os fundos previstos. Explicou que este investimento nas escolas digitais servirá para concluir o processo de desmaterialização dos manuais escolares e para assegurar um fortíssimo reforço no material educativo disponível nas escolas, incluindo tecnologias de realidade virtual, materiais de laboratório, instrumentos musicais e outros equipamentos pedagógicos, todos voltados para uma utilização prática em sala de aula, com o objetivo de promover a aprendizagem ativa e a participação dos alunos.

Em relação à ação social escolar, mencionou que o valor do apoio por aluno foi aumentado, em grande parte devido ao contexto demográfico que se verifica nas escolas. Assinalou que o maior montante do plano de investimentos para a educação em 2025, no total de 16.000.000 euros, destina-se à ação social escolar, assegurando assim o reforço no apoio direto aos alunos e famílias. Destacou também o compromisso do Governo de cumprir uma medida específica para 2025: a concretização de apoios para a fixação de docentes, especialmente nas ilhas e nos grupos de recrutamento onde a carência de profissionais é mais pronunciada. Sublinhou que esta medida, prevista anteriormente, representa um compromisso que o Governo pretende agora cumprir.

Quanto à cultura, a Senhora Secretária frisou que o Governo continua a aumentar o apoio aos agentes culturais regionais. Explicou que, para 2025, o montante de apoios previstos para atividades culturais chega a 1.500.000 euros, com o objetivo de incentivar ainda mais o setor cultural, incluindo o apoio às filarmónicas e à preservação do património baleeiro, ambos considerados elementos centrais da identidade cultural açoriana.

Finalmente, no âmbito do desporto, assinalou que o investimento será mantido para responder ao aumento do número de praticantes federados na Região, alcançado ao longo de 2024. O Governo pretende assim garantir o acompanhamento do crescimento desportivo na região, assegurando que as condições para a prática desportiva continuem a expandir-se e a melhorar, tanto em infraestruturas como em recursos para a promoção da prática desportiva entre a população.

Iniciada a primeira ronda, a Deputada Hélia Cardoso (CH) pediu esclarecimentos sobre várias ações específicas do plano de investimentos, nomeadamente, as ações 5.6.1 e 5.6.4, referidas na página 130 da proposta, bem como as ações 5.9.5 e 5.9.14.



Perante este pedido de esclarecimento, a Sra. Secretária Regional da Educação Cultural e Desporto explicou que a ação 5.6.1 refere-se ao desenvolvimento de projetos educativos nas escolas, incluindo despesas para iniciativas como o pensamento computacional, a leitura “de A a Z” e outras atividades que possam ser complementadas com um fundo da Direção Regional da Administração Educativa. A ação 5.6.4, por sua vez, refere-se aos incentivos para fixação de pessoal docente. O estatuto do pessoal docente estabelece que os incentivos à fixação devem ser regulamentados pelo Conselho de Governo e implementados durante os concursos internos e externos que ocorrem anualmente, normalmente em fevereiro, sendo aplicáveis no último trimestre do ano letivo.

Em relação à ação 5.9.5, que abrange a conservação e manutenção de imóveis afetos à DRAC, o investimento será utilizado para garantir a conservação dos imóveis culturais, como museus e bibliotecas. A ação 5.9.14, por sua vez, refere-se à qualificação e requalificação dos serviços externos da DRAC, incluindo a melhoria dos materiais, acessos e operacionalização das infraestruturas.

No uso da réplica, a Deputada Hélia Cardoso (CH) especificou que queria confirmar se os “serviços externos” incluídos na ação 5.9.14 se referem a infraestruturas da Direção Regional da Cultura fora do edifício principal. Perguntou ainda se a ação 5.9.5 inclui algum imóvel específico previsto para manutenção em 2025 e quis saber se os incentivos financeiros são entregues aos professores que ficam colocados em concurso.

Em resposta, a Senhora Secretária confirmou que a ação 5.9.5 abrange todas as infraestruturas culturais tuteladas pelo Governo Regional dos Açores, enquanto a ação 5.9.14 se foca nos materiais e na apresentação ao público das infraestruturas, como museus e bibliotecas. Em relação aos incentivos para pessoal docente, explicou que estes são direcionados diretamente aos professores colocados em zonas carenciadas, conforme definido no estatuto da carreira docente.

De seguida, interveio a Deputada Inês Sá (PS) que começou por referir que o plano e orçamento para 2025 parecem uma continuidade dos documentos, de 2024, sendo que as medidas propostas não respondem aos desafios na área da educação. Apontou uma falta de inovação, indicando que a única diferença significativa é o investimento nas escolas digitais, o qual advém exclusivamente dos fundos do PRR. Referiu, ainda, que os 100.000 euros previstos para a fixação de docentes são insuficientes e que o plano não apresenta medidas suficientes para erradicar a pobreza. Questionou se está prevista alguma revisão curricular ao nível regional e manifestou preocupação com a falta de novos investimentos em projetos pedagógicos e apoio social.



No seguimento desta intervenção, a SRECD explicou que o plano de 2025 mantém uma continuidade estratégica com o plano de 2024, que só está em vigor há quatro meses, cumprindo assim com o Programa do Governo. Afirmou que há um forte incentivo para a estabilidade dos profissionais, com um orçamento de 200 milhões de euros na educação, cultura e desporto, e que o investimento total em educação cresceu de 36.000.000 para 61.000.000 euros. Em relação à ação social escolar, apontou um aumento no apoio por aluno, com uma melhoria de mais de 70% desde 2020, refletindo as mudanças demográficas e o aumento dos investimentos.

No uso da réplica, a Deputada Inês Sá (PS) respondeu que a diminuição do número de alunos não deveria justificar, per si, o aumento do apoio por aluno, considerando ser necessário cruzar estes dados com outros, nomeadamente com o aumento da taxa de pobreza. Apontou ainda que a estabilidade referida pela Senhora Secretária não é visível no terreno, onde ocorrem greves frequentes no setor da educação, que comprovam a insatisfação de toda a comunidade educativa.

Em resposta, a Senhora Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto justificou o aumento na ação social escolar como uma evidência matemática, uma vez que, com menos alunos e um maior orçamento, o investimento por aluno aumenta. Destacou que a despesa total com a educação, cultura e desporto é a maior de sempre, com 408 milhões de euros destinados ao setor, reforçando o apoio aos trabalhadores e às famílias.

Terminada a primeira ronda, inscreveu-se para a segunda ronda o Deputado Lúcio Rodrigues (PS), que centrou a sua intervenção no desporto, destacando a importância de melhorar as infraestruturas desportivas da Região, que estão visivelmente degradadas. Feito o enquadramento, questionou a Senhora Secretária sobre a existência, ou não, de algum plano para apoiar os clubes regionais na recuperação das suas infraestruturas, como campos sintéticos e pavilhões, que estão a precisar de renovação, aproveitando ainda para perguntar se o Governo pretende alterar o modelo de financiamento de apoio aos clubes, visto que as infraestruturas desportivas são de usufruto de toda a Região.

A Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, em resposta, reconheceu a importância de manter e renovar as infraestruturas desportivas e mencionou que o investimento previsto para 2025 na área do desporto é 25% superior ao de 2020. Destacou que a taxa de execução do desporto em 2024 já se encontra na ordem dos 80%, apesar de este ser um ano exigente devido a novas alterações políticas e orçamentais. Indicou ainda que os critérios de apoio aos Clubes são determinados em conformidade com o Tribunal de Contas, demonstrando, contudo, abertura para dialogar e rever critérios, desde que mantenham uma linha de seriação e avaliação justa.



No uso da réplica, o Deputado Lúcio Rodrigues (PS) insistiu que a questão não é apenas o valor atribuído, mas a forma como os apoios são distribuídos, destacando a necessidade de um novo modelo para que o financiamento alcance mais clubes e infraestruturas.

Neste âmbito, a Senhora Secretária afirmou que existe a intenção de reavaliar o modelo atual, mas sublinhou a importância de não criar disrupções nas expectativas já estabelecidas pelos clubes em função do modelo atual. Acrescentou, ainda, que esta transição precisaria de ser gradual para não comprometer os compromissos e expectativas existentes.

Na terceira e última ronda, interveio a Deputada Marta Matos (PS) que começou por destacar o subfinanciamento da cultura, mencionando que a proposta de orçamento para 2025 é muito semelhante à de 2024. Referiu também uma diminuição das taxas de execução na cultura desde 2020 e questionou a Senhora Secretária sobre o montante do plano de 2024 que foi utilizado para pagar apoios relativos a 2023. Perguntou ainda se os pagamentos dos apoios de 2024 estão regularizados e, em caso negativo, quanto do plano de 2025 será destinado a esses pagamentos em atraso.

Às questões colocadas, a Senhora Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto respondeu que houve um aumento significativo nos pagamentos para a área cultural, passando de cerca de 720.000 euros em 2019 para mais de 1.000.000 de euros em 2024. Explicou também que, ao definir o plano de 2024, já tinham considerado os compromissos adicionais não realizados em 2023, o que permitiu compensar pagamentos em atraso com o novo orçamento. Por fim, indicou que a execução dos apoios no regime jurídico de interesse cultural em 2024 já se encontra acima de 80%.

Seguiu-se a intervenção do Deputado Luís Raposo (PSD) que começou por destacar a questão da taxa de abandono escolar, evidenciando a sua redução de 26,1% em 2020 para 21,7% em 2024, um progresso que, segundo ele, não se via desde 2011. Neste contexto, perguntou à Senhora Secretária quais serão os próximos passos para continuar a diminuir esta taxa e quais as oportunidades para manter o acompanhamento individual de cada aluno.

A Senhora Secretária Regional, Sofia Ribeiro, explicou que o Governo tem uma abordagem de curto e longo prazo para lidar com o abandono escolar. No curto prazo, trabalham em estreita articulação com a Secretaria Regional do Emprego para acompanhar individualmente os jovens que abandonaram a escola, proporcionando-lhes oportunidades de emprego e qualificação. A médio e longo prazo, o Governo está a implementar programas de apoio ao sucesso escolar desde o primeiro ciclo, como o reforço do programa PIE, que abrange cada vez mais escolas e alunos e que tem mostrado resultados positivos na evolução académica dos alunos açorianos.



DA AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL

O Vice-Presidente do Governo Regional iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e afirmando que o XIV Governo Regional dos Açores tem como objetivo prioritário o crescimento económico e social dos Açores, através de um forte investimento na ciência, na inovação e na promoção da literacia e divulgação científica.

O Vice-Presidente salientou que a ciência e a inovação desempenham um papel essencial nas sociedades modernas, influenciando o modo de vida e o progresso da população. Estas áreas, explicou, são fundamentais para o enriquecimento do conhecimento e para o desenvolvimento económico e social da Região. Nesse sentido, sublinhou que o sucesso das políticas regionais depende da participação ativa de todas as entidades do sistema científico e tecnológico dos Açores, além de envolver a sociedade civil das nove ilhas.

Para o ano de 2025, Artur Lima destacou que o Governo Regional dos Açores mantém a aposta na excelência científica regional, através do lançamento de concursos competitivos e do cofinanciamento de diversos projetos e programas internacionais. Este apoio incluirá um valor global de mais de 4 milhões de euros, destinado a garantir a operacionalidade das instituições de ciência e tecnologia na Região. Em relação ao parque de ciência e tecnologia, o Vice-Presidente sublinhou que haverá um forte investimento na expansão do TERINOV e na aquisição de um computador de alto desempenho para o Nonagon, num valor aproximado de 3 milhões de euros. Além disso, será feito um aumento das verbas de funcionamento das instituições, superior a 1 milhão de euros, numa demonstração clara da importância que estas entidades têm para o ecossistema regional de inovação.

O Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, Artur Lima, anunciou também que estão previstos novos concursos competitivos para 2025, incluindo um apoio à organização de reuniões científicas, com uma dotação de 100 mil euros, e um concurso de investigação e desenvolvimento para as ciências sociais e humanas, no valor de 300 mil euros a três anos. Este último concurso, segundo o Vice-Presidente, irá financiar cerca de 10 projetos, com 30 mil euros cada, algo que considerou inovador e inédito nesta área nos Açores. O Vice-Presidente mencionou ainda o apoio contínuo aos cursos de verão da Universidade dos Açores, que, segundo o próprio, contribuem para o fortalecimento do conhecimento científico e da cooperação académica regional.

Outro ponto abordado foi o cofinanciamento regional para entidades não empresariais do sistema científico e tecnológico dos Açores em projetos europeus, incluindo o programa Açores 2030 e o INTERREG. Para esta área, Artur Lima referiu uma dotação de 1 milhão de euros, que permitirá alavancar cerca de 6 milhões de euros anuais, o que considerou um excelente retorno



financeiro para a Região. Este apoio também irá reforçar a integração dos Açores em redes científicas e tecnológicas europeias, beneficiando o ecossistema científico e tecnológico regional.

O Vice-Presidente afirmou que o Governo Regional dos Açores continuará a financiar a concessão de bolsas de doutoramento pelo Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia, bem como o apoio ao pagamento de propinas de doutoramento para residentes nos Açores, com um investimento total de 285 mil euros. No que diz respeito ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores, será mantido um apoio máximo já concedido de 950 mil euros, com uma adição de 350 mil euros destinada à contratação de doutorados. De acordo com Artur Lima, esta medida é fundamental para garantir o aumento de recursos humanos qualificados na Região.

Relativamente aos centros de ciência, o Vice-Presidente do Governo indicou um investimento superior a 1,1 milhão de euros, destinado ao funcionamento eficaz desses centros e à criação de um novo centro, que irá beneficiar a sociedade açoriana através da promoção da aprendizagem prática e experimental, sobretudo entre os jovens. Adicionalmente, Artur Lima sublinhou a revitalização das antigas instalações da escola americana, com o objetivo de as adaptar para projetos na área da ciência e tecnologia. Este projeto, que envolverá algum investimento inicial, foi descrito como uma recuperação importante do património histórico da Região.

Outro projeto mencionado foi o do Centro Interpretativo da Base das Lajes, que representará um investimento total de 100 mil euros. Segundo Artur Lima, este centro interpretativo permitirá o desenvolvimento de projetos para a reativação de espaços devolutos no complexo militar, numa perspetiva de valorização económica e cultural, ao mesmo tempo que preserva a história da base e o seu impacto na paz na Europa.

O Vice-Presidente referiu ainda um montante adicional de 250 mil euros, destinado ao apoio à participação e organização de eventos de divulgação científica, publicações científicas e instituições de apoio a pessoas com deficiência ou incapacidades. Afirmou que esta verba contribuirá para a inclusão e o desenvolvimento científico e social na Região, incentivando uma maior compreensão e envolvimento dos açorianos com a ciência.

Concluindo a sua explanação, Artur Lima destacou o facto de os Açores terem sido recentemente reconhecidos como uma das Regiões Inovadoras da Europa, uma distinção que, segundo ele, reflete o esforço contínuo do Governo Regional em apoiar a ciência e a inovação. Segundo o Vice-Presidente, o Governo está comprometido com a convergência dos Açores em relação aos indicadores europeus em investigação e inovação, o que, acredita, terá um impacto positivo no desenvolvimento económico e social do arquipélago.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Iniciada a primeira ronda de questões, o deputado Flávio Pacheco (PS) começou por realçar a importância do investimento nas áreas de ciência, investigação e inovação para o futuro da Região, destacando que estas são fundamentais para o desenvolvimento económico e social dos Açores. Observou, no entanto, que os valores propostos para 2025 são semelhantes aos de 2024, o que poderá indicar uma continuidade da política, em vez de uma aposta acrescida nestas áreas. O Deputado pediu esclarecimentos sobre o investimento destinado ao pagamento de propinas de doutoramento, incluindo o montante total e o número de alunos abrangidos. Solicitou também detalhes sobre as áreas candidáveis e os critérios de seleção para o programa RIS3 (Estratégia Regional de Especialização Inteligente) e perguntou sobre a execução orçamental até setembro, que indicava uma taxa de 11,52%. Perante esta constatação, questionou o Vice-Presidente sobre a previsão de execução até ao final do ano e ainda sobre o que acontecerá às verbas não executadas.

O Vice-Presidente começou por responder à questão sobre a execução orçamental, explicando que as verbas não executadas no final do ano não transitam para o ano seguinte, o que, afirmou, era uma questão que o deputado Flávio Pacheco já conhecia. Explicou que a baixa execução até setembro se deve ao atraso na aprovação de alguns projetos, uma situação influenciada pelas eleições e pela necessidade de reestruturação das orgânicas governamentais. Segundo Artur Lima, vários projetos foram apenas lançados em agosto, o que impactou a taxa de execução. No entanto, informou que a execução está atualmente acima dos 11%, rondando os 30%, e que espera aumentar essa taxa até ao final do ano.

Em relação à RIS3, o Vice-Presidente afirmou que o plano foi reformulado pelo atual Governo Regional, com a introdução de novas áreas prioritárias, como são as áreas social e a geoestratégica, que considera serem fundamentais para o desenvolvimento sustentável dos Açores. Estas mudanças, segundo ele, deverão contribuir para resultados positivos a longo prazo. Quanto às bolsas de doutoramento, Artur Lima indicou que o Governo prevê apoiar cerca de 50 alunos de doutoramento através do pagamento de propinas. Quanto aos critérios de seleção para os projetos, explicou que são definidos de forma transparente e publicados nos concursos, sendo tratados pela Direção Regional da Ciência e Tecnologia, sem qualquer tipo de interferência por parte do Governo Regional.

No uso da réplica, o Deputado do Partido Socialista agradeceu os esclarecimentos, aproveitando ainda para solicitar mais informações sobre os valores atribuídos a cada área específica dentro da RIS3, para melhor compreensão da distribuição de investimentos.



Na sua resposta, o Vice-Presidente informou que, no momento, não dispunha de valores exatos para cada área da RIS3, pois estes dependem das candidaturas apresentadas e das alocações conforme os concursos em andamento. No entanto, comprometeu-se a obter e fornecer essa informação ao Deputado posteriormente.

Seguiu-se a intervenção da Deputada Hélia Cardoso (CH) que solicitou esclarecimentos sobre a ação 2.5.2, relacionada com ferramentas e serviços, questionando os elementos específicos desta ação. Pediu também mais detalhes sobre a ação 2.6.5, especialmente sobre o aumento das dotações e o número de operações previstas para o Aeroporto das Lajes em 2025. Em relação à ação 2.11.2, que indicava uma taxa de execução de zero até 30 de setembro, a Deputada perguntou se há uma estratégia para 2025 que permita uma melhor execução dos projetos de investimento externo.

Perante estas questões, o Vice-Presidente esclareceu que não tinha consigo informação detalhada sobre a ação 2.5.2, uma vez que esta ação não estava diretamente ligada ao âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. Quanto à ação 2.6.5, reiterou que o tema do Aeroporto das Lajes será abordado na Comissão de Política Geral, sendo que, para questões mais específicas sobre o número de operações, remeteu para essa Comissão. Em relação à ação 2.11.2, reconheceu que até setembro a taxa de execução era nula, mas explicou que tal se deve à fase de transição de orgânicas e à necessidade de constituir equipas. O Vice-Presidente afirmou que o Governo Regional dos Açores já começou a preparar ações de promoção externa da Região, nomeadamente na Expo 2025 em Osaka, Japão, e assegurou que haverá execução em 2025 com estratégias delineadas para a promoção e atração de investimento estrangeiro.

No uso da réplica, a Deputada agradeceu a resposta e aceitou os esclarecimentos sobre os temas que seriam debatidos noutra omissão. Expressou, no entanto, preocupação em garantir uma melhor execução das verbas em 2025, especialmente no que toca ao investimento externo, destacando a importância deste para a economia regional.

Perante o repto, o Vice-Presidente Artur Lima enfatizou que a captação de investimento externo para a Região é uma prioridade estratégica do Governo e que o atraso em 2024 foi circunstancial, relacionado com os ajustes orgânicos e as eleições. Garantiu ainda que, com as equipas agora em fase de reestruturação, a execução para 2025 será priorizada. Por fim, salientou que a captação de investimento não depende exclusivamente de gastos orçamentais, mas também de uma promoção eficaz dos Açores como destino atrativo. A título de exemplo, mencionou a parceria com a Google para a instalação do cabo de fibra ótica "Nuvem" nos Açores, o qual considera um importante ativo para a conectividade e atratividade da Região.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Deputado Flávio Soares (PSD) iniciou a segunda ronda começando por elogiar o trabalho desenvolvido pelo Governo Regional dos Açores nas áreas de ciência e inovação e salientou que o atual Governo aumentou substancialmente os recursos destinados a estas áreas, comparando com 2019, quando o investimento era de aproximadamente 3 milhões de euros, enquanto em 2024 foi de cerca de 4,5 milhões. Observou que este aumento é indicativo do compromisso do atual Governo com o desenvolvimento regional. Prosseguiu solicitando ao Vice-Presidente mais detalhes sobre os investimentos realizados nos parques de ciência e tecnologia e sobre a estratégia do Governo para atrair novos projetos para esses espaços.

O Vice-Presidente agradeceu o elogio e destacou que o investimento nos parques de ciência e tecnologia é uma prioridade que o Governo pretende continuar a reforçar. Explicou que o segundo edifício do Nonagon foi concluído em julho e que em breve será lançado um concurso para a concessão de espaços, a fim de atrair novas empresas. No TERINOV, afirmou que está em curso uma ampliação com um investimento de cerca de 2 milhões de euros. Artur Lima sublinhou ainda que o Governo aposta na promoção de eventos e projetos internacionais em colaboração com o Air Center, que têm atraído investimentos e oportunidades para a Região.

O Vice-Presidente realçou também que um computador de alto desempenho será adquirido para o Nonagon, aumentando assim a capacidade de investigação e inovação dos parques de ciência e tecnologia dos Açores. Sublinhou ainda que em eventos recentes, como o realizado sobre inteligência artificial, estiveram presentes empresas internacionais e tecnológicas, incluindo a Google, o que é um sinal de que os Açores estão a tornar-se atrativos para o investimento tecnológico. Artur Lima concluiu afirmando que o Governo está empenhado em continuar a atrair novas empresas e projetos para os Açores, apoiando o crescimento do ecossistema de ciência e tecnologia na região.

No uso da réplica, o Deputado Flávio Soares (PSD) agradeceu os esclarecimentos e reiterou a importância de não só construir infraestruturas, mas também de captar novos projetos e investimentos para os parques de ciência e tecnologia. Elogiou o esforço do Governo em atrair empresas e promover a inovação nos Açores, destacando que estes investimentos são fundamentais para o desenvolvimento económico e social da Região.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL

A Secretária Regional da Saúde e Segurança Social iniciou a sua intervenção informando que o orçamento para 2025 destinado ao setor da saúde e solidariedade social ascende a cerca de 113 milhões de euros, o que representa um acréscimo de aproximadamente 1 milhão de euros face ao ano anterior. Explicou que a Direção Regional para a Promoção da Igualdade e Inclusão Social



é a que recebe o maior aumento, com mais 10 milhões de euros comparativamente a 2024. A Direção Regional da Solidariedade Social conta com um aumento de 5 milhões de euros, enquanto a verba alocada ao setor das dependências se mantém, refletindo o compromisso do Governo com esta área. Sobre a Direção Regional da Saúde, indicou que o orçamento é de 50,5 milhões de euros, reconhecendo que, em 2024, este setor beneficiou de um aumento devido ao estado de calamidade resultante do incêndio no Hospital do Divino Espírito Santo (HDES). A Senhora Secretária Regional mencionou que, em 2025, a prioridade será consolidar projetos lançados em 2024, como o programa "Nascer Mais" e o programa "Novos idosos". Na Direção Regional da Solidariedade Social, destacou a importância dos projetos do PRR e referiu que aproximadamente 103% do orçamento é proveniente de fundos cofinanciados (PO 2020, PO 2030 e PRR).

Para as dependências, anunciou a implementação de equipas de prevenção e um possível aumento no valor das diárias de tratamento, o qual está presentemente a ser negociado.

Relativamente à Direção Regional da Saúde, a Senhora Secretária salientou que a prioridade são os projetos associados ao PRR, como é o caso do Hospital Digital e a aquisição de equipamentos para reforço das capacidades das Unidades de Saúde e Hospitais. Mencionou também um aumento significativo no orçamento da saúde, com mais de 50 milhões de euros, para assegurar a valorização digna dos profissionais e enfrentar o subfinanciamento do setor. A Senhora Secretária Regional concluiu que, à semelhança de 2024, espera-se a conversão de dívida comercial em dívida financeira, com um reforço de, pelo menos, 75 milhões de euros, que deverá melhorar a liquidez das instituições do Serviço Regional de Saúde.

Findo este primeiro enquadramento, o Deputado José Toste (PS) confrontou a Senhora Secretária Regional com a taxa de execução de 2024, que até setembro era de 40,73%, abaixo dos 55% registados no mesmo período de 2023. Neste âmbito, reforçou que a execução orçamental é essencial para a credibilidade do documento em análise, o que justificou que questionasse a Senhora Secretária Regional da Saúde e Solidariedade Social sobre quais são as reais garantias de uma execução eficaz. Além disso, destacou um decréscimo de 14,1 milhões de euros no orçamento de 2025 para a saúde, perguntando a razão para esta redução, especialmente em áreas de apetrechamento e tecnologias de saúde. Finalizou abordando o aumento das listas de espera cirúrgicas, questionando a Senhora Secretária sobre o plano "DIAGNOSIS", criado para mitigar listas de espera, e sobre o investimento previsto para esta iniciativa.

Em resposta, a Senhora Secretária Regional informou que foi alocada uma verba de 4 milhões de euros para recuperar a atividade assistencial no HDES, que inclui o programa "DIAGNOSIS", para reduzir listas de espera de exames e consultas. Adiantou ainda que este programa será



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

inicialmente implementado no Hospital de Ponta Delgada (HDES) e, posteriormente, poderá ser expandido. Quanto ao decréscimo orçamental, indicou que em 2025 já não estão previstas despesas com clínicas externas, o que justifica a redução de custos.

Em relação à execução de 2024, mencionou que a publicação tardia do orçamento e plano, em julho, afetou a sua execução. Acrescentou que a maior parte do financiamento para a assistência aos doentes está no orçamento de funcionamento, focando-se na motivação dos profissionais para assegurar uma continuidade nos cuidados de saúde.

No uso da réplica, o Deputado José Toste (PS) solicitou que a Senhora Secretária Regional confirmasse que o programa "DIAGNOSIS" será aplicado unicamente no HDES e perguntou sobre a criação de equipas domiciliárias para cuidados continuados, questionando a razão pela qual esta norma é repetidamente inscrita no orçamento sem concretização.

A Secretária Regional da Saúde e Solidariedade Social confirmou que o "DIAGNOSIS" será inicialmente aplicado no HDES, com possível extensão a outros hospitais. Quanto às equipas domiciliárias, explicou que a rede de cuidados continuados está em fase de reestruturação e que, em 2025, o Governo pretende implementá-la nas ilhas que considerem ter as condições adequadas.

Seguiu-se a intervenção da Deputada Hélia Cardoso (CH), que solicitou esclarecimentos sobre várias ações do plano, nomeadamente: os 15 milhões para o HDES, a manutenção das câmaras hiperbáricas, a hospitalização domiciliária, a inventariação de recursos humanos, a gestão de desempenho por mérito, a garantia de tempos máximos de resposta, a telessaúde e a desmaterialização da conferência dos meios complementares de diagnóstico.

Em resposta, a Senhora Secretária explicou que a verba para o HDES será direcionada para o estudo prévio, projetos e equipamentos, bem como para a recuperação assistencial. Sobre as câmaras hiperbáricas, mencionou que estão certificadas e a manutenção anual será assegurada. No que diz respeito à hospitalização domiciliária, informou que os três hospitais regionais manifestaram interesse no projeto. Para a telessaúde, esclareceu que o objetivo do PRR para 2024, de mil consultas, foi atingido, e que a interoperabilidade dos sistemas clínicos será progressivamente desenvolvida ao longo do ano de 2025. Quanto à conferência de faturas, adiantou que envolve a comparticipação de medicamentos e exames complementares, embora alguns aspetos estejam ainda a ser implementados.

No uso da réplica, a Deputada Hélia Cardoso (CH) pediu que a Senhora Secretária Regional esclarecesse se os 15 milhões para o HDES seriam para a infraestrutura e questionou



especificamente sobre a conferência de meios complementares de diagnóstico, interrogando se houve ou não avanços nesta área específica.

A Senhora Secretária Regional esclareceu que os 15 milhões são destinados à infraestrutura e equipamentos do HDES, remetendo para momento posterior mais informação relativamente ao ponto de situação da conferência de meios complementares de diagnóstico.

Seguiu-se a intervenção do Deputado António Lima (BE) que começou por perguntar sobre a conversão de dívida comercial em dívida financeira e questionou se esta foi utilizada em 2024, bem como o valor previsto para 2025. Solicitou também a confirmação de que o montante previsto para o HDES será apenas para projetos iniciais e questionou o processo de integração dos trabalhadores com contratos COVID no HDES, incluindo a contabilização do tempo de serviço para progressão.

Em resposta, a Senhora Secretária confirmou que a conversão de dívida foi usada em 2024, com 75 milhões de euros, e que se prevê o mesmo montante em 2025. Quanto ao HDES, assegurou que a intenção é iniciar as obras no primeiro semestre de 2025, após a conclusão dos estudos e projetos. Sobre a integração dos trabalhadores COVID, indicou que os processos foram enviados para aprovação e que a questão do tempo de serviço será analisada pelas instâncias competentes.

O Deputado António Lima (BE) fez uso da réplica, reiterando a sua questão sobre os procedimentos para os contratos COVID, solicitando à Senhora Secretária da Saúde e Solidariedade Social que esclarecesse se este processo será por via de concurso ou por conversão direta. Pediu ainda clarificação sobre as diferenças entre os programas "Cheque Saúde" e "Vale Saúde".

A Senhora Secretária Regional confirmou que a integração dos trabalhadores COVID será através de concurso, em conformidade com o despacho do Governo. Relativamente aos contratos COVID, explicou que o "Vale Saúde" é destinado a cirurgias, enquanto o "Cheque Saúde" é direcionado para consultas de especialidade, com um projeto piloto focado nas especialidades mais carenciadas.

Seguiu-se a intervenção da Deputada Salomé Matos (PSD) que questionou sobre a capacidade do Governo para cumprir os compromissos com os profissionais de saúde, especialmente no que às suas carreiras profissionais diz respeito, e sobre a aquisição de novos equipamentos, como a ressonância magnética para o Hospital da Horta, questionando qual o impacto deste investimento. Perguntou ainda sobre a renovação de viaturas para as unidades de saúde.

A Senhora Secretária Regional, em resposta, explicou que as viaturas estão a ser renovadas via "renting", conforme recomendado pela Direção Regional do Orçamento e Tesouro. Acrescentou



ainda que ao contrário do que foi noticiado, esta operação de “renting” não tem juros, nem outras taxas associadas.

Em relação aos equipamentos, indicou que foi criada uma plataforma para definir prioridades com base nas necessidades das instituições. Quanto às carreiras dos profissionais de saúde, mencionou que o processo de valorização destes profissionais está em curso e que o Governo Regional pretende concluir a integração dos técnicos auxiliares de saúde até ao final do ano, sublinhando a complexidade do processo e o compromisso em honrar os retroativos e os direitos dos trabalhadores.

A Deputada Dora Valadão (PS) iniciou a segunda ronda, começando por questionar a Senhora Secretária Regional da Saúde e Solidariedade Social sobre o programa "Novos Idosos", financiado pelo PRR, e qual será a sua abrangência em toda a Região até dezembro de 2025. Questionou ainda se estava prevista a abertura de novas vagas ou se as vagas seriam mantidas até ao final de 2025. Adicionalmente, a Deputada referiu um estudo da Associação Novo Dia, de 2022, que indicava a existência de mais de 500 pessoas em situação de sem-abrigo nos Açores, com grande incidência em São Miguel. Relacionou esta situação ao uso crescente de drogas sintéticas, que, segundo a sua opinião, contribuía para a insegurança naquela ilha. Referiu também o programa "Habitua-te", lançado pelo Governo Regional em 2023 em parceria com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, e questionou se, face ao agravamento da situação dos sem-abrigo, o Governo ponderava rever procedimentos e reforçar a ação. Por fim, pediu esclarecimentos sobre o estudo anunciado em outubro de 2023 pelo então titular da pasta, Artur Lima, relativamente às creches, mencionando que algumas creches estariam em obras até 2026 e questionando como o Governo planeava cobrir as necessidades das famílias até lá.

A Senhora Secretária Regional iniciou a sua resposta abordando o programa "Novos Idosos", indicando que a análise das candidaturas para o alargamento das vagas ainda estava em curso, com 520 candidaturas recebidas para 227 vagas. Referiu que era prematuro falar sobre a criação de novas vagas ou sobre a continuidade do programa além de 2025, e que o preenchimento das vagas disponíveis dependia de decisões conjuntas com a estrutura de missão e a União Europeia. Destacou ainda a preocupação expressa por algumas instituições sobre a ocupação das vagas que vão ficando disponíveis e informou que aguardavam uma resposta sobre a possibilidade de ocupar essas vagas.

Em relação à questão dos sem-abrigo, a Senhora Secretária Regional anunciou que, em 2025, o Governo Regional dos Açores lançaria o primeiro plano regional para as pessoas em situação de sem-abrigo, elaborado em articulação com o Instituto da Segurança Social dos Açores e a Direção



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Regional de Promoção da Igualdade e Inclusão Social. Referiu que um primeiro rascunho do plano já estava em análise e que se pretendia atuar em duas frentes: uma resposta de emergência para o concelho de Ponta Delgada e um olhar atento para outros concelhos onde a problemática se agravava. Mencionou o programa "Habitua-te", ainda em fase de articulação e planeamento com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, com 33 terrenos identificados, mas sem execução efetiva até ao momento. Salientou que o estudo da Norma Açores, apresentado em abril ou maio de 2023, identificava 386 pessoas em situação de sem-abrigo na Região, em contraste com os dados da Associação Novo Dia, e que destacava a necessidade de melhor articulação entre as instituições.

No uso da réplica, a Deputada Dora Valadão (PS) agradeceu a resposta e mencionou que havia duas questões que não foram respondidas completamente. Referiu, novamente, a situação das creches, destacando as dificuldades no acesso às mesmas, e perguntou como a Senhora Secretária Regional planeava lidar com as necessidades das crianças e famílias nos anos de 2025 e 2026, considerando que algumas obras só estariam concluídas em 2026. Quanto ao programa "Habitua-te", procurou confirmar se a sua interpretação estava correta ao entender que o programa ainda não tinha sido implementado.

Perante estas questões, a Senhora Secretária reconheceu que não havia respondido plenamente às questões colocadas e agradeceu à Deputada Dora Valadão por as ter reiterado. Confirmou que o programa "Habitua-te" ainda não tinha sido implementado e que estava em fase de reuniões e definições, sendo que uma nova reunião estava agendada para essa semana. Relativamente às creches, referiu que até ao final da legislatura estava prevista a construção e requalificação de três equipamentos sociais. Informou também que o Governo procurava mecanismos imediatos para responder às necessidades das famílias e que, além das obras, foram celebrados protocolos com instituições para aumentar a admissão de crianças nas creches. Explicou que a prioridade era atender às ilhas com maior necessidade, como a Terceira, São Miguel e Pico, e que havia a possibilidade de estabelecer parcerias com privados para aumentar as vagas.

A audição prosseguiu com a intervenção da Deputada Nídia Inácio (PSD) que informou ter feito uma análise cuidada do plano regional para 2025, e que dessa análise concluía que este documento promovia os maiores apoios sociais da história da autonomia, sobre o qual acrescentou ainda ser um plano credível. Posteriormente, colocou três questões à Senhora Secretária, nomeadamente: a continuidade da modernização da frota de viaturas das IPSS e Misericórdias, questionando quantas viaturas foram entregues e quantas estavam previstas para 2025; a contribuição das requalificações e construções de creches para o aumento de vagas, questionando se os Açorianos podiam confiar que essas medidas aumentariam efetivamente as



vagas; e se a lista única de inscrição nas creches tinha sido eficaz em detetar duplicações de inscrições.

Em resposta às questões colocadas, a Senhora Secretária Regional respondeu que a modernização da frota de viaturas estava prevista no âmbito do PRR, totalizando 103 viaturas, das quais 65 já tinham sido entregues, 34 adjudicadas e 4 em fase de contratação pública. Indicou ainda que, após a conclusão das entregas do PRR, a continuidade seria assegurada pelo orçamento da Região para 2025, com a intenção de renovar o parque automóvel das instituições. Em relação às creches, sublinhou que o plano incluía novas ações de construção e requalificação, como as creches da Praia da Vitória, Ribeira Grande e São Mateus. Destacou que a intenção era garantir que nenhuma criança ficasse sem resposta e que o aumento de vagas se faria através da ocupação de salas não utilizadas. Sobre a lista única de inscrição nas creches, considerou que foi uma mais-valia, permitindo expurgar duplicações de inscrições e reduzir o número absoluto de crianças em lista de espera.

No uso da réplica, a Deputada Nídia Inácio (PSD) agradeceu os esclarecimentos e reiterou o interesse na ação de mobilidade social, questionando se esta daria continuidade à substituição do parque automóvel das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) após as entregas previstas no PRR.

A Senhora Secretária reiterou que a ação de mobilidade social visava continuar a substituição do parque automóvel das IPSS, sendo inicialmente reduzida devido às viaturas ainda a entregar no âmbito do PRR, mas com o objetivo de melhorar as condições de mobilidade para as instituições.

A Deputada Hélia Cardoso (CH) dirigiu a sua intervenção à questão do orçamento de exploração dos hospitais, reconhecendo o aumento significativo das transferências, mas detalhando as dificuldades financeiras de cada hospital. Referiu, por exemplo, que o aumento de 7 milhões de euros para o Hospital da Horta apenas cobriria o resultado de exploração negativo do primeiro semestre, restando ainda a dívida a fornecedores. Questionou a estratégia do Governo Regional para inverter os problemas de liquidez dos hospitais, considerando as consequências para os fornecedores e a prestação de serviços essenciais.

Neste contexto, a Senhora Secretária respondeu que o “renting” das viaturas estava inscrito no plano de investimentos e não afetava diretamente os orçamentos dos hospitais. Referiu que houve um reforço de 35 milhões de euros para os hospitais em julho, melhorando os resultados operacionais e reduzindo a dívida comercial em cerca de 10% face ao ano anterior. Explicou que o subfinanciamento era um problema crónico, mas que a valorização das carreiras em 2024 representou um aumento significativo de custos, cerca de 17 milhões de euros. Mencionou que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

o Governo Regional continuava a trabalhar junto do Governo da República para converter dívida comercial em dívida financeira, esperando que esta solução pudesse ser repetida em 2025.

A Deputada Hélia Cardoso (CH) agradeceu a informação adicional fornecida pela Senhora Secretária, sem apresentar novas questões na sua réplica.

Seguidamente, o Deputado António Lima (BE) focou a sua intervenção nos programas sociais, destacando a preocupação com a execução dos investimentos, nomeadamente na área das creches. Questionou a falta de execução de investimentos que constavam em orçamentos anteriores, pedindo uma lista concreta de ações que seriam efetivamente realizadas em 2025. Sobre o plano regional de inclusão social e cidadania, perguntou se a verba de 450 mil euros prevista para a sua implementação estava baseada no plano proposto pela equipa que o elaborou. Finalmente, questionou o futuro de programas financiados pelo PRR, como o "Novos Idosos", perguntando qual seria o seu destino após 2026.

A Senhora Secretária Regional começou por responder à questão das obras, explicando que a prioridade para 2025 serão as obras financiadas pelo PRR, dado que existe uma pressão de tempo para a conclusão destes projetos. Afirmou que há um risco real de a Região ser obrigada a devolver verbas caso as obras não sejam concluídas dentro do prazo estipulado. Esclareceu que existem rubricas e ações com valores mais reduzidos destinadas apenas à fase de projeto, o que implica que nem todas as obras serão realizadas em 2025. Ressaltou que têm enfrentado grandes dificuldades devido à falta de empreiteiros disponíveis e a concursos públicos que ficam desertos, exemplificando com a obra da Creche de Santo António, cujo processo burocrático tem sido particularmente moroso e dificultado a sua implementação.

Relativamente ao Plano Regional para a Inclusão Social e Cidadania, reiterou que o Plano exigirá uma articulação entre vários departamentos do Governo. Acrescentou que a intenção é submeter este Plano ao Conselho do Governo durante o mês de novembro, e que, até essa análise, não poderia divulgar mais detalhes. Destacou o trabalho exaustivo da equipa liderada pelo Professor José Mendes, que desenvolveu um diagnóstico abrangente sobre a situação de pobreza, cidadania e inclusão social na Região. Por último, anunciou que o Plano deverá ser lançado para consulta pública ainda em novembro, permitindo que os parceiros e grupos parlamentares possam contribuir para uma abordagem responsável no combate à pobreza nos Açores.

Quanto aos projetos mencionados, informou que o programa "Nascer Mais" é financiado pelo orçamento da Região, exigindo um esforço financeiro significativo que duplicou entre 2023 e 2024, permitindo o seu alargamento a todos os concelhos da Região Autónoma dos Açores. Em relação ao programa "Novos Idosos", sublinhou que este continuará em vigor e que o Governo



reconhece o sucesso do programa e a sua importância para a população idosa da Região. Contudo, acrescentou que, embora não preveja a interrupção do projeto, ainda é cedo para prever com total certeza o futuro.

Abriu-se a terceira ronda, tendo o Deputado Russel Sousa (PS) iniciado a sua intervenção agradecendo a presença da Senhora Secretária e colocando duas questões: uma sobre as dependências e outra sobre o Hospital do Divino Espírito Santo (HDES). Em relação às dependências, questionou o andamento do Observatório de Drogas, cuja criação foi mencionada em 2023 e que já constava no Plano anterior. Pretendia saber em que fase se encontrava o processo e o que faltava para a sua conclusão. Relativamente ao HDES, questionou se o Banco de Sangue, que anteriormente funcionava nas instalações do HDES e que atualmente opera exclusivamente através da CUF, ainda contava com funcionários do hospital designados para garantir o seu funcionamento 24 horas por dia. Ainda neste âmbito, perguntou também se o serviço estava assegurado por dois funcionários a tempo inteiro e um a tempo parcial e qual era o valor protocolado para a operação do Banco de Sangue, mencionando que não havia encontrado essa verba no plano.

Em resposta, a Senhora Secretária Regional informou que o Programa de Prevenção de Dependências estava, pela primeira vez, dividido em cinco ações, permitindo maior transparência sobre os recursos alocados a cada eixo de intervenção. Sobre o Observatório de Drogas, explicou que estava em desenvolvimento uma plataforma digital para compilar a informação proveniente dos diversos intervenientes do setor, sendo este um primeiro passo para uma atuação mais independente do observatório, a qual, na opinião do Governo, deve prolongar-se além de ciclos políticos. Quanto ao HDES, a Senhora Secretária admitiu não ter informações completas sobre o Banco de Sangue naquele momento, mas mencionou que já havia solicitado esclarecimentos ao hospital para poder responder.

Seguidamente, a Deputada Hélia Cardoso (CH) dirigiu-se ao articulado da Proposta de Orçamento, referindo o artigo 9.º, que estabelece uma situação de exceção para a contratação de pessoal na área da educação, enquanto o artigo 12.º define que os processos concursais na área da saúde devem ser realizados por despacho conjunto das pastas da saúde e das finanças. Sobre o exposto, questionou por que motivo a saúde não tem o mesmo regime de exceção, argumentando que o atual processo é moroso e leva à perda de profissionais para outros hospitais. Referiu também o artigo 19.º, que define os contratos-programa, e questionou a ausência de uma definição de produção programada.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A última questão desta terceira ronda, foi colocada pelo Deputado Jaime Vieira (PSD) que destacou a importância das equipas de prevenção de comportamentos aditivos, as quais têm vindo a realizar um trabalho de proximidade significativo. Exatamente por considerar de enorme relevância a proximidade conquistada, questionou a Senhora Secretária Regional se no próximo ano poderiam continuar a contar com a presença dessas equipas nas três áreas territoriais, além dos grupos já em operação nas ilhas do Faial e de São Miguel.

Sendo esta a terceira e última ronda, a Senhora Secretária Regional respondeu aos três intervenientes numa única intervenção, começando por informar o Deputado Jaime Vieira (PSD) que já existiam equipas de prevenção na ilha Terceira, em parceria com a Casa do Povo de Santa Bárbara, através do programa "Haja Saúde", o qual se estendia também às ilhas Graciosa e São Jorge. Adicionalmente, mencionou a existência de uma equipa na ilha do Pico, que presta apoio ao Faial, Flores e Corvo. Confirmou ainda que em 2025 haverá uma equipa dedicada para São Miguel e Santa Maria, reforçando a presença territorial para promover campanhas preventivas e esclarecedoras entre os jovens.

Em relação às questões colocadas pela Deputada Hélia Cardoso (CH), pediu desculpa por não ter compreendido inicialmente a questão sobre os contratos-programa. Questionou se a Deputada se referia a transferências para os hospitais com base na produção, tendo a Senhora Deputada esclarecido que a sua questão sobre os contratos-programa se referia à necessidade de haver uma componente de transferência de montantes para os hospitais que estivesse ligada à produção e não apenas ao valor fixo.

Na sua última intervenção, a Senhora Secretária Regional da Saúde e Solidariedade Social agradeceu o esclarecimento da Deputada Hélia Cardoso (CH) e explicou que os contratos-programa com os hospitais incluíam um relato dos objetivos que as instituições deveriam alcançar ao longo do ano. Contudo, opinou que o sistema de financiamento dos hospitais deveria ser revisto e atualizado, sugerindo uma maior ponderação para a produção realizada.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO

A Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego iniciou a sua intervenção apresentando o Plano e Orçamento para 2025, destacando o investimento previsto para a área da Juventude, que totaliza 2,5 milhões de euros. Este valor representa um reforço em relação ao orçamento de 2024, que já havia sido aumentado em 69% face a 2023. Acrescentou que, somando um milhão de euros alocado no orçamento do Fundo Regional do Emprego para o programa "Regressa a



Casa”, o investimento real em políticas de juventude para 2025 poderá ascender a 3,5 milhões de euros.

Nesta sua primeira explanação, explicou também que o investimento será distribuído por cinco áreas principais, visando capacitar os jovens açorianos e promover o associativismo, voluntariado e a integração socioprofissional. Salientou que o investimento no associativismo juvenil foi reforçado em 10 mil euros, atingindo um total de 470 mil euros, o que permitirá apoiar programas de associativismo e implementar o novo programa “Democracia de A a Z” para promover a participação democrática entre os jovens.

Referiu ainda que o investimento em empreendedorismo e integração socioprofissional aumentou em 35 mil euros, perfazendo um total de 790 mil euros para 2025. Anunciou que, no próximo ano, as bolsas para jovens integrados no programa OTL (Ocupação de Tempos Livres Jovem) aumentarão de 175 para 210 euros, e que será criado um programa de ocupação em empresas, incluindo o setor social.

A Senhora Secretária abordou também o investimento na mobilidade juvenil e coesão territorial, destacando que serão investidos 210 mil euros no programa “Inter Jovem”, que inclui o alargamento do programa de intercâmbios com a diáspora açoriana. Acrescentou que o investimento em criatividade e inovação juvenil será reforçado em 45 mil euros, totalizando 530 mil euros, permitindo dar continuidade a programas como o “AÇORJovem” e o “Reage”, que visa apoiar jovens em risco através de educação não formal.

Para 2025, anunciou também a criação do programa “Jovens Digitais”, que proporcionará formação em competências digitais, em parceria com associações juvenis. Terminou expressando otimismo em relação ao futuro dos jovens açorianos, afirmando que o Governo Regional continuará a reconhecer a centralidade da juventude na vida pública dos Açores.

Iniciada a primeira ronda, a Deputada Hélia Cardoso (CH) começou por questionar a Sra. Secretária Regional sobre as ações 10.6.1 e 10.6.4, relacionadas com subsídios não reembolsáveis para aquisição e construção de habitação, medidas previstas desde 2024. Neste âmbito, questionou a existência, ou não, de legislação de base para a atribuição desses subsídios.

Na sua resposta, a Senhora Secretária recordou à Deputada Hélia Cardoso (CH) que, no âmbito da Comissão dos Assuntos Sociais, as áreas em análise nesta sessão são as que dizem respeito à Juventude. Explicou que as questões relativas à habitação serão debatidas mais tarde, na sessão da Comissão de Política Geral. Assim, deu nota à Senhora Deputada de que as questões colocadas por esta deveriam ser colocadas e esclarecidas na reunião da CPG.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No uso da réplica, a Deputada Hélia Cardoso (CH) reconheceu o equívoco e retirou a questão, indicando que aguardará a sessão específica para a área da habitação.

Seguidamente interveio o Deputado Russel Sousa (PS) que colocou uma questão sobre o programa “Regressa a Casa”, que apoia os jovens açorianos nas passagens aéreas. Sobre este programa, o Senhor Deputado questionou se, com o novo teto máximo de 600 euros, as passagens acima desse valor continuariam a ser subsidiadas na totalidade, ou se o jovem teria de suportar a diferença.

Em resposta, a Senhora Secretária agradeceu a questão e explicou que o processo de definição das tarifas ainda não está concluído. No entanto, afirmou que o reembolso cobrirá o valor correspondente a duas passagens aéreas, dependendo do que for acordado nas negociações em curso sobre os preços máximos e subsídios das tarifas aéreas.

No uso da réplica, o Deputado Russel Sousa (PS) pediu uma clarificação adicional, indagando se, no caso de uma passagem de 800 euros, o jovem suportaria a diferença acima do teto de 600 euros. Afirmou que esta era apenas uma questão de interpretação.

Neste âmbito, a Senhora Secretária Regional reiterou que a questão depende das negociações em curso com o Governo da República sobre os limites das tarifas. No entanto, assegurou que, no âmbito do programa “Regressa a Casa”, será reembolsado o valor correspondente a duas passagens de ida e volta, nos termos que forem finalmente definidos.

Seguiu-se a intervenção do Deputado Luís Raposo (PSD) que começou por destacar o impacto positivo das políticas de Juventude na redução do desemprego jovem na Região. Referiu ainda que o orçamento para 2025 continua a ser favorável para os jovens açorianos, promovendo a sua participação cívica e integração profissional. Feito este enquadramento, o Deputado Luís Raposo (PSD) questionou a Senhora Secretária Regional sobre o programa de voluntariado regional e a reformulação do programa OTLJ, pedindo também um esclarecimento sobre a medida “Jovens Digitais” e o impacto esperado na economia regional.

Em resposta, a Senhora Secretária agradeceu as questões colocadas e explicou que o OTLJ está a ser reformulado, com o aumento da bolsa para 210 euros, tornando-o mais adequado às necessidades dos jovens. Anunciou que o programa passará a incluir ocupações no setor privado e social para jovens entre os 16 e os 18 anos, ajudando-os a explorar possíveis áreas de interesse vocacional.

Relativamente ao voluntariado, destacou a criação do novo “Voluntariado Jovem”, que será regulamentado para permitir aos jovens até 24 anos adquirirem experiências em instituições sociais, hospitais e centros de saúde, valorizando assim o currículo dos jovens.



Em relação aos “Jovens Digitais”, explicou que o programa foi desenhado para fortalecer as competências digitais dos jovens, com formações em cibersegurança e combate às *fake news*, em parceria com associações juvenis que disponibilizarão os seus espaços. Acrescentou que o programa permitirá a aquisição de equipamento informático e visa preparar os jovens para os desafios digitais e fortalecer a economia regional.

Na ausência de mais inscrições, deu-se por encerrada esta audição.

CAPÍTULO III

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de abstenção com reserva para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CH emitiu parecer de abstenção com reserva para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do BE, sem direito a voto, emitiu parecer de abstenção com reserva para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do PAN, sem direito a voto, não emitiu parecer, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CAPÍTULO III

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais deliberou:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

- 1) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do Chega, emitir por maioria **parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2025”**;
- 2) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do Chega, emitir por maioria **parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025”**.

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento do devido processo legislativo, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Horta, 11 de novembro de 2024.

A Relatora

Inês Soares de Oliveira e Sá

A Presidente

Sandra Costa Dias

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

N.º 20/XIII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2025” E N.º 21/XIII –
“ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2025”

NOVEMBRO DE 2024



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Economia reuniu no dia 7 de novembro de 2024, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às **propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2025” e n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025”**.

As supramencionadas propostas foram remetidas à Comissão Permanente de Economia, no dia 29 de outubro de 2024, com data-limite para emissão de parecer até ao dia 19 de novembro de 2024.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, as matérias abaixo identificadas são da competência da Comissão Permanente de Economia.



CAPÍTULO II

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão Permanente de Economia a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025, nas seguintes matérias:

- Agricultura e pecuária;
- Arrendamento rural;
- Artesanato;
- Comércio e indústria;
- Competitividade e inovação empresarial;
- Defesa do consumidor e da concorrência;
- Desenvolvimento rural;
- Finanças e sistema fiscal;
- Florestas e produção florestal;
- Marketing e publicidade;
- Orçamento e contabilidade;
- Parcerias público-privadas;
- Património próprio e autonomia patrimonial da Região;
- Pescas e aquicultura;
- Planeamento e estatística;
- Privatizações;
- Remuneração complementar dos trabalhadores da administração regional;
- Segurança alimentar;
- Setor público empresarial regional;
- Sistema de incentivos;
- Transportes e comunicações;
- Turismo.

O parecer das propostas de decreto legislativo regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ações, que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



CAPÍTULO III

APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

A programação anual contida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o ano de 2025.

A análise da proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento referente a 2025, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre as áreas da sua competência.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2025, referente aos objetivos e programas da área de competência desta Comissão Especializada Permanente:

ANÁLISE DA PROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2025

Quadro

Plano Regional Anual para o ano de 2025

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão Permanente de Economia)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
2 - Relações externas, ciência e comunicações	30.150.000	30.150.000	0
2.6 - Aeroporto das Lajes	4.900.000	4.900.000	0
3 - Finanças, Planeamento e Competitividade	89.327.323	89.327.323	0
3.1 - Competitividade empresarial	68.950.000	68.950.000	0
3.2 - Comércio e Indústria	700.000	700.000	0
3.4 - Estatística	61.100	61.100	0
3.5 - Planeamento e finanças	10.138.182	10.138.182	0
7 - Economia rural e alimentação	127.167.375	78.000.000	49.167.375
7.1 - Investigação, inovação, capacitação e competitividade	59.919.923	43.309.025	16.610.898



7.2 - Desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alterações climáticas Nota: as ações 7.2.1, 7.2.3, 7.2.4, 7.2.14, 7.2.21, 7.2.31 e 7.2.32 foram alvo de análise por parte da CAPADS	44.110.639	13.810.846	30.299.793
7.3 - Infraestruturas públicas de apoio ao setor produtivo	22.036.813	19.780.129	2.256.684
7.5 - Gestão e promoção da «Marca Açores»	950.000	950.000	0
8 - Economia do mar	45.000.000	45.000.000	0
8.1 - Controlo, inspeção e gestão	30.963.787	30.963.787	0
8.2 - Infraestruturas de apoio às pescas	5.701.064	5.701.064	0
8.3 - Frota e recursos humanos	2.299.219	2.299.219	0
8.4 - Produtos da pesca e da aquicultura	1.217.128	1.217.128	0
8.5 - Regimes de apoio e assistência técnica do Mar 2020 e do MAR 2030	1.288.000	1.288.000	0
8.7 - Escola do Mar dos Açores	375.500	375.500	0
8.8 - Gestão e licenciamento marítimo	78.000	78.000	0
9 – Desenvolvimento Turístico, mobilidade e Infraestruturas	338.761.470	305.724.292	33.037.178
9.5 – Promoção de Desenvolvimento Turístico	15.518.047	10.372.500	5.145.547
9.6 – Sustentabilidade do destino turístico	923.763	923.763	0
9.7 – Qualificação do Destino	2.704.485	2.704.485	0
9.8 – Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários	29.295.707	9.904.076	19.391.631
9.9 – Gestão dos Aeródromos Regionais	6.144.993	6.144.993	0
9.10 – Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-ilhas	62.581.446	62.581.446	0
9.11 – Dinamização dos Transportes	338.832	338.832	0



9.12 – Coesão Territorial - Transportes	11.500.000	11.500.000	0
9.13 – Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	26.117.284	17.617.284	8.500.000
9.14 – Modernização, Construção e Gestão de Infraestruturas	49.094.487	49.094.487	0
9.15 – Reabilitação de estradas regionais	7.207.500	7.207.500	0
9.16 – Construção, ampliação e remodelação de edifícios públicos	2.768.000	2.768.000	0
9.17 – Integração paisagística de zonas adjacentes às estradas regionais	430.000	430.000	0
9.18 – Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo - infraestruturas de pesca e de proteção marítima	1.000.000	1.000.000	0
9.19 – Execução do PRR	45.810.000	45.810.000	0
9.20 – Transporte terrestre e segurança rodoviária	6.156.020	6.156.020	0
9.21 – Laboratório Regional de Engenharia Civil	1.437.282	1.437.282	0
9.22 – Cooperação com diversas entidades	3.775.000	3.775.000	0
9.23 – Sensibilização e divulgação	50.000	50.000	0
9.24 – Saúde e segurança no trabalho	110.000	110.000	0
9.25 - SRECD - Construções escolares	6.520.657	6.520.657	0
9.26 - SRECD - Reparação das instalações	721.668	721.668	0
9.27 - SRECD - Instalações desportivas	400.000	400.000	0
9.28 - SRSSS - Ampliação e remodelação de infraestruturas	5.839.461	5.839.461	0
9.29 - SRSSS - Beneficiação de infraestruturas	2.151.274	2.151.274	0
9.30 - SRAA - Infraestruturas públicas de apoio ao setor produtivo	800.000	800.000	0
9.31 - SRMP - Infraestruturas de apoio às pescas	1.702.340	1.702.340	0



9.32 - SRMP - Gestão e requalificação da orla costeira	5.848.415	5.848.415	0
9.33 - VPGR - Construção dos parques de ciência e tecnologia	2.264.000	2.264.000	0
9.34 - SRECD - Defesa e valorização do património arquitetónico e cultural	995.000	995.000	0
9.35 - SRAAC - Planeamento, inspeção e promoção ambiental	1.125.000	1.125.000	0
9.36 - SRAAC - Conservação da natureza e biodiversidade	910.000	910.000	0
9.37 - SRAAC - Recursos hídricos e rede hidrográfica	440.000	440.000	0
9.39 - SRJHE - Infraestruturas de apoio à qualificação profissional	10.340.895	10.340.895	0
9.41 - Infraestruturas de apoio às empresas turísticas	2.500	2.500	0
9.42 - Melhoria dos sistemas da SRTMI	100.000	100.000	0
9.43 - Laboratório de Experimentação da Administração Pública dos Açores	2.186.965	2.186.965	0
10 – Juventude, qualificação e estabilidade laboral	113.566.299	50.085.000	63.481.299
10.3 - Apoio ao desenvolvimento das empresas artesanais	1.000.000	1.000.000	0
10.4 - Apoio ao Consumidor	150.000	150.000	0

* Importa referir que o Programa 9 espelha, em ações específicas, as obras públicas das diferentes áreas governamentais, tendo as respetivas Comissões Especializadas analisado aquelas a que se inserem no âmbito das suas competências.

No dia 7 de novembro de 2024 a comissão procedeu às audições dos membros do Governo Regional.

Em nota de abertura das audições, o Presidente da Comissão de Economia referiu que é do conhecimento de todos como funcionam estas audições, lembrou apenas às senhoras e aos senhores deputados os tempos pré-definidos no regulamento da Comissão de Economia, tendo



em conta que estas são reuniões muito específicas e em ritmo um pouco mais acelerado, e pediu que sem prejuízo das questões que tinham para colocar que se não esquecessem dos termos pré-definidos.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

[HTTPS://VIDEO.ALRA.PT/ASSET/DETAILS/2F4DB423-0F54-42D1-8C76-166664120F77](https://video.alra.pt/asset/details/2f4db423-0f54-42d1-8c76-166664120f77)

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública iniciou a sua intervenção referindo que se fazia acompanhar pelo senhor Diretor Regional do Orçamento e Tesouro, como é habitual nestas audições, que irá especificar ou detalhar mais das informações que constam dos documentos.

Iniciando a sua intervenção, o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública afirma que a Região atravessa uma fase muito robusta, seja no âmbito do crescimento económico, no âmbito do indicador do consumidor privado, registando-se valores históricos quanto à população ativa, à população empregada e também à positividade do momento quanto aos indicadores do desemprego. Refere que tudo isto se deve a um conjunto de fatores, nomeadamente a importância que o turismo tem vindo a assumir e a resiliência do setor primário, contribuindo assim para uma robustez cada vez mais visível. Neste contexto, esclarece que é também importante referir que os documentos orçamentais expressam uma anualidade que tem a ver com opções estratégicas do 14.º Governo dos Açores, sendo esta anualidade tomada com uma opção, nomeadamente como uma opção da manutenção da Tarifa Açores, do fim dos rateios na agricultura, de manutenção do diferencial fiscal ao que acresce um esforço mais na área da Saúde.

Quanto ao Plano de Investimentos para o ano de 2025, o Secretário Regional refere que existem três grandes prioridades, nomeadamente a execução do PRR, a execução do Açores 2030 e a recuperação do Hospital do Divino Espírito Santo.

Quanto ao cenário macroeconómico numa visão mais detalhada, refere que é um cenário influenciado por uma série de fatores endógenos e exógenos à economia dos Açores, rematando que as estimativas das taxas de crescimento para 2023 será de 2.5%, em 2024 de 2.1%, em 2025 de 2.4% e em 2026 de 2.6%. Deixa ainda a nota que as estimativas do crescimento do PIB para 2024 e para 2025 podem estar a ser apontadas de uma forma cautelosa uma vez que os últimos dados da inflação de setembro em relação ao mês homólogo revelam que neste momento já nos encontramos abaixo daquilo que é o crescimento nacional da inflação, podendo isto ter influência



no deflator e fazer com que o PIB real em 2024 e 2025 possam ter valores mais ambiciosos dos que os que estão previstos.

Relativamente ao PIB nominal, refere que se aponta para 5.6 mil milhões para 2023, 5.9 mil milhões para 2024, 6.2 mil milhões para 2025 e 6.6 mil milhões para 2026. Quanto à taxa de desemprego, refere que os valores que dispõe são, uma vez mais, cautelosos, estando o PIB, ainda assim, acima dos valores nacionais e europeus, havendo a necessidade de os valores serem mais ambiciosos do que estão explanados, revelando o esforço de convergência ao longo destes anos de forma consistente. Aponta igualmente que os dados do desemprego, embora que previstos de forma cautelosa, apontam para 6,5% para 2023, 6,5% para 2024, 6,4% para 2025 e 6,3% para 2023, prevendo assim uma constante descida.

Quanto aos valores do Orçamento globalmente, refere que o mesmo é dotado de 1.9 mil milhões de euros, com receitas próprias de 1.017 milhões de euros, 346 milhões de euros relativos às transferências do Orçamento de Estado, 400 milhões relativos a Fundos Comunitários e 150 milhões relativos à necessidade de financiamento. Quanto à necessidade de financiamento, refere que a mesma está calculada e prevista uma vez que a discussão e aprovação do orçamento da Região para 2025 realizar-se-á em data prévia à discussão final global do Orçamento de Estado para 2025. Assim, ressalva que se as receitas por via das transferências do Orçamento de Estado para 2025 ou por via do aumento da receita fiscal forem superiores àquilo que é estimado, a necessidade de financiamento será reduzida ou até mesmo anulada.

Continua a sua intervenção, referindo a composição global do Orçamento, cujo se estima 1.094 milhões referente a despesas de funcionamento e 70 milhões referentes a juros da dívida.

Atenta na importância do reforço na área da Saúde, reforço esse previsto na ordem dos 50 milhões de euros, com o objetivo de eliminar o subfinanciamento do setor da Saúde, sublinhando o esforço da Região neste sentido e o reforço desde 2019 até 2025 de mais de 150 milhões de euros neste mesmo setor, não contando com a conversão de dívida comercial em dívida financeira.

Quanto ao setor de Educação, refere que está previsto um aumento de 20 milhões de euros para o ano de 2025, sublinhando também o reforço desde 2019 até 2025 na ordem dos 100 milhões de euros, prevendo-se uma atenuação da curva de crescimento nesta área considerando a valorização de carreiras e recuperação de tempo de serviço já efetuada. Relativamente à proposta do Decreto Legislativo Regional, o Secretário Regional refere que há um artigo colocado mais programático, estando este relacionado com o projeto de flexibilidade laboral mas também com o objetivo de inventariação e gestão do património mobiliário regional, destacando que atualmente a Região dispõe de mais quatro mil artigos urbanos, mais de mil viaturas e outros imóveis, sendo por isso necessário que se proceda a uma gestão mais criteriosa e atualizada em



termos das plataformas, potenciando poupanças em rendas e alienação em património que não esteja a ser utilizado, dando o exemplo dos hotéis da ilha Graciosa e da ilha das Flores.

Refere também a previsão da alienação da Azores Airlines e acrescenta-a questão do handling da SATA de forma a que seja possível ter as condições regulamentares e normativas para que se proceda à alienação da parte operacional do handling da SATA, estando para estas duas previsões o acompanhamento por uma comissão técnica e por um relatório relacionado com os riscos de corrupção.

Em relação à remuneração complementar, teve a oportunidade de referir o alargamento da base dos escalões às pessoas que auferem até 2.000 €, correspondendo a um aumento de 3%.

Continua a sua intervenção, chamando a atenção para um artigo do Decreto Legislativo Regional sobre o regime excecional temporário de prorrogação de prazos de empreitadas de obras públicas para priorizaras obras abrangidas pelo Plano de Resolução e Resiliência, isto é, nas obras que não são abrangidas pela comparticipação do PRR e pelo Açores 2030, deverá haver a possibilidade de haver uma autorização para prorrogar o prazo sem penalização para os empreiteiros de forma a que administração regional e os empreiteiros tenham como prioridade e execução do PRR.

Relativamente ao Plano Regional Anual, o Secretário Regional refere que é dotado de 818.8 milhões de euros, representando um crescimento de mais 7.6% relativamente a investimento, mais 58.17 milhões de euros em relação a 2024, totalizando 696 ações, subdividas pelos vários departamentos do Governo Regional. Explana a divisão do valor total do Plano Regional Anual, sendo cerca de 9 milhões de euros destinados à Presidência, cerca de 30 milhões de euros destinados à Vice-Presidência, cerca de 90 milhões de euros destinados às Finanças, Planeamento e Administração Pública, cerca de 4.5 milhões de euros destinados aos Assuntos Parlamentares e Comunidades, cerca 113 milhões de euros destinados à Educação, Cultura e Desporto, cerca de 78 milhões de euros destinados à Agricultura e Alimentação, cerca 4 milhões de euros destinados ao Mar e Pescas, cerca de 306 milhões de euros destinados ao Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, 50 milhões de euros destinados à Juventude, Habitação e Emprego e 33 milhões de euros destinados ao Ambiente e Alterações Climáticas.

Quanto à Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, à qual estão destinados 89.3 milhões de euros, refere que 69.75 milhões de euros estão destinados ao setor produtivo e à economia regional através de apoios a empresas e associações empresariais, isto são 78% do de investimentos da competência desta Secretaria e aqui, naturalmente se incluem o Construir 2030, a digitalização e a recapitalização. Neste caso, para 2025 será o primeiro ano onde já não estão previstas verbas relativamente ao competir +, que estava ligado ao Açores 2020.

À Administração Pública estão destinados 8.5 milhões de euros, nomeadamente, a modernização de plataformas e infraestruturas eletrónicas e formação para os trabalhadores com o objetivo final



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

de alcançar uma melhoria da qualidade do serviço público prestado; os restantes 1.8 milhões de euros estão destinados à gestão do património regional e imobilizado para permitir o levantamento exaustivo de todo o património, análise das características do estado do património e sua conseqüente gestão.

Terminada a intervenção inicial do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, inicia-se a primeira ronda de questões, tomando a palavra o Deputado Carlos Silva (PS), que inicia a sua intervenção solicitando ao Secretário Regional algumas explicações, nomeadamente quanto aos valores envolvidos, relativamente ao litígio com o Banco de Fomento. Relativamente ao empréstimo concedido pelo ICP, questiona quais as condições do mesmo, as taxas de juro e qual o prazo do mesmo. Continuando a sua intervenção, refere ser um orçamento claramente desequilibrado, não tendo memória de um défice corrente na ordem dos 250 milhões de euros, afirmando que a região se encontra a regredir de forma galopante nesta matéria, solicitando o Deputado Carlos Silva clarificações sobre este assunto.

Relativamente à competitividade empresarial, o Deputado Carlos Silva refere que o Governo Regional tem aplicado rateios aos Programas de Manutenção de Emprego, nomeadamente com os atrasos de pagamento dos apoios à manutenção de emprego. Assim, questiona se o Orçamento para 2025 vai, de uma vez por todas, conseguir resolver este problema e pagar os apoios devidos às empresas e que se encontram há muito tempo em atraso.

Quanto aos Fundos Comunitários, e considerando a inscrição de 400 milhões de euros no Orçamento neste sentido, e ficando a execução aquém dos valores inscritos nos anos anteriores, denotando-se um diferencial na ordem dos 200 milhões de euros. Considerando ainda o acordo de parceria celebrado, comprometendo com os parceiros sociais a execução da taxa de execução média anual na ordem dos 200 milhões de euros de fundos comunitários, o Deputado Carlos Silva questiona qual a versão do Governo a ser abordada neste debate, se é a do acordo de parceria ou se é a que inscreve no orçamento, dos 400 milhões de euros.

Em resposta, o Secretário Regional começa por esclarecer que o litígio existe com o Banco de Fomento, ao contrário do que a Antena 1 de forma leviana divulgou na primeira notícia que fez sobre o assunto, não está relacionado com o PRR, mas sim com o PO 2020, estando em causa o método de cálculo das verbas que estão a ser dirimidas entre a autoridade de gestão e o Banco de Fomento. Continua esclarecendo que o Banco de Fomento, não concordando a decisão da autoridade de gestão regional, procedeu a um recurso hierárquico para o Secretário Regional das Finanças e a Região. Por razões jurídicas, o Secretário Regional esclarece também que o Banco de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Fomento entendeu meter o processo em tribunal devido aos prazos não serem ultrapassados e forma não se considerar isto para jurisprudência futura.

Relativamente ao refinanciamento, o Secretário Regional chama a atenção para a página 44 da Proposta de Orçamento da Região autónoma dos Açores (ORAA), afirmando que nela consta a data assim com a taxa e o valor, sendo por isso o mais transparente possível. Refere ainda que a opção por se fazer este tipo de financiamento junto do DGTJ está relacionado essencialmente com duas razões: a primeira está relacionado com o mercado, uma vez que para ir ao mercado obrigacionista ou bancário, a apetência por operações destas ronda os 150 a 200 milhões, sendo por isso uma quantia menor ao valor habitual; a segunda relaciona-se com as agências de notação, que nos últimos relatórios, que colocaram a questão de não valorizarem tanto o facto da região conseguir ir tão facilmente ao mercado como consegue mas não ir subordinada ao vale do Estado. Relativamente ao documentos orçamentais, o Secretário Regional refere que os mesmos “são que são”, havendo sempre a possibilidade de quem possa concordar mais ou concordar menos e serem alvos de mais ou menos questões porém reafirma que não há ninguém que duvide da robustez da economia regional, deixando a ressalva de que se vá tornado habitual que a robustez da economia regional vá para além das questões orçamentais, fixando como objetivo que a economia da região se desenvolva “per si” sendo isso que já está a acontecer.

Quanto aos Fundos Comunitários, refere que o que está presente no acordo de parceria é que a média anual rondaria os 200 milhões de euros, reiterando que a execução média será três vezes maior do que a do anterior quadro comunitário. Ainda relativamente à execução dos Fundos Comunitários, relembra que há cerca de seis meses/um ano atrás, quando se colocava em questão a execução do PO 2020, hoje é possível afirmar que se executou 101%.

Em réplica, o Deputado Carlos Silva (PS) lembrou que o Secretário Regional não respondeu, relativamente ao litígio com o Banco de Fomento, nomeadamente quanto ao valor que estará em causa. Quanto ao empréstimo de 110 milhões euros, e de acordo com a taxa de juro prevista na presente Proposta (3,62%), questiona o porquê de a taxa de juro não ser mais baixa uma vez que o Estado Português obtém, em média, uma taxa de juro de 2,5%, afirmando com isto que o Estado Português estará a ganhar dinheiro com o empréstimo que fez à Região. Relativamente ao endividamento previsto de 150 milhões de euros, mais 75 milhões de euros resultantes da transformação da dívida comercial em dívida financeira, questiona se o Governo pretende financiar este endividamento através do ICP ou se vai efetivamente ao mercado tentar obter financiamento de forma a tentar cobrir o défice corrente das contas públicas. Continua a sua réplica, lembrando a sua questão referente ao porquê do desequilíbrio do orçamento e o porquê de existir um défice superior a 250 milhões de euros.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Relativamente às dívidas aos fornecedores, questiona qual o montante global de dívida aos fornecedores a 30/09/2024, incluindo o setor da Saúde, Administração Pública Regional e as entidades públicas.

Por último, e considerando as dificuldades de tesouraria do grupo SATA, questiona se o Governo Regional fez algum empréstimo a curto prazo a alguma das empresas do grupo SATA e, em caso afirmativo, qual o valor do mesmo.

Em resposta, o Secretário Regional começa por esclarecer que o Governo Regional não fez qualquer empréstimo a curto prazo ao grupo SATA. Quanto aos prazos de pagamentos, sublinha que a Região detinha o recorde de prazo médio de pagamentos a fornecedores em atraso (179 dias, em setembro de 2020), ressaltando que neste momento esse prazo encontra-se em 144 dias, menos 35 dias quando comparado com o recorde de setembro de 2020, sendo que desde junho de 2024, esse prazo já foi reduzido 12 dias até à data atual, sendo continuar a diminuir esse prazo uma pretensão deste Governo de forma a alcançar os 60 dias previstos no acordo de parceria. Ainda quanto a este assunto, o Secretário Regional admite que estes números já poderiam ser diferentes que a inflexão já poderia ter sido iniciada de forma mais concreta se o primeiro-ministro, então António Costa, tivesse avançado com o despacho de 75 milhões de euros para o ano de 2022 e de 25 milhões de euros para o ano de 2023, valores esses destinados a abater a dívida no setor da Saúde. Refere também o Secretário Regional que em 2024, esse despacho já foi alvo de avanço e os 75 milhões de euros já foram transferidos para a Região, tendo já sido abatidos na dívida do setor da Saúde, contribuindo também para a diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores.

Em interpelação à mesa, o Deputado Carlos Silva (PS) pede que fique registado em ata que o Governo Regional “esconde informação e que não respondeu às perguntas” apresentadas por 3 vezes, nomeadamente qual o valor do litígio para com o Banco de Fomento, qual a dívida a fornecedores e como explica o défice de 250 milhões de euros no saldo corrente.

Em resposta, o Secretário Regional esclarece que, em relação ao litígio com o Banco de Fomento, e embora o Governo Regional não tenha sido formalmente notificado, o que está em causa nos recursos hierárquicos são seiscentos mil euros. Tomou também da palavra o senhor Diretor Regional do Orçamento e Tesouro, Dr. José António Gomes, procurando esclarecer a situação do empréstimo dos 110 milhões de euros, afirmando que as informações que dispunham à data foram melhores do que aquelas que existiam no mercado, deixando também claro que não é possível comparar taxas de anos diferentes uma vez que estão relacionadas com a variação em



função dos mercados. Afirmar também que a taxa de juro foi negociada junto do DGTF, sendo a taxa negociada mais baixa do que a disponível no mercado. Relativamente ao défice, o Diretor Regional diz esperar que o mesmo vá apenas até aos 75 milhões de euros, embora no Orçamento estejam previstos 150 milhões de euro como precaução. Quanto ao saldo corrente, afirma que é uma questão técnica defendendo que é preferível praticamente terminar com os subfinanciamentos em setores essenciais de forma a garantir o bom funcionamento dos mesmos, sabendo de antemão que é algo que agrava o défice.

Ficando o Deputado Carlos Silva esclarecido, toma da palavra o Deputado Francisco Lima (CH), iniciando a sua intervenção afirmando que a economia privada regional parece florescer, porém é necessário saber se existe a mesma robustez da parte da economia pública que vai acumulando défices e medidas estruturais, nomeadamente a redução do peso da administração pública e da despesa pública. Relativamente ao Decreto Legislativo Regional, no artigo 22, que aborda um défice de 250 milhões e o Governo alega isso como uma necessidade, questionando se isso será para a questão do défice mais a questão do pagamento de transformação de dívida comercial em dívida financeira ou será para défices previstos e que possam aparecer. Relativamente ao assunto dos rateios, refere como importante que seja esclarecido a situação dos rateios relativamente aos Programas de Manutenção de Emprego. Ainda nesse ponto de vista, o Deputado Francisco Lima questiona se o Governo pretende reduzir os atrasos no pagamento a fornecedores como também o pagamento de apoios. Termina a sua intervenção, referindo o artigo 28º que contempla uma autorização até 80 milhões de cartas de conforto, questionando ao Secretário Regional a quem se destinam essas mesmas cartas de conforto.

Em resposta, o Secretário Regional começa por esclarecer a questão apresentada sobre o artigo 28º e os avales, referindo que o mesmo não está relacionado com cartas de conforto, mas sim com avales, esclarecendo ainda que a utilização de cartas de conforto direcionadas a empresas ou cooperativas do setor privado não tem sido usual ao longo do XIV Governo Regional. Refere ainda que o artigo 28º está direcionado a avales a empresas públicas e em especial está relacionado com a operação que a EDA pode vir a necessitar fazer para o financiamento junto do Banco Europeu de um investimento robusto que tem no seu plano de investimentos.

Relativamente aos 248 milhões de euros referidos pelo Deputado Francisco Lima, o Secretário Regional refere que estão relacionados com os 98 milhões de refinanciamento mais os potenciais 150 milhões de euros alusivos a novo financiamento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Relativamente ao refinanciamento, o Secretário Regional refere que em 2024 houve a necessidade de refinanciamento no valor de 110 milhões de euros e que para 2025 estão previstos empréstimos na ordem do 98 milhões de euros, relativos ao refinanciamento da dívida existente. Quanto aos Programas de Manutenção de Emprego, é esclarecido pelo Secretário Regional que refuta qualquer indicação de “rateios”, afirmando que nunca houve, não há nem nunca haverá, salientando ainda que o que por vezes acontece são atrasos nos pagamentos, algo que o Governo Regional pretende melhorar.

Continua a sua intervenção referindo que o Governo Regional está a trabalhar para, a prazo, ter uma melhor gestão do património público, mas também da Administração Pública, esclarecendo que a perspetiva para os próximos anos passa por um rejuvenescimento e adequação dos funcionários da Administração Pública como também aproveitar esse passo para poupar através de uma de melhor gestão.

Quanto à economia privada, afirma que a Fitch Ratings deu nota de que, devido ao diferencial fiscal utilizada na plenitude na região, ficaram 190 milhões de euros na economia regional, apenas em 2023, muito por conta do esforço da economia pública. Afirma ainda que o que se pretende é que a economia regional seja cada vez mais liberta e dinâmica, sem estar dependente da economia pública, economia essa pautada por valor de rigor e exigência que possa ser consentâneo com este propósito.

Em réplica, o Deputado Francisco Lima questiona se existe abertura para alienar outras participações sociais, como por exemplo do grupo EDA. Quanto ao rácio da dívida, questiona se, quando comparado 2024 e 2025, qual é a previsão de descida do rácio da dívida.

Em resposta, o Secretário Regional esclarece que, em relação às participações sociais em relação ao património da região, é objetivo do XIV Governo fazer um esforço grande quer seja em análise compreensiva sobre o setor público empresarial regional, sendo que evidente que para 2024 já se observou a resolução da alienação dos hotéis e em 2025 prevê-se a alienação dos campos de golf. Refere ainda que já está em fase de alienação algum património da região estando este já em hasta pública bem como se encontra aprovado que em 2025 se faça uma análise global e reflexão global sobre o setor público empresarial regional, entendendo que há potencial para devolver à economia privada mais áreas que se encontram na esfera pública, ficando o compromisso assumido de que em 2025 será feita uma análise aprofundada noutras áreas que estão sobre a alçada pública que deve ser entregue à iniciativa privada.

Em relação ao património, o Secretário Regional dá nota de que a nova orgânica da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública prevê que a direção de serviços do



Património fique diretamente dependente do Gabinete do Secretário Regional em que vez que este objetivo ambicioso está definido de fazer a atualização e cadastrar o património móvel e imóvel de forma a rentabilizar o mesmo, dando como exemplo os casos de sucesso das alienações dos hotéis, devendo as atuais e futuras alienações seguir as mesmas diretrizes.

Quanto à dívida, o Secretário Regional dá nota de que a partir de 31 de dezembro de 2022, regista-se uma inflexão no peso da dívida pública relativamente ao PIB, estimando-se que em 2023 esse peso da dívida em relação ao PIB venha para 56,92% e em 2024 para 55,52%.

Ficando o Deputado Francisco Lima esclarecido, toma da palavra o deputado António Lima (BE), questionado a que se refere a diferença entre a autorização presente no artigo 22º do Orçamento e os 323 milhões de euros referentes a empréstimos a médio e a longo prazo.

Relativamente ao quadro 13 do relatório do Orçamento, refere haver uma nota de rodapé onde se lê “Não inclui operações de refinanciamento nem a operação de transformação de dívida comercial em dívida financeira. Assim, questiona se ao incluir essas operações, quais serão as rubricas do quadro 13 que se alterarão e em que montantes.

Quanto à autorização no artigo 26º, relativo à privatização da SATA Internacional e à privatização do Handling, e considerando que não está definida essa autorização genérica e em “cheque branco a uma empresa que será criada e não conhece qual é a empresa”, o Deputado António Lima refere que gostaria de perceber em primeiro lugar quantos trabalhadores e que ativos serão transferidos para essa empresa e quem irá prestar o serviço de handling à Sata Air Açores e à Sata Internacional após a privatização.

Em resposta, o Secretário Regional Duarte Freitas esclarece que, em relação ao Handling, está a decorrer o processo de reorganização societária de autonomização e que esse processo ainda não está terminado, afirmando ainda que as estimativas iniciais apontam para um prejuízo anual no Handling de 6 milhões de euros, tornando-se numa “mochila” que a SATA leva às costas todos os anos uma vez que não existem obrigações do serviço público para compensar. Deixa também claro que o serviço de Handling da SATA continuará a ser prestado, alienado ou não, referindo que para prestar este serviço de Handling em todas as ilhas dos Açores é impossível que não haja prejuízos. Continua a sua intervenção clarificando que o que se pretende com a autonomização do Handling está diretamente relacionado com os compromissos do Estado Português tem relativamente ao Plano de Reestruturação, afirmando que mesmo que assim não fosse, seria importante refletir na necessidade de “autonomizar o handling” de forma a ter obrigações do serviço público direcionadas ao Handling.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Em relação às restantes questões apresentadas, toma a palavra o Diretor Regional do Orçamento e Tesouro, para explicar que o que está presente no número 1 do artigo 22º são os 248 milhões de euros e o número 2 do artigo 22º é referente aos estimados 75 milhões de euros. Quanto ao quadro da página 31, o Diretor Regional refere que este quadro é preparado na ótica daquilo que são as origens das aplicações de fundo da execução do orçamento, ou seja, das receitas e despesas relacionadas com a execução do ano, referindo ainda que esse mapa nunca tinha as opções de refinanciamento uma vez que as mesmas são iguais na receita e iguais na despesa, não afetando minimamente o presente quadro. Quanto aos 75 milhões de euros, refere que os mesmos não foram considerados uma vez que são uma incerteza quanto à sua execução relacionado com o rácio do quadro.

Em réplica, o Deputado António Lima refere que, quanto à questão do endividamento, o que pode concluir é que o endividamento líquido da região será de 150 milhões de euros mais os 75 milhões de euros, considerando a autorização dos 150 milhões de euros e os 75 milhões de euros referentes à transformação de dívida comercial em dívida financeira. Assim, refere que gostaria de perceber se, caso se incluía a transformação de dívida comercial em dívida financeira, quais serão as rubricas que serão afetadas, no quadro 13 do relatório do Orçamento.

Relativamente à questão do Handling, reiterando que o Governo Regional está a pedir autorização para alienar algo que não existe, o Deputado António Lima refere que gostaria de saber se o Governo Regional dos Açores já fez as contas de quanto custará à Sata Air Açores e à Sata Internacional o serviço de Handling se esse serviço não for prestado pela Sata Air Açores.

Em resposta, o Secretário Regional começa por esclarecer que os 6 milhões são estimativas iniciais e após a faturação intergrupo, entende que será compreensível que haja este prejuízo considerando todas as exigências de Handling em todas as ilhas dos Açores. Já o Diretor Regional do Orçamento e Tesouro esclarece que o endividamento líquido previsto neste orçamento é de apenas 150 milhões de euros, ressaltando que os 75 milhões de euros não se trata de endividamento líquido, mas sim de transformação de uma tipologia de dívida em outra tipologia de dívida.

De seguida, e tomando da palavra o Deputado Joaquim Machado, começando por referir que a apreciação feita do Plano e Orçamento acontece num momento em que a economia açoriana dá sinais de grande robustez apresentado um crescimento sucessivo há mais de quarenta meses mas também a circunstância comprovada de que a oposição, estranhamente, não valoriza nem refere que a taxa de desemprego nos Açores ter atingido níveis apenas comparáveis com o ano de 2007,



sendo a segunda mais baixa do país, afirmando também que dificilmente será possível manter tão boa taxa de desemprego. Mais do que isso, refere que o número de açorianos empregados (mais de 120 mil açorianos empregados) é histórico e que é algo que nunca aconteceu desde que há registos estatísticos na região. Quanto ao subfinanciamento crónico que os setores da Saúde e Educação tiveram na região, o Deputado Joaquim Machado refere que agora é necessário fazer face a encargos maiores que essas áreas têm nomeadamente com atualizações de carreiras, reiterando ainda que o Parlamento não pode, num dia, fazer a atualização das carreiras, por exemplo, dos professores e dos profissionais da área da Saúde, a recuperação do tempo de serviço e com o impacto que isso traduz no vencimento desses profissionais. Desta forma, refere que a região não pode estar a recuperar a atualização das carreiras dos profissionais da Saúde, que durante a anos a fio esperaram durante a governação do Partido Socialista, e agora terem a expectativa de que a despesa irá baixar, afirmando que o Partido Socialista tem de ser chamada para referir como e onde é que se faz a redução dessa mesma despesa, nomeadamente elencando quais seriam os serviços a serem reduzidos e quais serão os trabalhadores da Administração Pública que serão dispensados. Continua a sua intervenção referindo que a outra alternativa para se buscar um equilíbrio entre a despesa e a receita é através do aumento dos impostos, afirmando que neste aspeto o Partido Socialista foi coerente uma vez que esteve contra a redução do IRS e do IRC, não sendo essa a opção nem o caminho do Governo. Refere ainda que existe outro caminho alternativo que passa pela diminuição do investimento em algumas áreas que tende a continuar a crescer em algumas áreas sobretudo, por exemplo, ao nível daquilo que são as infraestruturas de Saúde e da Educação.

Direcionando-se ao Secretário Regional, o Deputado Joaquim Machado solicita que o Secretário Regional elucidasse no sentido da área social, questionando que novidades é que o Orçamento traz quanto ao Compamid, Complemento regional de pensão, complemento regional de família e renumeração complementar que também tem um universo de aplicação direto na Administração Pública regional e, por conseguinte, na Administração Pública local.

Em resposta, o Secretário Regional começa por afirmar que gostaria de sublinhar algo que é importante e para registo histórico, uma vez que a Região Autónoma dos Açores está a assistir a uma mudança de perfil da economia, e refere ainda que esta mudança de perfil que se vem a verificar há alguns anos, e que se continuará a verificar no futuro, está relacionado com opções estratégicas e de políticas públicas, isto é, menos nas mãos do governo e mais nas mãos da economia. O Secretário Regional continua a sua intervenção referindo que isto se trata de algo desafiante uma vez que coloca questões importantes relativamente ao equilíbrio das finanças públicas, mas também têm de ser contrabalançadas com a maior dinâmica privada e até com



compromissos intergeracionais relevantes. Refere que a mudança do perfil da economia dos Açores, cada vez mais privada e menos pública, apresenta limites uma vez que vivemos em nove ilhas e não existe economias de escala havendo sempre a necessidade de participação da entidade pública que noutros espaços e territórios não é tão exigente como nos Açores. Ainda assim, refere que é possível comprovar que esta mudança de perfil em função da mudança do paradigma político-económico, tem vindo a dar resultados salientado a resiliência dos setores primários, o crescimento do setor do turismo e com o incremento de novos setores, nomeadamente a área das novas tecnologias. Em relação aos apoios públicos de algumas prestações públicas, o Secretário Regional refere que em relação à Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública há um investimento que cresce cerca de 800 mil euros na renumeração complementar (aumento de 3%) e o alargamento da renumeração base. Quanto ao Compamid e ao complemento de abono de família, refere que há uma continuação de um esforço, sendo evidente que o esforço que se fez nos últimos anos nestas matérias já não apresenta o mesmo grau de crescimento em relação a 2025.

Encerrando-se a primeira ronda de questões, dá-se início à segunda ronda, tomando da palavra o Deputado Luís Leal (PS) que aborda a questão da diminuição da despesa pública regional, deixando também a dica de diminuir o número de assessores e técnicos especialistas. Considerando as candidaturas dos empresários aos programas de apoio e os atrasos de pagamento dos apoios aos empresários, questiona se o Governo Regional irá pagar os devidos valores aos empresários beneficiários. Relativamente à dívida a fornecedores e às empresas relativa à administração pública direta e hospitais, refere que no final de 2023 a mesma era de 553 milhões de euros, havendo um aumento de 250 milhões de euros desde 2020. Assim, questiona se vai a região reduzir pelo menos a 50% da dívida a fornecedores mencionada. Quanto ao Construir 2030 e os 105.160.742,45€ associados aos 28 negócios estruturantes, questiona se algumas dessas candidaturas já foi aprovada. Relativamente à execução do PRR, e em específico ao capital participativo, questiona como se encontra a execução do mesmo, se o mercado regional está a reagir bem e se procura a criação de novos instrumentos adequados às necessidades daquilo que é o tecido regional empresarial. No âmbito dos procedimentos administrativos que deram entrada, questiona se o Secretário Regional poderá facultar a esta Comissão as petições iniciais assim que for notificado das mesmas. Por fim, questiona também se o Governo Regional emitiu alguma carta de conforto ou aval e 2024 ao grupo SATA.

Em resposta, o Secretário Regional dá nota, relativamente ao Construir 2030, dando os dados à data de hoje, apresentando 427 candidaturas refletindo um investimento candidatado de 129



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

milhões de euros, 157 candidaturas aprovadas e em fase de audiência prévia, 48 milhões de euros relativamente ao volume de investimento aprovado e 74 candidaturas com termo assinado refletidas em 18,7 milhões de euros.

Em relação à questão dos atrasos, nomeadamente aos Programas de Manutenção de Emprego 1 e 3 e de acesso aos mercados, refere que esses atrasos nunca foram negados tendo, aliás, sido assumidos. Esclarece ainda que, até ao dia 31 de outubro de 2024, o Governo Regional já colocou na economia açoriana 24,8 milhões de euros referentes ao Competir +, 2,3 milhões de euros referentes a juros de incentivo, 14,7 milhões de euros referentes aos Programas de Manutenção de Emprego 1 e 2, 4,2 milhões de euros referentes ao acesso aos mercados, 1,1 milhões de euro Plano de Apoio à Restauração e Hotelaria totalizando cerca de 47,5 milhões de euros.

Relativamente às dívidas da Saúde, refere que a expectativa é que com esta inflexão do prazo médio de pagamento a fornecedores e com o despacho de mais 75 milhões de euros destinados à transformação de dívida comercial em dívida financeira no início do ano de 2025 se consiga acelerar e atualizar bastante o prazo médio de pagamentos, deixando novamente a ressalva que o Governo Regional poderia estar a dever menos 100 milhões de euros a fornecedores.

Quanto ao capital participativo, o Secretário Regional dá nota de que na próxima semana, em relação ao CPA 1, será realizado um Webinar com os técnicos da Ordem de Contabilistas Certificados, algo que terá influência direta nos empresários, estando todo o processo estabilizado em termos burocráticos. Quanto ao CPA 2, refere que os protocolos já estão a ser assinados pelos bancos esclarecendo também que se está a trabalhar no CPA 3 de forma que o mesmo funcione como garantia-de empréstimo que possa mais facilmente e rapidamente ser executável por parte dos empresários.

Em réplica, o Deputado Luís Leal questiona, relativamente às medidas de incentivo à empregabilidade, se o Secretário Regional dispõe do valor que se encontra por pagar à presente data. Termina, questionando novamente se o Governo Regional emitiu alguma carta de conforto ou aval em 2024 ao grupo SATA.

Em resposta, o Secretário Regional esclarece que, como já referiu, há valores por pagar pese embora que também sejam dinâmicos. Esclarece também que, à data de hoje, em relação aos juros de incentivos, refere que se fixam em 1,8 milhões de euros, 4 milhões de euros relativos ao PME 1 e 2, 2 milhões relativos aos acessos aos mercados estando o PAR em valores já residuais, não negando que ainda existam atrasos de pagamento. Relativamente à questão das cartas de conforto, o Secretário Regional esclarece que há um conjunto de cartas de conforto passadas ao setor público empresarial regional, afirmando que não as conhece de cor, mas irá fazer chegá-las



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

para conhecimento dos senhores deputados assim como as petições iniciais aquando da notificação da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Tomando da palavra o Deputado António Lima, refere que, em relação à questão do financiamento no valor de 225 milhões de euros e tendo em conta a dívida pública a 31 de dezembro de 2023, permitindo prever um crescimento da dívida na ordem dos 7%, superior ao crescimento nominal do PIB inscrito no orçamento. Termina a sua intervenção questionando o que irá acontecer aos 125 milhões de euros previstos para a recapitação do setor empresarial inseridos no PRR, como também o que será possível fazer para o aproveitar.

Em resposta, o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública esclarece que os 125 milhões de euros poderiam já estar executados se tivessem sido feitos avisos para capital de risco, tendo sido uma opção deste governo regional, salientado que o investimento em capital de risco não é solução para o perfil dos empresários da região, assumindo que a criação de avisos para capital de risco é a última das prioridades neste sentido. Refere ainda que para a utilização no âmbito do capital participativo Açores através dos empréstimos participativos, procedeu-se à criação de uma espécie de vouchers de forma a potenciar a transformação de empresários em nome individual em sociedades unipessoais uma vez que apenas assim poderiam aceder à capitalização. Termina a sua intervenção, concluindo que os 125 milhões de euros serão utilizados na sua totalidade, sendo que o ideal seria executar tudo sem recorrer a avisos de capital de risco.

Terminada a segunda ronda de questões e não havendo inscrições para a terceira e última ronda de questões, o Presidente da presente Comissão deu por encerrada a sessão de audição ao Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO:

[HTTPS://VIDEO.ALRA.PT/ASSET/DETAILS/025B3286-CE73-4325-9781-F2C1F24406F2](https://video.alra.pt/asset/details/025b3286-ce73-4325-9781-f2c1f24406f2)

Iniciando a sua intervenção, o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, António Ventura, refere que o Plano e Orçamento Regional apresentam como grande objetivo o aumento da produção agroalimentar local, privilegiando aquilo que são os investimentos no “agrícola” e também a melhoria dos rendimentos dos açorianos que se dedicam a esta atividade. Ainda



relativamente ao Plano e Orçamento para o ano de 2025, afirma que estes contemplam a dotação de 78 milhões de euros, refletindo a maior dotação de sempre e um aumento de 9,2 milhões de euros em relação ao ano de 2024, ou seja, um aumento de 13,4 %. Em conjugação com os valores dos Fundos Comunitários, este Plano sobe para os 127,2 milhões de euros.

O Secretário Regional apresenta como linhas fortes destinadas ao setor da Agricultura e Alimentação sendo eles: 7.1.01 – Referente à inovação e qualificação das explorações agrícolas, tratando-se do apoio ao investimento nas explorações agrícolas e à instalação de açorianos para produzirem “agroalimentos” e estando dotado de 14,6 milhões de euros, mais 5,9 milhões de euros em relação ao ano transato, ou seja, um acréscimo de 69%. Refere ainda que este ponto é uma aposta clara naquilo que é o investimento nas explorações agrícolas para se produzir alimentos, tornando a Região mais independente do exterior e autossustentável, apresentarmos melhor segurança no fornecimento dos alimentos produzidos na Região, e, como tal, melhorar a riqueza da região.

O ponto 7.1.02, referente ao POSEI, destaca um programa de opções específicas que apoia as produções vegetais e animais, com uma dotação prevista de 16 milhões de euros e com dotação de 2,5 milhões de euros em relação a 2024, ou seja, um acréscimo de 9%. O Secretário Regional salienta a importância de aumentar a nossa produção agroalimentar sendo para isso necessário aumentar a dotação do POSEI, uma vez que apoia diretamente esses produtos.

Relativamente ao Plano de Resolução e Resiliência, refere que a ele estão associados os pontos 7.1.06, 7.1.08, 7.1.17, 7.1.18, 7.1.20, 7.1.24 e 7.3.04, apontando como principais investimentos a construção do matadouro de São Jorge, as melhorias no matadouro da ilha do Pico, a instalação do observatório alimentar para formação e investimento nas agroindústrias, o investimento das explorações agrícolas e para aconselhamento agrícola, que pela primeira vez dispõe de uma ação para associações e cooperativas da Região Autónoma dos Açores.

Quanto à ação 7.2.09, refere que está direcionado para ao apoio ao rendimento e resiliência da atividade agrícola, dotado com 15,7 milhões de euros, visa apoiar a agricultura nas regiões ultraperiféricas, uma medida de coesão que pretende igual aquele que é o esforço relativamente aos custos de produção.

Quanto às ações 7.3.01, 7.3.05, 7.3.09, 7.3.10 e 7.3.14, os mesmos encontram-se destinados aos apoios aos caminhos rurais, florestais e agrícolas, que ao longo dos anos têm sofrido uma grande degradação. O Secretário Regional afirma ser necessário um esforço adicional estando previstos 12.834.745€, refletindo um acréscimo de 17,4% em relação a 2024. Refere ainda que há uma



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

individualização para duas ilhas que apresentam uma degradação elevada, sendo elas o Pico (com a dotação de 1,9 milhões de euros) e São Miguel (2 milhões de euros).

Relativamente às medidas florestais, refere que a ação 7.02.11 contempla uma aposta na Região quanto à necessidade da existência de cortinas de abrigo, consorciação de múltiplos rendimentos, no valor de 4,2 milhões de euros, representando um acréscimo de 20%.

As ações 7.1.06, 7.1.07 e 7.1.18 refere estarem destinados à formação profissional e capacitação, dotados de 1,6 milhões de euros, apresentando três níveis de ação: ações dirigidas à “Agroprodução”, Bem-Estar Animal e Agricultores com naturalidade.

Relativamente à ação 7.2.24, refere ser uma ação importante relacionada com o acompanhamento e monitorização dos preços agrícolas, com um aumento de 150%.

Quanto à ação 7.05.1, relativa à Marca Açores e tudo o que é promoção da Região relativamente aos produtos alimentares e não alimentares, o Secretário Regional destaca a participação no OVIBEJA, maior feira do Alentejo, no Taste Azores Norte, apresentando várias campanhas de “Escolha o que é Nosso.”.

Ainda neste programa 7 menciona a investigação científica quanto ao diagnóstico e fertilidade dos solos, havendo protocolo de cooperação com a Fundação Gaspar Frutuoso. Menciona ainda a criação de um novo chá para os Açores, melhoramento fitossanitário das caixas tradicionais videiras dos Açores, desenvolvimento da produção do plantio de bananeiras e próteas por micropropagação, o projeto de criação da raça autóctone da abelha, os projetos relacionados com a sanidade animal e vegetal e os projetos relacionados com a alimentação animal.

Iniciando-se a primeira ronda de questões, toma a palavra a deputada Patrícia Miranda (PS), que afirma que a degradação dos caminhos agrícolas é visível em todas as ilhas da Região e que o investimento proposto é sempre insuficiente. Neste sentido, questiona quais são os novos métodos destinados à recuperação dos caminhos agrícolas. Quanto ao IROA, instituto que se dedica à manutenção contínua dos caminhos agrícolas, questiona que dotação está prevista para o contrato programa para 2025. Ainda no ramo dos caminhos agrícolas, e em particular na ilha de São Miguel que apresenta uma maior degradação destas infraestruturas, questiona quais são os caminhos que vão ficar por intervencionar atendendo à dotação destinada a este fim.

Relativamente aos Fundos Comunitários, refere que as verbas inscritas destinadas ao PEPAC são insuficientes para dar resposta a todas as necessidades da agricultura da Região e para tudo o que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

vem sendo anunciado pelo Secretário Regional da Agricultura e Alimentação. Neste sentido, questiona como vai o Secretário Regional dar resposta a essa situação.

Quanto ao PRORURAL, com término no ano 2025, a Deputada Patrícia Miranda questiona se o Secretário Regional sabe qual a execução até 31 de outubro de 2024. Quanto a esta ação específica, questiona também qual a taxa de execução global e especificamente para a ação 6.1 respeitante aos jovens agricultores. Questiona também qual o motivo do curto prazo definido (de 15 dias) para candidaturas a diversos avisos. Ainda em relação ao PRORURAL, questiona quantas candidaturas é que neste momento estão a aguardar aprovação bem como se o Governo se compromete com verbas regionais a dar respostas às candidaturas que forem aprovadas, mas não executadas no prazo previsto do término do programa, de forma que o agricultor não saia prejudicado.

Em resposta, o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação começa por esclarecer que desde junho, foram abertos 5 avisos que exigem que os investimentos fossem executados até finais de fevereiro, referindo também que os avisos são muito direcionados para a compra de equipamentos ou instalações rápidas, sendo isto do conhecimento das associações, das cooperativas e dos agricultores. Neste sentido, remata que não haverá necessidade de as candidaturas serem complementadas com dinheiro regional, tendo em conta que os prazos de execução terminam a 28 de fevereiro de 2025. Relativamente aos cinco avisos abertos desde o mês de junho, o Secretário Regional explica que os mesmos foram abertos no valor total de 16.244.630,61€, tendo sido rececionados 113 projetos dos quais 74 já se encontram aprovados e 39 em análise. Refere ainda que a decisão de abrir avisos mais curtos foi para permitir dar entrada dos projetos e à sua devida análise e aprovação de forma a que seja logo comunicado ao produtor, devendo-se também isso ao aumento do corpo técnico da Direção Regional do Desenvolvimento Rural. Refere que esta decisão, que está a dar certo, vai contra a estratégia adotada no tempo de governação do Partido Socialista em que se abriam longos períodos de depois a dotação orçamental do aviso era inferior às candidaturas dos projetos, havendo a necessidade de se esperar pela última candidatura afim de se proceder a uma priorização das candidaturas. Sobre este assunto remata que, até julho de 2024, não existem qualquer projeto em análise, estando todos devidamente aprovados.

Quanto ao PEPAC, refere que será um novo programa desenhado por este Governo e que terá outro tipo de abordagem, quer no apoio, quer na receção das candidaturas. Ressalva que o Governo da República ainda não facultou à Região o programa informático para receção de



candidaturas. Neste sentido, refere que para que se proceda à abertura das candidaturas ao apoio ao investimento, é necessário o programa informático, ressaltando que os apoios das agroambientais já se encontram a ser pagos pelo PEPAC.

Continua a sua intervenção, esclarecendo que a taxa de execução PRORURAL a 31 de outubro de 2024 é de 85%.

Relativamente ao PEPAC, refere que o mesmo apresenta as dotações necessárias para aquilo que são as necessidades, lembrando o tempo em que tal não acontecia como também lembra que, de 2020 para 2021, a necessidade para que não existissem cortes foi 5 milhões de euros e no POSEI, 16 milhões de euros. Refere que, no total, os rateios situaram-se em 22,4 milhões de euros no ano de 2020 aos agricultores, algo que foi recuperado em 2021 e sucessivamente.

Esclarece também que não se prevê a entrada de assim tantas candidaturas uma vez que as candidaturas arrancaram este ano com compromissos de 5 anos, apresentando uma margem ainda suficiente para que existam mais candidaturas sem quaisquer rateios. Sublinha igualmente que para o ano de 2025 as candidaturas que iniciaram este ano no âmbito das agroambientais, extensificação pecuária, agricultura biológica, sebes vivas e vinhas não serão alvo de rateios, transmitindo uma clara segurança para o agricultor, que terá os apoios destinados às regiões ultraperiféricas, ao POSEI e às agroambientais sem qualquer tipo de cortes. Sublinha ainda que esta inexistência de cortes cria motivação e estabilidade para que se possa produzir nos Açores.

Quanto ao IROA, o Secretário Regional esclarece que valor do contrato programa será na ordem dos cinco milhões e duzentos mil euros, aos quais se acrescentam 1,5 milhões de euros destinados aos caminhos agrícolas do Pico e 2 milhões de euros destinados aos caminhos agrícolas de São Miguel. Relativamente ao investimento nos caminhos agrícolas, e considerando também as candidaturas a fundos comunitários, prevê-se o investimento de cerca de 37 milhões de euros, sendo que 12 milhões são referentes ao esforço regional. Ainda em relação aos caminhos agrícolas, defende que a degradação dos mesmos não é um problema recentes e que é algo que se tem vindo a acentuar ao longo dos anos sobretudo devido a fator do clima, o maior imponderável neste momento, sobretudo associado às constantes chuvas que por sua vez leva à saturação das pastagens.

O Secretário Regional, ainda em matéria dos caminhos agrícolas, defende ser necessário uma nova engenharia no âmbito desta problemática uma vez que, principalmente nas ilhas com uma orografia mais característica, a reparação e manutenção dos caminhos agrícolas rapidamente se torna repetível considerando as constantes chuvas e os estragos que daí resultam. Assim, refere ser importante encontrar formas da água resultante da saturação das pastagens não possa



escorrer para os caminhos, que a pavimentação dos caminhos obedeça a determinados critérios, desde logo a inclinação, as valetas e o tipo de pavimentação, ressaltando que são questões que estão a ser estudadas pelo IROA.

Em réplica, a Deputada Patrícia Miranda (PS) começa por questionar se o Governo pretende abrir mais algum aviso direcionado aos jovens agricultores uma vez que considera que não haverá futuro na agricultura dos Açores sem novos jovens agricultores e atendendo que o atual setor da agricultura está envelhecido.

Relativamente a um comunicado do Governo dos Açores referente ao apoio direto aos jovens agricultores na diminuição dos pagamentos à Segurança Social, a Deputada Patrícia Miranda questiona em que rubrica do Plano e Orçamento é que se encontra assegurado este valor.

Em resposta, o Secretário Regional começa por elencar os caminhos que serão intervencionados na ilha de São Miguel nomeadamente o caminho rural das Contendas, o caminho do Rolo, a canada das Murtes, nos Ginetes, a canada do Maranhão de Baixo e a empreitada de construção do caminho da Mata das Redes, concluindo que estes investimentos estão previstos já para o presente ano, logo no primeiro aviso.

Reitera que sem programa informático não pode haver candidaturas de investimentos aos jovens agricultores nem às explorações agrícolas, sendo uma responsabilidade do anterior e atual Governo da República.

Refere que há algo que diferencia o PEPAC e o PRORURAL +, nomeadamente o aumento do prémio para 55 mil euros para a primeira instalação, destinados aos beneficiários que exercem atividade a tempo inteiro, relacionadas com todas as áreas de “agroprodução”. Refere também que umas da diferença é o prémio destinado aos jovens açorianos com interesse em fazer um compromisso de rendimento na agricultura no valor de 15 mil euros, refletindo um aumento de 75% para 85% relativamente às taxas e criando-se um investimento de matriz familiar.

Refere que no Programa LEADER, existe ainda um apoio à instalação de empresas, independentemente do ramo no meio rural açoriano no valor de 18 mil euros. Sobre esta matéria, refere ainda que há um forte incentivo e apelo à produção pela instalação de jovens com a diferenciação clara para quem exerce a tempo inteiro.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Relativamente ao prémio pela instalação, estando relacionado com o complemento que se dedica a compensar aquilo que são os custos da Segurança Social, refere que em 2024 foram pagos 235.500€, em 2023, 271.500€ e em 2022, 235.500€.

O Secretário Regional refere ainda acreditar que bem breve haverá boas notícias vindas da República considerando a proposta apresentada que irá permitir reduzir aquilo que são as taxas de comparticipação da Segurança Social. Refere ainda que é uma proposta que possivelmente será alargada a todos os jovens agricultores no continente, uma vez que a mesma ao interesse que proporcionou ao Ministro. Reitera que é uma matéria que depende, única e exclusivamente da República, afirmando que será mais fácil de resolver através do código contributivo e a legislação associada.

Quanto ao POSEI, o Secretário Regional salienta algumas situações que no seu entender são importantes recordar, nomeadamente o apoio para os três mil direitos de vacas aleitantes no valor de 900.000€, sendo a maior atribuição de direitos de vacas aleitantes desde o ano de 2011, totalizando mais de oito mil direitos quando adicionados os 5100 direitos referentes à reconversão.

Quanto à reconversão de leite para carne, refere que as portarias anteriores serão alteradas ficando estes direitos direcionados unicamente aos produtores o fim dos primeiros cinco anos, não voltando para a região, algo que nunca foi feito pelo anterior Governo Regional.

Quanto à liberalização do gasóleo, reivindicação antiga da Federação Agrícola dos Açores e fator importante no aumento da “agropecuária”, o Secretário Regional refere que o fim do teto ao consumo de gasóleo permite que já não seja um constrangimento para os produtos agrícolas na Região Autónoma dos Açores.

Em interpelação à mesa, a Deputada Patrícia Miranda (PS) solicita que o Secretário Regional especifique quais é que são os direitos por ilha.

Em resposta, o Secretário Regional esclarece que a atribuição por ilha ainda não foi realizada, estando prevista que seja realizada durante o mês de novembro bem como que os produtores recebam aquilo que é seu por direito de acordo com o período temporal, aproveitando também para esclarecer todo o processo de análise e aprovação das candidaturas. Esclarece uma vez mais que este mês ficarão atribuídos os 3000 direitos e que em 2025 será contemplado o pagamento desses mesmos 3000 direitos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Conclui a sua intervenção referindo que quer o gasóleo quer os direitos aleitantes estão contemplados no Plano e Orçamento para 2025, entendendo isso como “boas notícias” para todos, para as senhores e senhores deputados, para os açorianos, para quem produz uma vez que isso leva a uma maior riqueza no âmbito alimentar, reiterando também que a Região só criará riqueza se produzir alimentos.

De seguida, toma da palavra o Deputado Francisco Lima (CH), referindo que, de acordo com o relatório n.º 7 do Tribunal de Contas, uma das entidades que mais deve a 31 de dezembro de 2023 é o Gabinete do Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, no valor de 2.674.698,87€. Nesse sentido, questiona se o Secretário Regional já tem parte dessas dívidas regularizadas uma vez que apenas três entidades deviam mais do que um milhão de euros, nomeadamente a IROA, a Associação Agrícola da Ilha Terceira e a Associação Agrícola da ilha das Flores.

Relativamente aos caminhos agrícolas, começa por referir que todas as ilhas estão com graves problemas nesse sentido. Neste sentido, questiona qual é o critério de prioridade, por ilhas, em relação aos caminhos agrícolas, salientando que a verba destinada a esse fim não é suficiente para todos os caminhos da Região nem haverá capacidade de execução.

Em relação à Marca Açores, o Deputado Francisco Lima questiona o porquê da variação negativa 26% destinada ao ano de 2025.

Quanto à promoção do associativismo, ressalva e enaltece a quebra de 26% para o ano de 2025, questionando se essas associações estão menos dependentes e já dispõem de fundos próprios ou se é efetivamente um aperto financeiro.

Por último, e em relação ao Observatório Agroalimentar, refere que houve uma redução para 30.000€ quanto que em 2024 o valor fixado era de 100.000. Neste sentido, questiona se o Observatório Agroalimentar vai custar menos dinheiro, se o valor previsto para 2024 foi executado e, por consequência disso, apenas serão necessários os 30.000€ para o ano de 2025.

Em resposta, o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação começa por esclarecer que a dívida dos 2,7 milhões de euros encontra-se totalmente paga, não havendo qualquer dívida pendente.

Relativamente aos caminhos agrícolas, refere que estão previstas intervenções em todas as ilhas dos Açores, mas que a IROA e os Serviços Florestais fazer uma avaliação e análise técnica tendo



em conta aquilo que é o grau de degradação dos caminhos, tendo em conta aquilo que é o historial de investimento nos caminhos, tendo em conta aquilo que são as necessidades de produção e tendo em conta aquilo que são os perímetros de ordenamento agrário. Salienta também que os perímetros de ordenamento agrário foram instalados em todas as ilhas, algo que anteriormente não acontecia, representando atualmente 23% do território regional, o que obriga ao investimento em caminhos agrícolas. Sobre este assunto, esclarece ainda que o grau de degradação dos caminhos agrícolas do Pico e São Miguel obrigou a uma rúbrica própria, porque de facto existe uma degradação muito maior resultante daquilo que são os temporais que assolam os Açores. Por esquecimento, o Secretário Regional refere que faltou mencionar o Caminho dos Remédios, que também será alvo de intervenção na ilha de São Miguel.

Quanto a questão do associativismo, esclarece que o apoio às associações resulta muito daquilo que é a manifestação de investimento do próprio associativismo. Continua referindo que o associativismo nos Açores faz muito bem o trabalho que o Governo Regional não faz, nomeadamente através de trabalho de aconselhamento, técnico, no âmbito da alimentação, no âmbito do tratamento veterinário, no âmbito do melhoramento das pastagens, trabalho esse reconhecido pelo Governo Regional. Sobre este assunto, refere ainda que os grandes projetos do associativismo resultam de menos ou mais trabalho técnico de campo tendo em conta aquilo que é a perspetiva de trabalho, não devendo o associativismo deixar de executar esse trabalho imprescindível. Conclui, afirmando que o associativismo com maior proximidade do agricultor faz um melhor trabalho que efetivamente o Estado faz, deixando assim a sua posição bem clara quanto a este assunto.

Relativamente ao Observatório, ação inserida no Plano de Resolução e Resiliência, refere que está dotado com uma verba de 200.000€, e que está em fase final de instalação, apontando como data de conclusão da mesma o dia 31 de dezembro de 2024. Esclarece ainda que este Observatório é unicamente composto por programas informáticos, já adjudicados, no valor de 200.000€ e que serão fundamentais para perceber a formação dos preços em todas as ilhas e em várias áreas de produção. Além disso, o Secretário Regional salienta a importância de, a partir de agora, ser possível facultar acesso quer ao Governo Regional, quer à Comissão Europeia, quer ao Parlamento Regional, quer o Parlamento Europeu, quer o Parlamento Nacional dados de quebras de produção, do aumento dos custos de produção de um determinado produto agroalimentar e daquilo que é a receita geral da agricultura dos Açores até por fatores. Remata que os 30.000€ incluídos no Plano e Orçamento para 2025 estão destinados à fase final dos trabalhos implementados e necessários à instalação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Em réplica, o Deputado Francisco Lima (CH) solicita novamente uma explicação para a redução da dotação em 26% referente à Marca Açores. Quanto à questão da reconversão do leite para carne, questiona se não haverá um perigo nessa ação, dando o exemplo da ilha Terceira, onde mais uma fábrica de lacticínios irá abrir, correndo o risco de não haver matéria-prima para as fábricas laborarem. Conclui, afirmando que a capacidade industrial instalada tem que ser satisfeita através de matéria-prima, algo que se faltar, poderá criar um problema, na sua opinião.

Em resposta, o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação começa por esclarecer que a descida da dotação relativamente à Marca Açores deve-se ao fim de alguns dos arrendamentos que passaram para os Serviços de Desenvolvimento Agrário, nomeadamente no caso de São Miguel. Posto isto, esclarece também que esta diminuição da dotação não significa uma diminuição da promoção da Marca Açores com a diminuição da presença nesses eventos, mas sim um corte de despesa relacionado com arrendamento do espaço comercial.

Relativamente à questão da reconversão, o Secretário Regional refere que é algo que continuará a acontecer uma vez que apresenta um papel que muito além do papel económico. Salaria que a reconversão é muito dirigida para agricultores que têm já alguma idade avançada e para agricultores que têm problemas e doenças, realçando o esforço associado à atividade agrícola. Refere ainda que este processo de passar para uma atividade com menos esforço como é a desejado por muitos agricultores, permitindo que continuem a auferir de um rendimento, referindo ainda que a produção de carne bateu recordes de preço pago ao fornecedor. Salaria ainda que há comerciantes de Portugal, de Espanha à procura de animais nos Açores atendendo também à ao facto de a exportação para Israel ter voltado a abrir, o mercado para Marrocos ter voltado a abrir e as doenças existentes em Portugal e a seca levaram ao abate de alguns rebanhos cerca de algumas manadas, cerca de 25% da manada, outras 50% e, portanto, remata que a carne está em ascensão.

Quanto à produção de leite, refere que o facto de desaparecerem produtores não significa que a produção de leite tenha vindo a diminuir, justificando com isso a concentração das explorações, proporcionado uma grandeza parcelar e produtiva, realçando ainda que não existe o risco da escassez da matéria-prima como leite.

Por último, conclui afirmando que esta reconversão tem um aspeto muito social, retirando os produtores de uma atividade mais exigente para uma menos exigente, mas sem deixar que estejam na agricultura e sem deixar que obtenham rendimentos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

De seguida, e tomando da palavra o Deputado Paulo Silveira (PSD), refere a sua satisfação quanto aos investimentos a realizar nos caminhos agrícolas de todas as ilhas dos Açores bem como a ultrapassagem de todos os constrangimentos para a obra do Matadouro da ilha de São Jorge, que também se iniciou, ressaltando essa obra como uma mais-valia para a fileira da carne da ilha de São Jorge. Questiona ao Secretário Regional quais foram os benefícios diretos que o apoio de 3,5 cêntimos por litro de leite tem trazidos até agora, particularmente aos produtores de leite da ilha de São Jorge.

Em resposta, o Secretário Regional António Ventura começa a sua intervenção afirmando que, para aumentar a produção de leite em São Jorge e atendendo às quebras de produção de leite, implementando várias medidas, medidas essas, consideradas medidas de sucesso e com o foco no sucesso dos produtores.

Refere também que o apoio implementado tinha como objetivo que o leite produzido em 2023 acrescesse a todo o leite produzido em 2023 e que todo o leite produzido em 2024 acrescesse a todo o leite produzido a 2023, correspondendo o aumento de 3,5 cêntimos a 29.238,17€ em 2023 e 106.587,09€ em 2024. Realça ainda o aumento da quantidade de leite produzida de 1.17%, comparativamente aos últimos dados disponíveis (de janeiro a setembro de 2023). Além deste apoio, refere também a criação de uma ação própria nos anteriores planos, que é BOVILEITE de São Jorge, com ações de formação para a produção de leite, do qual participaram muitos produtores de leite.

Ainda em relação à ilha de São Jorge, refere que uma das medidas claras de apoio aos produtores de leite foi o fim dos rateios, totalizando cerca 50.000€ anualmente. Destaca ainda outra medida de apoio nomeadamente ao apoio à armazenagem do Queijo de São Jorge que em 2020 era 749.645€, tendo passado para 950.447€ em 2021 (+200.502€) e para 960.185€ (+210.000€), afirmando que os fins dos rateios estão associados a estes aumentos significativos.

Por último, o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação conclui que o fim dos rateios do armazenamento do queijo São Jorge, o fim dos rateios no âmbito do POSEI e do Pró Rural +, o acréscimo 3,5 cêntimos e a formação profissional do BOVILEITE permite a que, neste momento, São Jorge tenha o leite mais bem pago ao produtor de Portugal, estando o preço base em torno dos 49 cêntimos por litro e o preço recebido em torno dos 51/52 cêntimos por litro, parabenizado os produtores de leite de São Jorge.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

De seguida, toma da palavra o Deputado António Lima (BE) que, considerando a cedência de um recente apoio a uma cooperativa da ilha do Faial, questiona se estão previstos outros apoios da mesma tipologia para outras eventuais cooperativas. Questiona ainda o que justifica este apoio e não justifica outros apoios no passado, ou seja, que critérios estão subjacentes a esta decisão que não se aplicaram, por exemplo, no caso da Cooperativa da Ilha Das Flores.

Em segundo lugar, refere que tem sido, de forma até algo surpreendente, reintroduzido no espaço público regional o debate sobre o cultivo de organismos geneticamente modificados nos Açores. Neste sentido, refere que gostaria de perceber, em primeiro lugar se está nos planos do Governo a alteração à legislação que regula esta matéria nos Açores, que data de 2012 e que proíbe o cultivo de forma genérica, embora com uma exceção que diz respeito aos ensaios de cultura. Questiona ainda se existem neste momento ensaios de cultura e quem os promoveu.

Relativamente a outra questão, o Deputado António Lima refere que finalmente está previsto no Plano medidas relativamente ao controlo de pragas, defendendo que este é um assunto que merece naturalmente atenção, mas merece a atenção com base científica e não uma atenção com base na percepção que as pessoas possam ter, referindo existirem estudos científicos sobre esta matéria. Neste sentido, o Deputado António Lima refere que gostaria de perceber que o que é que está previsto pelo Governo Regional e que base científica essas medidas têm. Refere ainda ser necessário que haja efetivamente medidas para ajudar os agricultores a não terem prejuízos derivados a pragas ou até do efeito da vida selvagem, dando o exemplo que está a ser utilizado na produção de vinho, com a colocação de redes para proteger as uvas e que está a ser visto com sucesso.

Em resposta, o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação refere que a questão das cooperativas levava a um grande debate que, na sua opinião, é importante, no sentido de esclarecer qual é que é a visão sobre as cooperativas aliás ressaltando que os apoios às cooperativas sempre foram atribuídos por vários governos. Refere ainda que o Governo Regional considera que as cooperativas um papel social, referindo que basta recordar que nesse período difícil vivido da COVID-19, foram as cooperativas que serviram de instituições de crédito e de instituições de solidariedade social, apoiando os seus produtores.

O Secretário Regional refere que o apoio atribuído à CALF – Cooperativa Agrícola de Laticínios dos Açores - e a outras cooperativas que vão ser atribuídos apoios têm por base o facto de que as cooperativas laboram produtos que mais ninguém labora, referindo as qualificações comunitárias - DOP E IGP.



Por outro lado, esclarece que a cooperativa, uma garantia atual e de futuro que vai existir, é sempre uma junção de produtores e é sempre um garante de segurança do produtor na entrega e de transformação de leite, enquanto o privado, de um momento para o outro pode terminar a atividade.

Relativamente à Cooperativa Ocidental, o Secretário Regional esclarece que foram os produtores que quiseram e decidiram terminar com a sua produção de leite.

Refere ainda que os 11 produtores, em duas reuniões, manifestaram perante o Governo, ou seja, perante o Secretário da Agricultura, queriam terminar com a sua produção de leite porque havia leite em atraso, problemas com a construção de ETAR e esclarece que foram eles que pediram a reunião e quiseram um programa para a reconversão para a carne.

Saliente que o Governo Regional não pode estar insensível àquilo que é a manifestação da vontade dos produtores frisando que o Governo não fecha cooperativas, mas são os produtores que decidem se querem continuar.

Sobre esta questão, conclui que a diferença de critérios tem a ver com, por um lado, nas Flores foram os produtores que assim manifestaram esta vontade de encerrar a atividade, enquanto por outro, as outras cooperativas querem continuar com projetos de investimento, dotando-se de uma abrangência social que mais num privado tem na mesma dimensão. O Secretário Regional esclarece que não diz que os privados também não têm aqui uma função social porque a têm, porém afirma que as cooperativas têm ainda mais uma função social e de segurança na existência e na laboração dos produtos.

Relativamente à questão dos Organismos Geneticamente Modificados, o Secretário Regional refere que não há qualquer alteração na legislação em vigor, aprovada em Assembleia Regional em 2012, que dá a designação dos Açores livres de região de Organismos Geneticamente Modificados, afirmando também que não tem conhecimento de ensaios de cultura.

Quanto ao controlo de pragas, esclarece que é um tema importante e refere que existem duas ações a ocorrerem em paralelo, sendo uma de sensibilização e outra de distribuição de raticida, salientando o acréscimo de 150% para 2025. Refere que já é a segunda vez que se abre em todas as ilhas a distribuição gratuita de rodenticida, esclarecendo que na Graciosa e em São Jorge, há uma desratização rua a rua, a distribuição em São Miguel é através das juntas de freguesia e também pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário e nas outras ilhas através dos serviços de desenvolvimento agrário.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Secretário Regional refere ainda que o Governo irá optar por avançar para ações mais práticas, optando por operacionalizar nas outras ilhas em determinados locais ou em outras situações, aquilo que é uma desratização rua a rua.

Continua a sua intervenção referindo que há vários critérios a ter em conta relativamente às aves e relativamente ao ambiente, sendo critérios que nos anos 80, quando se fez uma desratização, não se tinham em conta, concluindo que isto tem de estar a ser preparado com os vários departamentos do Governo para que se possa ser eficaz e responsável.

Ainda em relação à problemáticas dos ratos, o Secretário Regional refere que a maior responsabilidade do combate aos ratos é de cada um de nós e se cada um de nós tiver a responsabilidade de levantar o rodenticida e tiver os devidos cuidados, daquilo que se aqui está nas redes sociais, daquilo que é anunciado na RDP e daquilo que é anunciado na RTP, obviamente haverá um combate mais eficaz. Anuncia igualmente que se procederá à realização de Censos logo após o final do ano de forma a auferir se a campanha publicitária de sensibilização teve o devido efeito ou não.

Sobre este assunto, conclui afirmando que é uma preocupação dos agricultores e suas associações e Federação Agrícola, que ataca em especial a cultura do milho e que é essencial para a energia alimentar animal sendo por isso um assunto que merece um aumento de 150%.

Para as Vinhas, salienta que o Governo Regional irá testar um novo modelo nas 3 regiões demarcadas, ou seja, Pico, Graciosa e Biscoitos, que tem a ver com a utilização de falcoaria, prática já utilizada no continente, que consta na tentativa de afugentamento das aves tidas como pragas e que prejudicam a cultura da vinha, com o objetivo de diminuir os prejuízos associados.

Não havendo mais inscrições na primeira ronda de questões, deu-se por encerrada a mesma e deu-se início à segunda ronda de questões, tomando da palavra a Deputada Patrícia Miranda (PS) referindo que não podemos esquecer o papel importante que tem a marca Açores na divulgação dos nossos produtos, porque é sabido que aquilo que produzido na Região é por si só excelente, mas o facto é que é necessário conseguir vender e transmitir essa imagem que daquilo que a Região tem e produz. Considerando a taxa de execução de 0% nesta rubrica desde janeiro a setembro de 2024 e que para 2025 haverá uma redução de 26% nos valores alocados a esta ação, questiona quais é que são as ações que vão ficar por implementar em 2025.

A Deputada Patrícia Miranda questiona ainda o que é que a passagem da marca Açores para a Secretaria da Agricultura e Alimentação trouxe de novo esta marca.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Por último, e considerando os patrocínios que a Marca Açores tem feito aos clubes desportivos, questiona quanto é que foi pago em 2024 a estes clubes, quanto é que vai ser pago em 2025 e quais é que são os critérios para selecionar as equipas.

Em resposta, o Secretário Regional defende que proceder-se a esta poupança é algo positivo uma vez que se traduz no Estado a retirar-se dos edifícios públicos para dar espaço ao setor privado que muito precisa, de facto, encontrar edifícios públicos. Reitera ainda que o dinheiro que era utilizado nas rendas, encontra-se disponível nesta mesma Secretaria e em outras, distribuídas por outras ações. Refere ainda que o Governo não irá deixar de executar nada relacionado com a Marca Açores afirmando que, pelo contrário, o Governo apostará ainda mais na promoção da região e divulgação dos produtos para o ano de 2025, destacando a presença da Região na OVIBEJA enquanto região convidada e de destaque, no Taste Azores Norte e nas presenças já habituais no Lisbon Food, Taste Azores Lisboa e a dinamização da campanha “Escolha o que é nosso”.

Clarifica ainda que, em 8 anos, a taxa de crescimento dos selos foi de 43,28% e a taxa de crescimento médio das empresas em 9 anos foi de 25,32%. Refere ainda que neste momento a Marca Açores contempla 305 empresas, 6421 selos, 6073 produtos alimentares, 59 não alimentares, 138 de artesanato, 11 de serviços, 39 estabelecimentos e um de florestas, afirmando com certeza de que a Marca Açores tem sido um sucesso e que o nome Açores é um nome que vende. Sobre este assunto conclui que a principal dificuldade por vezes é não ter quantidade para fornecer aquilo que é exigido, referindo que o que importa é valorizar aquilo que é o nosso produto, sendo eles valorizado pelo preço.

Quanto às equipas desportivas, o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação esclarece que há uma vontade de algumas equipas serem apoiadas pela Marca Açores, naquela que é a promoção e divulgação da mesma, referindo que o assunto está a ser estudo e que breve a Secretaria terá uma decisão sobre o assunto.

Em interpelação à mesa, o Deputado Carlos Silva (PS) refere que já não é a primeira vez que o Senhor Secretário tem manifestações de desrespeito para com aquilo que é dito pelos deputados e pelo facto de ser dito pela deputada Patrícia Miranda.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Em réplica à resposta do Secretário Regional, a Deputada Patrícia Miranda (PS) questiona, relativamente às rendas, se o senhor Secretário considera essas rendas como investimento. Questiona ainda se há ou não há apoios relativos à Marca Açores direcionados às equipas desportivas a serem pagos em 2024.

Em resposta, o Secretário Regional esclarece que o não pagamento de rendas reflete que o dinheiro é investido em outras áreas do programa 7. Relativamente aos apoios ao clube através da Marca Açores, o Secretário Regional esclarece que não disse que não existiriam apoios, mas sim que os mesmos estão a ser estudados e que a Secretaria necessita do enquadramento jurídico para a atribuição dos mesmos.

De seguida, toma da palavra o Deputado Francisco Lima (CH), que, segundo as afirmações do Secretário Regional sobre a classificação dos caminhos agrícolas pelos Serviços Florestais tendo em conta os vários critérios enumerados, questiona se isso é transparente, se há uma lista pública que possa facultar aos deputados quanto à classificação dos caminhos.

Quanto às cooperativas, recordando que o setor cooperativo leiteiro nos Açores esteve quase todo falido, questiona se há um risco para os produtores quanto às garantias de continuidade das cooperativas e o investimento privado.

Em resposta, o Secretário Regional refere que a Secretaria Regional tem na base técnica para elaboração daquilo que são os compromissos de investimento nas várias ilhas, relativamente àquilo que são as acessibilidades agrícolas, que cada vez menos são acessibilidades agrícolas e cada vez mais são “multiacessibilidades”, por conta do aumento do turismo e da circulação das populações locais circularem por lazer. Esclarece ainda que esta é uma preocupação que exerce uma pressão sobre essas acessibilidades e, portanto, há de facto uma análise técnica por parte dos Serviços Florestais, por parte da IROA onde se devem ser feitos os investimentos. Reitera que todas as ilhas serão alvo se investimentos neste sentido salientando que existem ilhas com maiores necessidades do que outras, não podendo o Governo Regional ficar insensível a esse facto.

Quanto às cooperativas, esclarece que o Governo já não faculta qualquer aval como também qualquer carta de conforto., clarificando que herdaram muitas cartas de conforto. Esclarece ainda que quando se referiu à garantia de continuidade das cooperativas, refere que último recurso,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

qualquer empresa, pode terminar de 1 dia para o outro sendo, por isso, preciso uma garantia que existe uma entidade que receba a matéria-prima (leite) nessas ilhas.

Refere que ainda há alguma irresponsabilidade nalgumas direções cooperativas e muito amadorismo, esclarecendo que a Secretaria Regional envia uma equipa técnica a algumas cooperativas para levantamento das necessidades atuais, das alterações de investimento técnico e de nova elaboração dos produtos, estando as cooperativas a cumprir e com confiança nas suas direções.

Refere ainda que, para quem governa a Região, que as cooperativas para além do aspeto económico, tem um aspeto muito social, não esquecendo que somos uma região produtora de leite e precisamos de uma entidade onde entregar o leite e somos cada vez mais reconhecidas em qualidade e excelência desse leite. Quanto ao setor privado, o Secretário Regional refere que em última análise, qualquer empresa muito privada pode fechar, mas a cooperativa que é dos produtores tem de se manter aberta para receber, destacando a garantia existencial de laboração.

Conclui a sua intervenção referindo que o Governo tem que ser sensível àquilo que é o papel das cooperativas - social e económica - e àquilo que foram os fatores externos que afetaram a sua existência e àquilo que é a vontade em cada ilha de ter ou não ter cooperativas.

Em réplica, o Deputado Francisco Lima (CH) questiona se o senhor Secretário mantém a confiança no setor privado, nomeadamente na parte dos laticínios das empresas privadas no setor agroindustrial, nomeadamente na parte dos laticínios.

Em resposta, o Secretário Regional esclarece que tanto mantém a confiança no setor “mais privado” que o mesmo setor privado pode concorrer ao PO2030, concorreu ao Plano de Resolução e Resiliência e ao PRO RURAL +, referindo inclusive que já lhes foram atribuídos vários apoios nesse sentido. Refere ainda que houve um aviso aberto no valor de 10 milhões de euros apenas destinado às agroindústrias no leite, tendo concorrido todo o setor privado, tendo sido atribuídos apoios igualmente, reiterando que não há qualquer limitação no acesso aos fundos comunitários. Conclui, reiterando o apelo à iniciativa privada uma vez que considera ser bom para toda a economia de todas as ilhas e regional.



Não havendo mais inscrições, o Presidente da Comissão deu por encerrada a presente audição ao Senhor Secretário Regional da Agricultura e Alimentação.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS:

<https://video.alra.pt/Asset/Details/2e113f00-e213-4732-a510-22d4016d67fd>

A Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dr.ª Berta Cabral, iniciou a sua intervenção referindo que a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas abrange um conjunto de áreas bastante diversificado e com uma importância estrutural na economia da Região Autónoma dos Açores, concentrando mais de 338,7 milhões de euros de investimento na proposta de Plano Regional Anual para 2025. Continuou referindo que neste investimento está incluída a prioridade crítica de execução dos vários investimentos do PRR em diversos setores da governação, mas estão igualmente contempladas várias outras ações fundamentais para a coesão social, económica e territorial da nossa Região.

Em sintonia com o Programa do Governo dos Açores, a Secretária Regional reiterou a intenção de manter a continuidade e a coerência das políticas públicas dos últimos anos, que, aliás, têm potenciado o crescimento da atividade económica há 40 meses consecutivos.

Quanto ao turismo, assumiu que o Governo Regional prosseguirá com uma política de investimento seletiva, atuando de forma pragmática e assertiva em pontos-chave da regulação, da cadeia de valor do setor e da qualificação do destino Açores.

Quanto à capacidade de atuação, sem artificialização e condicionamento do mercado, referiu que tem produzido resultados de excelência, não só como se comprova pelos registos em todos os indicadores de desempenho do setor, como também pelo reconhecimento nacional e internacional da Região como destino de alta qualidade, conforme foi possível verificar na semana passada no Azores Tourism Summit.

Mencionou ainda que a Região atingiu o Nível Ouro na certificação como «Destino Sustentável», pela Earth Check, e lembrou que o setor turístico representa hoje cerca de 17% do PIB, 16% do emprego e 20% do VAB a nível regional. Esclareceu também que serão investidos mais de 19 milhões de euros, visando um desenvolvimento turístico assente na sustentabilidade e colocando os residentes no centro de todo o processo de criação de valor.

Continuou a sua intervenção inicial assumindo uma aposta decidida na promoção internacional do destino, diversificando a conectividade aérea e potenciando o alargamento progressivo e



sustentado das operações das companhias que já voam para os Açores, realçando que é um caminho que tem dado frutos, dotando a Região de uma conectividade inédita a nível internacional, com mais de 30 rotas no verão IATA e 14 companhias a efetuar ligações para as nossas ilhas, permitindo que atualmente os mercados emissores estrangeiros representem cerca de dois terços da procura turística.

Anunciou, inclusivamente, a confirmação do reforço das ligações aéreas da Edelweiss, potenciando a chegada de mais turistas de mercados de elevado valor acrescentado do centro da Europa, em particular do suíço.

Do mesmo modo, refere que a Secretaria continuará a investir na mitigação da sazonalidade e na distribuição dos fluxos turísticos por todas as ilhas e por todo o território, com o objetivo fundamental de ter turismo todo o ano em todas as ilhas dos Açores.

Afirma que ficou bem documentado no estudo apresentado pela Ernest & Young, na semana passada, que a sazonalidade nos Açores está a ter uma tendência decrescente, pelo que importa continuar os esforços para a sua mitigação, tal como está patente no plano apresentado pela Visit Azores para o inverno IATA 2025.

Por outro lado, referiu que será mantida uma política de melhoria e disciplina do acesso e da visita aos pontos de atração turística mais procurados, como sejam as Furnas e as Sete Cidades, tal como foi feito para o Vulcão do Fogo.

Salientou, ainda, uma atenção à diversificação dos pontos de visita turística, potenciando uma circulação mais equilibrada de turistas pelo território, através do desenvolvimento de projetos e ações como as Rotas Açores, a Rede Regional de Percursos Pedestres e a Rede Integrada de Atividade de Natureza dos Açores.

A par de tudo isto, perspetivou o início dos trabalhos práticos de revisão do POTRAA e de construção do novo Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo dos Açores sendo através desta melhoria contínua e estruturada que será potenciada a valorização e a qualificação da oferta e a elevação qualitativa do destino e das experiências oferecidas a quem nos visita.

Afirmou, ainda, que se procederá à sequência, à organização e à dinamização de eventos e de ações de formação, abrangendo temáticas específicas, como o turismo inclusivo, o wellbeing e o património cultural.

Em suma, afirmou que é intenção sustentar o investimento para o desenvolvimento turístico com uma visão integrada de valorização do território e dos seus recursos distintivos, com benefícios tangíveis para quem cá vive e para quem nos visita.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Referiu que os transportes, à semelhança do que acontece anualmente, concentram a grande parcela de alocação de recursos públicos integrados na proposta de Plano Regional Anual para 2025, da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, mobilizando cerca de 130,6 milhões de euros.

Nos transportes aéreos, afirmou que se perspetivam investimentos superiores a 78 milhões de euros.

Disse ainda que o Governo Regional continuará a assegurar o contrato de Obrigações de Serviço Público para o transporte de passageiros interilhas, trabalhando simultaneamente num novo procedimento, a iniciar em 2026, tal como acontecerá, também, com a concessão das infraestruturas aeroportuárias da Região.

De forma a incentivar a mobilidade dos açorianos e estimulando o turismo interno, garantiu que se procederá à continuidade da «Tarifa Açores», complementada pelo “Passe Açores 9 Ilhas”, que muito em breve entrará em vigor, visando a mitigação da sazonalidade turística.

Afirmou também que os aeródromos da Região serão dotados de novas condições de operacionalidade, com a renovação da iluminação da pista do Pico; a elaboração de um novo projeto para Aerogare Corvo; a renovação da cobertura da aerogare de São Jorge; e o alargamento e ampliação da pista do aeródromo da Graciosa.

Na área dos transportes marítimos, a Secretária Regional disse que os investimentos nas nove ilhas ascendem a quase 50 milhões de euros, muitos deles ainda relacionados com a recuperação dos estragos provocados pelo furacão Lorenzo, com particular destaque para a construção do novo Porto das Lajes das Flores.

Afirmou ainda que existirão investimentos relevantes no Porto da Horta e no Porto de São Roque do Pico, bem como avanços definitivos para a construção do cais multiusos no Porto da Praia da Vitória.

A tudo isto referiu que se adiciona o investimento que continua a ser executado em diversos equipamentos, tendo em vista dotar os nossos portos de melhor eficiência e qualidade operacional. Importa sinalizar, igualmente, a entrada em vigor do novo contrato de serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas interilhas, com a Atlanticoline, com renovadas tarifários e requisitos de operacionalidade, que certamente trarão uma resposta cada vez melhor às necessidades da população e o surgimento de novas oportunidades em ilhas que não estão atualmente providas por este serviço.



Deixou também a referência à continuidade do SIFROTA, reforçando o papel de grande relevância que pode ter na dinamização do tráfego local e na renovação das frotas destes armadores.

Quanto ao tráfego local, referiu ser entendido como um meio fundamental para otimizar o modelo de transporte marítimo de mercadorias e para dinamizar e construir o mercado interno.

Relativamente aos investimentos que estão a ser feitos nos vários portos comerciais da Região e com os ajustamentos nas operações da cabotagem insular e do tráfego local, disse acreditar que se terá a muito breve prazo uma operação mais robusta, fiável e previsível, com escalas semanais em todas as ilhas dos Açores.

Por fim, nos transportes terrestres, assinalou o crescimento substancial do investimento, que ultrapassará os 6 milhões de euros, e que se relaciona, sobretudo, com a transição para os novos contratos de prestação de serviço para o transporte coletivo de passageiros, que já devia ter sido efetivado desde 2015.

Afirma que já estão em vigor os contratos relativos a Santa Maria, Pico, Flores e São Jorge – este último entrou em vigor este mês – aguardando o visto do Tribunal de Contas para os contratos de Graciosa e Faial.

Refere que seguir-se-ão os mais complexos – que estão na fase final da preparação dos procedimentos – e de maior dimensão, de São Miguel e Terceira, que já produzem efeitos nas dotações previstas para o investimento a realizar em 2025.

Realça a necessidade de não se negligenciar o evoluir dos grandes desafios a nível mundial e, em particular, os sinais económicos internacionais que nos chegam de países bem próximos de nós.

Refere que esta proposta de Plano foi construída com uma visão otimista e estratégica, mas assente na prudência e na consciência dos desafios que poderemos ter de enfrentar.

Afirma que a disrupção das cadeias de abastecimento e a complexificação dos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente podem ter impactos significativos nos mercados internacionais, com particular destaque para o setor da energia e dos transportes.

Por outro lado, afirma que os sinais políticos e de dificuldades na atividade económica em países como a Alemanha – que é um dos nossos maiores mercados emissores estrangeiros – poderá exercer vários efeitos na procura turística.

Conclui a sua intervenção inicial referindo que vivemos tempos muito desafiantes, onde é necessário atuar com cada vez mais responsabilidade na gestão dos recursos públicos e com flexibilidade para superar constrangimentos inesperados, estando certa das opções tomadas na



preparação deste Plano de investimentos e com os efeitos que poderão produzir no nosso desenvolvimento económico a curto, médio e a longo prazo.

Iniciando-se a primeira ronda de questões, toma da palavra a Deputada Marlene Damião (PS) referindo que a leitura feita pelo Partido Socialista de análise ao Plano e Orçamento para 2025 não é tão ambiciosa quanto a da Secretária Regional, referindo também que a sua ambição não tem a tónica de regular e proteger o setor.

Atendendo à constante escassez de mão de obra qualificada na região nos mais diversos setores, a Deputada refere que no setor do Turismo essa escassez afeta a qualidade dos serviços e a capacidade de atender ao crescimento turístico. Neste sentido, questiona se o Orçamento para 2025 contempla investimentos para a formação e qualificação dos profissionais do turismo nos Açores e, em caso positivo, qual o montante e respetiva calendarização.

Quanto ao planeamento, questiona quanto tempo será necessário aguardar pela revisão do PDTA, antigo POTRAA, um dos documentos mais relevantes para o equilíbrio do crescimento turístico nos Açores, considerando as constantes alterações relativas aos trâmites legais. Tendo em conta o alargado prazo de execução de 22 meses, refere ainda que dificilmente será alvo de análise num curto espaço de tempo.

Por último, refere que em outubro de 2023 a Ryanair reduziu para quatro ligações por semana entre o continente e os Açores, provocando impacto no inverno IATA. Assim, questiona qual a situação prevista para o inverno IATA para o próximo ano e quais são os planos futuros para fortalecer a presença da Ryanair nos Açores e garantir que essa parceria continue a beneficiar a economia local e o turismo.

Em resposta, a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas esclarece que, em relação à questão da mão de obra qualificada, que é algo que está inscrito na Secretaria Regional da Qualificação Profissional. Continua esclarecendo que há um conjunto de formações previstas, a escola hoteleira, infraestruturas instaladas para esse objetivo e apoios às empresas no âmbito da contratação, rematando que os planos de formação não constam da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, estando a qualificação profissional sob a sua própria tutela.

Quanto à revisão do POTRAA, tendo como nova nomenclatura PDTA, refere que a mesma faz parte da Resolução do Governo do mês de setembro em que, de acordo com o cronograma



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

apresentado pelas pessoas credenciadas, são necessários 22 meses, onde estão contempladas todas as etapas que a revisão do plano indica. Afirmo ainda que estão preparadas as peças de procedimento com vista ao lançamento de um concurso de contratação pública de um consultor que irá acompanhar toda a revisão estando, também esta Secretaria a receber informação quanto aos representantes das entidades envolvidas para a constituição da Comissão.

Em relação à Ryanair, refere que a companhia entendeu por razões internas, operacionais, de competitividade e de slots no aeroporto de Lisboa, reduzir a sua operação no inverno. Refere ainda que este acerto foi contratualizado pelo período de dois anos e que o Governo não pode mandar nas empresas, sendo exemplo também disso a EasyJet e a Delta Airlines. Esclarece ainda que as companhias aéreas nacionais colmataram e recuperaram os voos durante o período de inverno, resultante da redução dos voos da Ryanair.

Em réplica, a Deputada Marlene Damião defende que, em relação à formação da mão de obra, devem existir sinergias entre as tutelas em temas que são comuns. Afirmo ainda que a redução de vários milhões de euros na rubrica da formação e qualificação profissional compromete a qualificação do setor profissional na área do turismo.

Quanto à Ryanair, afirmo haver alguma contradição uma vez que a redução de slots ocorre no verão e não no inverno e que a Ryanair aumentou o número de slots no aeroporto de Lisboa durante o inverno.

Atendendo à necessidade de planear, salienta a importância de aprender com os bons modelos e exemplos e é nesse sentido que, pegando no bom exemplo da Islândia, questiona se acha que o POTRAA seja antecipado em termos de previsão.

Em resposta, a Secretária Regional reitera que a Secretaria Regional não apresenta qualquer verba destinada à qualificação profissional, estando sim na devida tutela. Quanto à questão das slots e das taxas, refere que durante a negociação, a Ryanair colocou em cima da mesa sucessivamente “desculpas” pelos quais não queria continuar a ter a operação que tinha antes.

Relativamente à revisão do POTRAA e do PDTA, refere novamente que existe um cronograma e legislação a serem respeitados. Esclarece ainda que o PEMTA é do interesse estratégico do Governo Regional uma vez que é nele que estão presentes as direções e orientações estratégicas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

De seguida, toma da palavra o Deputado António Lima (BE) que, relativamente aos transportes coletivos terrestres, afirma que este setor se está a degradar cada vez mais, nomeadamente com “autocarros a caírem de podres” a circular nas estradas dos Açores, afirmando ainda que isso deveria preocupar o Governo. Nesse sentido, questiona o que fará o Governo Regional no próximo ano de forma a melhorar os transportes coletivos terrestres dos Açores no imediato.

Quanto ao transporte aéreo, referindo que a SATA Internacional opera nas gateways Pico, Faial e Santa Maria, questiona se o Governo Regional está satisfeito com os nove milhões de euros previstos no Orçamento de Estado e quando será lançado o devido concurso.

Relativamente ao processo de privatização da SATA Internacional, diz que gostaria de perceber em que ponto de situação se encontra esta situação e se o concurso está anulado ou não. Deixa ainda uma nota de preocupação pelo facto de a SATA Internacional continuar a criar rotas num contexto extremamente difícil e continuando a recorrer ao “ACMI”.

Em resposta, e relativamente à questão dos transportes terrestres, a Secretária Regional afirma que a situação está a evoluir, reiterando a possibilidade de se afirmar que nada foi feito nesse sentido. Esclarece que todas as ilhas já dispõem de contratos de prestação de serviços, aguardando apenas o visto do Tribunal de Contas quanto às ilhas do Faial e Graciosa.

Relativamente às exceções das ilhas de São Miguel e Terceira, a Secretária Regional esclarece que são as situações mais complexas uma vez que se trata de concursos muitíssimos complexos, dado que as pessoas já se encontram habituadas aos diversos circuitos, dificultando assim o processo de acrescentar e melhorar esses serviços.

Reitera uma vez mais a complexidade de todo o processo, afirmando que a Secretaria Regional se encontra a trabalhar com consultores e advogados especializados de forma a colocar tudo isto em forma de concurso, estando o mesmo na ponta final e em vias de ser lançado. Refere ainda que já se encontram previstas verbas para a implementação do novo sistema de prestação de serviços em São Miguel e Terceira.

Continua referindo que o novo regime de transportes coletivos de passageiros já existe desde 2015, nunca antes tendo sido alvo de uma adaptação à Região Autónoma dos Açores, salientando que é algo que agora está em execução.

Relativamente ao Decreto Legislativo Regional, afirma que se está a fazer a regulamentação, relembrando que em 2014 uma proposta idêntica foi apresentada pelo Partido Socialista, tendo



sido rejeitada por todas as bancadas. Conclui, salientado ainda a dificuldade em definir a regulamentação considerando os mais diversos fatores e variáveis associadas.

Em réplica, o Deputado António Lima (BE) refere primeiramente que grande parte das questões relacionadas com a SATA não foram respondidas, salientando também a questão do enquadramento legal dos concursos e concessões e a questão da melhoria do serviço, nomeadamente os tipos de autocarros utilizados e sua evolução, modernização, descarbonização, segurança e conforto. Relativamente à questão da melhoria do serviço, refere que nada disso está a ser resolvido neste momento, defendendo que o primeiro passo devia ter sido resolver a questão da ilha de São Miguel por ser o mais complexo e porque tem o maior número de passageiros e onde existem mais problemas associados.

Refere ainda que uma das razões pela qual as pessoas não utilizam os transportes públicos terrestres, além da falta de qualidade, é o preço, apontando como um ganho para as pessoas e para a região que se proceda à redução dos preços e ao devido investimento nesta oferta.

Em resposta, a Secretária Regional refere que duas formas de olhar para o problema, defendendo que, na sua ótica, é preferível aprender com os processos menos complexos para que depois haja a experiência para avançar para os mais complexos, afirmando que foi decisão que está a dar resultados.

Em relação à questão do estado das frotas, a Secretária Regional esclarece que se ainda não foi lançado o concurso, não se pode exigir aos operadores atuais que façam investimentos sem saber o vencedor do concurso. Afirma ainda que, em relação à questão do preço, que inicialmente avançou-se com viagens gratuitas para o primeiro e segundo escalão, tendo sido necessário posteriormente fazer limitações e restrições uma vez que não era possível generalizar sistematicamente todas as ilhas aos três operadores, valendo sempre como um processo de aprendizagem.

Em relação à questão da SATA, refere que a situação das Obrigações de Serviço Público (OSP's) é o que mais preocupa a Secretaria Regional lembrando que as mesmas não são cofinanciadas com deveriam ser. Relativamente às gateways da Horta, Pico e Santa Maria, além do número mínimo de voos, afirma que se prevê também um limite de 268 euros por tarifa, uma vez que nas OSP's, não se pode ultrapassar o dobro da tarifa de residente (134€). Continua a sua intervenção, referindo que, no momento de abertura das OSP's, não houve qualquer concorrente além da SATA, tendo esta apresentado um valor pelo qual 9 milhões de euros não seriam suficientes. Desta



forma, refere que o que está previsto é manter os 9 milhões de euros e retirar o CAP das 3 gateways e aí conformar eventualmente o valor das OSPS com aquilo que está no orçamento de Estado.

Em relação aos auxílios de Estado, refere que não se perderam que já não se podia dar auxílios de Estado, tendo os últimos sido devolvidos pela SATA, independentemente do processo de reestruturação.

Quanto à privatização, refere que a mesma está a ser avaliada pelos advogados quanto à circunstância de ter de ser o Conselho de Administração a tomar essa decisão, ressalvando que a providência foi ganha e que não é a Secretaria Regional que tem a competência para avaliar o concurso que está a decorrer.

Não havendo mais inscrições na primeira ronda deu-se por encerrada a mesma, iniciando-se de seguida a segunda ronda de questões. O Deputado Mário Tomé (PS) tomou a palavra para abordar a dificuldade de mobilidade aérea de e para a ilha do Pico, citando ocorrências recentes, especialmente nos dias 30 e 31 de outubro e 1 de novembro, quando foi impossível sair ou chegar à Ilha do Pico. Ele destacou a importância do aumento dos fluxos turísticos para a ilha do Pico e a Tarifa Açores, que veio permitir uma maior mobilidade dos açorianos. No entanto, mencionou que a estratégia da SATA em relação a esses fluxos e o ajuste da oferta à procura existente são insatisfatórios e não correspondem às expectativas dos empresários e da dinâmica empresarial do Pico.

O Deputado observou que havia uma grande expectativa entre os empresários do Pico quanto a uma mudança de paradigma devido à evolução dos voos interilhas e das ligações diretas para Lisboa. No entanto, a redução das ligações diretas para Ponta Delgada de 16 para 7 no verão IATA é insuficiente. Ele concluiu que são as pessoas e os empresários do Pico que reclamam, e que a SATA precisa ajustar a oferta à procura e desenvolver uma estratégia adequada para a ilha do Pico.

Continua a sua intervenção referindo que a Secretária Regional não abordou a ampliação da pista do aeroporto, uma obra que considera fundamental para a ilha do Pico, rematando que o Pico é a terceira economia dos Açores devido aos muitos investimentos realizados, bem como a um setor empresarial arrojado e decidido.

Quanto aos transportes marítimos de mercadorias, o SIFROTA, refere que o mesmo veio permitir uma questão importante para os empresários do setor marítimo a fim de melhorarem as suas condições de segurança das embarcações e do transporte de mercadorias. Salientando a



importância de os empresários não poderem esperar onze meses pelos pagamentos dos apoios afetos às candidaturas do SIFROTA, questiona quando é serão pagas as candidaturas aprovadas em dezembro.

Em resposta, a Secretária Regional começa por esclarecer que os apoios do SIFROTA só ainda não foram pagos considerando a queda do Governo e a consequente inexistência do orçamento, salientando que apenas com migração dos duodécimos para o presente ano seria possível a sua concretização. Refere ainda que o Governo procedeu ao início dos pagamentos a partir do fim de julho do corrente ano.

Esclarece também que apenas existem vinte e dois processos aprovados, estando estes a seguir o seu curso normal e processados por parte da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

Relativamente à questão dos voos, a Secretária Regional refere que reconhece e acompanha o crescimento da ilha do Pico salientando que é uma ilha com grande capacidade de crescimento, com uma oferta adequada ao tipo de destino, que apresenta uma grande promoção nos mercados emissões e com qualidades empreendedoras assinaláveis.

Quanto à questão dos voos, assume que se notaram constrangimentos associados também às características e necessidade de manutenção da frota dos aviões da SATA. Relativamente ao ano de 2025, refere estar convencida que a SATA não conseguirá fazer um verão com o mesmo número de aeronaves deste verão. Considerando a possibilidade do “ACMI”, pese embora ser uma decisão da SATA, a Secretária Regional afirma que no verão do próximo ano será necessário um reforço para evitar constrangimentos.

Quanto ao número de ligações interilhas, refere que serão feitos os ajustamentos necessários, relembrando que dentro das regras que estão predefinidas de loadfactor, os pedidos de voos extraordinários são automaticamente autorizados.

Relativamente à questão da ampliação da pista do aeroporto da ilha do Pico, refere que os valores contemplados são referentes a obras que estão a decorrer na aerogare e de sinalização, não havendo condições para o início da obra até 2025. Refere ainda que, de acordo com um estudo apresentado, cujo referia que haveria melhorias significativas considerando a existência de obstáculos à pista, nomeadamente de um morro, não era exequível o avanço do mesmo.

A Secretária Regional esclarece ainda que foi solicitada uma reavaliação a esta situação, tendo sido apresentado como possibilidade a rotação do eixo da pista. Quanto a esta possibilidade,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

esclarece que os consultores estão a fazer essa avaliação e que irão apresentar os valores estimados para esta possibilidade, sendo para isso necessário uma nova contratação pública.

Em réplica, o Deputado Mário Tomé (PS) refere que não pode concordar com a Secretária Regional quanto à opinião sobre o Plano e Orçamento da Região aprovado uma vez que o mesmo foi aprovado em julho, e estando já a correr o mês de novembro, rematando que apenas recentemente foi pago ou despachado para processamento do SIFROTA. Refere ainda que os apoios poderiam ter sido pagos mais celeremente de forma a aliviar os empresários.

Quanto aos navios elétricos, diz que gostaria de saber se o Governo vai fazer uma reprogramação e o que é que o Executivo tem planeado relativamente a este assunto.

Em resposta, a Secretária Regional refere, em relação aos navios elétricos, que os mesmos estão à responsabilidade da Atlanticoline, pese embora a tutela do Governo Regional sobre o assunto, esclarecendo que houve dois concursos desertos.

Refere ainda que neste momento está a ser aberto um terceiro concurso, sabendo da corrida contra o tempo a contar para o fim dos prazos do Plano de Resolução e Resiliência. Refere também que não compete ao Governo Regional fazer a reprogramação, mas sim dizer o que pretende quando se procede a uma reprogramação.

Remata, afirmando que existe muita vontade que os navios elétricos sejam uma realidade para fins de modernização de frota, da descarbonização e para disponibilização de meios para outras operações.

Iniciando-se a terceira e última ronda de questões, o deputado José Ávila (PS) começa a sua intervenção referindo que o Governo Regional revogou o concurso público para a concessão das Termas do Carapacho que tinha sido lançado em novembro de 2023, no qual apenas um dos três concorrentes foi considerado elegível pelo júri do concurso, e, por sua vez, o concorrente acabou por recorrer judicialmente da decisão e vencido o processo. Nestes termos, o Deputado refere que gostaria de saber a posição do Governo Regional sobre esta matéria uma vez que não convém mais impasses quanto a um ponto turístico que ajuda a combater o problema da sazonalidade na ilha Graciosa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Sobre o transporte marítimo de mercadorias pergunta se o Governo Regional aumentará as frequências para Santa Maria, Flores e Graciosa, utilizando os navios da cabotagem insular ou se vai complementar esse serviço com embarcações do tráfego local.

A deputada Marlene Damião inicia a sua intervenção reiterando a estranheza em não encontrar contemplado no plano de turismo a valorização dos recursos humanos e a necessidade de qualificar os recursos humanos do setor.

Considerando a intenção de se proceder à intervenção na zona das Furnas, mas também -nas Sete Cidades, através da criação de varandas, questiona qual é a previsão da execução da medida e se foi realizado algum estudo que comprove que ela irá preservar a qualidade da experiência turística e o equilíbrio desta área.

Questiona ainda se, para além dos pontos turísticos de visitação mais procurados, e considerando que é necessário acautelar a preservação ambiental e a gestão de recursos em áreas costeiras populares, como por exemplo, a Caloura e a água de Alto, se tem alguma medida considerada para gerenciar a crescente pressão turística nestas zonas e garantir, desta forma a sustentabilidade ambiental e a qualidade de experiência que se pretende tanto para os residentes como para os visitantes.

Iniciando a sua intervenção, o Deputado Luís Leal (PS) questiona se, em caso de não alcance relativamente aos navios elétricos, está o governo regional aberto ou não para reprogramar os montantes previstos e alocá-los   eventual descarbonização dos transportes terrestres dos passageiros.

Relativamente à via Vitorino Nemésio, questiona quando irá o Governo Regional realçar a sinalização horizontal considerando a preocupação com o elevado risco de insegurança rodoviária atendendo à falta da devida sinalização, designadamente o tracejado.

Continua a sua intervenção referindo que o valor inscrito para beneficiação e pavimentação das estradas regionais é de 405 mil euros   irrisório, questiona se este valor será alocado ao prometido quanto ao asfaltamento da via alternativa   estrada de via alternativa   estrada da Serreta.

Questiona ainda o porquê de se ter parado os trabalhos de intervenção provisória na estrada da Serreta que liga aos Altares.

Em resposta às questões apresentadas, a Secretária Regional começa por esclarecer que, em relação às Termas do Carapacho, tratou-se de um concurso de pr -qualificação, onde o interesse



termal de saúde estava em primeiro lugar, tendo sido essa a justificação para a abertura de um concurso de pré-qualificação de forma que houvesse proposta e concorrentes robustos que fossem ao encontro do interesse do local destinado à saúde. Refere que, de facto, o júri considerou que a proposta do único candidato elegível não era tão robusta por variadíssimas razões. Sobre este assunto, a Secretária Regional refere que a única coisa que move o Governo Regional neste sentido é ter uma boa solução para as Termas do Carapacho orientada para a saúde e que isso se reflita num bom produto para a ilha Graciosa em termos turísticos.

Relativamente à questão do transporte marítimo de mercadorias, a Secretária Regional refere que o primeiro passo a dar, já a partir do dia 1 de janeiro de 2025, é passar à periodicidade semanal para as ilhas que têm viagens quinzenais, sendo a Graciosa uma delas. Refere ainda que irá continuar a ir os navios de cabotagem, porque não há ainda no grupo central um navio que consiga, da parte do tráfego local, dar resposta a isso, enquanto em Santa Maria já há um navio no tráfego local, estando este tipo de serviços associados às obrigações de serviço público e ao número mínimo de toques e o preço fixado entre todas as ilhas.

Relativamente à questão da valorização dos recursos humanos, refere que são administradas algumas formações de sensibilização apesar de não estarem relacionadas a qualificação dos recursos humanos. Ainda no âmbito da valorização dos recursos humanos, refere que está em curso a obra, no âmbito das Obras Públicas, de construção e reconstrução do centro de qualificação profissional, também ao abrigo do PRR. Refere ainda que a valorização dos recursos é feita pelas escolas privadas e associações que existem ao nível da região ou através da escola hoteleira.

Quanto à zona das Sete Cidades, refere que é uma zona que já tem vindo a merecer atenção tendo já sido criados parques de estacionamento junto ao miradouro para a Lagoa do Canário e ao longo da estrada para veículos pesados, nomeadamente os autocarros de turismo. Salienta ainda que o portal do vento foi construído um para estacionamento junto ao miradouro das Sete Cidades e que se pretende valorizar toda aquela área, criando pontos de visita. Quanto ao miradouro da Vista do Rei, refere que é um projeto interno e que está a ser desenvolvido pelos arquitetos paisagistas e de projeto de forma que se criem as varandas ao longo da estrada até à Vista do Rei. Relativamente à pressão das zonas balneares, refere que a Secretaria Regional se encontra atenta à situação, porém refere que afirma não haver uma grande preocupação nesse sentido, nomeadamente da Caloura ou na praia de Água de Alto.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Por fim, e respondendo às questões apresentadas pelo Deputado Luís Leal (PS), a Secretária Regional refere que o Governo Regional se encontra obviamente disponível para propor qualquer reprogramação necessária relativamente à aquisição de navios elétricos, sendo já exemplo disso a reprogramação destinada às baterias por estas não conseguirem fornecimento em tanto tempo útil em algumas ilhas, situação denunciada pela EDA.

Relativamente à Via Vitorino Nemésio, a Secretária Regional refere que a sinalização horizontal, lancis e guardas estão previstos neste Plano visando fazer uma intervenção. Quanto às estradas regionais, refere que o que está contemplado é uma verba agregada que é delegada na Delegada de ilha para ir agindo e atuando em todas as estradas regionais que prioritariamente vai considerando que merecem uma intervenção.

Relativamente à estrada do Raminho, refere que é uma ação autónoma que está criada, estando o asfaltamento da estrada alternativa já adjudicado aguardando apenas a entrega de documentos para ser consignada. Conclui ainda que a outra intervenção está a decorrer e a grande intervenção, cujo concurso público também esteve a decorrer, está a terminar o prazo para entrega de propostas.

Terminadas as respostas por parte da Secretária Regional, o Presidente da presente Comissão deu por encerrada a sessão de audição à Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS:

<HTTPS://VIDEO.ALRA.PT/ASSET/DETAILS/2B21C265-940F-4275-B887-196A8BF35C25>

O Secretário Regional do Mar e das Pescas começa por referir a totalidade do investimento da Secretaria Regional do Mar e das Pescas, que ascende a 45 milhões de euros, dos quais 28 milhões correspondem ao desenvolvimento do Cluster do Mar dos Açores, projeto que se afirma como absolutamente estruturante para a região e até para o país e, onde se inclui a construção e equipamento do novo navio de investigação e a construção do centro experimental de investigação e desenvolvimento ligado ao mar (Tecnopolo MARTEC), no âmbito do PRR. Refere que estes instrumentos estão intimamente interligados com as restantes ações do plano, no que diz respeito a dar resposta aos compromissos da Região e a relação com a ciência no apoio à decisão.

Neste âmbito, salienta a ação 8.1, com quase 31 milhões de euros adstritos, relativa ao controlo, inspeção e gestão, onde se insere o cluster, já anteriormente referido, mas também um conjunto de projetos, como o POPA, o Plano Nacional de Recolha de Dados, os demersais, a relação e a



comunicação com a comunidade, em eventos como a Semana das Pescas, o Conselho Regional das Pescas, a participação nas reuniões ICCAT, entre outros. Refere que existem também um conjunto de novos projetos que visam precisamente dar resposta a desafios que o setor enfrenta como o lixo marinho, a recolha de dados, como o CIRCULAROCEAN, o SANIFISH, o FISMAR, o ECOMARIS, o ITUNNES. No que diz respeito à ação 8.2, que representa 13% no total do plano, relacionada com as infraestruturas de apoio às pescas, destaca-se o contrato programa com a Lotaçor, empresa parceira e estratégica para a Secretaria em todas as ilhas, que tem vindo a fazer um apurado e importante trabalho de recuperação e manutenção de um conjunto de equipamentos que são absolutamente fundamentais, para assegurar a sustentabilidade do setor. Em termos de frota e recursos humanos (ação 8.3), o Secretário Regional refere que existe um conjunto de apoios ao setor que se cifra em quase 2,3 milhões de euros, onde se inclui o FUNDOPESCA, parte do contrato programa com a Escola do Mar e ainda o sistema de incentivos ao setor da pesca financiado pelo PRR.

Salienta ainda a ação 8.4 – Produtos da pesca e aquicultura, o apoio às associações do setor, que são o “rosto” da secretaria e que ascendem a quase 1 milhão de euros, destacando como sendo importante dar o devido e necessário destaque ao papel associativo no setor das pescas, à disponibilidade destas organizações para, em coletividade, contribuírem para a resolução de problemas específicos das comunidades piscatórias. Afirmar também ser importante dar nota da proximidade do Governo Regional a estas formas de organização da comunidade piscatórias, auscultando-as e incluindo-as no processo de decisão. Finalmente, destaca a ação 8.5 com um valor de quase 1,3 milhões de euros para o regime de apoio e assistência técnica do MAR 2030, com especial relevo para as candidaturas ao regime de compensação aos operadores do setor das pescas e da aquicultura pelos custos adicionais de produção resultantes da agressão da Rússia contra a Ucrânia e ainda a aquisição de um pátio de varagem para o núcleo de pescas do porto da Horta. Ainda no âmbito desta problemática das infraestruturas de apoio às pescas, salienta um conjunto de obras que se encontram sob a gestão da Secretaria Regional da Mobilidade, Turismo e Infraestruturas, no projeto 9.31, que denotam bem a preocupação deste Governo Regional com a sustentabilidade do setor, dotando o setor, desta forma das melhores condições de segurança e operacionalidade, com a racionalidade que os dinheiros públicos exigem, passando de 412 mil euros para 1.702 mil euros, com especial enfoque no porto de São Mateus da ilha Terceira.

Conclui a sua intervenção inicial deixando a nota final para a verba relativa à melhoria de condições de segurança e operacionalidade das infraestruturas de pesca decorrentes da intempérie do furacão Lorenzo, no montante de 1 milhão de euros. Assim, relativamente às Pescas, reitera que o XIV Governo Regional dos Açores pretende investir quase 44,2 milhões,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ficando evidente aquela que tem sido a aposta deste Governo ao afirmar as Pescas como um setor de extrema importância para a Região Autónoma dos Açores.

Iniciando-se a primeira ronda de questões, toma da palavra o Deputado Mário Tomé (PS) começando por referir que esperava que o presente Plano fosse mais arrojado, atendendo ao facto de os desafios serem enormes.

Saúda a questão do Tecnopolo MARTEC, referindo que é um investimento de extrema importância para os Açores, para Portugal e até mesmo para o contexto europeu. Considera que é um projeto que trará mais-valias consideráveis para o meio Marinho dos Açores e para a nossa plataforma.

Depois, refere há questões neste plano que não estão explanadas e que provocam preocupação nomeadamente a referência ao plano de recuperação da frota, até porque recentemente a Região aprovou a implementação de 30% de áreas marinhas, solicitando que o Secretário Regional se pronuncie sobre este assunto.

Atendendo ao impacto que a guerra trouxe do ponto de vista dos custos à produção, refere que esperava que o Secretário Regional viesse aqui anunciar que não houvesse limite aos apoios ao combustível, referindo que, tal como para os agricultores, também seria importante para os pescadores.

Refere ainda que este setor é o "parente pobre deste governo", porque no que diz respeito aos apoios e à compensação, afirma que se verificou a existência de rateios, referindo ainda que "houve um requerimento feito e entregue nesta Assembleia e a resposta foi muito clara a esse nível".

Continua a sua intervenção, referindo que esperava que este Plano também fosse dirigido mais para o próprio pescador de forma a ir ao encontro das suas expectativas.

O Deputado Mário Tomé refere ainda que gostaria que o Senhor Secretário desse uma explicação ao plano de reestruturação, considerando que, na sua ótica, não verifica verba definida para atribuição no que diz respeito à cessação da atividade da pesca.

Por fim, o Deputado Mário Tomé refere que gostaria que explanasse, no que diz respeito aos investimentos que são de extrema importância para quer para a monitorização da atividade piscatória nos Açores, quer para outras atividades marítimas que ocorrem na subárea dos Açores, quais são os investimentos do ponto de vista, quer com câmaras de vigilância, quer com outros equipamentos Informáticos como os radares, que o Governo projeta para o Plano e Orçamento de 2025.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Conclui afirmando que se tem assistido continuamente à alocação de verbas para investimentos extrema importância para os Açores, até pelo passo que vai dar relativa à implementação das áreas marinhas, e que não têm sido efetivados do ponto de vista prático.

Em resposta, o Secretário Regional começa por esclarecer que o plano de reestruturação da frota segue um programa complementar ao plano regional.

Esclarece também que a Secretaria Regional solicitou um estudo à Universidade dos Açores para confirmar que as percentagens que foram estimadas pelo grupo Blue Azores estão corretos ou clarificar quais são os valores. Refere também que foi solicitado que nesse estudo fosse identificado uma fórmula de cálculo para as compensações, estimando as compensações para cada uma das embarcações que fossem impactadas pela introdução de várias marinhas protegidas.

Nesse sentido, afirma que esse trabalho está a ser desenvolvido estando, simultaneamente, a Direção Regional das Pescas a desenvolver um plano de reestruturação com o setor, estando a reunir periodicamente com o setor para definir esse documento e esse plano.

Refere também que o Fundo Ambiental estaria disponível para financiar grande parte destes impactos, procurando o governo regional um conjunto de financiamentos externos que possam financiar a reestruturação do setor, esclarecendo a estratégia definida de, primeiro, a avaliar quais são os impactos das áreas marinhas protegidas e a partir dos impactos das áreas marinhas protegidas, saber quais são as componentes da frota que se mantêm, quais são as componentes da frota que saem do sistema, onde serão colocadas e em que condições.

O Secretário Regional assume não estar muito preocupado com o financiamento porque existem linhas de financiamento já confirmadas e algumas que brevemente serão anunciadas.

Relativamente ao apoio dos combustíveis, esclarece que a pesca é subsidiada, subsídio esse que é caro para o governo regional. A redução do gasóleo verde tem um custo para o governo Regional.

Esclarece ainda que a Secretaria Regional dispõe de vários financiamentos e avisos que estão abertos, sendo que alguns deles que podem contribuir para uma redução considerável do consumo de combustíveis, estando assim o processo de modernização em curso, podendo os armadores candidatarem-se a tais avisos.

Continua a sua intervenção confirmando os rateios do POSEI, estando esses rateios diretamente relacionados com os limites que estão definidos.



Esclarece que quando existem candidaturas com preços superiores aos limites, das duas, uma, ou procede-se à eliminação de armadores que não financiamos ou à tentativa de encontrar um sistema de maneira de repartir o financiamento disponível pelas candidaturas que são feitas.

Relativamente à vigilância das câmaras e dos radares, o Secretário Regional esclarece que é um processo que tem vindo a ser trabalhado. Adianta ainda que uma das exigências que era feita primeiro estava relacionada com os locais onde estes equipamentos iam ser instalados, salientando que foram selecionados um conjunto de locais, tendo sido alguns deles alterados recentemente considerando os desenvolvimentos que na parte de ter acesso à informação de vigilância pela Inspeção Regional das Pescas e definindo prioridades do porquê da pretensão das câmaras e dos radares.

Esclarece ainda que foi perdido algum tempo, uma vez que grande parte das instalações pretendidas para a colocação destes equipamentos eram da marinha portuguesa, sendo ainda necessário fazer um protocolo e negociar em simultâneo os acessos com a Direção Geral de Recursos Marinhos. Esclarece ainda que, no âmbito deste processo, o acordo encontra-se em fase de conclusão e que será assinado num curto prazo em Ponta Delgada.

Adianta também que a Senhora inspetora regional está também a trabalhar no sentido de fazer a prestação de serviços com um prestador de serviços para a instalação destes equipamentos, sublinhando um problema já ultrapassado, relacionado com a proteção de dados, desde que não haja gravação em sequência através das câmaras.

Quanto ao processo da vigilância, o Secretário Regional refere que existe um problema da confidencialidade destes dados, levantando-se aqui um problema relativamente ao acesso da informação na infraestrutura em montagem, nomeadamente o local onde estaria armazenado e como é que estes protocolos eram estabelecidos.

Sublinha também que a DGRM impôs um conjunto de condições no sentido de obrigar à instalação de um centro de controlo com esta informação na Horta, bem como a Autoridade Marítima, que também pretendia o acesso a esta informação.

Conclui a sua resposta referindo que é preciso instalar e garantir que estes equipamentos são mantidos, dispendo de empresas na Região Autónoma dos Açores que estejam disponíveis para colaborar com a Secretaria Regional do Mar e das Pescas a fim de proceder à manutenção destes equipamentos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Em réplica, o Deputado Mário Tomé refere que gostaria de sinalizar que, se o gasóleo verde tem um custo para as pescas, também tem para a agricultura, destacando a isenção do limite mínimo muito importante, também, para o setor das Pescas destacando essa medida essencial para o princípio da coesão e a necessidade de tratar o setor primário todo por igual.

O Deputado Mário Tomé sinaliza ainda outra questão que, no seu entender, é fundamental relativamente ao facto de há quase uma década atrás o POSEI ter sido pago com o dinheiro do Orçamento Regional. Neste sentido, afirma que o setor das pescas não pode ficar alheio a isto, uma vez que se trata de um setor extrativo e que os rendimentos não dependem exclusivamente dos armadores de pesca, mas sim das condições de operacionalidade, dando o exemplo dos meses do inverno, onde se torna mais difícil a atividade.

No âmbito do Mar 2030, questiona se existe alguma candidatura no âmbito da modernização da frota ou da inovação da frota.

Em resposta, o Secretário Regional começa por esclarecer que não está em desacordo em que todos os pescadores pudessem ter acesso ao gasóleo verde, contudo refere que, para todo o setor primário, o gasóleo verde tem um custo para o Governo Regional e há limitações orçamentais até ao limite se pode ir. Assim, refere que a opinião do governo deverá ser de dotar um conjunto de incentivos à frota, no sentido de se modernizar e tentar diminuir os custos de produção. Esclarece ainda que o Governo Regional, e incluindo o Mar 2030, apresenta um conjunto de incentivos à frota, defendendo que a atual estratégia do Governo é mais realista no sentido em que é uma boa estratégia a longo prazo, dando muito independência aos próprios armadores, diminuindo-lhe de forma muito significativa os custos que têm, dando como exemplo a componente da frota do atum, que apresenta custos de gasóleo muito elevados.

Relativamente à questão do Mar 2030, refere que o único investimento que temos é para os investimentos a bordo, onde podem ser feitos alguns tipos de modernização, ressalvando que o Governo não tem nenhum incentivo dirigido à construção de novas embarcações, uma vez que existem problemas cuja resolução importa em primeira instância, nomeadamente quanto à capacidade da frota e ao equilíbrio da frota.

Esclarece também que para fazer novas construções, é necessário retirar embarcações da frota e substituir por outras e atualmente não considera um bom plano fazer isso, sobretudo tendo em consideração a perspetiva do equilíbrio, a atual situação da Região Autónoma dos Açores com a União Europeia, não lhe parece que seja no curto prazo e, sobretudo, antes deste problema das



áreas marinhas protegidas e do plano de reestruturação do setor, que seja boa ideia desenvolver um plano para isso.

Afirma ainda que no âmbito da reestruturação do setor, esse processo de modernização das frotas deveria acontecer, incluindo os processos de diversificação.

Tomando da palavra, o Deputado Francisco Lima refere a situação de que nos últimos 3 meses a quantia de pescado descarregado nos Açores reduziu 29,25% e no último ano, 9,48%. Neste sentido, e perante esse cenário como também da acumulação de défices da LOTAÇOR, questiona se o Governo Regional está devidamente acautelado, tendo em conta a realidade da redução do pescado descarregado.

Relativamente ao Valor Acrescentado Bruto dessa atividade, comparando 2020 com o que espera alcançar em 2025, questiona quais são os valores que o Secretário Regional dispõe, quer em termos absolutos, quer em termos relativos e se espera um aumento do Valor Acrescentado Bruto.

Por fim, apresenta algumas dúvidas relativamente ao Orçamento, nomeadamente: Na rubrica 8.1.4 (A0142), refere haver uma redução na gestão sustentável das pescas e da aquicultura de 2.541.350€ em 2024 para 1.559.951€. Neste sentido, solicita uma explicação quanto a essa redução atendendo que a gestão sustentável supostamente devia ter mais investimento. Quanto ao sistema de incentivos ao setor das Pescas, a medida 8.3.7, em que o sistema de incentivos passou de 100.000€ de 2024 para 1.094.000€, o Deputado Francisco Lima solicita uma explicação quanto ao sistema de incentivos.

Por fim, questiona qual a verba destinada à manutenção das gruas, especificamente para as gruas, as perspetivas de melhorias desses equipamentos e se o Secretário Regional considera essa verba suficiente para minimizar danos. Sobre esta questão, salienta a pesada herança deixada pelo anterior Governo.

Em resposta, o Secretário Regional refere que a questão da variabilidade trimestral e inter-anual do volume de pescado descarregado tem de ser lida com algum cuidado, porque os pescadores são empresários muito inovadores e empreendedores, não sendo distraídos com o mercado.



Refere ainda que muitas vezes as frotas têm regimes de operação que podem levar a variações de volume desembarcado, mas que podem ter outros objetivos, nomeadamente os objetivos de valor de mercado e o valor das espécies, sendo isto do conhecimento dos pescadores.

Quanto às receitas da LOTAÇOR, esclarece que se encontram, em parte, no caderno de encargos da empresa, estando muito dependentes daquilo que são os desembarques da pesca comercial, uma vez que a primeira venda é o negócio base da LOTAÇOR, e esta é uma questão muito pertinente, porque se tivermos volumes de desembarque muito significativos a preços mais baixos, vamos ter um problema na rentabilidade da empresa.

Esclarece que o Governo Regional está atento a este problema havendo também a preocupação com a sustentabilidade, referindo que a sustentabilidade da pesca tem várias dinâmicas associadas e que correm ao mesmo tempo, sendo por isso necessário algum cuidado de não deixar os recursos entrarem em sobre-exploração, situação que a Região Autónoma dos Açores atualmente vive. Sublinha ainda que o momento intensivo de captura que a Região atravessa resulta, também, do próprio poder de captura por aprendizagem dos nossos pescadores, uma vez que são pescadores inovadores e empreendedores, que atualmente conhecem bem a área de pesca e a dinâmica dos recursos, conseguindo ser mais eficientes. Neste sentido, salienta o trabalho que o Governo tem vindo a fazer quanto à sustentabilidade dos recursos pesqueiros, adotando a quantidade de pesca à quantidade de recursos disponíveis.

Considerando a necessidade de se fazer Orçamentos para cada ano, o Secretário Regional refere que esse processo tem como base o histórico dos anos anteriores, ressaltando que não há nenhuma razão para crer que haja um problema de sustentabilidade de curto prazo, acreditando que a Região não se encontra numa fase de sobre exploração muito intensiva dos recursos nos Açores.

Relativamente ao Valor Acrescentado Bruto, o Secretário Regional salienta que não dispõe desses valores consigo naquele momento, admitindo que terá de os consultar e afirmando que quando se quer ter rentabilidade da frota, dever-se-á ter mais recursos disponíveis do que o tamanho da frota.

Refere ainda que a Região terá uma potencial diminuição caso tenha uma diminuição muito significativa do recurso, uma vez que isso impacta diretamente todo o negócio da fileira da pesca.

Quanto aos valores da ação 8 1.4, esclarece que são compromissos que vêm do ano anterior, referindo que foram herdados para este ano um conjunto de compromissos que vêm de 2023.

Relativamente à manutenção das gruas, afirma que não fez esse exercício para que fosse possível apresentar, contudo esclarece que as gruas estão divididas por 3 ordens de entidades que as



gerem. Em primeiro lugar, Direção Regional das Pescas, em segundo um contrato programa com a LOTAÇOR a aproveitando o facto de ser uma empresa presente em todas as ilhas, sendo por isso possível transmitir-lhes essa responsabilidade. Por último, as Associações da Pesca, da qual o Governo regional se coloca numa posição de cliente se quiser, nomeadamente uma espécie de prestação de serviços solicitada às associações, sendo também estas associações o rosto da Secretaria Regional porque prestam um conjunto de serviços, incluindo a limpeza dos portos, os procedimentos administrativos e também, nalguns casos, a manutenção destes equipamentos.

Em réplica, o Deputado Francisco Lima (CH), solicita um esclarecimento para a subida de 100.000€ para 1.094.000€ na medida 8.3.7.

Relativamente ao pagamento do POSEI, questiona o porquê de existirem diferenças quanto à celeridade do pagamento entre o setor da agricultura e o setor da pesca, considerando que as verbas vêm direcionadas da mesma Secretaria, a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, fazendo alusão aos atrasos de pagamento aos pescadores.

Em resposta, o Secretário Regional esclarece que não há, pela Secretaria Regional do Mar e Pescas, qualquer atraso no pagamento dos incentivos, afirmando que a Secretaria Regional está em ordem com os todos os incentivos dentro dos prazos legais.

Esclarece ainda que na última discussão do Orçamento para 2024, havia sido prometido que até dezembro de 2024, os avisos seriam todos publicados, faltando neste momento, o lançamento de dois que ocorrerá no mês de dezembro. Refere que os mesmos seguirão o processo normal de candidatura, de avaliação e dentro dos prazos de pagamento.

Refere também que os armadores estão em fase de candidatura relativamente aos avisos já abertos, não sendo por isso possível pagar uma coisa que ainda está a ser candidatada. Neste sentido, refere que todas as candidaturas que já foram avaliadas, já foram pagas.

O Secretário Regional refere ainda que o PRR é um outro incentivo paralelo ao Mar 2023, salientando a abertura de dois avisos no valor de cerca de 1.094.000€, estando isso dependente do processo burocrático da abertura dos devidos avisos.

Tomando da palavra o deputado Jaime Vieira (PSD), referindo que o navio de investigação será uma notícia para a pesca nos Açores, salientando que isto tem sido uma das grandes apostas deste Governo Regional porque efetivamente é preciso perceber que para se agir é preciso



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

conhecer e para se conhecer é preciso ter uma ciência forte, com capacidade de perceber a realidade das pescas nos Açores. Neste sentido, o Deputado Jaime Vieira questiona se no próximo ano o navio de investigação estará terminado e qual a importância que este navio de investigação e o Tecnopolo MARTEC representarão para as pescas nos Açores bem como quais serão as mais-valias para o setor das Pescas.

Em resposta, o Secretário Regional refere que a Secretaria tem uma visão de médio prazo para estas questões e o cluster do mar, assim como a rede de áreas marinhas protegidas entram neste complexo da visão e missão que o Governo Regional pretende desenvolver a médio prazo, afirmando que a reestruturação do setor deve estar totalmente alinhada com de investimento.

Considerando a lacuna de conhecimento quanto à ciência na Região Autónoma dos Açores, e sendo por isso necessários meios que não dispunha anteriormente, o Secretário Regional esclarece que o navio de investigação é composto por uma plataforma com diversas utilidades. Nesse sentido, refere que o Governo Regional está a trabalhar no sentido de poder transformar essa plataforma numa verdadeira fonte de conhecimento e de preenchimento das lacunas do conhecimento do ecossistema que a Região apresenta e, simultaneamente, de desenvolvimento de um conjunto de projetos que darão o conhecimento que possa permitir equilibrar o tamanho da frota com o tamanho dos recursos disponíveis para a pesca bem como trabalhar melhor esta relação da sustentabilidade entre o tamanho da frota e o tamanho dos recursos.

Esclarece que hoje em dia, atendendo à própria natureza do arquipélago da Região Autónoma dos Açores e do tipo de recursos que dispõe, poucos recursos da Região Autónoma dos Açores são unidades de gestão local, apresentando uma distribuição que vai muito além da Zona Económica Exclusiva requerendo assim, por isso mesmo, um conjunto de aproximações que com a plataforma que a Região dispõe hoje em dia, que com a qual não permite responder.

De seguida, esclarece que o navio de investigação, a Escola do Mar e o Tecnopolo podem desempenhar uma alavancagem grande nestes processos porque permitem desenvolver processos de inovação que possam dar valor acrescentado.

Salienta ainda que é necessário fixar as empresas, desenvolver a cocriação, cimentar estas tecnologias e estas infraestruturas. A médio prazo, o Secretário Regional assume aguardar pelas mais-valias de valor acrescentado de forma a alterar de forma muito significativa a atual estrutura da atividade da pesca na Região.

Assume que o Governo Regional terá falhado se, ao fim de 10/15 anos, não tiver alteado e construído um setor da pesca mais robusto, mais sustentável e com o valor acrescentado mais



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

desenvolvido, admitindo também que se trata de um processo difícil e que requer diálogo com os parceiros, parceiros esses que devem ser trazidos para colaborar neste processo e integrá-los dentro desta visão.

Refere que o Governo Regional está a receber “inputs” muito grandes dos próprios parceiros, quer das associações da pesca, quer das outras atividades por via da Direção Regional de Política Marítima.

Conclui a sua intervenção referindo que o governo regional, e sobretudo este gabinete, está preocupado com a gestão da operacionalização destas infraestruturas estando com o cuidado de dizer aos parceiros que isto são infraestruturas muito caras, não podendo depender exclusivamente do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ressalvando a abertura para prestações de serviços a colaboração de entidade que possa colaborar a fim de rentabilizar estas infraestruturas.

Dando-se por encerrada a primeira ronda de questões, dá-se início à segunda ronda, tomando da palavra o Deputado Mário Tomé referindo que a questão da modernização das embarcações deve ser um assunto resolvido com Bruxelas atendendo à especificidade territorial, uma vez que a motorização não está relacionada com o esforço de pesca mas sim com questões de segurança, destacando a importância de se avançar com um plano de modernização da frota.

Afirma também que a questão do gasóleo “não pode ser para amanhã”, entendo que haja um plano a 10 anos que envolve a modernização da frota visando a sustentabilidade dos recursos disponíveis dentro das 30 milhas, local onde se exerce a maior atividade piscatória.

Refere que este plano de modernização é de extrema importância, visando até a própria reorientação, caso seja necessário de ativos da pesca para outras atividades.

Reitera ser importante encontrar uma solução para a questão do combustível considerando que, ao longo dos últimos anos, tem-se perdido quotas de pesca, quota de imperador, Alfonsinho, entre outros, destacando a importância da definição de quotas para as espécies locais.

Reitera que o gasóleo é um aspeto fundamental no setor da pesca, dando o exemplo de um atuneiro que em 3 ou 4 dias pode utilizar entre 15.000 e 16.000 litros de combustível e não apanhar um único peixe, levando a que alguns armadores não arrisquem na procura do atum.

Em conclusão, e em relação à Escola do Mar dos Açores, questiona se, quer nos cursos que já foram efetuados, quer no curso que se vão realizar, quer do ponto de vista de reciclagem, quer



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

no arrais de pesca, se a Escola do Mar tem cobrado algum financiamento aos formadores e como tem sido esse funcionamento.

Em resposta, o Secretário Regional esclarece que o Governo está focado nos investimentos de segurança a bordo por via do Mar 2030 e na motorização, também através do Mar 2030. O Secretário deixou ainda nota para a abertura, no mês de dezembro, do aviso para a eficácia energética. Sobre este assunto, refere ainda que atualmente, existem tecnologias que permitem que as embarcações reduzam o combustível na ordem dos 40%. Afirmando que também é de acordo em encontrar uma solução para a questão do gasóleo, pese embora que acha mais relevante insistir na modernização das embarcações e por esta via tentar ter, por processos tecnológicos, uma redução do consumo do gasóleo. Defende que esta solução será a mais viável e atrativa para os empresários.

Quanto à modernização da frota, refere que será necessário algum tempo a fim de ser pensado o que efetivamente se quer para a reestruturação do setor e como é que se poderá incorporar estas matérias por via da reestruturação.

Refere ainda que, no âmbito do PRR, no aviso que será aberto, este tipo de tecnologia será elegível para o sistema de incentivos, deixando o alerta a todos os armadores no sentido de estarem atentos as candidaturas para este aviso e para os avisos que já estão abertos no sentido de trabalharem para a segurança a bordo e para o incentivo de tecnologias que possam ser assegurados, dando o exemplo de um software que ajuda os armadores a controlar o consumo de gasóleo apenas pena condução da embarcação.

Relativamente à Escola do Mar, o Secretário Regional refere que é uma instituição que tem autonomia administrativa e autonomia financeira, afirmando que a Direção Regional das Pescas faz um contrato, com um determinado valor, com a Escola do Mar no sentido de dar formação aos pescadores e aos ativos da pesca. Refere que a Escola do Mar tem como prioridades as prioridades definidas pela Direção Regional das Pescas para o setor e, em consonância com as associações, aplica a formação até ao valor contratado.

Tudo o que não está contemplado no contrato, o Secretário Regional refere que a Escola do Mar não tem capacidade financeira para poder suportar novas formações, havendo a possibilidade de recorrer a financiamentos externos, como Fundo Social Europeu ou o Instituto de Emprego do QUALIFICA IN.

Esclarece também que o Secretário está focado, em primeiro lugar, em garantir que estes ativos tenham a formação e depois possam ser utilizadas para a progressão da sua carreira.



Conclui que a formação não deve ser totalmente de borla, sendo essa uma das orientações transmitidas à Escola do Mar, de forma que haja alguma vinculação dos pescadores formandos para com as sessões de formação.

Esclarece também o Secretário Regional que gostaria de poder dar todos os cursos em todas as ilhas, mas que por vezes não é possível atendendo à inexistência de alunos suficientes, sendo por isso necessário organizar as turmas e concentrando os alunos, que por sua vez, acarreta custos e dificuldades para a Escola do Mar.

Em réplica, o Deputado Mário Tomé questiona se a região já tem alguma informação relativamente a duas questões que são importantes e envolvem duas espécies de extrema importância para os pescadores, nomeadamente quanto à quota do Goraz e do Patudo para o ano de 2025.

Em resposta, o Secretário Regional do Mar e das Pescas esclarece que estão a trabalhar com a DGRM, com a Secretaria de Estado das Pescas e com a Madeira no sentido de solicitar um aumento a quota do patudo, referindo que se trata de um trabalho político de médio prazo. Esclarece ainda que têm sido realizadas várias reuniões nesse sentido, de forma a procurar um consenso entre as associações da Madeira e as associações dos Açores, quanto à forma de operar atendendo à quota atual.

Refere ainda que no ano passado a Região Autónoma dos Açores consumiu grande parte da quota, criando um problema financeiro para a frota da Região Autónoma da Madeira, estando neste momento difícil de encontrar um acordo quanto ao valor mínimo por parte dos armadores da Madeira.

O Secretário Regional esclarece ainda que, após o entendimento entre as associações, proceder-se-á ao início dos trabalhos num plano SAFRA, onde serão definidas as divisões da quota entre as diferentes componentes da frota e para as diferentes embarcações e os seus respetivos tamanhos, delineando um plano que permita que a quota do Patudo não termine em março para sim, estendendo-se até junho.

Esclarece também que existe um outro problema relacionado com a República relacionado com o acesso à informação, afirmando que o Governo Regional se encontra a trabalhar com a Secretaria de Estado das Pescas e com a DGRM no sentido de criar um sistema onde quer as



regiões autónomas, quer o continente possam ter acesso online a toda a informação para a gestão da quota, de forma que não aconteça como em anos anteriores.

Relativamente à quota do Goraz, refere que em 2023 o Conselho Internacional de Exploração do Mar propôs à Comissão uma quota de 399 toneladas. Esclarece que, em 2024, no âmbito das negociações, solicitou que a quota aumentasse para as 600 toneladas. Refere ainda que a Comissão Europeia, este ano, propõe ajustar a quota do Goraz àquilo que são as recomendações propondo para 2025 uma redução de 35% na quota do Goraz.

Neste sentido, refere que foi enviado um memorando à DGRM, tendo também já seguido para a Comissão Europeia, revelando a procuração com essa decisão e solicitando alguma atenção no sentido de ajustar a frota ao recurso e apontando para uma prestação da diminuição mais suave, concluindo que o cenário para essa alteração não é bom uma vez que a Comissão não se encontra disponível para negociações.

Considera ainda que o estado do stock não está tão saudável quando se pensava, uma vez que há a dificuldade de atingir o valor das 600 toneladas de desembarque, revelando que as avaliações analíticas pelo Conselho Internacional de Exploração do Mar revelam exatamente isso.

Esclarece que o setor regional tem proposto também algumas medidas relativamente à reestruturação do setor e nós estamos a avaliar com o continente de que forma é que algumas daquelas medidas que foram tomadas para algumas componentes da frota no continente possam ser subsidiadas com base no orçamento da região da República, para financiar algumas dessas medidas na região.

Não havendo mais inscrições para a segunda ronda de questões, dá-se início à terceira e última ronda de questões, tomando da palavra o Deputado José Eduardo (PS) referindo que irá apontar assuntos relacionados com a ilha das Flores, relativamente ao Porto das Poças, que tem sido sucessivamente anunciado o lançamento da obra, solicita a apresentação de notícias relativamente ao ano de 2025 sobre este assunto. Quanto ao porto de Ponta Delgada, na ilha das Flores, aborda a questão do assinalamento marítimo que também por várias vezes, inscrito e falado em reuniões de Conselho de ilha, questionando se ainda em 2024 será possível proceder-se à instalação do mesmo ou se será apenas para 2025.

Ainda relativamente ao porto de Ponta Delgada, refere os problemas na entrada do porto devido ao deslocamento de blocos e pedras do enrocamento, causando perigosidade na manobra das embarcações. Neste sentido, questiona se existe alguma novidade sobre esta matéria e sobre a extensão ou prolongamento do cais acostável.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Por fim, e relativamente à orla costeira de Santa Cruz, refere que é algo que tem sido adiado e que por várias vezes foi anunciada a conclusão do projeto e lançamento da obra, algo que nunca chegou a acontecer.

Pergunta também sobre os 2 milhões de euros anunciados pelo Secretário na reunião do Conselho de Ilha para o início das obras de proteção da orla costeira, e que não consegue localizar no atual Plano e Orçamento para 2025.

De seguida, toma da palavra o Deputado Carlos Silva (PS), que relativamente ao pórtico do Porto da Ribeira Quente refere que o estado do mesmo não é o desejável e que há alguma indignação pelo estado em que está o Porto. Neste sentido, questiona qual é que é o plano para retomar a operacionalidade deste Porto, considerando a muita falta que faz aos pescadores da Ribeira Quente. Refere que não é possível garantir a eficácia do alargamento sem os meios humanos adequados para a inspeção das pescas, reiterando também a necessidade de equipamentos adicionais, nomeadamente viaturas para percorrer algumas grandes distâncias entre os portos.

Relativamente ao avião cargueiro, e tendo em conta que ele acaba por ser necessário, em particular no setor das pescas e para a exportação do pescado, questiona se existe alguma novidade relativamente a esta matéria.

Por último, toma da palavra a Deputada Marlene Damião referindo que, após analisado o plano de execução financeira de 2024, entre janeiro e setembro, conclui-se que a ação, gestão e licenciamento marítimo não mereceu qualquer execução, questionando como é que pensa melhorar para que essa taxa de execução no próximo ano seja de sucesso.

Em resposta às questões apresentadas, o Secretário Regional, relativamente à questão sobre o porto da Ribeira Quente, esclarece que o Governo Regional está a olhar para essa situação e também para as sinergias, relação e a dinâmica dos pescadores da Ribeira Quente com o Porto de Vila Franca, afirmando que atualmente não existe a disponibilidade para adquirir um pórtico atualmente, no valor entre os 300.000€ e os 700.000€, admitindo a opção de mecanismos alternativos quanto à forma que está a ser utilizada para retirar as embarcações pela rampa, através de um trator e uso de um sistema de trelas, afirmando que não apresenta uma solução alternativa para o caso das trelas sobretudo por questões de segurança e da forma em que as embarcações são retiradas do mar.



Quanto aos equipamentos da Inspeção Regional de Pescas, refere que a inspeção tem Concursos no âmbito de aquisições que vão ser realizadas no curto prazo, nomeadamente para as viaturas em sistema de leasing, afirmando que se perdeu algum tempo devido às autorizações e do processo a utilizar para fazer esta operação.

Relativamente ao avião cargueiro, afirma que não dispõe de qualquer novidade, defendendo que é um problema que deverá ser pensado de forma que seja encontrada a uma solução, nomeadamente à comercialização do pescado da ilha das Flores. A curto prazo, esclarece que a solução terá de passar pelo sistema que está a ser utilizado atualmente, nomeadamente através dos aviões da SATA, não prometendo que existirá um avião cargueiro uma vez que não é essa a orientação que vem da política de transportes.

Por último, e em resposta à questão da Deputada Marlene Damião (PS), o Secretário Regional esclarece que essa rubrica foi transferida da Secretaria do Ambiente para a Secretaria das Pescas, supondo que está relacionado com esse processo de transição.

Terminadas as respostas por parte do Secretário Regional, o Presidente da presente Comissão deu por encerrada a sessão de audição ao Secretária Regional do Mar e das Pescas.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO:

<https://video.alra.pt/Asset/Details/ad7fe415-429c-42f0-b008-9c24edf5054a>

A Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego, Maria João Carreiro, inicia a sua intervenção inicial referindo que o investimento público previsto para 2025 na área do Artesanato totaliza 1 milhão de euros, o que significa que no próximo ano o Governo dos Açores mantém o reforço da dotação no Plano este ano (2024) que, de resto, beneficiou de um aumento de 64% em relação ao Plano para 2023.

Refere que este investimento está distribuído por 4 grandes ações, designadamente: Competitividade, inovação e qualificação do artesanato, à qual está associada um investimento de 70 mil euros [+ 3 mil euros do que 2024]; Artesanato criativo e empreendedor, com um investimento público previsto de 90 mil euros [- 5 mil euros do que em 2024]; Sistema de Incentivos ao desenvolvimento do artesanato, com uma dotação de 300 mil euros [- 2 mil euros do que em 2024]; Promoção, comercialização e internacionalização do artesanato, com uma dotação de 540 mil euros [mantém-se a dotação para 2024].



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Salienta que a prioridade neste exercício de afetação do investimento público foi a de continuar a promover, no próximo ano, as condições materiais e financeiras para que o Artesanato dos Açores possa manter uma trajetória iniciada em 2021 e francamente positiva em termos de produção, comercialização e promoção.

Refere ainda que este ano de 2024 fica marcado pela implementação, nos Açores, do sistema de certificação por Indicação Geográfica de origem, no caso as Violas da Terra como primeiro produto artesanal açoriano com certificação IG, o que vem possibilitar e alargar o reconhecimento da produção artesanal regional ao território nacional e europeu, a par da certificação pela marca coletiva Artesanato dos Açores.

Em termos de investimento direto na produção e comercialização, afirma que este ano foram aprovados mais de 246 mil euros para investimento no Artesanato dos Açores, através do SIDART, o que significou um acréscimo de 31 mil euros em relação ao apoio aprovado em 2023, tendo sido aprovados um total de 160 projetos de investimento, mais 11 do que no ano passado, o que evidencia bem a confiança dos artesãos neste instrumento de apoio financeiro público e na adequação do SIDART ao desenvolvimento de projetos e investimentos.

Sublinha que nos próximos dias proceder-se-á à apresentação da nova morada digital e global do Artesanato dos Açores, ou seja, o novo portal do Artesanato dos Açores, concluídas que estão as fases de conceção e testes de procedimentos.

Salienta que este novo portal do Artesanato dos Açores vai representar um grande passo na digitalização de procedimentos e serviços assegurados pelo Centro de Artesanato e Design dos Açores aos artesãos e unidades produtivas artesanais, além de constituir uma janela para o Mundo sobre o nosso saber-fazer artesanal.

Adianta ainda que se está a proceder à instalação, num espaço ainda provisório, do novo serviço Azores Craft Lab – Inovação, Artes e Ofícios, no Centro de Qualificação dos Açores, em Ponta Delgada, que está a ser intervencionado no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

Refere que a decisão de instalar este novo serviço público de artesanato no CQA prende-se, por um lado, com as condições únicas que ali vão ser criadas e, por outro lado, com uma estratégia de aproximação do artesanato e do saber-fazer artesanal a novos públicos, nomeadamente ao público jovem.

Além disso, clarifica que a localização do Azores Craft Lab nas instalações do CQA vai criar oportunidades únicas para sinergias do ponto de vista das atividades formativas, criativas e



experimentação, que poderão ser usufruídas não só pelos artesãos e pelos jovens, mas também por um público mais alargado.

Nesse pressuposto, refere que a Secretaria Regional se encontra a trabalhar para implementar na Região um sistema de qualificação profissional de artesanato, em parceria com o CQA, para que possamos estimular a aprendizagem das artes e ofícios através de novos modelos de qualificação profissional e, simultaneamente, promover o reconhecimento desta aprendizagem através de formação certificada, com os benefícios que daí decorrerem para os formandos, para proteção do saber-fazer, para a inovação e até mesmo numa perspetiva de produção e comercialização.

Adianta ainda que se está a preparar uma candidatura ao FEDER, no montante de 200 mil euros, para renovar a imagem da Expo Açores Artesanato, as feiras de artesanato local associadas às principais festividades de verão do arquipélago e que constituem uma mostra da produção para locais e visitantes.

Em suma, clarifica que o Plano de Investimentos para 2025 na área do Artesanato fixa as condições para que o Governo dos Açores, em estreita parceria com os artesãos e as unidades produtivas artesanais, possa continuar a trabalhar para a dinamização da produção artesanal, tornando-a inovadora e sustentável, ao mesmo tempo em que a projeta no mercado interno, nacional e internacional.

No que respeita ao Apoio ao Consumidor, refere que o investimento público regional previsto para 2025 totaliza 150 mil euros, distribuídos por duas ações: a primeira, relativa à Promoção dos Direitos do Consumidor, com uma dotação de 130 mil euros, o que representa um reforço de 5% [+ 6.666 euros] em relação ao Plano de Investimentos para 2024; a segunda ação, destinada à Promoção de Ações de Informação junto dos Consumidores, que se mantém com uma dotação de 20 mil euros.

Sobre a primeira ação, que operacionaliza a Resolução do Conselho do Governo n.º 138/2015, de 15 de setembro (Programa de Apoio Financeiro às Associações de Consumidores), refere que a ACRA tem sido a única entidade beneficiária, sendo que do Plano de 2023 para o Plano de 2024 o investimento foi reforçado em 45%, ou seja, em mais de 38 mil euros, relativamente aos 85 mil euros para 2023.

Relativamente à segunda ação, cujo investimento foi reforçado em 33% [+ 5.000] no Plano de 2024 [20.000 euros], relativamente ao Plano de 2023 [15.000 euros], salienta que embora a ACRA não seja a beneficiária direta deste apoio ao desenvolvimento de outros projetos na área da defesa e da promoção dos direitos dos consumidores, esta Associação de Consumidores deve ser



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

sempre envolvida em eventuais projetos a desenvolver no âmbito desta ação, quer a título exclusivo pelo Governo dos Açores, quer em associação com outras entidades.

Reitera que sempre que se justifique, e no quadro dos recursos da Região, o Governo dos Açores está disponível para apoiar outros projetos para benefício dos consumidores dos Açores, através da celebração de contratos-programa.

Continua a sua intervenção inicial referindo que em 2023, foi celebrado um contrato-programa no valor de 8 mil euros, sob a forma de subsídio não reembolsável, para apoiar uma campanha de informação, divulgação e sensibilização na área da higiene e segurança alimentar, tendo já sido pagos 6.202,39 €, aguardando-se a entrega por parte da ACRA do relatório final de execução para a libertação da restante verba.

A Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego concluiu a sua intervenção inicial referindo que o compromisso do Governo dos Açores com a promoção e proteção dos direitos dos consumidores açorianos é inabalável, razão pela qual, a Região, enquanto uma das entidades fundadoras do CIMARA – Associação de Direito Privado Sem Fins Lucrativos – cedeu a título gratuito e por um período de 20 anos o espaço onde está instalado este novo Centro, para além de ter assumido o compromisso de financiar a atividade do CIMARA no valor anual fixo de, pelo menos, 50 mil euros, a partir do ano económico seguinte à utilização integral dos 300 mil euros previstos no Orçamento Participativo, tendo a AMRAA assumido, com os mesmos pressupostos, o financiamento anual de 25 mil euros.

Iniciando-se a primeira ronda de questões, toma da palavra a deputada Marlene Damião (PS), que inicia a sua intervenção referindo o apoio ao consumidor, em particular às duas ações previstas, nomeadamente a promoção dos direitos do consumidor e a promoção de ação de formação juntos dos consumidores, estando estas ações dotadas de 150.000€. Neste sentido, a Deputado Marlene Damião questiona qual a verba respeitante ao ano de 2024 e 2025.

Em resposta, a Secretária Regional começa por esclarecer que a verba prevista para o ano de 2025 é de 150.000€, onde estão contempladas as suas ações referentes à AFAC, que prevê o apoio que está regulamentado pela Resolução do Conselho de Governo n.º 138/2015 de 15 de setembro, com uma verba afeta no valor de 130.000€. Quanto aos restantes 20.000€, esclarece que estão destinados para a segunda ação como está prevista, na atuação escrita no plano para o consumidor.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Quanto aos valores para 2024, esclarece que a primeira ação é dotada no valor de 123.334€ enquanto a segunda ação é dotada de 20.000€.

Em réplica, a Deputada Marlene Damião (PS) questiona em quantas tranches é que este valor será pago. Em relação a 2024, refere que ainda falta pagar uma tranche questionando qual o valor desse terceira tranche e quando é que será paga. Refere ainda que esta questão se deve ao facto das duas primeiras tranches já terem sido pagas, dizendo respeito à apreciação do projeto e à entrega do relatório intercalar.

Em resposta, a Secretária Regional esclarece que à quanto à FAC, prevista na resolução do Conselho de Governo n.º 138/2015 de 15 de setembro, o procedimento administrativo foi inalterado e, portanto, mantém-se desde a sua implementação, que é a Resolução do Conselho de Governo de 2015. Esclarece ainda que a terceira será paga a partir do momento em que a Entidade, neste caso a ACRA, porque é a única associação neste momento que há a defesa do consumidor, apresente o relatório relativamente à despesa financeira que ateste este pagamento.

De seguida, toma da palavra do Deputado Francisco Lima (CH), questionando se existem dados estatísticos, quanto ao artesanato, sobre o peso económico e sobre o contributo para a economia da Região e para o seu PIB. Assim, insiste neste assunto, questionando também se é uma atividade económica que gera riqueza e produto ou se é uma “questão de não deixar morrer as tradições”.

Em réplica, a Secretária Regional salienta a nota do investimento que tem sido feito no artesanato em função do aumento significativo de Unidades Produtivas Artesanais e de artesãos, que se inscrevem no Centro de Artesanato. Refere ainda que em 2011, a Região tinha 519 unidades produtivas enquanto neste momento apresenta 630 unidades produtivas. Assim, afirma que todo este envolvimento não só valoriza o nosso produto e a nossa marca de artesanato-dos Açores, como também dinamiza toda a economia, sendo, por isso, uma forma também de manter o saber fazer os ofícios.

Refere também que, além do investimento por via também da inovação em termos do artesanato, tem-se procedido à potenciação quanto à participação e presença dos artesãos nas diversas feiras ao longo dos eventos festivos que existem em todas as ilhas bem como feiras nacionais e internacionais. Realça ainda que os artesãos dos Açores têm sido distinguidos com prémios a nível



da FIA, que é uma feira que se realiza em Portugal continental e que dá boa nota da qualidade dos nossos produtos, sendo por isso um motivo para continuarmos a investir, porque também estamos a investir no saber fazer e nas tradições e, por sua vez, na representação da identidade dos Açores.

Em réplica, o Deputado Francisco Lima (CH) questiona novamente sobre qual o peso económico que o artesanato representa a nível de faturação bem como se o Governo Regional já solicitou ou consultou evidências económicas quanto à receita dos artesãos e quanto aos descontos para a Segurança Social.

Em resposta, a Secretária Regional informa que os dados disponíveis são os que já foram facultados anteriormente, referindo que o investimento que tem sido feito é mais do que suficiente para justificar esses mesmos dados, resultando num crescimento claro das Unidades Produtivas Artesanais e do artesanato em si. Assim ainda, refere que poderá averiguar e confrontar com outros departamentos qual o peso que esta atividade representa sobre o PIB da região e ao nível de emprego.

Salienta o nível da marca Artesanato dos Açores e do impacto positivo que tem revelado, sendo composto por 25 produtos e abrangendo 121 Unidades Produtivas Artesanais, sendo por si só, algo significativo.

Quanto ao SIDART, refere que tem havido uma forte aposta num sistema que aposta na inovação, trazendo retorno para a região, para o setor e para as próprias famílias do artesão que ao gerar rendimento para a mesma, dedicando-se ao saber fazer.

Não havendo mais inscrições, dá-se por encerrada a primeira ronda de questões, iniciando-se a segunda ronda de questões, tomando da palavra o Deputado Carlos Silva (PS) referindo que, para o Partido Socialista, o artesanato e outras áreas de governação não podem ser vistas do ponto de vista quantitativo nem do ponto de vista economicista, uma vez que, se assim fosse, os Açores teriam muito mais dificuldades do que as que atualmente tem.

Relativamente aos 130.000€ que estão destinados à ação do apoio ao consumidor, questiona o valor da última tranche referente a 2024 que será paga em 2025, realçando também a necessidade em questionar se a verba que está alocada ao próximo ano contém ou não uma parcela referente a 2024.



Entendendo que talvez seja a altura de alterar aquilo que está presente na Resolução, o Deputado Carlos Silva questiona se há abertura da parte do governo regional para que essa alteração seja feita, configurando eventualmente a possibilidade de ser criado um Decreto Legislativo Regional que garanta maior previsibilidade no apoio ao consumidor através da associação e que garanta maior estabilidade, maior regularidade, maior transparência nos apoios que são concedidos, também de forma a garantir que a associação tenha os meios necessários para desenvolver a sua atividade.

Em resposta, a Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego esclarece que a ACRA, única associação neste momento que defende os consumidores, submete uma candidatura no final do ano anterior à implementação do seu projeto e em função do valor é estipulado o pagamento em 3 Tranches, conforme procedimento administrativo.

Esclarece ainda que a ACRA, apesar de definir o valor da sua candidatura, é obrigada a comprovar a despesa subjacente àquela iniciativa e ao projeto submetido, sendo posteriormente pago em 3 momentos distintos. Além disso, refere que a partir do momento que a ACRA submeter os documentos, o mesmo é analisado e de seguida é feito o pagamento, destacando o facto de passar para o ano seguinte algo como não oponível ao governo regional.

Assim, refere que se para 2024 estava previsto este valor, revela que este valor estava disponível por parte do Governo em apoiar e financiar projetos neste montante ressalvando que se a Entidade não apresenta de forma atempada os documentos e Relatório Final em função do ano civil em causa da implementação do projeto, naturalmente, o Governo só pode proceder ao pagamento no ano subsequente. Ainda em relação ao Deputado Carlos Silva, a Secretária Regional esclarece que a ACRA apresentou o relatório final relativamente ao projeto implementado em 2023 apenas em fevereiro de 2024, o que leva a que o Governo só possa pagar a partir dessa data, comprometendo a verba afeta àquele projeto.

Relativamente à questão da alteração do que está inscrito no Decreto Legislativo Regional, esclarece que cabe à Secretaria, em devido tempo, analisar a pertinência da sua alteração, porque até poderá a Secretaria simplesmente entender que uma alteração à resolução resolveria o problema. Esclarece ainda que a Secretaria Regional já se encontra a preparar a alteração de redução precisamente para clarificar todos os procedimentos para que não existam interpretações nem funções pessoais relativamente aos pagamentos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Afirma ainda que o Governo destacou importância relativamente à defesa do consumidor tendo inclusive inscrito uma ação que está no Plano e Orçamento para 2025 de forma que a mesma seja transparente em termos de processos de equidade.

Conclui rematando que, da parte do governo regional, este está sempre disponível para apoiar todas as iniciativas que visem defender os direitos dos consumidores, sendo para isso necessário cumprir com a legislação vigente e aos devidos procedimentos.

Em réplica, o Deputado Carlos Silva (PS) refere crer que a Secretária Regional não confirmou taxativamente, mas entende que a última tranche ronda os 31.00€ que será paga no ano de 2025, baseada no relatório final Referente ao ano 2024. Ressalva ainda que quando uma entidade tem que apresentar um relatório final sobre um ano que termina a 31 de dezembro, é difícil que isso seja feito antes do dia 31 de dezembro.

Continua a sua réplica, questionando se há abertura para alterar o procedimento que está na resolução e que vem desde 2015 uma vez que existem algumas situações que obviamente-criam dificuldades acrescidas e uma forma de reduzir essas dificuldades passa exatamente por essa alteração já abordada.

Quanto à rubrica destinada ao apoio ao consumidor, questiona se no ano 2024, ou nos anos anteriores da responsabilidade de Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego, Maria João Carreiro, se alguma verba foi transferida para o IRAI ou apoiou algum projeto da Inspeção Regional de Atividades Económicas baseada na rubrica de apoio ao consumidor.

Em resposta, a Secretária Regional, relativamente à primeira questão, reitera que não é necessário transitar para a ano subsequente o pagamento da última tranche, estando unicamente dependente da entrega do relatório final ou comprovativo de despesa efetuada por parte da ACRA, que por sua vez é analisada e paga a terceira tranche.

Quanto à questão da IRAI, esclarece que em 2024 não foi feita qualquer transferência relativamente a qualquer iniciativa da IRAI no âmbito da defesa do consumidor.

Ainda na sua segunda ronda de questões, toma da palavra o Deputado Francisco Lima (CH), questiona se a Secretária Regional poderá auferir informações relativas aos postos de trabalho criados, de descontos para a segurança social quanto ao volume de negócios que contribui para o PIB regional.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Considerando o milhão de euros de investimento, que representa uma subida de 60%, o Deputado Francisco Lima questiona o porquê dessa subida, nomeadamente se existem mais pessoas a procurar o artesanato e por consequência, gerando mais economia. Ainda referente ao milhão de euros de investimento, questiona se o mesmo é contemplado por Fundos Comunitários ou exclusivamente pelo Orçamento da Região.

Em resposta, e considerando que em 2019 a Região tinha 519 unidades desportivas artesanais e neste momento apresenta 630, a Secretária Regional refere que esse aumento é significativo, traduzindo-se em postos de trabalho, em descontos para a segurança social em pagamento de impostos.

Esclarece ainda que os números que dispõe, permite afirmar com confiança que o investimento feito no artesanato está a traduzir-se em resultados, a criar mais unidades desportivas artesanais, a gerar naturalmente descontos para a segurança social, pagamento de impostos, criação de postos de trabalho a gerar produtividade e a gerar riqueza para a Região.

Relativamente ao reforço do orçamento, esclarece que a informação dita pelo Deputado Francisco Lima (CH) é referente entre o ano de 2023 para 2024.

Esclarece ainda que para o ano de 2024, foi mantida a dotação de um milhão, mas é precisamente em função do crescimento de Unidades Produtivas Artesanais, em crescimento do número de artesãos, a aposta numa nova dinâmica da Plataforma para o artesanato de forma a que seja possível ter os artesãos em conhecimento e em contacto com o mundo para depois até promover ações de formação de formação, dinamizar os seus produtos e eles próprios poderem contactar com outros artesãos e promover a venda dos seus produtos, promover o nome dos Açores além fronteiras, a participação de artesãos em feiras nacionais e internacionais e cujo reconhecimento da sua qualidade é bastante válido. Esclarece também que a dotação presente no Orçamento é originária apenas do Orçamento, não contemplando Fundos Comunitários.

Conclui a sua intervenção, lembrando a instalação do Azul Kraft Club, com vista à promoção de uma formação de curta duração especializada e específica nesta matéria, também com o objetivo de abrir o artesanato não só aos artesãos, aos jovens, mas também à comunidade em geral.

Refere ainda que a Secretaria Regional irá promover uma candidatura ao FEDER na ordem dos 200.000€ com vista a reformular a imagem do Expo Açores Artesanato.



Não havendo mais inscrições, o Presidente da Comissão deu por encerrada a presente audição à Senhora Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego.

APRECIÇÃO DO ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE **2025**

A proposta de Orçamento para 2025, analisada nesta Comissão, apresenta um desequilíbrio orçamental, ao contemplar um saldo efetivo negativo de 204,5 milhões de euros e um saldo primário, correspondente ao saldo efetivo subtraído de juros e outros encargos, negativo de 129,9 milhões de euros, conforme resulta do quadro 12 - Síntese ORAA, da proposta de relatório.

A proposta de Orçamento para 2025, apresentada pelo Governo Regional dos Açores a esta Assembleia Legislativa, prevê um valor, em termos consolidados, de 2.258,6 milhões de euros.

Quanto à Receita:

Em termos consolidados, a receita total prevista no orçamento para 2025, atinge o valor global de 2.258,6 milhões de euros.

As receitas efetivas podem atingir o valor de 1.854,2 milhões de euros.

A receita total está desagregada em três agrupamentos – receitas correntes (1.265,8 milhões de euros), receitas de capital (913,2 milhões de euros), das quais os ativos financeiros (35,2 milhões de euros) e os passivos financeiros (293,8 milhões de euros), e outras receitas (79,7 milhões de euros), onde se inclui o saldo anterior (75,5 milhões de euros).

As receitas próprias estão estimadas em 1.017,1 milhões de euros. As receitas fiscais atingem uma previsão orçamental de 895,5 milhões de euros.

Os impostos indiretos atingem uma previsão orçamental de 588,8 milhões de euros. Destes impostos, importa referir o IVA com uma estimativa de 408,9 milhões de euros, o ISP onde é estimado atingir os 59,9 milhões de euros, o IT onde é estimado atingir os 58,8 milhões de euros e o IS onde é estimado atingir os 34,1 milhões de euros.

Os impostos diretos, cuja previsão global é de 306,7 milhões de euros. De referir ainda o montante estimado com o IRS, 228,7 milhões de euros, e o IRC com 78,0 milhões de euros, imposto que apresenta de acréscimo acentuado a partir do de 2023, sinal do grande dinamismo da economia dos Açores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Para as outras receitas próprias o orçamento prevê um valor de 44,9 milhões de euros, constituídas por um grande conjunto de naturezas de receitas.

As transferências do orçamento do Estado estão previstas em 346,4 milhões de euros, representando assim 20,5% da receita efetiva.

As transferências da União Europeia, que em 2025 ascendem a um valor previsto global de 400,0 milhões de euros, no âmbito de cofinanciamentos de projetos de investimento diretamente executados pelo Governo dos Açores, o que representa 23,7% do valor da receita efetiva.

As necessidades de Financiamento Líquido atingem os 150,0 milhões de euros.

Quanto à Despesa:

O valor consolidado global da despesa estimada, para o ano de 2025, atinge os 2.258,6 milhões de euros.

As despesas correntes ascendem a 1.514,6 milhões de euros, dos quais 74,6 milhões de euros são juros e outros encargos.

As despesas de capital têm uma dotação de 744,0 milhões de euros, dos quais 82,5 milhões de euros são ativos financeiros e 117,4 milhões de euros passivos financeiros.

Esta proposta de orçamento gera um saldo efetivo de -204,5 milhões de euros e um saldo primário de -129,9 milhões de euros.

Classificação Orgânica:

A classificação orgânica apresenta a despesa pública desagregada pelos respetivos serviços e organismos, em razão das competências que lhes estão atribuídas para a execução da mesma, estando a mesma espelhada, e de forma detalhada, nos mapas que fazem parte integrante do orçamento da Região para 2025.

Importa ainda referir que as áreas com maior afetação de recursos são a saúde e segurança social, com 30,0%, seguida da educação, cultura e desporto, com 21,6% e do turismo, mobilidade e infraestruturas, com 17,8%.



Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos:

O orçamento consolidado para os Fundos e Serviços Autónomos (FSA) ascende a 711,8 milhões de euros.

Dívida Pública Regional:

No que concerne à dívida pública direta, em 30/09/2024, atingiu os 2 962,0 milhões.

Além disso, o montante global da dívida financeira das entidades do SPER totalizava 716,4 milhões de euros, dos quais 16,5 milhões de euros eram relativos às EPR.

Avaes:

Relativamente aos avales, em 30/06/2024, a responsabilidade da RAA era de 381,0 milhões de euros.

Cartas de Conforto:

No que respeita a responsabilidade por parte da RAA com cartas de conforto, em 30/06/2024, ascendia a 22,5 milhões de euros.

Setor Público Empresarial:

O SPER detém um total de participação nas seguintes entidades empresariais:

Empresas com participação direta:

- • HDES
- • HSEIT
- HH
- Sata Air Açores
- Atlanticoline
- Portos dos Açores
- Lotaçor
- Ilhas de Valor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

- EDA
- Teatro Micaelense
- IROA
- Fábrica de Cervejas Melo Abreu

Empresas com participação indireta:

- Sata Internacional
- Sata Express
- Azores Express
- OPERPDL
- OPERTERCEIRA
- OPERTRI
- Santa Catarina
- Pousada da Juventude Santo Cristo
- Globaleda
- Eda Renováveis
- Segma
- NOS Açores

Empresas Não Societárias:

- AVEA
- OTA
- Nonagon
- Associação GEOAÇORES
- Associação RAEGE Açores
- CERCA
- ADFMA
- CALL - Centro Açoriano Leite e Laticínios

EQUIDADE INTERGERACIONAL

Neste subponto procede-se à apreciação da incidência orçamental futura das matérias tipificadas no n.º 3 do art. 13º da LEO, aplicável ao subsetor da administração regional por força do n.º 2 do art. 2.º desse diploma.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Face ao acima exposto acerca dos passivos contingentes, faz-se notar que, não se encontrando qualquer beneficiário de avals e cartas de conforto em situação de incumprimento perante as entidades financiadoras, esta natureza de responsabilidades não concorreu para o apuramento abaixo apresentado (vide al. e) do n.º 3 do artigo 13.º da LEO).

Para efeitos da alínea f) da disposição legal mencionada, a informação apresentada no quadro 35 contempla todos os encargos (explícitos e implícitos) relacionados com PPP, acrescentando-se enquanto compromissos financeiros de carácter plurianual, as responsabilidades emergentes dos contratos ARAAL e acordos de cooperação, bem como o protocolo com a Diocese de Angra.

A responsabilidade da Região com pensões (cfr. al. g), n.º 3, art. 13.º da LEO) resulta do complemento regional de pensão regulado pelo DLR n.º 8/2002/A, de 10 de abril, na sua redação atual.

Nos termos acima referidos, os valores estimados para as responsabilidades orçamentais futuras ascendem a 4,4 mil milhões de euros, conforme disposto no quadro 37 – Equidade intergeracional, da proposta de relatório.

Trata-se de informação inovadora por parte do atual Governo para ir de encontro ao entendimento do Tribunal de Contas.

CAPÍTULO IV

SÍNTESE DA POSIÇÃO DOS DEPUTADOS

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de **Abstenção**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CH emitiu parecer de **Abstenção**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do BE, emitiu parecer **desfavorável**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do PPM, sem direito a voto, emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.



A **Representação Parlamentar da IL**, sem direito a voto, emitiu parecer de **abstenção**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CAPÍTULO V
CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Permanente de Economia deliberou:

- 1) Com os votos a favor do **PSD**, contra do **BE**, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do **PS** e do **CHEGA**, emitir por maioria, **parecer favorável** à Proposta de **Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Anual Regional para 2025”**;
- 2) Com os votos a favor do **PSD**, contra do **BE**, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do **PS** e do **CHEGA**, emitir por maioria **parecer favorável** à Proposta de **Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2025”**.

Velas, 19 de novembro de 2024.

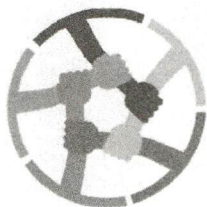
O Relator

Paulo Silveira

O presente relatório foi aprovado por maioria com os votos a favor do PSD, CHEGA e BE e a abstenção do PS.

O Presidente

Paulo Simões



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580-539 Vila do Porto
Ilha de Santa Maria – Açores

Exm^{o(a)} Senhor(a)

Dr. Paulo José Cunha Simões

Presidente da Comissão Especializada

Permanente de Economia da ALRA

Sua referência
S/N

Sua comunicação
29-10-2024

Nossa referência
SI/010/2024

DATA
18-11-2024

**ASSUNTO: PEDIDO DE PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO
REGIONAL N.º 20/XIII – PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2025**

Na sequência do solicitado no vosso ofício de referência, informo V. Ex^a. que da análise do documento em epígrafe, constatou-se não terem ocorrido alterações relevantes em relação à anteproposta de plano regional anual para 2025 anteriormente apresentada., pelo que por maioria o Conselho de Ilha deliberou manter o parecer desfavorável à Proposta de Plano Regional Anual para 2025, conforme parecer em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria

Maria Dulce de Oliveira Resendes

Anexo: Parecer sobre a Proposta de PRA 2025



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Parecer

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE PLANO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2025

A pedido do Sr. Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia, formulado através do ofício s/n de 29OUT2024, o Conselho de Ilha de Santa Maria, em reunião realizada no dia 15 de novembro de 2024, deliberou emitir parecer sobre o documento em epígrafe.

1. Da análise comparativa entre a Anteproposta do Plano Regional Anual para 2025 e a presente Proposta de Plano, constatamos um aumento de 116.348,00 €. Contudo, continuamos a ver que as nossas preocupações manifestadas na análise da Anteproposta de Plano continuam sem resposta no atual documento, nomeadamente:

✓ **Apoio aos Idosos**

Insuficiente resposta que está a ser criada para a extensa lista de espera de idosos que aguardam vaga em ERPI.

O projeto “Lar para pessoas portadoras de deficiência”, que aguarda arranque da obra não vem resolver todas as necessidades, nem as 10 vagas a criar no Programa “Novos Idosos”.

✓ **Escola EBS de Vila do Porto**

Não vemos inscrito no Plano qualquer valor, que permita uma intervenção corretiva na EBS de Vila do Porto, nomeadamente para as obras de fechos dos corredores de acesso aos Blocos, requalificação do Bloco E e criação de um anfiteatro. Assim como, também não está prevista dotação para a aquisição de mobiliário.

✓ **Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria**

Constamos que para a reabilitação da USISMA continuam inscritos apenas 100.000,00 €, valor considerado insuficiente, face à estimativa de custos anteriormente anunciada pelo Governo.

✓ **Acessibilidades rurais**

Nas verbas inscritas para a Agricultura e Desenvolvimento Rural não conseguimos identificar dotação que referencie a necessidade de proceder à asfaltagem/betonagem, de caminhos agrícolas, rurais e florestais. Gostaríamos igualmente de ver refletido o

reforço das condições financeiras e materiais para uma mais efetiva manutenção e limpeza dos caminhos agrícolas, rurais e florestais.

✓ **Proteção da orla costeira**

A orla costeira da Praia Formosa e da Maia apresentam graves problemas. No passado dia 20 de outubro, um troço do muro de proteção da marginal da Praia Formosa ruiu sem que se tivesse ocorrido um agravamento do estado do mar, com o aproximar do inverno, tememos que o restante muro venha a ruir, sem que haja previsão em Plano de um reforço de verba para um arranque das obras de uma forma mais robusta ainda em 2025.

Consideramos preocupante haver estar apenas cabimentado o montante de 250.000,00 €, valor insuficiente para a concretização da obra, que exige uma resolução urgente e inadiável.

✓ **Porto e Marina de Vila do Porto**

Não houve qualquer reforço neste Plano para a obra de construção dos sanitários e balneários da Marina, cujo valor anunciado pelo Governo era o dobro da importância cabimentada, concluímos que será mais uma necessidade inadiável, que não será concluída em 2025.

✓ **Rede Viária Regional**

A rede viária regional na ilha de Santa Maria encontra-se em péssimo estado, embora reconhecendo que este Governo está a tentar contrariar o desinvestimento ocorrido nos últimos 15 anos, dotando a rubrica com valores mais substantivos, contudo são insuficientes, uma vez que a rede viária regional está em péssimo estado.

O valor previsto para 2025 é de 315.000,00 €, não permite a realização das ações corretivas de maior impacto nos taludes, bermas, cortina arbórea e faixa de rodagem, sendo manifestamente insuficiente para colmatar os graves problemas existentes.

✓ **Eficiência energética e energias renováveis**

Saudamos com agrado o investimento previsto na ordem dos 977.221,00 €.

✓ **Parque Habitacional do Aeroporto**

Não conseguimos ver desagregado para Santa Maria, qualquer valor para a implementação dos projetos anunciados pelo Governo Regional, quando da visita estatutária em Setembro passado.

✓ **Património Cultural e Natural**

Continuam também com os mesmos valores, outras preocupações ao nível da preservação do nosso património cultural e natural, como por exemplo a Torre de Controle e a gestão do Paleoparque.

Assim, apesar do Conselho de Ilha de Santa Maria, relevar como positivos, alguns dos investimentos previstos na Proposta de Plano Anual Regional para 2025, considera que o documento não traduz de forma significativa as expectativas deixadas pelo Governo Regional dos Açores quando da última visita estatutária, por não verem espelhados no Plano de forma substantiva a dotação de verbas que permita a resolução dos projetos anunciados, não estando assim, garantida a execução dos investimentos mais estruturantes para o desenvolvimento económico e social da Ilha de Santa Maria, pelo **que posto a votação foi aprovado por maioria o parecer desfavorável com 9 votos, tendo havido 3 abstenções e 1 voto favorável.**

Vila do Porto, 16 de novembro de 2024

A MESA DO CONSELHO DE ILHA

Maria Dulce de Oliveira Resendes, Presidente

João Manuel Andrade Fontes, Vice-Presidente

José Arsénio Sousa Chaves, 1.º. Secretário

António Isidro Braga Sousa, 2.º. Secretário

CONSELHO DE ILHA
ILHA GRACIOSA

PARECER

Em resultado da reunião extraordinária deste Conselho de Ilha, de 7 de novembro de 2024, e após debate e votação dos Conselheiros com esse direito, foi favorável a apreciação desta Assembleia, à Proposta de Plano Regional Anual para o ano 2025, com 8 votos a favor, 3 votos contra e 2 abstenções.

Sendo que continuam a existir assuntos que este Conselho de Ilha manifesta preocupação, pela sua omissão ou leve referência na proposta de Decreto Legislativo Regional, como a reabilitação da rede viária, nomeadamente a reabilitação da Estrada Regional Santa Cruz/Praia e a Estrada Regional Santa Cruz/Guadalupe; a construção da gare marítima; a ampliação, alargamento e iluminação da pista; a manutenção do edifício sede da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz e a ampliação do respetivo estacionamento; as piscinas do parque de campismo do Carapacho; a concessão das Termas do Carapacho; e a proteção da orla costeira na zona de solário do Carapacho.

Santa Cruz da Graciosa, 15 de novembro de 2024,

O Presidente do Conselho de Ilha, da Ilha Graciosa,

■

Ricardo Marques da Costa Vieira de Areia

Conselho de Ilha, da Ilha Graciosa
Paços do Concelho

9880-352 Santa Cruz da Graciosa



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Exmo. Senhor Presidente da Comissão
Especializada Permanente de Economia
Paulo José da Cunha Simões
Rua Marcelino Lima
9901-858 HORTA

Sua Referência:	Sua Comunicação de:	Nossa referência:	Data:
	29/10/24	CI.278/2021_2025	16/11/2024

**ASSUNTO: PEDIDO DE PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL
Nº20/XII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2025”**

Após reunião extraordinária deste conselho de ilha, na passada sexta-feira (15 de novembro), com vista à emissão de parecer acerca da Proposta Regional Anual para o ano de 2025 decidiu este conselho emitir, por maioria, parecer favorável.

Contudo, é notório o descontentamento de alguns conselheiros relativamente à não recetividade de quaisquer reivindicações explanadas no parecer emitido por este Conselho de Ilha no passado dia 21 de outubro, relativamente à resposta ao pedido de parecer acerca da Anteproposta de Plano da Região Autónoma dos Açores para 2025. Este descontentamento agudiza-se com a retirada, em opinião dos conselheiros, injustificada, de 557.929 Euros em relação ao que estava previsto na Anteproposta.

Para além do exposto e de acordo com os relatórios anuais de execução, o facto de São Jorge ser, reiteradamente, uma das ilhas com a taxa mais baixa de execução é preocupante sendo pretensão deste conselho de ilha um maior rigor por parte das entidades governativas de aumentar os níveis de execução dos projetos/ações previstos para esta Ilha.

Importa ainda salientar que a aprovação da proposta por maioria deste Conselho de Ilha demonstra um voto de confiança no Governo Regional dos Açores, na medida em que se entende que o solicitado se enquadra nas medidas previstas para o presente ano.

Na expectativa da Vossa melhor atenção e recetividade face às pretensões deste Conselho.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Ilha



Assinado por: Helder Manuel
Matos Chaveiro Martins
Identificação: [REDACTED]
Data: 2024-11-18 às 12:09:06

Helder Manuel Matos Chaveiro Martins

CONSELHO DE ILHA DO FAIAL

Exmo Senhor
Presidente da Comissão Especializada
Permanente de Economia

assuntosparlamentares@alra.pt

Sua referência
Procº 102/20/XII

Sua comunicação de
29/10/2024

Nossa referência
123/2024

Data
07/11/2024

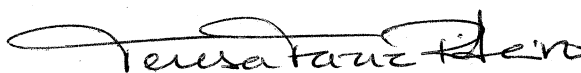
**ASSUNTO: Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº20/XIII -
“Plano Regional Anual para o ano 2025”**

Na sequência do solicitado no ofício em referência, informo V. Exa. que após auscultação dos Conselheiros, entendeu este Conselho de Ilha não emitir novo parecer considerando que face à Anteproposta sobre a qual já emitimos parecer, a presente Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 20/XII – “Plano Regional Anual para o ano 2025”, não tem, relativamente à ilha do Faial, alterações que o justifiquem.

Assim, entende o Conselho de Ilha do Faial, remeter para a apreciação já feita no suprarreferido parecer, reforçando o mesmo e lamentando o facto de na Proposta ora em apreço não terem sido vertidas as considerações que dele constam.

Com os melhores cumprimentos.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ILHA



Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cándido

PARECER DO CONSELHO DE ILHA DO FAIAL

ANTEPROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL E ORÇAMENTO DA RAA PARA 2025

Por solicitação da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, o Conselho de Ilha do Faial (CIF), reunido a 16 de outubro de 2024, deliberou por unanimidade emitir o seguinte parecer sobre os documentos em apreço.

Constata-se a opção do Governo Regional de, face à conjuntura económica atual prever para 2025, a título excecional, recorrer ao endividamento de modo a garantir a execução integral de projetos financiados por fundos comunitários, nomeadamente o PRR, o qual apenas se concretizará caso a Lei de Orçamento de Estado não preveja um reforço das receitas próprias da Região, por via da revisão do modelo de apuramento da receita do IVA.

A anteproposta enquadra-se nas Orientações de Médio Prazo 2024- 2028, no Programa do XIV Governo Regional dos Açores e no Acordo de Parceira Estratégica 2023/2028 “Rendimento, Sustentabilidade e Crescimento” num caminho de continuidade e progresso que promova o bem-estar e o desenvolvimento sustentável da Região.

O PRA2025 tem como prioridades, entre outras, a execução do PRR e do Programa Açores 2030 e a recuperação do HDES enquanto unidade de saúde fulcral para todos os açorianos a par de outros investimentos estruturantes para a economia das diferentes ilhas.

Além do investimento específico na ilha do Faial, importa salientar, um conjunto de medidas alargadas também elas responsáveis por garantir aos faialenses uma melhoria na economia familiar. O PRA2025 mantém a Tarifa Açores, o diferencial fiscal, o fim dos rateios na Agricultura e um reforço no investimento na Saúde e na Educação. A área social continua a merecer destaque com a manutenção do programa “Novos Idosos”, o alargamento do programa “Nascer

Mais” à ilha do Faial, a atualização do valor do complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos – COMPAMID bem como a manutenção dos apoios aos pagamentos dos apoios sociais com particular incidência às famílias com mais vulnerabilidade.

A Anteproposta de PRA2025, e em relação aos valores previstos prevê uma verba de 964.5 milhões de euros para a totalidade das 9 ilhas, o que se traduz num aumento de 7,6% (cerca de 60 milhões de euros) por comparação à verba prevista no PRA2024.

No que se refere ao investimento específico previsto para a ilha do Faial e em relação à verba desagregada, a Anteproposta de PRA para 2025 prevê uma verba de 98.692.386,00€ para o Faial, o que se traduz em +19.577.780,00€ do que a verba prevista no PRA2024, ou seja, +25%.

Em relação à verba executada, relativamente ao ano de 2023, no geral, regista-se uma taxa de execução total de 67,40% e uma taxa de execução de 35,47% na ilha do Faial, o que se concretizou numa execução de 17.467.664,00€ relativamente à informação desagregada por ilha.

Recorda-se que a presente anteproposta em apreço surge menos de 4 meses após a aprovação da segunda proposta do PRA 2024 e sobre a qual este CIF deu parecer favorável em abril de 2024.

Ainda assim e à semelhança do parecer emitido, que se mantém, o CIF considera que é necessário continuar a pugnar pelo incremento das taxas de execução.

Tal como nos anos transatos destaca-se aqueles que são os investimentos relevantes para a ilha do Faial incluídos na presente anteproposta bem como os investimentos que não estando incluídos merecem a nossa referência para inclusão futura dada a pertinência dos mesmos.

CONSELHO DE ILHA DO FAIAL

Relativamente aos 11 programas com base nos quais esta anteproposta se organiza destaca-se a inscrição de verbas em alguns investimentos há muito aspirados pelos faialenses:

- Programa 6 referente à promoção de saúde e economia social, destinado a equipamentos de apoio à família, comunidade e serviços que permitirão a construção, beneficiação, ampliação de várias infraestruturas no âmbito da necessidade de respostas sociais na ilha, como sejam a 2a fase do Centro Intergeracional da Feteira, o Centro de Convívio da Casa do Povo de Castelo Branco, o Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial e o Centro de Alojamento Temporário da Santa Casa da Misericórdia da Horta e o Centro de Dia da Conceição, reabilitação do edifício da UMAR bem como ao reforço de verba para o desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores. Assinala-se ainda a inclusão de uma nova ação destinada ao estudo prévio para ampliação da ERPI da SCMH.

- Programa 8 referente à economia do mar, a execução dos projetos relativos à construção e equipamento do novo navio de investigação e à construção do centro experimental de investigação e desenvolvimento ligado ao mar (Tecnpolo-Martec), no âmbito do PRR;

- Programa 9 referente ao desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas para o qual contribuem os investimentos: a concretização da 2a fase à Variante à cidade da Horta no âmbito do PRR, a intervenção na Escola Secundária Manuel de Arriaga, a empreitada de beneficiação e ampliação do Hospital da Horta com vista à aquisição de equipamento de Ressonância Magnética num montante que ultrapassa os 5 milhões de euros, o investimento do edifício de apoio à marina e a manutenção dos Contratos ARAAL a celebrar com as autarquias, no âmbito das competências da SRTMI, com a Câmara Municipal da Horta para a comparticipação do projeto de ampliação da pista do aeroporto e comparticipação da obra frente de mar.

Destaca-se favoravelmente o investimento para a candidatura para aquisição de um póstico de varagem para o núcleo de pesca do porto da Horta no âmbito dos

CONSELHO DE ILHA DO FAIAL

projetos MAR2030, identificado por este Conselho em abril de 2024 como uma das necessidades a contemplar.

A reabilitação do Solar e Ermida da Quinta de São Lourenço, que pese embora não fazendo, inicialmente, parte dos investimentos do PRA 2024, foi recentemente assumida pelo Governo Regional através da publicação do aviso de abertura para a conclusão da empreitada do mesmo. Assinala-se também de forma positiva a verba inscrita no reforço da zona costeira do Reduto da Patrulha e do Castelo de São Sebastião.

De entre os investimentos que mereceram deste Conselho de Ilha uma referência pela sua ausência, sugerimos, pela sua manifesta importância e ausência nos planos anteriores, a devida ponderação para inclusão e execução dos mesmos no atual Plano ou em futuros Planos, designadamente, a inscrição de verbas para:

- a beneficiação de caminhos agrícolas e bem assim para a beneficiação e pavimentação das estradas regionais de onde ressalta a imperiosa necessidade de repavimentação da ER 1-1a, Km 4,700 a 13,00 - Lombega/Horta e da reabilitação ER 2-2a entre o Ramal da Caldeira e a Ribeira Funda;
- o reordenamento do Porto Comercial da Horta;
- o investimento na sede do Clube Naval da Horta;
- os investimentos nas infraestruturas da Marina da Horta;
- a execução da empreitada da 2a Fase da Requalificação da Escola Básica e Integrada da Horta;
- os investimentos destinados à dragagem do saco do Porto da Horta para melhoria da sua operacionalidade e
- a nova sede da Inspeção Regional das Pescas.

Por último, os Conselheiros do CIF alertam ainda para a necessidade de, na reestruturação da frota da Atlânticoline, S.A., nomeadamente no que diz respeito

CONSELHO DE ILHA DO FAIAL

à aquisição de barcos elétricos, não serem prejudicados os atuais fluxos existentes.

Horta, 16 de outubro de 2024

A Presidente do Conselho de Ilha do Faial



Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândia



CONSELHO DE ILHA DAS FLORES

Ex.mo. Senhor:

**Presidente da Comissão Especializada
de Economia da ALRAA**

V/Ref.:
Prc(102/20/XIII)

V/Data:
2024-10-29

N/ Ref.:
SAI-CIFLORES/2024/14

N/ Data:
2024-11-15

ASSUNTO: Pedido de Parecer sobre Proposta de DLR 20/XIII (Plano Regional Anual para 2025)

Exmo. Sr.

Conforme solicitado no ofício supra referido, serve o presente para comunicar o parecer deste órgão, relativo á proposta de decreto referido em assunto. O Conselho de Ilha das Flores na sua reunião extraordinária de 12 de novembro, entre outros assuntos de interesse para a ilha, resolveu dar por unanimidade, parecer negativo ao documento em apreço, ressalvando no entanto algumas considerações que entendemos serem importantes ficarem registadas para memória futura, a saber:

Convém sublinhar que no pedido de parecer que o Governo Regional nos solicitou á anteproposta que serviu de base ao documento que deu entrada na ALRAA, apresentamos uma série de preocupações que achámos por bem chamar a atenção para a sua execução na ilha das Flores e que têm sido sucessivamente referenciadas por este órgão em pedidos anteriores de parecer às antepropostas de plano. Até ao momento, as nossas questões não obtiveram respostas positivas no todo ou em parte, como sejam a segunda fase do porto das Poças em Santa Cruz, proteção da orla costeira na mesma Vila, obras na EB1,2,3/JS/S Padre Maurício Freitas, ampliação do parque de estacionamento junto ao aeroporto e a certificação da iluminação da pista,



CONSELHO DE ILHA DAS FLORES

obras no porto de pescas de Ponta Delgada, o mau estado de alguns troços da nossa rede viária, entre outras preocupações que constam do nosso ofício 13/2024;

Apesar de ser um assunto amplamente discutido nos últimos cinco anos, a obra do porto das Flores na Vila das Lajes, que sofreu sucessivos atrasos, vai finalmente para a sua última fase que terá também uma duração de outros cinco, se não houver atrasos. Todavia, apesar da nossa satisfação na sua reconstrução, esta não pode ser utilizada para procurar justificar o silêncio e o atraso de outras obras já referenciadas no parágrafo anterior e que são para nós essenciais para o futuro das próximas gerações. Embora esta seja considerada a maior obra em curso no arquipélago pela empresa pública Portos dos Açores, 85% do seu custo vão ser comparticipados pela República com verbas de fundos comunitários, ou seja, não irá ter um peso significativo nos cofres da Região;

Na saúde vemos com satisfação que o serviço de TAC vai também ser uma realidade, depois de sucessivos e longos atrasos, mas continua nas nossas preocupações o sistema de evacuações que é o nosso grande calcanhar de Aquiles e que tem levado nos últimos anos á mudança de residência de muitos florentinos, já em idade avançada, para outras ilhas com hospital público ou sistemas privados de saúde;

As obras no Centro de Bem estar e Social da Paróquia de Santa Cruz das Flores, O Girassol e no CATL, na vila das Lajes, a concretizarem-se e que também já foram sucessivamente referidas em anteriores planos, merecem a nossa satisfação, mas com reserva, porque é essencial que avancem o mais breve possível;

Finalmente, voltamos a lembrar uma frase que nos chamou a atenção na anteposta e agora na proposta e que voltamos a citar, pela sua abrangência e necessidade que seja posta em prática pelo atual Governo : " (...) o diálogo com partidos e parceiros sociais que precedeu a elaboração dos documentos orçamentais para 2025 prosseguirá agora junto do Conselho Económico e Social dos Açores e dos Conselhos de Ilha (...)" . No nosso caso, uma vez mais, a lista de preocupações que levámos á consideração do atual Governo, não mereceu qualquer reparo, nem tão pouco o tão propalado diálogo que é referido no documento, o que nos deixou uma vez mais, tristes, mas não desmotivados, para procurar, como até aqui, dentro do que está legislado, a pugnar pelo futuro da ilha das Flores

Queiram desde já aceitar os nossos cumprimentos,



CONSELHO DE ILHA DAS FLORES

Lajes das Flores, 15 de novembro de 2024

O Presidente do Conselho de Ilha

(José António Corvelo Freitas)



**MUNICÍPIO DO CORVO
CONSELHO DE ILHA**

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Especializada
Permanente de Economia

N/ ref. **Ofício nº 09**

17.NOV.2024

ASSUNTO: Pedido de parecer escrito sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII - “Plano Regional Anual para 2025”

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia, conforme solicitado por V. Exa., venho informá-lo que este Conselho de Ilha reuniu e deliberou emitir parecer favorável ao Pedido de parecer escrito do âmbito da de Plano Regional Anual para 2025.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Mesa do Conselho de Ilha,



Maria João Valentim de Fraga Domingos